

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

TOMO I

**O território mito da orla**  
**Antropologia de conflitos territoriais urbanos e memórias ambientais em Porto Alegre, RS.**

Tese de Doutorado em Antropologia Social

Orientadora: Professora Dra. Cornelia Eckert

Ana Paula Marcante Soares

Porto Alegre  
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

TOMO I

O território mito da orla  
Antropologia de conflitos territoriais urbanos e memórias ambientais em Porto  
Alegre, RS.

Ana Paula Marcante Soares

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em  
Antropologia Social da Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do  
título de Doutor em Antropologia Social.

Orientadora: Professora Dra. Cornelia Eckert

Porto Alegre  
2014

### CIP - Catalogação na Publicação

Soares , Ana Paula Marcante

O território mito da orla: Antropologia de conflitos territoriais urbanos e memórias ambientais em Porto Alegre, RS / Ana Paula Marcante Soares . -- 2014.

2 v. f.

Orientador: Cornelia Eckert .

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Antropologia Urbana . 2. Conflito. 3. Memória Coletiva. 4. Ambiente . 5. Políticas públicas . I. Eckert , Cornelia , orient. II. Título.

TOMO I

O território mito da orla  
Antropologia de conflitos territoriais urbanos e memórias ambientais em Porto  
Alegre, RS

Ana Paula Marcante Soares

Tese de Doutorado em Antropologia Social

Banca Examinadora

---

Heitor Frúgoli Junior (USP)

---

Maria Catarina Chitolina Zanini (UFSM)

---

Ana Luiza Carvalho da Rocha (UFRGS e FEEVALE)

---

Ondina Fachel Leal (UFRGS)

---

Cornelia Eckert (Orientadora)

Porto Alegre, 1 de setembro de 2014.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os interlocutores desta pesquisa, especialmente, aos moradores da “região Cristal”. Sou imensamente grata por terem acolhido a proposta da pesquisa e pelas experiências e situações compartilhadas: Dona Olinda, Tereza, Ivane, Dona Edite, Dona Luiza, Ediloá, Elizabete, Dona Magda, Tânia, Madalena, Graça, Seu Manoel, Seu Paulino, Nelson, Seu Fernando (*in memorian*). Foi vivendo momentos juntos, ouvindo suas narrativas e refletindo sobre tudo que fora partilhado que produzi esta Tese.

À minha orientadora Professora Cornelia Eckert agradeço pela confiança e pela forma atenta e responsável com que conduziu a orientação desta Tese. Agradeço pelo o que ensinou e apoiou ao longo da minha formação antropológica.

À Professora Ana Luiza Carvalho da Rocha, mestra ao longo da minha trajetória acadêmica, presente de diferentes formas nestes anos de amizade. Agradeço o carinho e a seriedade com que se dedicou à ensinar-me antropologia. Agradeço também a leitura atenta da versão preliminar desta Tese no exame de qualificação e os valiosos comentários.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFRGS) agradeço pelos ensinamentos e contribuição para minha formação antropológica. Ao Professor Ruben Oliven sou grata pela leitura da versão preliminar desta Tese e pelos seus comentários no exame de qualificação e à Professora Ondina Leal por participar da banca de avaliação na sua versão final.

Ao Centre d'Études sur l'Actuel et le Quotidiené (CEAQ), em Paris, França, agradeço ao Professor Michel Maffesoli por aceitar a direção do meu estágio doutoral e à Fabio La Rocca por promover a discussão da pesquisa junto ao grupo de pesquisadores do CEAQ.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) sou duplamente grata, pela bolsa de doutorado que propiciou a realização desta pesquisa e pela bolsa concedida durante o estágio doutoral na França.

À Rosemeri Feijó pela forma competente e atenciosa com que orienta e facilita o cumprimento das lides burocráticas que envolvem a vida acadêmica.

Aos colegas do BIEV/UFRGS agradeço as interlocuções e a receptividade com que me receberam, especialmente à Juliana Cavilha e à Viviane Vedana pela parceria e incentivo.

Ao Rafael Devos pela parceria e interlocução nos projetos que realizamos juntos no Instituto Anthropos, eles contribuíram à minha formação e os nossos diálogos sobre a “questão ambiental” também.

À Marlene Chaves pela dedicação na composição dos mapas que integram a versão preliminar e final desta Tese, “especializações” feitas e refeitas tantas vezes quanto me propus pensá-las ao longo da pesquisa.

À Claudia Damasio, Gevaci Perroni e Jacqueline Menegassi pela parceria de trabalho e amizade. A visão “técnica” que compartilharam perpassa, em muitos sentidos, as reflexões desta Tese.

Aos colegas de turma do Doutorado e da turma de Mestrado (2010) pelos diálogos e trocas ao longo da realização de disciplinas em comum. À Monalisa Siqueira e Stella Pieve, colegas do PPGAS, amigas da vida, agradeço especialmente. Compartilhar leituras, angústias e risadas tornou tudo mais leve e afetivo. Parceria que levaremos para além do tempo de construção desta Tese.

À Camila Rocha de Moraes que faz parte desta Tese pela minha aprendizagem da língua francesa, permitindo proveitosas leituras, propiciando que as experiências em Paris, durante o estágio doutoral, fossem ainda mais interessantes. A quem sou grata, acima de tudo, pela amizade e pelos momentos que tivemos fora da Tese e com João Antônio tornando-os mais especiais.

À minha família. Ao meu pai Clovis Soares, pela forma carinhosa e paciente que apoiou as minhas escolhas e a quem serei sempre grata pelas formas como reafirmou, ao longo da minha vida, o estudo como valor. À Delci Schoroer pelo carinho. Aos meus irmãos, João Pedro Marcante Soares

e Patricia Marcante Soares, pela parceria de sempre e por aquilo que realmente importa, estarmos juntos.

Ao Thiago Ladeira dos Anjos, meu marido e meu amor, por compartilhar sonhos e por topar junto comigo os desafios para realizá-los, pelo apoio constante na realização do Doutorado e na fase de escrita desta Tese. A quem agradeço, principalmente, por renovar a certeza de que há muito para sonharmos e vivermos juntos.

## RESUMO

### O território mito da orla

#### Antropologia de conflitos territoriais urbanos e memórias ambientais em Porto Alegre, RS.

Esta Tese apresenta o estudo etnográfico realizado sobre os conflitos territoriais implicados ao processo de transformação da paisagem urbana da orla do Lago Guaíba, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, por meio de projetos urbanísticos idealizados e implantados na orla sul da cidade, particularmente no bairro Cristal e suas adjacências. Em meio às situações de conflitos de uso e ocupação da orla, busca-se compreender como se opera, no tempo, a construção material e simbólica desse espaço da cidade, enfocando as formas como são construídos os pertencimentos e enraizamentos, as mobilidades e dinamismos urbanos dos habitantes destes territórios em disputa, expressos em suas narrativas. As concepções de tempo e espaço a partir das quais se desenvolve essa Tese articulam a relação dialógica entre duas escalas de análise: cotidianos e sociabilidades dos habitantes em suas formas de ocupação dos espaços urbanos em conflito; políticas urbanas contemporâneas em suas formas de normatização do espaço urbano. Pautada na ideia de existência de um processo de valorização do patrimônio ambiental da orla, a pesquisa analisa princípios, orientações e linguagens orientadas pelo ideário da cidade democrática, e que são incorporadas pelas lógicas de normatização da cidade no contexto brasileiro, a partir do ajuste “ambiental” da dinâmica urbana. Neste contexto, investigam-se as práticas e os sentidos atribuídos pelos sujeitos envolvidos nos conflitos territoriais em questão, enfatizando-se as continuidades e discontinuidades dos sistemas de valores, identidades sociais e memórias em jogo nesses territórios, evidenciando tensões entre homogeneidade/heterogeneidade de dinâmicas políticas e experiências sociais nos processos de transformação urbana.

**Palavras-Chave:** conflito, território, memória coletiva, paisagem, ambiente, cidade, políticas urbanas.

## **ABSTRACT**

### **The myth territory of the waterfront.**

#### **Anthropology of urban territorial conflicts and environmental memories in Porto Alegre, RS.**

This dissertation presents an ethnographic study about territorial conflicts surfaced in the process of transformation of urban landscape on the waterfront of Guaíba Lake, in Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brazil, through urban projects idealized and implanted in the south waterfront of the city, particularly in Cristal neighborhood and its adjacencies. Amid the conflicts related to the use and occupation of the lake waterfront, this study aims to understand how the material and symbolic construction of this area operates over time, focusing on the way social belonging and social roots, as well as mobility and urban dynamism, expressed in the narrative of the inhabitants of these territories under dispute, are built. The conception of time and space from which this dissertation develops articulates a dialogic relation between two scales of analysis: everyday life and sociability of the inhabitants on the way they occupy these urban spaces under conflict; contemporary urban policies and its regulations of the urban space. Based on the idea of an ongoing appraisal process regarding the heritage of the lake waterfront, this research analyzes principles, orientations and languages oriented by the ideas of the democratic city that are incorporated by the logic of the regulation of the city in the Brazilian context, considering the “environmental” adjustment of the urban dynamics. In this context, this study investigates the practices and meanings attributed by the subjects involved in the territorial conflicts, emphasizing the continuity and discontinuity of value systems, social identities and memories at play in these territories, evidencing tensions between homogeneity/heterogeneity of the political dynamics and social experiences in the process of urban transformation.

**Key words:** conflict, territory, collective memory, landscape, environment, city, urban policies.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Imagem 1 - Vista aérea de parte do bairro Cristal, Porto Alegre, RS, à esquerda; vista aérea do Pontal do Estaleiro, à direita.

Imagem 2 - Áreas da Orla de Porto Alegre.

Imagem 3 - Áreas da orla: “Plano Básico de Intervenções”

## **SIGLAS E ABREVIATURAS**

AGAPAN – Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural  
ASSAC – Associação dos Amigos do Cristal  
BIEV – Banco de Imagens e Efeitos Visuais  
CMDUA – Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental  
FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania  
FEE- Fundação de Economia e Estatística  
GT – Grupo de Trabalho  
IAB-RS – Instituto de Arquitetos do Brasil  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
MP- Ministério Público  
ONG – Organização não governamental  
PDDUA – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental  
PISA – Programa Integrado Socioambiental  
PMPA – Prefeitura Municipal de Porto Alegre  
RP – Região de Planejamento  
SENGE-RS – Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul  
SMP – Secretaria Municipal de Planejamento  
SMAM – Secretaria Municipal de Meio Ambiente

# SUMÁRIO

## TOMO I

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>1. A ETNOGRAFIA: DESCOBERTA E PERCURSO.....</b>	<b>25</b>
1.1    Construção de uma trajetória de pesquisa e de um campo etnográfico na cidade.....	26
<b>2. A ORLA SUL DO LAGO GUAÍBA E O CONFLITO DO PONTAL DO ESTALEIRO.....</b>	<b>30</b>
2.1    E o destino da Lomba do Asseio?.....	31
2.2    Cidade planejada, paisagem idealizada: projetos urbanos para orla do Lago Guaíba.....	49
<b>3. O CONFLITO DO PONTAL DO ESTALEIRO E A CIDADE NORMATIZADA.....</b>	<b>57</b>
3.1    A cidade, a orla e o rio: a “questão urbana” e a “questão ambiental” nas políticas públicas contemporâneas.....	58
3.2    Política e meio ambiente nos planos urbanos em Porto Alegre.....	76
3.3    O Movimento em Defesa da Orla.....	88
3.4    Um outro olhar: experiências em Paris e Nantes, França.....	101
<b>4. MEMÓRIA DO TRABALHO NO TEMPO DO ESTALEIRO.....</b>	<b>118</b>
4.1    Abre o teu caminho, Aurora!.....	119
4.2    Seu Manoel, contador de causos.....	129
4.3    Seu Fernando, imagens e memórias do ofício.....	137
4.4    Seu Paulino, os ruídos da fábrica.....	147
4.5    O trabalho da memória.....	153

<b>5. OS HABITANTES DA REGIÃO CRISTAL: QUANDO OS ESTABELECIDOS VIRAM OUTSIDERS.....</b>	<b>159</b>
5.1 Tecendo as tramas das redes.....	162
5.2 As múltiplas formas da região Cristal.....	174
5.3 Conflitos e éticas de uso comum do espaço.....	220
<b>6. PATRIMÔNIO AMBIENTAL DA ORLA.....</b>	<b>237</b>
6.1 Paisagens urbanas pelo viés da memória: o vir a ser da Lomba do Asseio.....	238
6.2 Valorização do patrimônio ambiental da orla.....	253
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>257</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>260</b>
<b>APÊNDICE CRONOLOGIA DE FATOS HISTÓRICOS: DISPOSITIVOS E EQUIPAMENTOS URBANOS DE PORTO ALEGRE.....</b>	<b>279</b>

# SUMÁRIO

## TOMO II

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>PARTE I CIDADE PLANEJADA E PAISAGENS IDEALIZADAS.....</b>	<b>13</b>
1. Panoramas da Orla.....	13
1. Orla norte .....	13
1.1.1 O Porto e a torre da Usina do Gasômetro.....	13
1.1.2 Cais do Porto, extensão da orla .....	14
1.1.3 Aterros da orla norte (Voluntários da Pátria) .....	14
1.2 Orla sul.....	15
1.2.1 O Aterro da Beira-Rio.....	15
1.2.2 Ligando o centro ao sul da cidade (Avenida Borges de Medeiros) .....	15
1.2.3 Aterro da baía do Cristal para construção do Prado.....	16
1.2.4 Construção dos pavilhões do Prado.....	17
1.2.5 Vista aérea do bairro Cristal e das cocheiras do Prado.....	18
1.2.6 A orla sul vista do Morro Santa Tereza.....	19
1.2.7 Vir a ser da Lomba do Asseio (Faixa pretendida pelo Estaleiro Só & Cia no Cristal).....	20
2. Projetando a orla do Lago Guaíba em imagens.....	20
2.1 O projeto do Pontal do Estaleiro.....	20
2.2 Projeto Parque Urbano (imagens diurnas, imagens noturnas) .....	21
2.3 Projeto Praia do Guaíba.....	22
2.3.1 A luz no fim do muro.....	24
<b>PARTE II MAPEANDO.....</b>	<b>25</b>
1. Momentos de valorização do patrimônio ambiental da orla.....	25
2. Projetos urbanos para orla norte .....	26
3. Projetos urbanos para orla sul.....	27

<b>PARTE III CONFLITOS TERRITORIAIS E NEGOCIAÇÕES ÉTICAS.....</b>	<b>28</b>
1. Sim ou não ao projeto Pontal do Estaleiro? Representações midiáticas.....	28
2. Em defesa da orla, “não ao Pontal” .....	29
3. Os chargistas.....	29
4. O Movimento em Defesa da Orla.....	30
4.1 As políticas em movimento.....	30
5. Abraço ao Guaíba.....	32
6. Um ano do não.....	33
7. Carta Aberta.....	34
8. Comitê de moradores do Cristal.....	35
9. As “lutas” pela moradia.....	36
10. Esferas políticas “participativas” .....	37
11. O trajeto do esgoto pela orla.....	38
12. As “vilas” segundo a escala dos “aglomerados”.....	39
<b>PARTE IV TEMPO DO ESTALEIRO.....</b>	<b>40</b>
1. Panoramas do Estaleiro Só.....	40
2. Lançamento pelo Ministro da Viação e Obras Públicas do navio feito no Estaleiro Só (1965) .....	41
3. Trabalho operário naval.....	42
3.1 O trabalho operário no Plano de Carreira do navio (Estaleiro Só) .....	42
3.2 Trabalho de fundição para construção de um navio petroleiro (Estaleiro Só) .....	43
4. Cerimônia de Batismo de navio no Estaleiro Só.....	44
5. Sociabilidade operária.....	45
5.1 Seu Paulino recebe prêmio da diretoria administrativa do Estaleiro Só.....	45
5.2 Torneio de futebol no bairro Cristal.....	45
<b>PARTE V O “ESPÍRITO” DO LUGAR.....</b>	<b>46</b>
1. Sociabilidades e interações cotidianas.....	46
1.1 Sociabilidades lúdicas: apresentação do grupo de teatro do Clube de Mães do Cristal.....	46
1.2 A Volta do Povo à Praça.....	47

2. Imagens do bairro Cristal.....	48
2.1 “Vistas” do interior do bairro.....	48
2.2 A orla do Cristal vista de cima.....	49
3. A Divisa e a Sanga da Morte.....	50
4. As “entidades comunitárias”.....	51
5. Rua Icarai, atual Avenida Icarai, bairro Cristal, entorno do Prado (1961).....	52
6. Os lugares de morada.....	53
6.1 A Bororó: Família de Tânia na varanda da casa.....	53
6.2 Tereza em frente a sua casa.....	54
6.3 Nelson, a Lomba do Asseio entre a casa e o rio.....	54
7. A vida dentro do Prado.....	55
7.1 A inauguração do Hipódromo do Cristal (1959).....	55
7.2 O “Grande Prêmio Bento Gonçalves”.....	56
8. Os balneários da zona sul.....	57
8.1 Sociabilidade nos Clubes Náuticos, balneários da “elite” portoalegrense.....	57
8.2 A bucólica zona sul, a praia da Tristeza.....	58
8.3 Porto Alegre vista do sul (início século XX).....	58
8.4 As praias.....	59
8.5 A Pedra Redonda.....	59
9. Entre os bairros Cristal, Camaquã e a Cavahada.....	61

## INTRODUÇÃO

Alguns anos atrás, numa manhã de domingo, participei de uma “consulta popular” organizada pela Prefeitura de Porto Alegre que tinha como objetivo discutir um projeto urbano idealizado para a orla do Lago Guaíba. Em linhas gerais, o habitante da cidade que se dispusesse a participar deveria optar entre sim ou não à edificação de cunho residencial na área reservada a sua implantação. A projeção pública e midiática sobre a proposta e o amplo uso de imagens em perspectiva das edificações projetadas às margens do “rio” que circunda a cidade nos dava alguma ideia, a mim e a outros portoalegrenses, sobre o que, afinal, estava sendo proposto. Em meio a tais projeções, éramos convocados por discursos entusiasmados a participar das decisões sobre o “futuro da cidade”.

Esta Tese em antropologia social se filia ao profícuo diálogo entre linhas de pesquisa como cidade e questões urbanas, imagem e memória, transformações da paisagem e problemas ambientais, cotidiano e sociabilidades e que me instigaram a pensar a construção material e simbólica daquele “futuro da cidade”. Questionava-me quais concepções de tempo e espaço estavam sendo ali operadas nesta projeção de “futuro”? Em que medida os seus habitantes estariam participando destas transformações urbanas idealizadas? O que esta orla significava no contexto urbano portoalegrense? Num jogo de estranhar o familiar (Velho, 1979), no qual era preciso estar atenta ao modo como enfrentaria o processo de estranhamento da paisagem da cidade na qual eu também figurava como cidadina, passei a me apropriar daquele universo e aprofundar conceitos que emolduravam minha apreensão sobre os fenômenos sociais pesquisados.

Ao longo da extensa orla da cidade, abrangendo bairros localizados ao norte, centro e sul de Porto Alegre, os urbanistas municipais haviam definido “setores” prioritários de atuação para implantar projetos de “qualificação” do espaço urbano. Dentre os “setores” priorizados para as futuras ações públicas, encontrava-se a extensa área onde operava um antigo estaleiro, às margens da orla sul do Lago Guaíba, no bairro Cristal, acesso à zona sul de Porto Alegre. Conhecido como “Pontal do Estaleiro”, entre os habitantes da cidade, acabou atribuindo nome ao projeto urbano ali proposto, abrangendo a construção de um grande empreendimento imobiliário.

Era justamente calcado na valorização de um “futuro” da orla da cidade que o projeto prometia um “resgate” da relação da população com o rio Guaíba, “lugar de memória” (Bosi, 2003) da cidade de Porto Alegre.

O processo de transformação da paisagem urbano-industrial do mundo contemporâneo nas representações sobre a cidade em suas lógicas e feitos externos é fenômeno que tem sido objeto de reflexões sob as mais diversas perspectivas. Na esfera da estrutura político discursiva, reprodutiva de racionalidades sobre a cidade legalizada, predominam lógicas ideologizadas pelo político e econômico para as quais este processo seria fundamentalmente resultado do desenvolvimento capitalista de uma sociedade urbano-industrial em escala global.

O fenômeno contemporâneo de transformação urbana de orla ou de espaços de contato entre um “meio aquático” como porto, mar, rio, lago e o “meio urbano” (Andreatta, 2010), em grandes cidades, é visto como certa tendência atual de políticas urbanas de “revitalização” ou de “qualificação”, nos termos do discurso técnico urbanista, de áreas portuárias. Ao me apropriar de estudos urbanísticos<sup>1</sup> sobre o fenômeno contemporâneo de transformação da paisagem urbana de cidades portuárias, em cenários internacionais distintos, via que estes contextos eram analisados em termos de uma variante de um “processo universal” com tipos específicos de “valorização” do espaço urbano às margens da água (Chaline, 1994).

Atualmente, no contexto brasileiro, o processo de transformação da paisagem urbana pode ser observado em grandes cidades litorâneas, como Rio de Janeiro e Recife, ou beiradas por rio ou lago, como Porto Alegre. Uma publicação oficial do Instituto Pereira Passos, instituição de planejamento urbano da cidade do Rio de Janeiro, reúne textos contendo a descrição e um conjunto extenso de imagens fotográficas de diferentes projetos urbanos tidos como “casos de sucesso” de “revitalização portuária” (Andreatta, 2010) no mundo atualmente<sup>2</sup>. Dentre os quais, o proposto para a cidade de Barcelona (Espanha), em *Port Vell*, e em Buenos Aires (Argentina), em *Puerto Madero*, são tidos como paradigmáticos, segundo a publicação, às cidades com espaços “às margens”. Os urbanistas municipais também tratavam de reproduzir, para o caso da orla de Porto Alegre, discursos cujo um dos aspectos legitimadores para os projetos de “qualificação” destes espaços da cidade era o contraponto de “sucesso” dos projetos internacionais.

A “cultura global” (Featherstone, 1999) orientadora dos argumentos destes estudos urbanísticos seria o fenômeno que se insere em processos de integração e de desintegração cultural

---

<sup>1</sup> Nesse sentido, ver a publicação dirigida por Claude Chaline (1994) que reúne textos produzidos por pesquisadores no âmbito de um projeto coletivo de observação de cidades portuárias contemporâneas, reunindo experiências em cidades europeias, Buenos Aires, na Argentina, Montréal e Toronto, no Canadá e New Orleans, nos Estados Unidos.

<sup>2</sup> Traz os “casos” de Baltimore, nos Estados Unidos, na área de Inner Harbor, em Barcelona, na Espanha, em Port Vell, na Cidade do Cabo, na África do Sul, em Victoria e Alfred Waterfront, em Buenos Aires, Argentina, em Puerto Madero, em Roterdã, na Holanda, no Kop van Zuid, em Hong Kong, na China, em West Kowloon Reclamation, entre outros (Andreatta, 2010).

que se realizam não apenas no nível local, mas também processos que transcendem a unidade da sociedade estatal e que ocorrem a nível global. Estes assumem uma variedade de formas e sustentam a troca e o fluxo intenso de mercadorias, pessoas, informações, conhecimentos e imagens (Featherstone, 1999:7). No entanto, ainda que as questões relativas aos processos contemporâneos de “revitalização” ou de “qualificação” urbana de áreas “às margens” estejam relacionadas fundamentalmente a um fenômeno que se insere em processos ditos globais para que possam ser problematizadas desde o ponto de vista da Antropologia - com o intuito de compreender as dinâmicas da cultura em sociedades complexas, é preciso investigar esses processos em interações em situações referidas a contextos locais (Oliven, 2006; Hannerz, 1997).

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que se adote um ponto de vista dialógico com tencionamentos da “cultura global” sobre os fenômenos urbanos em questão, devemos considerar as formas do viver urbano nos diferentes contextos contemporâneos a partir da heterogeneidade das sociedades urbano-industriais. A compreensão da complexidade das formas específicas dos arranjos da vida social na cidade para a apreensão dos processos de transformação da paisagem urbana pela via das intervenções urbanísticas, tal como a referida no contexto de Porto Alegre e sua orla, perpassa questões constantes nos estudos das sociedades complexas moderno contemporâneas as quais resituam a diversidade dos grupos urbanos quanto aos seus diferentes níveis e domínios da realidade (Velho, 2004).

Para o caso de Porto Alegre, o Pontal do Estaleiro está inserido em um projeto mais amplo de intervenções na orla sul do Lago Guaíba, especialmente. Não se trata apenas de um desafio político e econômico para o poder público local, mas, sobretudo, intervenções na forma de organização espacial da população que reside nos bairros próximos à orla cuja heterogeneidade é marcada pelos grupos de classes trabalhadoras urbanas, camadas médias e grupos em situação de pobreza residindo às margens do rio e de arroios que deságuam nele. Assim, na tensão entre o espaço público e privado da orla do Lago Guaíba e nos processos de territorialização/desterritorialização implicados nas medidas de intervenções urbanas, visualizam-se espaços urbanos onde residem diversos estilos de vida, padrões de conduta, visões de mundo e projetos sociais dos diferentes grupos citadinos (Velho, 2004).

Em meio a essa complexa sobreposição de linguagens e representações sobre a paisagem urbana da orla do Lago Guaíba e do Pontal do Estaleiro, a questão sobre a relação destes espaços urbanos com o “rio” como ambiente “natural” e a paisagem é destacada pelas políticas urbanas que incidem sobre esses territórios e pelos diferentes grupos sociais implicados nos conflitos daí

decorrentes. A “questão ambiental” contemporânea condensa, de maneira plural, as diferentes realidades sociais, problematizadas desde o ideal de igualdade, entre os postulados do individualismo moderno (Dumont, 1985), como a noção de “bem comum” presente no “processo de ambientalização” (Lopes, 2006) destas áreas da cidade. O processo histórico de “ambientalização” é configurado internacionalmente, e, no Brasil, com suas apropriações específicas e diferentes dimensões, numa nova questão pública (Lopes, 2006). Processo que passa por compreender a incorporação de uma perspectiva ambientalista em questões políticas e o modo como esse fenômeno dinamiza os conflitos sociais e potencializa essas questões inerentes a determinadas sociedades (Comaroff e Comaroff, 2001).

Refletir sobre o processo de transformação da orla do Lago Guaíba no contexto urbano de Porto Alegre, no âmbito das intervenções urbanísticas propostas para a cidade, as quais se desdobram em novos arranjos dos grupos urbanos nos seus territórios, perpassam questões sobre os processos sociais de construção do espaço público (Arantes, 2000). A dimensão espaço-temporal do processo de transformação urbana da orla e os conflitos em torno do uso e ocupação dos territórios da orla sul que este trabalho se dedica advém da dinâmica entre políticas urbanas contemporâneas e processos particulares da urbanização de Porto Alegre.

Essa dinâmica, por sua vez, coloca em perspectiva questões éticas afeitas aos contextos urbanos contemporâneos que estão implicadas às diferentes concepções de “bem comum”, tanto de espaços públicos e sua apropriação, tal como a orla enquanto espaço urbano, quanto da “proteção ambiental” desses espaços que, atualmente, compõem os territórios em disputa na cidade. Esse fenômeno nos possibilita questionar de que modo a incorporação da “questão ambiental” em conflitos de uso e ocupação de territórios urbanos se constitui como elemento de políticas urbanas contemporâneas.

Ao iniciar a pesquisa sobre o processo de transformação da paisagem urbana da orla, pautada no contexto conflitivo do projeto do Pontal do Estaleiro, me deparava com um cenário no qual intervenções urbanísticas anteriores haviam sido promovidas, nos últimos anos, naquela região da cidade. Assistiam-se intervenções no espaço urbano, especialmente a construção de um *shopping* alçado ao maior da América Latina, a construção de um museu de arte contemporânea e o processo de “remoção” de ocupações de habitações tidas como “irregulares”, pelo poder público local, na orla, no entorno desses espaços edificados.

Esses processos de transformação da paisagem urbana, nos mais diversos contextos citadinos, são relacionados ao fenômeno de “qualificação” de espaços urbanos para o qual fora

cunhado o termo *gentrification* (Smith, 2006; Zukin, 2000). O conceito havia sido definido pela socióloga Ruth Glass, na década de 60, como processo de reabilitação residencial de bairros operários e “populares” da área central de Londres (Bidou-Zachariassen, 2006). O modelo de intervenção urbana em muitas cidades americanas de reabilitação residencial de certos bairros centrais da cidade, desdobraram-se em estudos sobre o fenômeno global de implementação de políticas urbanas de “enobrecimento” de espaços centrais em diferentes cidades, inclusive brasileiras (Leite, 2002). A leitura contemporânea desses processos em curso em cidades européias observou tipos de *gentrification* nos quais os usos não eram propriamente residenciais, mas mais ligados ao consumo urbano de camadas médias (Bidou-Zachariassen, 2006). O uso deste conceito, nas últimas décadas, tem sido fortemente utilizado nos debates acadêmicos versando sobre políticas urbanas de “requalificação” do espaço em diferentes cidades contemporâneas (Lacarrieu; Girola *et al*, 2011), inclusive para os casos em antigas áreas centrais e portuárias.

No entanto, o uso de *gentrification* enquanto um termo onipresente que resumiria certo discurso dominante sobre a cidade (Lacarrieu; Girola *et al*, 2011) tem sido questionado a partir de estudos etnográficos de contextos urbanos específicos, como no caso de pesquisas desenvolvidas sobre o contexto de “requalificação” e regulação da cidade de Buenos Aires (Lacarrieu; Girola *et al*, 2011). No Brasil, o quadro observado no bairro da Luz, na cidade de São Paulo, apontou a necessidade de mais reflexão e estudos etnográficos em torno do conceito que, no contexto paulistano, não caberia propriamente dentro dos modelos de *gentrification* (Frúgoli; Sklair, 2009). No mesmo sentido, o estudo realizado no Morro da Conceição, na zona portuária da cidade do Rio de Janeiro (Guimarães, 2011), apontou premissas empiricamente frágeis em estudos anteriores que utilizavam este conceito para análise do plano urbanístico em questão.

Para o caso desta pesquisa e dos enfrentamentos etnográficos propostos, o questionamento do uso do conceito de *gentrification* reside no fato de que seus modelos analíticos pouco problematizam o aspecto que para esta Tese é fundamental para a compreensão do processo de transformação da paisagem urbana da orla e seus conflitos territoriais engendrados: o tempo.

A categoria tempo, a partir da qual se desenvolve esta Tese, é apropriada na sua relação com o espaço a partir do estudo de memória coletiva e territorialidades. O estudo de territorialidades se baseia no pressuposto de que o espaço enquanto variável sociocultural é apreendida como uma realidade que se materializa somente através de ações recíprocas, ou seja, na interação social. Sob o ponto de vista de um paradigma estético, pautado na sociologia de Simmel (1986, 2004), o que se apreende como objeto de análise neste trabalho não é o espaço *per se*, mas a “ação recíproca que faz

o espaço” (Simmel, 2010:601). Trata-se, assim, de nos questionarmos a respeito dos seus significados pelas formas de socialização entre os diferentes indivíduos e grupos sociais que o habitam, buscando mostrar aqui as feições do tempo no arranjo das formas da vida social.

Do ponto de vista da memória da cidade narrada pelas experiências vividas de seus habitantes, no contexto urbano, o processo de transformação da paisagem urbana da orla é compreendida sob as dinâmicas da cultura em sociedades complexas enquanto objeto temporal (Eckert; Rocha, 2005), na medida em que tais territórios conformam uma memória compartilhada que é parte integrante de uma diversidade cultural característica da fundação do próprio centro urbano de Porto Alegre.

Sob a perspectiva da memória, o estudo das formas dos arranjos da vida social que aí se processam, é apropriado nesta Tese para a compreensão do processo de territorialização/desterritorialização das identidades sociais; das continuidades/descontinuidades dos sistemas de valores que se sobrepõem nos territórios em jogo nos conflitos; e para a análise das redes/espços sociais que situam os habitantes da cidade segundo suas trajetórias, posições e papéis, e suas adesões e dissidências no contexto urbano (Eckert; Rocha, 2001).

Este processo passa a ser aqui analisado a partir de uma rítmica particular, nos moldes de uma “etnografia da duração” (Eckert; Rocha, 2013) vinculado ao processo de transformação da paisagem urbana da orla do Lago Guaíba e da cidade. Seguindo esta perspectiva, adere-se às proposições de Bachelard (1988) em termos de uma “ritmanálise”, no sentido de se compreender as lacunas do tempo como condição de seu ato de consolidação “em duração” para se interpretar o vivido pelos habitantes das cidades contemporâneas. Privilegio uma abordagem dos processos de ocupação, crescimento e transformação da cidade, a partir das tensões inerentes ao conflito (Simmel, 2004), pautada nas premissas da socialização pelo conflito como dimensão importante de integração e de confrontação social.

A pesquisa relaciona esta abordagem às reflexões produzidas no âmbito da literatura sobre a dinâmica das sociedades complexas moderno-contemporâneas pela via dos “itinerários urbanos” (Eckert; Rocha, 2000) e das formas de sociabilidade (Simmel, 1986; 2010) de diferentes indivíduos, grupos e redes sociais. Tais dinâmicas vão construindo e significando os territórios sociais relativos à orla do Lago Guaíba, a partir de trajetórias sociais que vão dando profundidade aos significados inscritos por seus espaços na paisagem urbana da cidade de Porto Alegre.

A pesquisa se desenvolveu por meio dos seguintes estudos etnográficos que, ao longo da Tese, serão apresentados de modo mais detalhado:

- I. Estudo de conflitos territoriais urbanos, investigando o processo de urbanização da cidade de Porto Alegre e as atuais medidas de intervenções na orla do Lago Guaíba, sob a perspectiva da sobreposição de diferentes lógicas e representações de ideologias progressistas e de “modernização” (Maffesoli, 1994) e de ideologias de proteção ambiental (Leite Lopes, 2006).
- II. Estudo de trajetórias sociais, a partir de relatos e narrativas biográficas dos indivíduos e grupos sociais pesquisados, pertencentes ao que esta pesquisa figurou como “região Cristal”;
- III. Estudo das dinâmicas de organização espaço-temporal dos grupos e redes contemplados pela pesquisa, especialmente habitantes da região Cristal, quanto às diferentes formas de apropriação e significação dos territórios que a conformam, bem como as negociações éticas que se processam nas suas interações cotidianas.
- IV. Proposição de uma “etnografia da duração” (Eckert; Rocha, 2000) com a elaboração de coleção de imagens (Rocha, 2008), especialmente documentais e fotográficas, sobre a transformação da paisagem urbana da orla do Lago Guaíba, na cidade de Porto Alegre, abordando as continuidades/descontinuidades espaços-temporais entre a orla sul e a orla norte.

No que concerne ao último estudo etnográfico a que fiz menção, seguindo a abordagem de Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert (2009), optei por apresentar a pesquisa das imagens presentes às narrativas fotográficas e textuais (literárias e documentais) no segundo Tomo desta Tese. A escolha se dá em vista da intertextualidade dessas imagens na pesquisa antropológica sobre o processo de transformação da paisagem urbana da cidade e sua orla. O estudo de narrativas fotográficas e textuais, investindo no registro das imagens de conjunto pelas quais se processa a vida social na cidade, se deu para pensar, com elas e por meio delas, as ritmicidades que regulam os arranjos dos tempos subjetivos e dos tempos do mundo (Rocha; Eckert, 2009:111) nos territórios em questão nesta Tese. O convite ao leitor, privilegiando a intertextualidade, é que percorra, ao longo da leitura do Tomo I, as narrativas presentes no Tomo II, em vista da relação dialógica que se propõe.

Para narrar o meu percurso de pesquisa junto aos grupos e redes, apresentei os interlocutores utilizando apenas o primeiro nome dadas as especificidades dos encontros possibilitados durante o trabalho de campo, os quais descrevo ao longo desta Tese. Utilizei os nomes e sobrenomes para as pessoas que se apresentaram a mim desta maneira que, normalmente, possuíam vinculação com redes institucionais ou redes de pesquisa fora da região Cristal. Da mesma forma, foram as especificidades dos encontros etnográficos possibilitados durante o trabalho de campo que propiciaram o uso consentido das imagens fotográficas que eu produzi e compartilhei com os grupos no decorrer da

pesquisa, assim como daquelas que integram acervos pessoais (aos quais menciono a autoria com nome e sobrenome).

O Tomo I está dividido em seis capítulos.

O primeiro deles é dedicado a um breve relato sobre a construção da minha trajetória de pesquisa iniciada no campo do Direito e dos estudos sobre direito ambiental aos percursos de pesquisa seguidos no campo da Antropologia que me conduziram aos estudos de antropologia urbana.

O segundo capítulo desta Tese é dedicado à apresentação do contexto conflitivo do projeto do “Pontal do Estaleiro”, seus dramas e dilemas, em meio às alterações do Plano Diretor da cidade e da idealização de projetos urbanos para a orla do Lago Guaíba, particularmente àqueles propostos para a orla sul. Partindo da descrição do lugar político que o conflito ocupou e quais eram os principais grupos e redes sociais envolvidas no debate público, apresento o cenário com o qual nos deparamos na orla sul do Lago Guaíba, particularmente da região Cristal, onde o projeto se situa, anunciando e situando espaço-temporalmente aspectos que serão analisados ao longo dos capítulos seguintes. Na segunda parte, apresento o conjunto de projetos idealizados pela Prefeitura de Porto Alegre para a orla, a partir de diretrizes constantes nos estudos urbanos por ela elaborados.

O terceiro capítulo, considerando o contexto conflitivo em vista dos projetos urbanos idealizados para a orla descrito no capítulo anterior, é dedicado a uma discussão sobre questões envolvendo os novos princípios, orientações e linguagens das políticas urbanas contemporâneas no contexto brasileiro. Proponho analisar o modo como foram, discursiva e institucionalmente, construídas estas discursividades e práticas em meio aos debates internacionais sobre a “questão urbana” e a “questão ambiental”. Colocadas estas questões, passo então a analisar as práticas e os sentidos atribuídos pelos grupos e redes envolvidas nos conflitos territoriais da orla do Lago Guaíba no contexto das políticas urbanas locais.

O quarto capítulo é dedicado a analisar, do ponto de vista da memória, a rítmica descontínua do tempo das projeções urbanísticas e do tempo da materialização de uma nova ordem urbana para a orla e a cidade de Porto Alegre. Retomando aspectos mencionados no segundo capítulo, persigo as pistas sobre as formas como a região Cristal passa a integrar um mapa urbano construído num movimento profundamente identificado com os rumos civilizatórios do projeto de modernidade da cidade. Nesse percurso, apresento a rede de relações de antigos trabalhadores do Estaleiro Só com as quais interagi ao longo da pesquisa etnográfica e, a partir dos seus relatos autobiográficos

expressos nas narrativas, analiso as formas de constituição e transformação das territorialidades da região Cristal enquanto espaço vivido da cidade pelas suas experiências de trabalho.

O quinto capítulo adentra diferentes territorialidades e temporalidades da região Cristal, analisando as relações dos seus habitantes com seus espaços de pertença. Ao longo deste capítulo, percorro as formas conflitivas de constituição e transformação desses espaços no tempo, em meio às experiências de enraizamento e desenraizamento dos seus habitantes. Questiono os significados compartilhados por determinados segmentos dos habitantes da região sobre as territorialidades que a conforma e as negociações éticas que se processam nas suas ações e interações cotidianas.

Finalmente, o sexto capítulo é dedicado à retomada de aspectos analisados ao longo dos capítulos anteriores relativos à dinâmica espaço-temporal de conformação e transformação da paisagem urbana da orla do Lago Guaíba, a partir do que denomino de “momentos de modernização”, os quais são interpretados em termos de um processo de “valorização do patrimônio ambiental da orla”. Para tal, partindo do contexto conflitivo do Pontal do Estaleiro, abordo o tema de paisagem, desde o plano da memória, e o relaciono às formas de integração da orla ao projeto de modernidade da cidade.

## **CAPÍTULO 1**

### **A ETNOGRAFIA: DESCOBERTA E PERCURSO**

## 1.1 Construção de uma trajetória de pesquisa e de um campo etnográfico na cidade

Em meados de 2010, iniciei a pesquisa sobre os projetos de “qualificação” urbana para a orla do Lago Guaíba, particularmente para a orla sul, na cidade de Porto Alegre. Naquele momento, como vimos na parte introdutória deste trabalho, eram idealizadas e projetadas intensas intervenções urbanas pelo poder público local em diferentes territórios da orla da cidade. Em meio a tais projeções, a proposição inicial do universo da pesquisa se configurou relacionado a um contexto específico, o projeto do Pontal do Estaleiro cujo relato propriamente do conflito, seus dramas e dilemas, veremos no capítulo seguinte.

A minha escolha pelo estudo desse universo afeito aos projetos urbanos não foi eventual, pois durante a realização da dissertação de mestrado eu tinha pesquisado um polêmico projeto urbanístico no contexto de Florianópolis, Santa Catarina, cidade onde morei durante os dois anos de formação do Curso. A dissertação foi resultado de uma trajetória de pesquisa que se inicia desde a minha formação na graduação em Direito e da vinculação com o campo do direito ambiental. A partir desse campo, a pesquisa envolveu, numa esfera, a experiência imersiva do estudo do projeto urbano, na Praia do Costão do Santinho, ao norte da Ilha de Florianópolis, em outra, tratou da Ação Civil Pública, movida pelo Ministério Público Federal, com a participação de *ongs* ambientalistas e associação de moradores contrárias à construção do empreendimento, bem como o empreendedor, órgão ambiental estadual e Prefeitura de Florianópolis. O conflito estava centrado na possibilidade de contaminação do aquífero que garantia o abastecimento público de água à população residente na parte norte da cidade-ilha pelos insumos químicos utilizados para manutenção do campo de golfe projetado. A dissertação analisou a construção de significados de “risco aceitável” (Douglas, 1996) no contexto urbano contemporâneo pelos diferentes grupos sociais envolvidos no conflito “judicializado” (Soares, 2007).

Paralelamente a realização da dissertação de mestrado pude estabelecer um diálogo sobre a “questão ambiental” com profissionais de campos diversos na organização não governamental Instituto Anthropos<sup>3</sup>, em Porto Alegre. A instituição atuava em projetos voltados às questões envolvendo os saberes e as práticas entre ambiente e sociedade e tinha dentre seus membros, além de profissionais das áreas técnicas de meio ambiente, os antropólogos Ana Luiza Carvalho da Rocha e Rafael Devos.

---

<sup>3</sup> Instituto Anthropos, organização não governamental, cuja problemática Indivíduo/Ambiente/Sociedade fundamenta sua atuação em pesquisa e ação. <http://instituto-anthropos.blogspot.com.br/>

Dada à parceria de trabalho que se estabeleceu com eles pela minha inserção no campo do direito ambiental integrei a equipe de pesquisa que desenvolveu o projeto “Habitantes do Arroio: Estudo de conflitos de uso de águas urbanas, risco, saúde pública e comunidades éticas em Porto Alegre-RS”<sup>4</sup> realizado pelo Banco de Imagens e Efeitos Visuais/BIEV<sup>5</sup> junto ao Laboratório de Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Iniciada em 2009, a pesquisa desenvolvida pelo projeto “Habitantes do Arroio” estava voltada para descoberta das situações de conflito e interdependência entre grupos sociais, instituições e técnicos envolvidos cotidianamente com os usos das águas do Arroio Dilúvio, em Porto Alegre. A pesquisa se valeu da produção e da exibição de documentários, relatórios e narrativas visuais sobre as condições ambientais do Arroio Dilúvio, contrapostas à diversidade sociocultural de representações simbólicas, *ethos* e visão de mundo das populações que habitam a sub-bacia, na cidade.

A reflexão sobre a “questão ambiental” referida a uma memória ambiental no âmbito do projeto se origina de estudos anteriores sobre memória coletiva e cotidiano dos moradores das ilhas do Parque Estadual Delta do Jacuí, bairro Arquipélago, em Porto Alegre desenvolvida por Rafael Devos junto ao BIEV (Devos, 2003, 2007) cujo tema de memória era fundante. Esses habitantes trouxeram, para além das ilhas, lembranças de antigas áreas de ocupação popular da margem do Lago Guaíba e seus arroios, a canalização do Arroio Dilúvio e o fim de espaços como a “Praia da Margem” e a “Ilhota”, lembranças evocadas no atual sentimento de “perda” do “rio” Guaíba, antigo “rio” praticado e habitado na memória da cidade, hoje lago poluído, no contexto de crise ambiental contemporânea (Devos, 2007).

Em termos metodológicos, buscávamos compreender os fenômenos sociais referidos ao universo de pesquisa da sub-bacia do Arroio Dilúvio desde uma experiência etnográfica. A metodologia de pesquisa de campo era constituída pela junção das técnicas de pesquisa da antropologia visual, envolvendo o trabalho de campo com câmeras, microfones, com a técnica de observação participante. A metodologia adotada me permitiu o vivenciar de uma experiência

---

4 O “Habitantes do Arroio” foi financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através da Seleção Pública de Propostas para Apoio a Projetos de Pesquisa Relacionados à Água e Saúde Pública constante no Edital MCT/CT-Hidro/CT-Saúde/CNPq N ° 45/2008. O projeto foi coordenado por Ana Luiza Carvalho da Rocha. Durante a realização do projeto obtive financiamento do CNPq mediante a concessão de bolsa na modalidade ATP-A.

<sup>5</sup> O Banco de Imagens e Efeitos Visuais – BIEV é coordenado pelas Professoras Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha e está vinculado ao Núcleo de Pesquisa de Culturas Contemporâneas - NUPECS e do Laboratório de Antropologia Social do PPGAS/UFRGS. O Banco reúne coleções de imagens sobre a memória coletiva de Porto Alegre, tanto imagens de acervos públicos e privados quanto imagens produzidas pela equipe de pesquisadores a partir de suas pesquisas etnográficas.

iniciática de inserção em campo com a equipe de trabalho junto aos moradores e frequentadores da região entorno do Arroio Dilúvio, bem como o diálogo com os técnicos envolvidos nas ações de gerenciamento dos “usos” das águas em questão. Participávamos das formas de uso do espaço público ao longo da extensão do Arroio Dilúvio e seu entorno, como forma de acessar suas lógicas de ocupação e de se aproximar de moradores e frequentadores de lugares significados pelas experiências temporalmente distintas e que os identificavam com tais espaços.

No contexto de inserção no projeto, a pesquisa com imagem era também desafio e descoberta. A participação nas formas de uso do espaço público ao longo da extensão do Arroio Dilúvio e seu entorno, bem como as entrevistas com os interlocutores da pesquisa, “habitantes do arroio”, se davam com o uso de equipamentos para a produção das imagens fílmicas e fotográficas. Ao longo da sua realização foram sendo construídas coleções de imagens (Rocha, 2008) fílmicas e fotográficas as quais conformaram o *blog* interativo<sup>6</sup> do projeto e que resultaram no DVD interativo, ao final.

O desafio de realizar uma “cosmografia da bacia do Arroio Dilúvio” e de problematizar os conflitos socioambientais em um contexto urbano em novos arranjos territoriais, como as bacias hidrográficas, nos permitiu pensá-las, não apenas como ecossistemas com uma dinâmica hídrica, mas, sobretudo, como territórios sobrepostos, em que se expressam diversidades socioculturais que atravessam fronteiras políticas e se inter-relacionam desde uma perspectiva conflitiva (Simmel, 2004).

O intuito era compreender a “ambientalização” das relações sociais (Lopes, 2006) como parte do reordenamento de significados sobre os usos do ambiente no interior de uma comunidade urbana, considerando-se a pluralidade de realidades sociais e as formas como esta é negociada (Velho, 2004). Junto a essa perspectiva, no projeto de pesquisa do doutorado, o estudo das dinâmicas de organização espaço-temporal dos indivíduos e grupos implicados em conflitos urbanos passa a envolver o trabalho com memória.

A construção do objeto da Tese se dá, portanto, ligada a minha trajetória de pesquisa no campo do direito ambiental e a minha trajetória junto ao projeto do “Habitantes do Arroio” cuja filiação teórica e metodológica da antropologia urbana e das sociedades complexas estava inserida em um campo de pesquisa das teorias do imaginário e memória desenvolvido pelas antropólogas Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert no âmbito do BIEV/UFRGS. Essa trajetória de

---

<sup>6</sup> Disponível em <http://habitantesdoarroio.blogspot.com/>

pesquisa possibilitou a elaboração do projeto de doutorado no qual a temática do conflito, ambiente e cidade, nas suas inter-relações, analisaria temas e perspectivas próprios do campo antropológico: memória coletiva, formas de sociabilidade e conflito.

## **CAPÍTULO 2**

### **A ORLA SUL DO LAGO GUAÍBA E O CONFLITO DO PONTAL DO ESTALEIRO**

Este capítulo é dedicado à apresentação do contexto conflitivo do projeto do “Pontal do Estaleiro”, seus dramas e dilemas, em meio às alterações do Plano Diretor da cidade e da idealização de projetos urbanos para a orla do Lago Guaíba, particularmente aqueles propostos para a orla sul. Descrevo o lugar político que o conflito ocupou e quais eram os principais grupos sociais envolvidos no debate público. Partindo desse contexto conflitivo, apresento o cenário com o qual nos deparamos na orla sul do Lago Guaíba, particularmente da região Cristal, onde o projeto se situa, anunciando e situando espaço-temporalmente aspectos que serão analisados ao longo dos capítulos seguintes. Na segunda parte, apresento o conjunto de projetos idealizados pela Prefeitura de Porto Alegre para a orla, a partir de diretrizes constantes nos estudos urbanos por ela elaborados.

## **2.1 E o destino da Lomba do Asseio?**

Em meio a uma narrativa sobre o tempo em que trabalhava no estaleiro, um velho soldador aposentado fala *“tava tudo, prédio levantado ainda, as caldeira, a estrutural, tudo de pé, de repente eu passei ali e passaram a máquina e derrubaram tudo. [...] Mas, até hoje passo ali e chega me arrepiar o tempo que a gente passou ali”*. Ele se referia à destruição das ruínas do antigo Estaleiro Só, onde trabalhou como operário da construção naval desde os primórdios de sua operação, no início da década de 50, às margens da orla sul do Lago Guaíba. A ruína, forma presente do passado (Simmel, 2005), compôs a paisagem urbana da orla nos últimos vinte anos, desde o fim do funcionamento do estaleiro.

A extensa área onde operava o antigo Estaleiro Só está localizada às margens da orla sul do Lago Guaíba, na Avenida Padre Cacique, logo no começo do bairro Cristal, porta de acesso à zona sul de Porto Alegre. A ponta de terra que penetra um pouco no Lago Guaíba, ou “rio Guaíba”<sup>7</sup>, lugar praticado (De Certeau, 2008) e habitado na memória da cidade de Porto Alegre, deu a este espaço o nome de “Pontal do Estaleiro”.

O mesmo nome fora dado ao plano que pretende “urbanizar” este território da orla, cujo projeto arquitetônico e urbanístico envolve a construção de um grande empreendimento imobiliário de cunho residencial, comercial, lazer e consumo. Calcado na valorização de um “futuro” da orla da cidade, o projeto prometia um “resgate” da relação da população de Porto Alegre com “seu rio”. Os discursos técnicos, em parte dos urbanistas da prefeitura, em parte dos empreendedores propositores

---

<sup>7</sup> Ao longo do trabalho, ao me reportar ao Guaíba, o faço, por vezes, como “Lago”, tal como é formalmente classificado, segundo as normativas técnicas; por vezes, como “rio” (propositadamente com letra minúscula), termo êmico. A polêmica do ponto de vista técnico envolvendo ambas as denominações é analisada no Capítulo 3.

do projeto, revelavam ideais de “modernização” e “requalificação” de uma orla “degradada” e “abandonada”. O projeto do Pontal do Estaleiro, na sua versão inicial, proposta ao Poder Público local, previa a edificação de seis prédios altos, entre unidades residenciais e comerciais, lojas, bares, restaurantes, além da construção de uma marina privada.

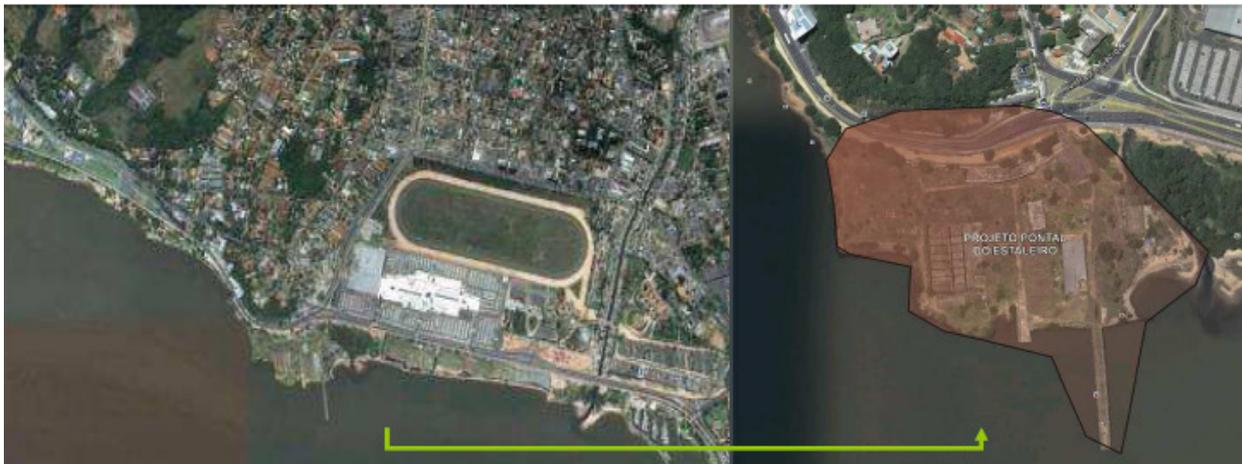


Imagem 1 - Vista aérea de parte do bairro Cristal, Porto Alegre, RS, à esquerda; vista aérea do Pontal do Estaleiro, à direita.

Fonte: Google Earth 2012.

O debate público em torno da proposta de “urbanização” do Pontal do Estaleiro se instaurou na cidade de Porto Alegre, intensivamente, a partir de 2008. A notoriedade pública dada pelos meios de comunicação locais, mídia eletrônica (televisão e *internet*) e mídia impressa, foi desencadeada quando, no ano de 2008, surgiu um projeto de lei<sup>8</sup>, de iniciativa do Poder Legislativo Municipal de Porto Alegre, alterando o Plano Diretor da cidade e o regime de “uso” da área do Pontal do Estaleiro. A mudança da lei que até então definia o regime urbanístico da área do antigo Estaleiro Só, na prática, possibilitaria a execução do projeto com a construção dos prédios residenciais e comerciais na orla sul do Lago Guaíba.

É na sobreposição de diferentes lógicas de ideologias progressistas e de “modernização” (Maffesoli, 1994) e de ideologias de proteção ambiental (Comaroff; Comaroff, 2001; Lopes, 2006) que a polêmica em torno do projeto se instaurou e a publicidade midiática dada ao conflito polarizou o debate público entre aqueles grupos contrários à “privatização” e aos “impactos ambientais” na orla e aqueles favoráveis à “valorização” da orla e ao “desenvolvimento” da cidade. O lugar político que o conflito ocupou em meio ao processo legislativo e a todos os consensos e dissensos que envolveram a aprovação da lei (para viabilizar a implantação do projeto do Pontal) é descrito aqui pela sua capacidade de agenciar ou não as possibilidades semânticas dos habitantes da

<sup>8</sup> Projeto de Lei Complementar 006/2008.

cidade de Porto Alegre em relação às práticas das políticas públicas urbanas e ambientais da cidade. Esse lugar político é uma das escalas sociais através das quais uma “comunidade de comunicação” (Oliveira; Oliveira, 1996:36) reordena os múltiplos significados sobre os “usos” do ambiente no espaço urbano<sup>9</sup>, da orla para o caso do Pontal do Estaleiro.

É interessante observarmos que, do ponto de vista formal, apesar de mais restritiva, a lei anterior não impedia “usos” da área, tampouco edificações<sup>10</sup>. Ao contrário da proposta legislativa que autorizaria o projeto Pontal do Estaleiro, a normativa anterior àquela vedava o uso para habitação, mas permitia comércio e serviços. Essa norma estabelecendo um regime urbanístico próprio para o Pontal do Estaleiro foi, à época, um incentivo a potenciais compradores da área que se tentava vender desde 1999. A normativa anterior ao projeto de lei, então proposto pelo Legislativo municipal, previa ainda uma parcela da área destinada a um parque urbano com acessibilidade pública a ser “urbanizado” pelo empreendedor, privilegiando a “integração da população com o Guaíba e seu acesso a toda orla pertencente à gleba”<sup>11</sup>.

A alteração posterior, portanto, seria um incentivo ainda maior aos empreendedores na medida em que ampliava os “usos” previstos, particularmente em vista das edificações residenciais. Após cinco tentativas de leilões para sua venda, uma construtora adquiriu a área em 2003, mas a mesma acabou sendo retomada pela massa falida do Estaleiro Só por falta de pagamento do comprador. O “Pontal” vai a leilão novamente e é vendido a outro grupo empresarial, no ano de 2005.

Em se tratando de empresas privadas as potenciais compradoras, implicaria em se considerar legítimas as suas pretensões de lucrar com o investimento que, em última análise, seriam os “usos” desse território da orla. Por outro lado, a questão era pensar em que medida o Poder Público local poderia autorizar “usos”, públicos ou privados, na orla do Lago Guaíba em vista das normativas de proteção ambiental que ali incidiam pela sua própria localização física, beira de rio.

---

<sup>9</sup> Nos termos de Roberto Cardoso de Oliveira (1996:36), entendo “comunidade de comunicação” como a existência de um espaço social marcado por relações dialógicas, que tenham lugar no plano da linguagem, do discurso. Ao longo da Tese, veremos em que medida podemos interpretar as ações sociais presentes na escala do vivido urbano, em termos de visão de mundo e estilo de vida dos diferentes indivíduos e grupos envolvidos no conflito do Pontal do Estaleiro, considerando que os diferentes territórios da cidade se prestam ao enraizamento de uma experiência de sentidos reinterpretada e reordenada por essa comunidade de comunicação sobre os “usos” do ambiente no espaço urbano.

<sup>10</sup> A Lei Complementar nº. 470 de 2 de janeiro de 2002 fora proposta pelo Poder Executivo municipal (Prefeito Tarso Genro/PT) e aprovada pela Câmara de Vereadores. Estabelecia que a área onde se localiza o Estaleiro Só era para “atividades de interesse cultural, turístico e paisagístico”, vedando o uso para habitação, atacado e indústria, mas permitindo comércio varejista e serviços.

<sup>11</sup> Conforme Artigo 4º da LC 470/2002.

Assim, quando a proposta legislativa que permitiria o uso residencial e comercial foi colocada na mesa pelos vereadores e o projeto do Pontal do Estaleiro veio a público, fomentado pela cobertura midiática deste fato, as imagens em perspectiva do projeto com seus “espigões” (prédios altos) passaram a ser veiculadas. Sem uma referência à escala real dos espaços a serem transformados, as imagens contendo as propostas de intervenções eram veiculadas através de panoramas ou perspectiva dos prédios, do píer e da marina, margeados pelo rio.

Não se tinha, à época, um documento oficial e público no qual constassem informações técnicas sobre a proposta, somente as imagens criadas pelo escritório de arquitetura que assinou o projeto. Essas imagens eram repetidamente veiculadas na mídia local, impressa e eletrônica, nas redes sociais, nos *blogs* e *sites* das entidades representativas de ambientalistas, do setor da construção civil, das associações de bairro da cidade, de entidades de classes, entre outros.

A política publicitária do empreendedor, por sua vez, estava pautada em exaltar os espaços públicos de lazer previstos pelo projeto em meio à extensa área privada reservada aos prédios comerciais e residenciais, bem como as diretrizes “sustentáveis”, em termos ambientais, que o orientavam. Os representantes do movimento ambientalista argumentavam que não havia estudo de impacto ambiental do projeto apresentado pela empresa. Além dos aspectos ambientais e os potenciais impactos na orla e nas águas do Lago Guaíba, argumentavam também em vista do caráter segregador das intervenções que “privatizaria” espaços urbanos que deveriam ser públicos.

Dentre os movimentos sociais mais atuantes no conflito do Pontal do Estaleiro está o “Movimento em Defesa da Orla”<sup>12</sup>, cujos muitos dos seus integrantes faziam parte da AGAPAN<sup>13</sup>, *ong* ambientalista historicamente atuante nos conflitos ambientais na cidade e no Estado do Rio Grande do Sul. O Movimento em Defesa da Orla agregava uma rede de pessoas e instituições fortemente atuante tanto no conflito do Pontal do Estaleiro como em outros conflitos relativos aos usos e ocupação da orla do Lago Guaíba. Os seus membros integravam diferentes fóruns políticos-institucionais que os inseriam em redes políticas do município de Porto Alegre. Entre essas redes de instituições, por exemplo, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA), vinculado à Prefeitura municipal, além da própria AGAPAN.

---

<sup>12</sup> Esse movimento integra um conjunto de entidades associativas da cidade que juntas formaram o “Fórum Municipal de Entidades de Porto Alegre”. O Fórum é institucionalizado, enquanto grupo de entidades e espaço de participação nos debates sobre os projetos urbanos, pela própria Câmara de Vereadores que intermedia as inscrições das entidades participantes se constituindo num espaço institucionalizado de debate sobre os temas de políticas públicas urbanas locais.

<sup>13</sup> Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, fundada em 1971 em Porto Alegre por José Lutzenberger, entre outros ecologistas, é considerada entidade pioneira na militância ambiental no Brasil.

A notoriedade pública dada pelos meios de comunicação locais e a pressão política dos movimentos sociais sobre os vereadores contrários ao projeto, então divididos entre grupos contrários e favoráveis, aumentavam e novos espaços políticos institucionais eram abertos para discussão do projeto, entre Audiências Públicas, Tribuna Popular na Câmara<sup>14</sup>, reuniões, entre outros. O projeto de lei figurou ao longo de 2008 entre um entrar e sair da pauta de votação da Câmara de Vereadores.

A cada nova sessão marcada para votação do projeto de lei do Pontal do Estaleiro na Câmara e a iminente possibilidade de sua aprovação, novas manifestações públicas eram organizadas pelos movimentos sociais contrários ao projeto. O Movimento em Defesa da Orla organizou diversas dessas manifestações, que ocorreram em locais como a Usina do Gasômetro ou Redenção, dado o sentido público desses espaços urbanos para a cidade de Porto Alegre. Entidades de classe, como Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul (SENGE-RS) e o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-RS), manifestaram-se publicamente contrárias ao projeto. A cada manifestação, a visibilidade pública do projeto aumentava, pois a mídia local continuava noticiando estes fatos.<sup>15</sup>

O jogo político entre o Poder Legislativo municipal, vereadores favoráveis e contrários, *ongs* e movimentos sociais, tornou-se um cabo de força em pleno ano eleitoral. Aqueles que queriam adiar a votação do projeto de lei para depois das eleições municipais que ocorreriam em outubro de 2008 opunham-se aos grupos que se empenhavam para que ocorresse antes. Junto ao debate e manifestações públicas, um vereador com apoio de entidades contrárias ao projeto e a AGAPAN ingressou com medidas judiciais requerendo o adiamento da sessão de votação.<sup>16</sup>

Em setembro do mesmo ano, o projeto do Pontal do Estaleiro voltou mais uma vez à pauta de votação da Câmara. As eleições se aproximavam e a mídia local fomentava a polarização do

---

<sup>14</sup> É um instrumento de participação popular nas sessões da Câmara em que, literalmente, é dada voz ao “povo”. O orador possui dez minutos, sem apartes, para a explanação do tema a que se propôs.

<sup>15</sup> Jornal Correio do Povo, *Ato Rejeita o Pontal do Estaleiro*, 16/10/2008; Correio do Povo, *Ato pede parques na orla*, 6/10/2008; Correio do Povo, *Aumentam as discussões sobre o Pontal do Estaleiro*, 18/09/2008; Correio do Povo, *Defensores da orla fazem manifestação hoje na Câmara*, 17/09/2008; Jornal Zero Hora, *Pontal do Estaleiro: manifestantes protestam na Capital*, 23/11/2008; Jornal Zero Hora, *Plenário veta adiamento da votação sobre Pontal do Estaleiro*, 12/11/2008.

<sup>16</sup> Em outubro de 2008, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul suspendeu liminarmente a votação do projeto do Pontal do Estaleiro. O recurso judicial foi proposto pelo Vereador Beto Moesch alegando que a proposta do Pontal do Estaleiro deveria partir do Poder Executivo municipal e não do Poder Legislativo.

debate.<sup>17</sup> O Jornal Zero Hora, um dos principais jornais do Estado do Rio Grande do Sul, descreveu o embate como uma “luta” entre dois lados opostos.

No canto direito, vestidos de preto, quem era contra a proposta. No canto esquerdo, segurando faixas, quem era a favor. Não era luta de boxe, mas dava para dizer que cada um ficou do seu lado do ringue. Sem ataque entre as representações, o polêmico projeto do Pontal do Estaleiro Só, empreendimento que pretende urbanizar a área desativada da antiga empresa na orla do Guaíba, reuniu dezenas de pessoas pró e contra a iniciativa ontem no Plenário da Câmara de Vereadores. (Jornal Zero Hora, *A luta pelo Estaleiro Só*, 18/09/2008).

A polêmica foi fomentada em parte pela cobertura midiática sucessiva dos fatos, particularmente entre 2008 e 2010, e em parte pela institucionalização dos debates, seja pela formação de coletivos de entidades que militaram contrárias ao projeto, seja pelos debates propostos no âmbito de instituições públicas, como na Câmara de Vereadores e na Prefeitura municipal. As eleições municipais ocorreram em outubro e em meio às disputas políticas partidárias pela não votação do projeto de lei isso acabou ocorrendo somente em novembro, após o período eleitoral que reelegeria o então Prefeito José Fogaça.<sup>18</sup>

A Câmara de Vereadores que propunha a alteração poderia ser renovada e os posicionamentos favoráveis ou contrários ao projeto do Pontal do Estaleiro e o “destino” da orla eram um elemento importante para as eleições municipais que logo chegaria. A imprensa tratava de polarizar o debate não somente situando em qual dos “lados” cada grupo (instituição) estava - “pro” ou “contra” - como operava com a mesma dicotomização listando nominalmente cada um dos vereadores e sua respectiva legenda partidária. Quem votaria contra? Quem votaria a favor?

Depois de muitos debates e tentativas de adiamento da sua votação em Plenário e passado o período eleitoral, o Projeto de Lei do Pontal do Estaleiro foi votado na Câmara de Vereadores em 12 de novembro de 2008. A mídia deu publicidade à sessão de votação, foram distribuídas senhas de acesso ao plenário lotado pelos interessados em assisti-la e instalado um telão do lado de fora para aqueles que não conseguiram acesso. O projeto do Pontal do Estaleiro foi, assim, aprovado

---

<sup>17</sup> Jornal Correio do Povo, *Aumentam os debates sobre o Pontal do Estaleiro*, 18/09/2008; Jornal Correio do Povo, *Movimento em prol do desenvolvimento é favorável*, 18/09/2008; Jornal Zero Hora, *Pontal do Estaleiro: manifestantes protestam dentro e fora do Plenário*, 12/11/2008.

<sup>18</sup> O mandato de José Fogaça/PMDB iniciou em 2005 e foi finalizado em 2008, ano no qual ele concorreu à reeleição e é reeleito. O então Prefeito José Fogaça renuncia ao cargo, em 2010, para concorrer às eleições para Governador do Estado do Rio Grande do Sul. É sucedido por seu Vice-Prefeito José Fortunati, que finaliza o mandato em 2012, quando é também reeleito e, hoje, o atual Prefeito de Porto Alegre.

pela Câmara de Vereadores em meio a uma tumultuada sessão com a presença de manifestantes, representantes de entidades, favoráveis e contrários ao projeto.<sup>19</sup>

A partir da aprovação do projeto de lei pelo Legislativo municipal que, na prática, acarretaria na execução do Projeto Pontal do Estaleiro, um novo “ato” se inicia no “imbróglio” do conflito em Porto Alegre. O Prefeito da cidade deveria sancionar ou vetar o projeto de lei então aprovado pela Câmara de Vereadores. A mobilização das entidades contrárias ao projeto, como o Movimento em Defesa da Orla, passou a ser em razão do veto do Prefeito ao projeto. O então recém-reeleito Prefeito da cidade acabou o vetando, dado o “acalorado da polêmica” e “forte dissenso gerado na sociedade porto-alegrense”, conforme refere o documento no qual consta a sua justificativa de veto:

A par de manifestações de apoio à proposição, foram inúmeras também as manifestações em seu desfavor, razão pela qual, dado o conteúdo acalorado da polêmica encetada, faz-se necessário, devolver o conhecimento da matéria à soberania popular, na forma de referendo [...] vários segmentos da sociedade civil organizada atuantes na temática urbano-ambiental deste Município externaram suas posições com relação ao projeto em comento [...] (Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2008).

Juntamente com o veto, o Poder Executivo municipal propôs outro projeto de lei, mantendo o mesmo conteúdo (projeto Pontal do Estaleiro), mas trazendo um novo artigo que previa a realização de um referendo popular para saber a opinião dos portoalegrenses. Nesse vai e vem do processo legislativo, em março de 2009, após o veto do Prefeito, o “novo” projeto de lei volta à Câmara de Vereadores que novamente o aprova, alterando o regime urbanístico da área do Pontal do Estaleiro. Portanto, não somente a Consulta Popular é aprovada, mas a possibilidade de edificação na área também.

Na prática, fora mantida a possibilidade de edificação, inclusive dos polêmicos “espigões” residenciais, mas, desta vez, partindo a iniciativa de lei do Poder Executivo. A consulta popular para saber a opinião dos portoalegrenses versaria, dessa forma, sobre a possibilidade de edificação

---

<sup>19</sup> Uma Lei Complementar tal como esta necessita de maioria absoluta dos votos para sua aprovação em Plenário na Câmara de Vereadores. Foram 20 votos a favor e 14 votos contra. Desses votos favoráveis, 8 foram de vereadores que não tinham sido reeleitos e, portanto, não representariam mais o Legislativo municipal no ano seguinte. Sobre o processo de votação junto à Câmara de Vereadores, a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público investigou denúncias de suspeitas de venda de votos. Conforme noticiado pelo Ministério Público, em 19/11/2008, “*Projeto Pontal do Estaleiro: denúncias são entregues ao Ministério Público*”. Disponível em: <<http://www.mprs.mp.br/imprensa/noticias/id16266.htm>>. Acesso em 30 de setembro de 2012, e pela mídia impressa em “*MP decreta sigilo sobre caso Pontal do Estaleiro*”, em Jornal Zero Hora, 18 de novembro de 2008. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/noticia/2008/11/mp-decreta-sigilo-sobre-caso-pontal-do-estaleiro-2298623.html>>. Acesso em 30 de setembro de 2012. Esta medida investigatória acabou sendo arquivada.

residencial ou não naquela área e não sobre a possibilidade de implantação do projeto do Pontal do Estaleiro em sua integralidade.

Buscando legitimar o projeto, o grupo empresarial que havia adquirido a área do Pontal do Estaleiro apresentou uma carta ao Prefeito, noticiada pela mídia local, informando que desistiria das “edificações mistas”, ou seja, dos prédios residenciais e comerciais, e que o projeto contemplaria somente edificações comerciais. Mas, não causou surpresa o fato de, apesar do anúncio da desistência da parte residencial do projeto, a Prefeitura ter mantido a realização da consulta popular. O Poder Público local atribuía à consulta a sua iniciativa política de propiciar a participação popular nas práticas de gestão urbana da cidade. Todavia, o fato é que o projeto urbanístico, mesmo sem os prédios residenciais, já estava dado na medida em que o regime urbanístico permitia a sua construção.

Durante os meses que antecederam a Consulta Popular, em 2009, o Movimento em Defesa da Orla, juntamente com outras entidades contrárias ao Projeto do Pontal do Estaleiro, muitas integrantes do Fórum de Entidades, se articularam e formaram o que denominaram de “Frente do NÃO”<sup>20</sup>, divulgando uma campanha de “Não ao Pontal”. O intuito era mobilizar indivíduos e grupos sociais para além das entidades representativas articuladas desde a propositura do projeto de lei, informando a população em geral da Consulta Popular e incentivando-a a participar, votando “não”.

O movimento contou com o apoio de grupos de estudantes universitários, dos vereadores que votaram contrariamente ao projeto de lei, do Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul que ajudavam a dar maior amplitude de divulgação pela mídia local, dos chargistas da entidade da Grafar (Grafistas Associados do Rio Grande do Sul) que, de forma jocosa e bem humorada, estetizavam em charges a “privatização” da orla da cidade, além dos diversos *Blogs*<sup>21</sup> que divulgavam as imagens e informações sobre o projeto.

O material de campanha da “Frente do NÃO” circulava de forma impressa, sendo distribuídos panfletos nos atos e manifestações públicas, novamente tendo como lugar privilegiado das manifestações de rua a Usina do Gasômetro e a Redenção, além de circularem em meio digital

---

<sup>20</sup> Dentre as entidades participantes, figuraram a AGAPAN, Associação dos Moradores e Amigos da Auxiliadora de Porto Alegre, Associação dos Moradores do Bairro Ipanema, Associação de Moradores do Centro de Porto Alegre, Centro Comunitário de Desenvolvimento da Tristeza, Pedra Redonda, Vila Conceição e Assunção, Núcleo Amigos da Terra/Brasil, ONG Solidariedade, Sindicato dos Municípios de Porto Alegre, Sindicato dos Bancários Rio Grande do Sul, entre outras entidades.

<sup>21</sup> Os *Blogs* tornaram-se um campo privilegiado de circularidade de informações e divulgação das ações dos movimentos sociais contrários e favoráveis ao projeto do Pontal do Estaleiro, como também de outros projetos públicos que a Tese abarca. No caso do Pontal, dentre os *Blogs* consultados: <http://agapan.blogspot.com.br/>, <http://goncalodecarvalho.blogspot.com.br/>, <http://poavive.wordpress.com/>.

nas redes. Os panfletos e informações que circulavam nas redes digitais pontuavam que o Pontal do Estaleiro não era o único projeto previsto para a orla da cidade de Porto Alegre na medida em que, naquele mesmo ano da votação, se dava o processo de revisão do Plano Diretor cujas propostas abrangiam outros territórios da orla sul e norte do Lago Guaíba.

O movimento teve apoio também de artistas e intelectuais portoalegrenses que participaram de um vídeo produzido pela Casa de Cinema de Porto Alegre<sup>22</sup>, gravado próximo à Usina do Gasômetro, em frente ao rio Guaíba, no qual todos convocavam os portoalegrenses a votar contrariamente ao projeto no dia da votação. Outro personagem que marcou essa fase de mobilização mais intensa do Movimento em Defesa da Orla e demais entidades da “Frente do NÃO” foi a “Morte de Plástico”<sup>23</sup>, representada por um jovem ator vestido com uma longa capa preta de plástico e uma foice na mão, na qual havia escrito “especulação” em alusão à especulação imobiliária que as entidades entendiam que “mataria” o rio Guaíba, a contemplação da sua paisagem e os espaços públicos de lazer.

A Consulta Popular era noticiada pela mídia impressa local que tratava novamente de polarizar o debate entre a “Frente do NÃO” e “Frente do SIM” que em menor escala que seus opositores e de forma menos institucionalizada em termos de entidades participantes também divulgaram informações e apelos de votos favoráveis ao projeto nas redes digitais.<sup>24</sup> A votação foi realizada no dia 23 de agosto de 2009, mediante voto facultativo da população portoalegrense. Era preciso possuir título eleitoral em Porto Alegre para participar da votação que foi organizada pela Prefeitura municipal com apoio da Justiça Eleitoral. A pergunta feita aos os eleitores foi:

Além da atividade comercial já autorizada pela Lei Complementar nº 470, de 02/01/2002, devem também ser permitidas edificações destinadas à atividade residencial na área da Orla do Guaíba onde se localiza o antigo Estaleiro S6?

Com um número de participantes abaixo da expectativa dos movimentos sociais envolvidos e da própria Prefeitura, com mais de 80% dos votos, venceu o “não” à parte residencial do projeto do Pontal do Estaleiro<sup>25</sup>. O resultado da consulta foi tido como uma vitória pelos movimentos

---

<sup>22</sup> O vídeo está disponível na rede digital *youtube* em <http://www.youtube.com/watch?v=6ES79OfSKsw>.

<sup>23</sup> Também disponíveis na rede digital *youtube* vídeos com o personagem, como este disponível em [http://www.youtube.com/watch?v=COq\\_IJsJxEw](http://www.youtube.com/watch?v=COq_IJsJxEw).

<sup>24</sup> Um desses *Blogs*, criado e alimentado de forma individualizada e não por entidade representativa, é o <https://portoimagem.wordpress.com/>

<sup>25</sup> A consulta pública teve a participação facultativa de 22.619 eleitores, correspondendo a 2% do eleitorado portoalegrense, 18.212 eleitores votaram não e 4.362 votaram sim, em termos percentuais, 81% dos votos válidos foram para o “Não”. Foram 89 locais de votação com urnas eletrônicas instaladas, as mesmas utilizadas nas eleições para cargos políticos municipal, estadual ou federal, no país.

sociais contrários ao projeto. Ainda que a “Frente do NÃO” considerasse uma “manobra” da Prefeitura o fato de ter mantido a alteração do Plano Diretor permitindo a parte comercial do projeto e restringindo a escolha entre “sim” ou “não” somente à parte residencial e não à sua integralidade. A implantação do projeto, sem os “espigões” residenciais, portanto, estava autorizada em lei e, a partir de então, caberia ao empreendedor buscar junto à Prefeitura os trâmites prévios necessários ao início das obras. O conflito do Pontal do Estaleiro passaria ainda por novos arranjos, desde o questionamento legal da transferência da área à iniciativa privada à proposição de um “novo” projeto de “urbanização” pelo empreendedor.

É interessante observarmos que as tensões e dramaticidade que envolveram a proposição desse polêmico projeto têm uma referência espaço-temporal significativa na cidade de Porto Alegre. Isso porque, no final da década de 80, foi apresentado pelo então Prefeito Alceu Collares um projeto de “urbanização” da orla sul do Guaíba, abarcando a área desde a Usina do Gasômetro até o Estaleiro Só, chamado de “Projeto Praia do Guaíba”.<sup>26</sup>

Também calcado na valorização de um “futuro” da orla da cidade, o projeto era justificado pelo Poder Público municipal por estar em áreas “em total estado de abandono e sendo invadidas por sub-habitações” (Suertegaray; Nunes; Moura, 1988:47). A proposição do projeto urbanístico pela Prefeitura, mediante contratação de arquitetos que o elaboraram, estava pautada na promessa de “resgatar à população o uso do Rio Guaíba e das áreas restantes do aterro” (Oliveira, 1993:271).<sup>27</sup> Inclusive, esta referência espaço-temporal reside também na autoria, pois o mesmo arquiteto foi responsável por assinar o projeto do Pontal do Estaleiro.<sup>28</sup>

O projeto Praia do Guaíba pretendia construir sobre uma extensa área que vinha sendo aterrada desde os anos 1950<sup>29</sup> e que resultaria na abertura da Avenida Beira-Rio, ainda hoje importante via de ligação do centro à zona sul da cidade. Era justamente o aterro sobre as águas do Guaíba da península central até a margem sul que gerou o debate público sobre os “usos” da orla. Novamente, a polêmica em torno do projeto foi pautada na “privatização” de espaços públicos da

---

<sup>26</sup> O projeto previa diversas intervenções ao longo da orla, desde um *shopping* de vinte pavimentos, um hotel, um centro de convenções, edifícios comerciais e residenciais, vias, estacionamentos, marina pública e um sambódromo, construído e, após anos de funcionamento, transferido para zona norte da cidade.

<sup>27</sup> A mídia local também externava este ideário de “resgate” do rio. Jornal Zero Hora, *Chegou a hora de nos devolverem o Guaíba. O Projeto do Guaíba é revolucionário; uma luz no fim do muro*. 20/06/1987.

<sup>28</sup> Arquiteto Jorge Decken Debiagi criou o Projeto Praia do Guaíba (Oliveira, 1993:271)

<sup>29</sup> Iniciados em 1956, os aterros dessa extensa área (Usina do Gasômetro ao Pontal do Estaleiro) eram realizados com material provenientes do próprio Guaíba e tinham o objetivo de expansão da área urbana e prevenção de enchentes (Suertegaray; Nunes; Moura, 1988:47). Foram realizados por Convênio entre o governo municipal e o DNOS (Departamento Nacional de Obras e Saneamento). As obras findaram em 1978, com períodos de suspensão por falta de verbas para sua continuidade (Revista do Globo, 1964).

orla e na necessidade de manutenção dos parques e “áreas verdes” da cidade<sup>30</sup>. A partir da proposição do projeto de “urbanização” da orla sul, foi desencadeado um intenso debate público sobre a viabilidade da obra que também ocupou um lugar político de debate e aprovação de lei a respeito na Câmara de Vereadores e prefeitura, à época.

A AGAPAN, protagonista no Movimento em Defesa da Orla contrário ao Pontal do Estaleiro, protagonizou o célebre ato contrário ao Projeto Praia do Guaíba com a subida da chaminé da Usina do Gasômetro. “Não ao projeto Praia do Guaíba – Agapan”, com estes dizeres, quatro ecologistas da associação subiram na chaminé da Usina do Gasômetro e estenderam uma faixa para protestar contra a “privatização” da orla. No mesmo ano de 1988, ocorreu o emblemático “Abraço do Guaíba”, quando uma multidão de pessoas ocupou a Avenida Beira-Rio, a primeira obra do projeto a ser concretizada, deram as mãos e fizeram uma corrente, “abraçando” o rio desde o Parque Marinha do Brasil até a Usina do Gasômetro.

Se, no presente, o Pontal do Estaleiro é revisto por um intenso processo de transformação em que esse espaço “requalificado” da orla sul do Lago Guaíba passa a ser território de consumo urbano segundo o projeto urbanístico proposto, ele foi durante muitos anos um espaço fabril e operário. A atividade de construção naval nesse espaço marcou significativamente os “usos” da orla da cidade, pois ali onde se pretende “urbanizar” a orla operou o Estaleiro Só, um dos principais estaleiros de construção e reparação naval do país.

Para marcar o início das suas atividades nas margens sul do rio, foi realizada uma solenidade para comemorar o centenário do Estaleiro Só e o lançamento da pedra fundamental no novo local de operação no bairro Cristal, em 1950. Fundado na metade do século XIX por imigrantes portugueses, a empresa operava, inicialmente, próxima à área portuária de Porto Alegre em vista do papel do porto e do movimento de capital, navios e mercadorias nessa área da cidade à época. Era uma fundição que, dentre outras mercadorias, produzia rebiques para cascos dos navios, apontando, assim, para a sua vocação naval. Inicialmente, as instalações do estaleiro foram transferidas para o “Caminho Novo”, hoje Rua Voluntários da Pátria, lá permanecendo até o final dos anos 40, quando foram realizados os trabalhos de construção do Cais Navegantes. A construção naval exigia espaços e equipamentos de grandes dimensões e as obras de saneamento da margem norte do rio inviabilizariam os trabalhos do Estaleiro Só nessa região da cidade.

---

<sup>30</sup> À época, parte significativa do aterro tinha sido destinada a parques urbanos. O Parque Marinha do Brasil foi implantado em 1978 e é considerado o maior parque urbano em extensão da cidade. O Parque Harmonia (Maurício Sirotski Sobrinho) foi implantado em 1982 e, além das áreas de lazer, prevê espaços para prática de atividades culturais regionalistas.

No período que corresponde à escolha de um novo espaço para a operação naval na cidade e o início dos trabalhos para viabilizá-la, Porto Alegre era um centro urbano em pleno crescimento populacional e econômico. A paisagem urbana de Porto Alegre passava por grande remodelação com a realização de obras viárias, a canalização do Arroio Dilúvio, o início da verticalização do centro e o incremento da construção civil em novas áreas da cidade (Monteiro, 2006:38) processo que se operava no contexto de um projeto político-ideológico de modernização da cidade e da nação. Alguns anos antes da chegada do estaleiro, tinha sido lançada a pedra fundamental do projeto de construção do Hipódromo no bairro Cristal que levaria mais de dez anos para ser inaugurado (Rozano; Fonseca, 2005:79). A planta, parte sobre aterro, integrava um plano urbanístico da década de 40, juntamente com os projetos da Avenida Beira-Rio, o saneamento da antiga Ilhota e a conclusão da Avenida Borges de Medeiros, ligando o centro à zona sul da capital (Abreu Filho, 2006).

Passando a operar no bairro Cristal, na área conhecida hoje como Pontal do Estaleiro, o Estaleiro Só teve seu período de prosperidade nos anos seguintes<sup>31</sup> e o aporte de trabalho mobilizou uma grande massa de trabalhadores que, no auge da produção naval, contava com operários na ordem dos milhares, revezando-se em turnos de trabalho. Esses trabalhadores ingressavam no Estaleiro Só e passavam não somente a trabalhar nessa região da orla da cidade, como a morar, particularmente no bairro Cristal e seus limítrofes. Juntamente com o Estaleiro Só o projeto de construção do futuro Hipódromo projetado no Cristal também mobilizou um número significativo de trabalhadores. Os operários passariam anos dedicados à construção dos prédios do “Prado” do Cristal e do extenso aterro sobre as margens do Lago Guaíba para viabilizar o projeto construtivo.

O projeto arquitetônico do conjunto de pavilhões do *Jockey Club* ou Hipódromo Cristal escolhido nos moldes da arquitetura modernista fez parte de um conjunto de projetos e obras da década de 50 que remodelaram grandes cidades do país, que, assim como Porto Alegre, cresciam verticalmente na sua área central com a construção de grandes prédios no mesmo estilo. A escolha da extensa área para construção do Hipódromo havia sido negociada pela Sociedade do Turfe

---

<sup>31</sup> Na década de 60, a indústria da construção naval brasileira passou por uma grande expansão, quantificada no significativo aumento de mão de obra do setor e das contratações e, nos anos 70, o Brasil alcança a posição de segundo maior parque naval mundial, atrás apenas do japonês (Jesus; Gitahy, 2009). No contexto riograndense, desde 1959, o Grupo Executivo da Indústria da Construção Naval, órgão governamental de gestão do setor, responsável à época, aprovava o Estaleiro Só como o único estaleiro de construção naval fora dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, então polos navais do país.

gaúcho e a Prefeitura em um acordo de permuta de uma gleba no Cristal pelo antigo Hipódromo do Moinhos de Vento<sup>32</sup>, sendo que parte do terreno dependia de um aterro sobre a baía (Kiefer, 2005).

A condição de imigração do interior do Estado para o meio urbano (Durham, 2004) de grande parte da massa de trabalhadores que ocupavam esses espaços de trabalho na cidade de Porto Alegre somada às questões sociais das políticas habitacionais, à época, desencadearam formas de ocupação diversas no bairro Cristal e limítrofes, como o Camaquã, a Tristeza, Vila Assunção e Santa Tereza. Uma dessas formas se deu através do processo de formação das “vilas” com “loteamentos” iniciados com a chegada do Estaleiro Só e ampliados com a construção do Hipódromo (Porto Alegre, 2003). Outra forma de ocupação se deu através das políticas habitacionais do governo responsáveis pela construção de habitações “populares”, conhecidos como “conjuntos habitacionais” que dirigidos a uma elite de trabalhadores que pertenciam aos Institutos de Previdência, eram construídos em áreas extensas, disponíveis, nesse período, nessa região da orla sul da cidade.

As “vilas”<sup>33</sup>, como ainda hoje são chamadas pelos moradores nas suas denominações mais diversas segundo os enraizamentos dos grupos aos seus territórios de pertença, compuseram a paisagem urbana do Cristal e arredores, nas margens do Guaíba, nos morros, nos enclaves entre os arroios que cortam seus territórios e deságuam no rio. Além do dueto trabalho-moradia, a distância dessa região da cidade em direção ao centro já era menor quando o Estaleiro Só chegou às margens sul do Lago Guaíba, em vista das obras viárias ligando o sul ao centro de Porto Alegre. A abertura da Avenida Borges de Medeiros, então finalizada, foi significativa nesse escopo de ligar estas duas áreas da cidade.<sup>34</sup> Mas, se, inicialmente, é o dueto trabalho-moradia que fixa essa população de trabalhadores na região Cristal, sobretudo no entorno do Estaleiro Só e do Hipódromo, a partir daí o processo de conformação e transformação das “vilas” se complexifica. Parte significativa dessa população que habita as “vilas” hoje são oriundas de um processo mais recente de ocupação e de “periferização” com condições de miséria e pobreza.

Às margens do rio Guaíba, logo ao lado do Estaleiro Só, viveram os moradores da “vila Estaleiro”, abrigando trabalhadores, em grande parte, da própria empresa naval. Nas suas

---

<sup>32</sup> O “Padrinho”, como era conhecido o “Prado Independência”, no Moinhos de Vento, marcou os turfistas e a população da cidade, funcionando desde 1907 no local onde hoje se localiza o “Parcão” um dos mais importantes parques públicos da cidade. O “Padrinho” funcionou no Moinhos de Vento até 1959, quando é transferido para o Cristal (Rozano; Fonseca, 2005).

<sup>33</sup> Segundo publicação da Prefeitura municipal de 2003 (Porto Alegre, 2003:76) são 16 “vilas” ao total. No trabalho, agrego os dados quantitativos do IBGE (2010) sobre essas populações.

<sup>34</sup> A abertura da Avenida Borges de Medeiros se deu durante a progressiva implantação do Plano de Melhoramentos, cujas obras de reforma do centro foram executadas a partir da gestão de Otávio Rocha (1924-28), que deu início à sua abertura, e tiveram continuidade na gestão de Alberto Bins (1928-37) (Abreu Filho, 2006:81).

denominações e localizações mais diversas naquele território, a “vila” remontava no tempo os processos históricos de remoção nessa região da cidade. Mais recentemente, ela foi uma das “vilas” que esteve em situação de remoção de uma “ocupação” considerada “irregular” pela Prefeitura de Porto Alegre. Anterior a “vila Estaleiro”, o processo de regularização fundiária dos territórios da orla sul do Lago Guaíba e do Cristal é desencadeado, nas suas configurações recentes, e simbolicamente marcado, pela remoção da “vila Cai-Cai”. Localizada junto à beira do rio, na praia, entre os interstícios da Avenida Padre Cacique e da Avenida Beira Rio, centenas de famílias foram removidas daquele território (Sant’Ana, 1997).<sup>35</sup>

A condição de remoção dos habitantes das “vilas” do Cristal estava inserida numa série de mudanças que seus territórios estavam sofrendo desde meados dos anos 90 em vista das práticas de gestão urbana e ambiental nessa região da cidade. É nesse período que foi construído o Hipermercado Big ao lado do Hipódromo Cristal, desencadeando um novo processo de remoção e reassentamento dos moradores das “vilas” ali localizadas. A seguir é anunciado o início das obras de um grande *shopping center*, localizado entre o Hipermercado e o Hipódromo Cristal.

Embora a intenção de realizar a obra tenha sido anunciada tão logo foi construído o Hipermercado, as obras do Barra Shopping Sul iniciaram somente em 2006, quando o empreendedor obteve financiamento para a realização das obras “compensatórias” acordadas com o Poder Público local. O projeto do *shopping*, tido como o maior da América Latina, foi enquadrado naquilo que o Plano Diretor classifica como “Projeto Especial”, daí a negociação de “medidas compensatórias” com a Prefeitura. Entre tais medidas, obras viárias e novas remoções. Com a chegada do empreendimento, não somente a “vila Estaleiro” foi removida das margens do rio, como outras localizadas adjacentes ao espaço destinado à sua construção e à realização de obras viárias (abertura de ruas, duplicação de avenida). Enquanto se discutia o projeto do Pontal do Estaleiro e os pretensos “espigões”, o projeto arquitetônico do *shopping* previu a construção de duas torres de salas comerciais em frente ao espaço reservado às lojas, sendo que uma delas foi inaugurada e a outra estava em fase de finalização.

Diante da transformação do entorno do Pontal do Estaleiro, não causaria estranheza o fato de a proposição do projeto ao poder público local pelo empreendedor ter se dado no mesmo período do início das obras do *shopping*. A venda do Pontal tinha se dado um ano antes do início das obras daquele empreendimento. O que causou estranheza sim é o projeto de lei da Câmara de Vereadores,

---

<sup>35</sup> Em 1995, ela foi de fato removida do espaço onde ficava, na beira do Guaíba, sendo reassentada no Morro do Osso, área de conflitos ambientais na cidade e gerando um novo debate entre ambientalistas e Prefeitura, à época.

alterando o regime urbanístico do Pontal do Estaleiro ter sido proposto depois da propositura do projeto de “urbanização” e não o contrário.

Mas, as mudanças na paisagem urbana da orla sul do Lago Guaíba não findavam nessas ações. Paralelamente às iniciativas de construção do *shopping* foi realizada a construção de um museu de arte precisamente em face do Pontal do Estaleiro. A sede da Fundação Iberê Camargo, toda em concreto branco aparente, foi projetada por um arquiteto de renome internacional e inaugurada em 2008<sup>36</sup>. O museu possui espaços para exposições, acervo permanente e estacionamento sob a avenida que margeia o Pontal do Estaleiro.

Atualmente, o crescente assédio das construtoras de prédios e “condomínios fechados” para camadas médias urbanas delineiam e contrastam outras feições nessa região da orla sul da cidade. As políticas publicitárias exaltam esses novos empreendimentos que chegaram nos últimos anos e “modernizaram” o bairro e a zona sul da cidade, sempre destacando a sua posição privilegiada em relação à paisagem “natural” do Lago Guaíba.

O processo de ocupação no bairro Cristal por casas amplas e prédios gradeados de camadas médias urbanas foi desencadeado a partir dos anos 80, se intensificando nas décadas seguintes, em parte pela proximidade com a área central da cidade e a infraestrutura urbana que gradativamente chegava a parte de seus territórios. Nesse período, foi notícia na mídia impressa local a mobilização de moradores contra o corte de árvores no Cristal, na área verde conhecida como “Chácara Feijó” em alusão às chácaras que em outros tempos eram maioria na região. O corte acabou se concretizando para construção dos primeiros “blocos” de torres de apartamentos para camadas médias.

A face nobre do multifacetado Cristal renovada pelos empreendimentos culturais, de lazer e consumo que recentemente se instalaram foi argumento recorrente pelos idealizadores do Projeto do Pontal do Estaleiro, técnicos da prefeitura e empreendedor, para legitimar a sua implantação. Para eles o anacronismo daquele território “abandonado” não poderia permanecer diante dos novos empreendimentos ao redor. A Porto Alegre ribeirinha do bairro Cristal não detinha tamanho interesse das camadas médias da cidade desde a inauguração do Hipódromo quando as atividades de lazer, restrita ao interior das suas instalações, trazia homens para assistir as corridas de cavalos e

---

<sup>36</sup> Projetada pelo arquiteto português Álvaro Siza, um dos arquitetos contemporâneos mais importantes do mundo. O projeto, mesmo antes de sua inauguração, recebera projeção internacional, quando recebeu o Leão de Ouro da Bienal de Arquitetura de Veneza em 2002. Disponível em: <<http://www.iberecamargo.org.br/site/a-fundacao/default.aspx>>. Acesso em: 03 de dezembro de 2012.

fazer suas apostas e elegantes mulheres aos glamourosos bailes realizados nos salões do pavilhão social.

Até a chegada do *Jockey*, o bairro Cristal era apenas rota de acesso aos que frequentavam os balneários da capital mais ao sul da orla do Guaíba. Essa área, hoje conhecida e tipificada pelas práticas urbanas como zona sul, abarcando um conjunto de bairros residenciais, por muitos anos esteve ligada aos banhos de rio e às práticas de esportes náuticos. Os clubes náuticos juntamente com o *Jockey* passam a ser frequentados por determinados segmentos da sociedade portoalegrense que fizeram desses territórios da orla sul espaços ligados a signos de distinção social. Essa prática de esportes náuticos, hoje ainda presente em razão dos clubes que lá se instalaram e permanecem na extensão da orla dos bairros da zona sul. As “praias do Atlântico” (de mar) eram de difícil acesso à época e as praias do rio Guaíba tornaram-se uma alternativa para as classes populares que as lotavam nos dias de calor e para as camadas médias que podiam adquirir e manter casas de “veraneio” e de finais de semana nessa região da cidade.

Nos primeiros anos do século XX, é quando se intensifica a procura por imóveis para veraneio e se desmembram as chácaras em lotes, especialmente na Tristeza, vizinha ao Cristal.<sup>37</sup> O crescimento dos loteamentos e dos balneários se deu pela implantação da Estrada de Ferro do Riacho ligando a área central à orla sul da capital. A linha de trem teria início na Ponte do Riacho, a “Ponte de Pedra” (Arroio Dilúvio, antes da retificação) e seguiria margeando o rio até a Ponta do Dionísio (hoje, Vila Assunção), depois servindo até a Tristeza.<sup>38</sup> Assim, mesmo antes às ligações por obras viárias mais recentes do centro à zona sul, ligando ambas via Cristal, essa região já servia de ligação ao sul da cidade pelo percurso da ferrovia.

Nessa ligação entre o sul e o centro da cidade, pela via do Cristal, o percurso da Ferrovia tinha outra finalidade precisamente onde hoje conhecemos como Pontal do Estaleiro. Isso porque, antes de passar a prover também o transporte de passageiros, a introdução desta linha de trem pela municipalidade se deu para cumprir uma função essencialmente sanitária, servindo para o transporte dos dejetos do asseio público que eram despejados diretamente no rio Guaíba. A Ferrovia do Riacho era utilizada para transportar os mal cheirosos cubos provenientes das casas que não tinham esgoto em tempos de políticas e planos “purificadores” do espaço urbano do início do século XX.

---

<sup>37</sup> O primeiro deles foi o Loteamento da Praia Nova na Pedra Redonda (Souza; Wilkoszynski, 1997), hoje bairro Ipanema. Nos anos seguintes, a região estava praticamente toda loteada com o Loteamento da Vila Conceição e da Vila Assunção, esse último limítrofe a Tristeza e ao Cristal.

<sup>38</sup> As obras de instalação da Ferrovia tiveram início em 1894. Em 1913 prolongou-se a estrada de ferro do Riacho até a praia da Pedra Redonda. Antes, os acessos existentes eram feitos via Teresópolis ou pelo próprio rio, mas, com a chegada do trem, este passa a servir a região margeada pela orla sul do Guaíba.

Paradoxalmente, onde foi reivindicada a implantação do projeto do Pontal do Estaleiro, espaço então conhecido como Ponta do Melo ou “Lomba do Asseio”, era justamente o local onde os dejetos eram despejados nas águas do rio. Não é, pois, somente no passado que reside esta referência das práticas sanitárias da cidade na orla sul e na região do Cristal. Atualmente, o Lago Guaíba é objeto de ambiciosas metas de despoluição de suas águas através do projeto público intitulado Projeto Integrado Socioambiental (PISA).

Se, na “Lomba do Asseio”, os resíduos eram despejados *in natura* no rio, em tempos de normativas estabelecendo padrões ambientais às práticas sanitárias no país, o projeto público de esgotos é “ambiental” na sua própria denominação e é tido pelo Poder Público local como a maior obra de saneamento básico da história de Porto Alegre. O projeto visa ampliar a capacidade de tratamento de esgotos da cidade e tornar balneáveis as água do Lago Guaíba.<sup>39</sup>

As obras físicas estão em estágio avançado de execução e abrangem diferentes territórios do Cristal e da zona sul da cidade. As obras de esgoto partem do centro de Porto Alegre, com a implantação das redes coletoras de esgoto cloacal e de emissários terrestres (no Cristal) e subaquáticos (Lago Guaíba), até a futura estação de tratamento a ser construída na Ponta da Cadeia, na Serraria, extremo sul da cidade. A ponta escolhida para o asseio público foi originariamente a Ponta do Melo, em tempos de uma orla sul distante de um centro ainda em crescimento, hoje a ponta escolhida para o destino final dos resíduos é a Ponta da Cadeia, extremo sul da cidade e mais distante do centro da capital.

A almejada balneabilidade do rio Guaíba imputada ao PISA compôs o argumento de “resgate” do rio e sua orla por parte dos propositores do projeto do Pontal do Estaleiro e demais intervenções idealizadas para a orla sul da cidade. O “resgate” dos banhos de rio também serviu de argumento ao projeto Praia do Guaíba pautado no “Projeto Rio Guaíba”<sup>40</sup>, um projeto público de saneamento de esgotos que visava garantir a balneabilidade em determinados trechos da orla, justificando o nome de “praia” ao projeto de “urbanização”, mas não chegou a sair do papel. O atual projeto de saneamento, PISA, tem dentre as suas principais intervenções a “reestruturação” da região do Arroio Cavalhada, no Cristal, com a remoção e reassentamento de “vilas” inteiras. O

---

<sup>39</sup> Tendo iniciado as obras em dezembro de 2007, o Projeto Integrado Socioambiental da Prefeitura municipal de Porto Alegre tem como principal objetivo ampliar a capacidade de tratamento de esgotos da Capital de 27% para 77%, buscando, assim, futuramente, a balneabilidade das águas do Lago Guaíba. Ao todo, serão investidos R\$ 586,7 milhões, com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Caixa Econômica Federal, com contrapartida da prefeitura. Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/pisa/>>. Acesso em 10 de agosto de 2011.

<sup>40</sup> Através de Convênio entre o Departamento de Águas e Esgotos de Porto Alegre e a Companhia Rio-grandense de Saneamento, um ano após sua criação em 1980, o projeto não saíra do papel por alegada falta de recursos públicos.

arroio atravessa a área das cocheiras do Hipódromo e deságua no Lago Guaíba. São justamente esses espaços adjacentes à estrutura do Hipódromo que são atualmente objeto de disputas territoriais não somente em razão das remoções das “vilas”, mas pelo assédio de empresas da construção civil para novas edificações.

Neste escopo, mais recentemente, foram negociados pela administração do Hipódromo áreas de sua propriedade no entorno para a construção de um grande empreendimento imobiliário da mesma empresa proprietária do *shopping*. O antigo e festejado “Prado Cristal” enfrentava uma crise financeira há décadas e se manteve operando mais pelas apostas eletrônicas e a possibilidade de realizá-las fora do Hipódromo (no Rio e São Paulo, por exemplo) do que pelas corridas disputadas na pista. A decadência do turfe gaúcho e a crise financeira enfrentada pela entidade foi uma das razões imputadas por ela à negociação comercial de seu patrimônio. A empresa responsável pelo projeto construtivo propôs o “Complexo Multiplan Jockey”, que leva o nome da incorporadora imobiliária e da sociedade de turfe gaúcha, junto ao território que anteriormente tinha sido objeto das “medidas compensatórias” do *shopping*, as quais acarretaram na duplicação da Avenida Diário de Notícias e na remoção das famílias que moravam na “vila” ao longo de sua extensão. A intensidade das transformações da paisagem urbana da orla sul do Lago Guaíba ainda não se encerra nesses projetos públicos e empreendimentos da iniciativa privada.

Dado o lugar significativo que diferentes territórios da orla sul do Lago Guaíba e do Cristal ocupam na política urbana e ambiental da cidade, sendo o programa ambiental exemplar nesse sentido, outro grande projeto público em fase de execução nessa região da cidade é a duplicação da Avenida Tronco. A obra viária quando anunciada foi tida como uma das principais obras de mobilidade de Porto Alegre e visava criar uma rota alternativa ligando a zona sul à área central e norte da cidade<sup>41</sup>. Essa ligação do norte e centro de Porto Alegre ao sul, passando pelo Cristal, já estava prevista desde o Plano Diretor de 1959, o mesmo que previu outra grande obra viária para a cidade, a Primeira Perimetral, executada em parte, e que concebeu idealmente a cidade como um conjunto de áreas “funcionais”; “funcionalidade” de espaços radicalmente remodelados pelo planejamento urbano à época. Uma obra de vulto projetada para ligar a então planificada “zona sul” (“funcionalmente” projetada para ser eminentemente residencial) à “zona norte” e centro da cidade.

Embora prevista há décadas e colocada na pauta de governos anteriores, quando o Brasil foi escolhido país sede da Copa de Futebol de 2014 e Porto Alegre figura dentre as cidades sede, a obra

---

<sup>41</sup> Ligando-se com a 3ª Perimetral, a obra compreende os trechos da Av. Teresópolis, Av. Silva Paes, Av. Moab Caldas, Av. Tronco, Rua Cruzeiro do Sul e Avenida Divisa (no Cristal, rótula da Avenida Icaraí com a Avenida Tronco).

passou a ser considerada prioritária pela administração municipal dentre as obras para o evento esportivo. A rota de ligação do sul ao norte e centro agora seria rota de acesso ao estádio Beira-Rio, onde ocorreriam os jogos durante o evento, pois o antigo estádio da Beira-Rio construído sobre o aterro do Guaíba também foi objeto de projetos de reforma. Iniciada as obras em 2012, o projeto viário da Tronco implicava em um plano habitacional na medida em que parte da sua extensão abrangia áreas ocupadas por habitações populares que deveriam ser desapropriadas pela prefeitura.<sup>42</sup> Os conflitos fundiários desencadeados pelo projeto fomentaram a articulação de movimentos sociais endógenos e exógenos às “vilas” atingidas em prol de moradia.

Em meio aos projetos urbanos idealizados e concretizados para a orla sul do Lago Guaíba e o Pontal do Estaleiro, após a consulta popular e da definição formal dos “usos” da orla no Pontal do Estaleiro, a antiga “Lomba do Asseio”, então sem a referência material das ruínas do Estaleiro Só, demolidas poucos meses após a sua realização, serviu temporariamente de apoio às obras do PISA. Cercado, mas à vista de quem passava por ali, seguiu a espera dos “usos” que lhe destinaram. Passados quatro anos da consulta popular, em fase de cumprimento de trâmites afeitos às normativas urbanas e ambientais junto à Prefeitura para implantação do projeto, uma proposta diferente em parte da versão original é proposta pelo empreendedor e chegou com nome distinto: “Parque do Pontal”.

## **2.2 Cidade planejada, paisagem idealizada: projetos urbanos para orla do Lago Guaíba**

Dentre as diversas informações disponíveis no *site* oficial do órgão municipal dedicado aos temas urbanos<sup>43</sup> da prefeitura de Porto Alegre, eu buscava algum material ou publicação institucional contemporâneo à realização deste trabalho sobre os espaços realtivos à orla do Lago Guaíba. Pesquisava em que medida a prefeitura portoalegrense dispunha, ou mesmo se dispunha de um plano urbanístico no qual constasse referência às iniciativas públicas de intervenções urbanas que se sobrepujam sobre os diferentes territórios da orla. O Pontal do Estaleiro integrava um conjunto de projetos idealizados pela prefeitura de Porto Alegre para a orla sul e norte do Lago Guaíba provocando um intenso processo de transformação da paisagem urbana da orla da cidade. A

---

<sup>42</sup> Segundo informações da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, o levantamento socioeconômico realizado pelo município revelou que, na área destinada à duplicação, abrangendo as vilas dos Comerciantes, Silva Paes, Cristal, Cruzeiro do Sul, Tronco, Gastão Mazon e Maria, viviam 3.923 pessoas – 1.459 famílias. Disponível em: <[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal\\_pmpa\\_novo/default.php?p\\_noticia=158808&AVENIDA+TRONCO+DUPLI+CADA+SERA+ALTERNATIVA+PARA+A+ZONA+SUL](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/default.php?p_noticia=158808&AVENIDA+TRONCO+DUPLI+CADA+SERA+ALTERNATIVA+PARA+A+ZONA+SUL)>. Acesso em: 28 de janeiro de 2013.

<sup>43</sup> Atualmente, denominado Secretaria Municipal de Urbanismo (SMURB), criada em 2012, substituiu a Secretaria do Planejamento Municipal.

intenção era, portanto, analisar os projetos urbanos para a orla sul que vimos na parte anterior, a partir de estudos técnicos propostos pelos urbanistas da Prefeitura.

O percurso me levou aos estudos técnicos que sucessivamente foram elaborados em 2003, 2006 e 2010 sobre a “qualificação” urbana da orla. Não se tratavam de planos urbanos, propriamente, mas de relatório técnico e “diretrizes” para as ações projetadas. Os dois últimos estudos estavam disponíveis para consulta em meio digital, e o primeiro deles integrado a ambos (divisão da orla em “setores”). O conjunto de estudos realizados vinha sendo desenvolvido pelo Grupo de Trabalho da Orla (GT Orla) uma instância formada por técnicos da prefeitura de Porto Alegre e sob a coordenação da então Secretaria de Planejamento Urbano.

O Lago Guaíba margeia a cidade de Porto Alegre e sua orla possui aproximadamente 70 quilômetros de extensão, abrangendo a orla norte (norte e centro) e a orla sul (aterro da Avenida Beira-Rio ao extremo sul).<sup>44</sup> Do ponto de vista técnico das normativas urbanas, o PDDUA classificou a orla do Lago Guaíba como “Área de Revitalização”<sup>45</sup> e a partir daí os estudos foram elaborados no intuito de “resgatar” as “articulações” entre o território da cidade e suas águas, através de intervenções que incidissem sobre o conjunto de espaços da orla (PMPA, 2006).

O primeiro estudo, denominado “Diretrizes para a Orla do Guaíba”, foi elaborado em 2003 e dividiu os 70 quilômetros de orla em “setores” (desde a ponta do Gasômetro, orla norte do Lago Guaíba, até a Praia do Lami, no extremo sul) com “diretrizes gerais” e “específicas” de uso e ocupação (PMPA, 2011). O segundo estudo foi denominado “Relatório Orla: Condições Atuais, Possibilidades e Instrumentos para a Qualificação e o Resgate da Orla de Porto Alegre”, que detinha o foco sobre determinados setores do estudo anterior dado a “potencialidade” dos mesmos para sua “qualificação” (PMPA, 2011). Em 2010, a então Secretaria Municipal de Planejamento, concluiu um terceiro estudo chamado “Diretrizes de Desenho Urbano para a Orla Central” que continha propostas arquitetônicas com alternativas de “usos” para “setores prioritários” na orla do Lago Guaíba (PMPA, 2011). Todos os estudos eram articulados pela noção de “resgate” de uma relação entre a cidade e o rio, embora neles ausente a narrativa de uma temporalidade passada dessa suposta relação existente para que fosse “resgatada” no presente.

Consultando o estudo de 2010, logo na apresentação constava a referência à necessidade de reversão de um quadro de ausência de “urbanização” que relegava à orla uma situação “crônica de

---

<sup>44</sup> As águas dos Rios Gravataí, Sinos, Caí e Jacuí desembocam no Delta do Jacuí, formando o Lago Guaíba, que banha os municípios de Porto Alegre, Eldorado do Sul, Guaíba, Barra do Ribeiro e Viamão. Dos 14 municípios que estão inseridos na Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba, Porto Alegre é o que contribui com a maior porção de área na bacia. As Ilhas do Delta do Jacuí (bairros oficiais de Porto Alegre) também integram esses territórios.

<sup>45</sup> Artigo 83, inciso II do PDDUA.

abandono” e de “degradação ambiental”. O estudo falava em termos de um “consenso” sobre a cidade que se tinha e a cidade que se desejava, supostamente alcançada pelos planos e projetos futuros para a orla do Lago Guaíba. Imputava um “imaginário social urbano” (*sic*) ligado a esse espaço da cidade de Porto Alegre:

[...] consiste na existência de um *imaginário social urbano emergente*, marcado pela absoluta simpatia à ideia da qualificação destes espaços. Sua relevância reside, conforme *permite supor este consenso*, na demanda reprimida por espaços e equipamentos de turismo, lazer e recreação qualificados na orla de Porto Alegre. (PMPA, 2006:8) (grifo meu)

O documento técnico articulava as noções de “degradação” e “abandono” da orla em oposição à necessidade de “qualificação”, um discurso temporal e espacial do “futuro” da orla que articulado às imagens dos projetos urbanísticos (a exemplo do Pontal do Estaleiro) tornava as suas propostas de transformação da paisagem urbana da orla do Lago Guaíba aparentemente óbvias e aceitas consensualmente pelos portoalegrenses. O estudo referia ainda que a classificação da orla pelo PDDUA como de “revitalização” talvez não fosse a abordagem mais adequada, por entender que não havia “vitalidade” alguma a ser revitalizada. Afirmava que os espaços interpostos entre a cidade e o rio, pelos aterros, e a ausência de “condições de utilização condizentes com as suas potencialidades e vocação naturais - desde que foram criados - nunca lhes permitiram o florescimento de vitalidade alguma” (PMPA, 2006:9).

Contudo, esses espaços urbanos “criados” (aterros) sem “vitalidade” traziam uma vantagem do ponto de vista técnico e político, segundo os urbanistas da prefeitura, na medida em que não envolviam a mudança de usos “obsoletos”, substituições de funções econômicas extintas ou flexibilização da legislação urbanística. Para eles, um facilitador diante destes procedimentos necessários aos processos de “revitalização”, nos quais já existe um patrimônio instalado, comum em centros históricos e industriais europeus ou norte-americanos, em alusão às políticas públicas contemporâneas de “revitalização” de “patrimônio cultural”.

Desse ponto de vista, as duas pontas dos “setores” privilegiados pelo estudo técnico da prefeitura abarcavam, de um lado, a Usina do Gasômetro<sup>46</sup> e, de outro, o Pontal do Estaleiro, portanto, lugares onde existiam patrimônio material de antigos “usos” industriais no passado da cidade. A Usina recebera equipamentos culturais e tinha sido transformada em museu desde o início da década de 90 e as ruínas do Estaleiro Só, no Pontal do Estaleiro, por sua vez, estavam

---

<sup>46</sup> A Usina forneceu energia elétrica à base de carvão mineral para Porto Alegre de 1928 a 1974, quando foi desativada.

submetidas ao regime urbanístico específico para aquele território, conforme vimos, e não fazia menção a qualquer tipo de medida de “preservação” dessa materialidade. O recorte proposto pelo estudo privilegiava os bairros Centro, Paria de Belas (Foz do Arroio Dilúvio), Menino Deus, Santa Teresa e Cristal.

A proposição do estudo técnico de 2006 era a elaboração de um Plano Estratégico voltado para o “resgate” da relação entre o território da orla e as águas do Guaíba.<sup>47</sup> A apresentação das suas propostas gerais era acompanhada por imagens fotográficas sugerindo o “abandono” da orla reforçado pelo ponto de vista panorâmico e distanciado dos mapas e imagens por satélites dos “setores” no qual a escala humana dos “usos” cotidianos desses territórios desaparecia.

As propostas de intervenção tinham como “setores” prioritários para “qualificação” aqueles abrangidos pela extensão da área desde a Usina do Gasômetro à Ponta do Dionísio (Vila Assunção, ao lado do Cristal). O objetivo deste recorte espacial, segundo o estudo da prefeitura, era permitir aos agentes do setor privado uma avaliação preliminar da constituição básica de cada uma delas, especialmente no que se refere à possibilidade de receberem empreendimentos.



Imagem 2 - Áreas da Orla de Porto Alegre.

Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre/SMP: Diretrizes Urbanísticas para a Orla do Guaíba. Porto Alegre, 2003 (reatualizado e publicado em 2006).

As áreas número 1 e 6 são identificadas como áreas de propriedades do Estado do Rio Grande do Sul enquanto que as demais são de propriedade do município. As áreas estaduais correspondem ao Cais do Porto e a área da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (antiga FEBEM). Tratam-se, portanto, de áreas públicas (titularidade pública)<sup>48</sup> que o estudo da prefeitura

<sup>47</sup> Um Plano Estratégico é tido como um instrumento de planejamento e gestão urbana que integra conceitos advindos do planejamento empresarial à gestão das cidades.

<sup>48</sup> No sentido de propriedade (de um bem imóvel) pelo Estado (União, Estado ou Município). Em relação ao “público” desses espaços urbanos que refiro, até este momento do trabalho, estou retendo somente a sua referência espacial - espaços setorizados funcionalmente, conforme a imagem anterior revela, como sendo espaços urbanos, abertos ou não,

entendia serem potenciais às parcerias entre setor público e iniciativa privada na cidade de Porto Alegre. O Pontal do Estaleiro não estava identificado como uma área potencial para tais parcerias, pois não se tratava de uma área pública, mas, sim, privada, assim como o Hipódromo Cristal, ambas originariamente públicas, depois, total ou parcialmente, objeto de transações negociais com agentes do setor privado.

As referidas áreas foram recortadas espacialmente em “setores” que, por sua vez, estavam remetidos a um programa de intervenções cuja “visão estratégica” do estudo técnico propunha a construção de um empreendimento com suas “funções principais” e um “programa mínimo” para execução de cada um deles. Foram propostas intervenções no Cais da Usina do Gasômetro, nas faixas de praia contíguas a Usina, seguindo a extensão da orla sul até a Ponta do Dionísio, conforme cada recorte por “setor” da ilustração abaixo.



Imagem 3 - Áreas da orla: “Plano Básico de Intervenções”.  
Fonte: PMPA (2010:23)

Para o caso do setor nº. 7 (parte da Avenida Beira-Rio até o Pontal do Estaleiro), sua extensão fora subdividida em duas. Particularmente no “setor” correspondente ao Pontal do Estaleiro, foi proposto um “Bulevar (*sic*) Estaleiro Só”, cuja principal função era “estimular na população local a ampliação do hábito da pesca individual de lazer nas margens do Guaíba” e, assim, “oferecer à comunidade local e ao visitante um espaço público adequado, privilegiado e referencial para prática da pesca de lazer na cidade” (PMPA, 2006:43). Ironicamente, a pesca individual, “função” principal do projeto idealizado, era prática entre grupos populares, em grande parte moradores do Cristal e região.

---

de titularidade pública, ou seja, ainda distanciados da noção de espaço público (Leite, 2002) quando o entendemos a partir dos usos e das ações que lhe atribuem sentidos.

Além da pesca como “função” primordial, a proposta previa passeios públicos, espaços contemplativos, bar e café em forma de “quiosque”, dentre outras intervenções próprias a um espaço público. Ainda que o estudo técnico não tivesse caráter vinculativo do ponto de vista formal aos futuros projetos a serem implantados na orla se tratava de proposição dos próprios técnicos da prefeitura cuja proposta em nada se aproximava do projeto urbanístico do Pontal do Estaleiro e os emblemáticos “espigões”. Inclusive, é interessante notarmos que o período que corresponde à elaboração destas propostas do GT Orla foi posterior ao leilão que vendeu o Pontal do Estaleiro para a iniciativa privada e contemporâneo a proposição formal do projeto do empreendedor à prefeitura.

Já o estudo técnico mais recente, datado de 2010, corresponde às diretrizes de “desenho urbano” especificamente para a orla que abrange a extensão da Usina do Gasômetro até parte do aterro da Avenida Beira-Rio<sup>49</sup>. A segmentação territorial proposta usava imagens de satélites tratadas digitalmente para identificar em termos percentuais a quantidade de investimento público destinada à “qualificação” desses espaços, como “estratégia” para atração de parceiros privados. Embora esses territórios da orla já estivessem vinculados ao estudo anterior com as respectivas intervenções previstas para cada “setor”, conforme vimos, este “desenho urbano” fora lançado oficialmente pela prefeitura, em 2010, vinculado às ações da Copa de 2014.<sup>50</sup> Essas propostas articulavam-se ao projeto Gigante da Beira-Rio do Sport Club Internacional, estádio oficial de Porto Alegre para a Copa do Mundo de 2014, que incluía, além da reforma do estádio, obras viárias no seu entorno.

Essas diretrizes do “desenho urbano” da orla propostas pela prefeitura acabaram se transformando em um novo projeto urbano e arquitetônico para a orla do Lago Guaíba. Em 2011 é anunciada a contratação de Jaime Lerner, urbanista e político paranaense conhecido nacionalmente, para execução do projeto. O projeto de “urbanização” da orla do Lago Guaíba, inicialmente previu o trecho entre a Usina do Gasômetro e a Avenida Beira-Rio, ou seja, a área abrangida pelo estudo técnico da prefeitura, lançado em 2010, conforme observamos. Depois foi estendido até a foz do Arroio Cavalhada, no bairro Cristal, abarcado pelas ações do PISA.<sup>51</sup>

---

<sup>49</sup> No site da prefeitura, o estudo está disponível somente em formato PowerPoint, contendo nove lâminas com os desenhos.

<sup>50</sup> Zero Hora, 17 de setembro de 2010. *Rumo a 2014. Obras na orla começam ano que vem.*

<sup>51</sup> Segundo a Prefeitura, o projeto urbano prevê duas fases: a Etapa 1, definida como “prioritária”, parte da Usina do Gasômetro até o local conhecido como “Rótula das Cuias” (próximo a foz do arroio Dilúvio), na orla norte; a Etapa 2 se estende até o Arroio Cavalhada, no Bairro Cristal, na orla sul. Disponível em:

Ao projeto de “urbanização” da orla do Lago Guaíba fora dado o nome de Parque Urbano da Orla do Guaíba. A exemplo do Pontal do Estaleiro, não existia um documento oficial e público no qual constassem informações técnicas mais precisas sobre a proposta. A Prefeitura e a empresa de arquitetura que assinava o projeto disponibilizaram as suas imagens na mesma lógica de circulação de imagens digitalizadas do projeto do Pontal do Estaleiro no qual reproduziam as intervenções em perspectiva ou panorama dos “usos” futuros da orla nestes espaços. Para o caso desse projeto de “urbanização” da orla muitas imagens noturnas e do ponto de vista do pedestre também compuseram a divulgação pública do projeto pela prefeitura.

Paralelamente ao projeto de parque urbano, estendendo-se à orla sul, a orla norte do Lago Guaíba também era palco de um “novo” projeto. Logo ao lado da Usina do Gasômetro, ponto de partida dos “setores” privilegiados pelos estudos técnicos da prefeitura, a antiga área portuária da cidade de Porto Alegre passou a ser objeto do projeto Cais do Porto. As iniciativas idealizadas pelo poder público local pautadas nos estudos técnicos sobre orla partiam da Usina do Gasômetro e não abarcavam a área portuária, pois, exatamente por se tratar de porto, incidia poderes públicos não somente local, mas estadual e federal. Em vista desse compartilhamento de funções administrativas, a prefeitura estava presente e detinha responsabilidades administrativas e políticas sobre o projeto, inclusive recebendo oficialmente autoridades espanholas que compartilharam a experiência da cidade de Barcelona relativa à “revitalização” da área portuária.

O projeto idealizado para a área portuária de Porto Alegre era um “complexo” de lazer e negócios com a construção de prédios comerciais, hotéis, restaurantes e marina e foi assinado pelo mesmo arquiteto espanhol que elaborou o projeto de Barcelona. Outras iniciativas análogas já tinham sido idealizadas pelo poder público estadual e local para este território da cidade de Porto Alegre e não se concretizaram. Em meados dos anos 90, o projeto Porto dos Casais e Dado Píer, em área contígua ao porto, foram anunciados, noticiados pela mídia local, mas não avançaram. O atual projeto idealizado para o Cais do Porto foi formalizado em 2010<sup>52</sup>, quando, novamente, um “novo” projeto urbano para a cidade foi incorporado à pauta política e às obras da Copa.

Dos projetos idealizados para a orla do Lago Guaíba, seja nos estudos técnicos analisados, seja na sobreposição ou desmembramento das suas propostas, estavam em fase de execução de

---

<[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal\\_pmpa\\_novo/default.php?p\\_noticia=148352&ORLA+DO+GUAIBA+SERA+TRANSFORMADA+EM+PARQUE+DE+LAZER](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/default.php?p_noticia=148352&ORLA+DO+GUAIBA+SERA+TRANSFORMADA+EM+PARQUE+DE+LAZER)>. Acesso em 19 de dezembro de 2011.

<sup>52</sup> O Estado do Rio Grande do Sul transferiu contratualmente a posse de mais de 180 mil metros quadrados do Cais Mauá à iniciativa privada. O responsável pela obra é o Consórcio Cais Mauá do Brasil, formado por uma empresa brasileira e quatro empresas espanholas.

obras o Projeto Gigante para Sempre (reforma do estádio) e a duplicação da Avenida Tronco, na orla sul, e, na orla norte, o projeto Cais do Porto. Os demais territórios da orla, assim como o Pontal do Estaleiro, aguardavam qual o destino lhe seriam atribuídos pela implantação (ou não) dos futuros projetos urbanos.

## **CAPÍTULO 3**

### **O CONFLITO DO PONTAL DO ESTALEIRO E A CIDADE NORMALIZADA**

Partindo do contexto conflitivo descrito no capítulo anterior em vista dos projetos urbanos idealizados para a orla, neste proponho uma discussão sobre questões envolvendo novos princípios, orientações e linguagens das políticas urbanas contemporâneas. Proponho analisar o modo como foram, discursiva e institucionalmente, construídas tais políticas em meio aos debates internacionais sobre a “questão urbana” e a “questão ambiental”. Colocadas estas questões, passo, então, a analisar as práticas e os sentidos atribuídos pelos sujeitos envolvidos nos conflitos territoriais da orla do Lago Guaíba, no contexto das políticas urbanas locais.

### **3.1 A cidade, a orla e o rio: a “questão urbana” e a “questão ambiental” nas políticas públicas contemporâneas**

Em 2010, Porto Alegre foi palco do evento “Seminário Internacional Porto Alegre de frente para o Guaíba”, promovido pela Prefeitura, através da Secretaria Municipal de Planejamento. O seminário trouxe no título alusão à metáfora de que a cidade estaria “de costas” para o rio Guaíba. O aparente compartilhamento público dos significados envolvidos em estar “de costas” para o rio foi referido pela Prefeitura não somente neste evento, desde o título atribuído ao mesmo, como também nas publicações dos estudos técnicos sobre a orla. Nestes, o destaque era dado para a existência do muro da Mauá, construção da década de 70, cuja obra de prevenção às enchentes marca significativamente a construção física e identitária da “orla do Rio Guaíba”.<sup>53</sup>

A proposta do evento era abordar os principais aspectos ambientais e urbanísticos envolvidos na “qualificação urbana” da orla do Lago Guaíba, através de painéis apresentados por pesquisadores da UFRGS, dentre geógrafos, biólogos, geólogos e urbanistas que trouxeram aspectos conceituais sobre o tema, no primeiro dia, e por técnicos representantes da Prefeitura que trouxeram ações governamentais executadas ou idealizadas para seus espaços, no segundo dia de programação.

Grande parte do público que participou do evento era composta por estudantes ou profissionais de áreas técnico-científicas relacionadas às práticas de gestão urbana e ambiental da

---

<sup>53</sup> A mais drástica das enchentes do Guaíba que acometeu a cidade foi a de 1941. Após, com o advento de outra enchente no ano de 1967, o então projeto de construção do muro na área central da cidade, separando as margens do Lago Guaíba junto ao Porto na Avenida Mauá, é executado na década seguinte. Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br>>. Acesso em: 27 de janeiro de 2014. O muro ainda hoje faz parte da paisagem urbana da cidade, em meio às recentes polêmicas sobre a possibilidade de sua demolição em vista do projeto Cais do Porto, mencionado no Capítulo anterior. Sobre a “polêmica”, a mídia local noticiou “Muro polêmico desde a construção. Para alguns, protege Porto Alegre das enchentes, mas, segundo outros, isola o Guaíba da população” (Correio do Povo, 28/03/2005).

cidade, entre arquitetos, urbanistas, geógrafos, sanitaristas, engenheiros, técnicos de órgãos governamentais, entre outros, além de jornalistas e de representantes de movimentos sociais atuantes nas instâncias governamentais “participativas”. O ponto alto das apresentações no Seminário foram os painéis sobre um projeto urbano em execução, à época, na orla do rio Paraná, na cidade de Rosário, Província de Santa Fé, Argentina. Segundo a Prefeitura, organizadora do evento, o exemplo de Rosário foi escolhido porque a decadência das atividades portuárias e a derrubada do muro “que também separava as pessoas do rio, estimularam o desejo do reencontro da cidade com suas águas” (*sic*)<sup>54</sup> e que, pautado neste pressuposto, através da parceria entre governo e iniciativa privada, o projeto se concretizou.

A questão da “qualificação urbana” da orla foi debatida trazendo temas que abordavam tanto aspectos ambientais (recuperação de praias, qualidade da água, paisagem “natural”) quanto aspectos propriamente urbanísticos (habitação, práticas administrativas). O objetivo do evento era mobilizar técnicos, autoridades políticas locais, empresários e estudantes às intervenções idealizadas para orla pelos urbanistas da Prefeitura, usando como mecanismo legitimador dessas intervenções urbanas no contexto portoalegrense os “exemplos de sucesso” de outros contextos nacionais e internacionais<sup>55</sup>, no caso, Brasília e Argentina.

Em meio aos debates sobre a experiência brasiliense de uma orla artificialmente construída no entorno de um Lago também artificial, e a experiência argentina, de uma orla “redescoberta”, foram apresentadas as “perspectivas” de “qualificação urbana” da orla do Lago Guaíba, em Porto Alegre. Pautado nos estudos técnicos sobre a orla cujo teor vimos anteriormente, o mesmo urbanista da Prefeitura que coordenou a elaboração desses documentos, apresentou as ações previstas pelo Poder Público local, reiterando o porquê deste espaço da cidade estar sendo privilegiado em suas ações de “qualificação urbana”.

Foi na ocasião deste evento que recebi, juntamente com os demais participantes, a cópia impressa de um documento firmado pelo Movimento em Defesa da Orla, denominado de “Carta Aberta à Cidadania de Porto Alegre”<sup>56</sup>. O texto de duas páginas falava em termos de um “projeto de cidade” que vinha sendo concebido e debatido, pelas entidades e grupos organizados, nas

---

<sup>54</sup> Disponível em <[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p\\_noticia=132860](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_noticia=132860)>. Acesso em 7 de outubro de 2010.

<sup>55</sup> A perspectiva comparativa entre projetos urbanos locais para a orla e experiências de intervenção estatal para “qualificação” de espaços urbanos em outros contextos internacionais é uma constante não somente do ponto de vista discursivo em debates públicos, como também como argumento nos estudos técnico-científicos sobre planejamento urbano, a exemplo de Porto Alegre. Este aspecto será retomado ao longo do trabalho.

<sup>56</sup> A íntegra da Carta está disponível em <[http://rgp1poa.files.wordpress.com/2010/10/movimento-em-defesa-da-orla-carta-aberta-a-cidadania-puc-14\\_10\\_10.pdf](http://rgp1poa.files.wordpress.com/2010/10/movimento-em-defesa-da-orla-carta-aberta-a-cidadania-puc-14_10_10.pdf)>. Último acesso em 11 de novembro de 2013.

instâncias políticas “participativas” dos órgãos locais de planejamento urbano cujas expectativas eram reiteradamente desconsideradas por tais instâncias públicas. Nos termos da Carta, seus integrantes argumentam:

[...] nós, integrantes do Movimento em Defesa da Orla do Guaíba, estamos convictos de que outra cidade é possível. Uma cidade que não se submeta ao “arrasamento” promovido por uma “modernização” que não reconhece a necessidade da preservação das áreas culturais, do ambiente natural, de espaços de convivência da cidadania e da memória das gerações que construíram esta cidade [...] O projeto de cidade que temos debatido nos Fóruns de Planejamento e na revisão do Plano Diretor resulta da escuta atenta de todas as entidades e os grupos organizados, e do reconhecimento da diversidade da sociedade urbana. [...] Temos travado um legítimo e necessário debate sobre a cidade que queremos para o presente e para o futuro, respeitando a experiência que advém do passado. Entretanto, a fragmentação e a burocratização do processo de planejamento da cidade promovem a formação de uma consciência social aprisionada às emergências do curto prazo e suscetível às propostas de desenvolvimento que geram conflitos de vizinhança, tensões no uso dos espaços urbanos, e insegurança nos territórios; além de degradação do meio ambiente cultural e natural, com sensível vulneração à qualidade de vida. As instituições governamentais organizam debates, mobilizam a sociedade, mas acabam tomando decisões que não contemplam as expectativas de uma nova cidadania preocupada com o aquecimento global, com as queimadas, com a contaminação do ar e das águas, com o uso socioambiental da cidade. [...] As práticas institucionais que priorizam os debates corporativos e auto-referenciados e as práticas políticas que se submetem às negociações com os interesses que privatizam a cidade não correspondem aos anseios e à consciência da nova cidadania urbana. [...] (Carta Aberta à Cidadania de Porto Alegre, 2010.).

Não somente o teor da Carta reproduzida aqui quanto o cenário escolhido para sua divulgação, o Seminário da Prefeitura, carregam diversos sentidos e práticas sobre as políticas públicas urbanas contemporâneas em grandes cidades brasileiras, como Porto Alegre, e seus conflitos engendrados, revelando e questionando um repertório tão variado quanto polissêmico que compõe o ideário da “cidade que queremos”. Alguns elementos mencionados na carta poderiam ser destacados. Em primeiro lugar, a ideia de um “modelo” de cidade almejado pelo Movimento que não corresponde àquele das políticas locais urbanas atuais; em segundo lugar, a associação imediata da cidade das práticas institucionais ao ideário “progressista” e de “modernização”; por fim, as preocupações ambientais como contraponto deste ideário e como garantia de “futuro” dessa cidade idealizada.

É difícil entender esses elementos sem uma incursão pelo cenário formado por novos princípios, orientações e linguagens que surgiram no país num esforço de adequar normativas e estruturas institucionais ao contexto democrático, delineando os contornos dos sentidos atribuídos a uma “nova cidadania urbana”. Para compreendermos estes elementos, proponho, assim, na parte inicial desse Capítulo, uma incursão no cenário político no qual esta “nova cidadania urbana” fora, discursiva e institucionalmente, construída no contexto brasileiro em meio aos debates

internacionais sobre o “futuro das cidades”, para, então, refletir as práticas e os sentidos atribuídos pelos sujeitos envolvidos no conflito da orla do Lago Guaíba a partir deste panorama.

A dimensão espaço-temporal do processo de transformação urbana da orla do Lago Guaíba e a polêmica em torno do “uso” e ocupação dos territórios da orla sul que venho estudando advém da dinâmica entre políticas urbanas contemporâneas e processos particulares da urbanização de Porto Alegre. Essa dinâmica, por sua vez, coloca em perspectiva questões éticas afeitas aos contextos urbanos contemporâneos que estão implicadas às diferentes concepções de “bem comum”, seja de espaços públicos e sua apropriação (como a orla do Lago Guaíba enquanto espaço urbano) seja da “proteção ambiental” desses espaços (a poluição, o rio, a “paisagem natural”) e que compõem esses territórios atualmente em disputa na cidade. Esse fenômeno nos coloca em questão de que modo à incorporação da “questão ambiental” em conflitos de uso e ocupação de territórios urbanos se constitui como elemento da dinâmica entre implantação de políticas públicas urbanas e processos políticos “participativos”.

São diferentes lógicas de normatização da cidade que dinamizam os conflitos de “uso” e ocupação da orla a partir de um duplo movimento expresso na “ambientalização” das políticas públicas urbanas e na introdução das “questões urbanas” no debate ambiental contemporâneo. A dimensão normativa e valorativa dessa dinâmica dual expressa nos conflitos de “uso” e ocupação dos territórios da orla sul do Lago Guaíba e, paradigmaticamente, no conflito do Pontal do Estaleiro, é justamente a faceta dessa “nova cidadania urbana” que proponho refletir.

Retomando, para isso, ao longo deste capítulo, a dimensão política do conflito como uma das escalas sociais através das quais uma “comunidade de comunicação” (Oliveira; Oliveira, 1996) reordena os múltiplos significados sobre os “usos” do ambiente no espaço urbano. O pressuposto sobre a viabilidade de uma relação dialógica entre os atores envolvidos nos conflitos de “uso” e ocupação dos territórios da orla está pautado, seguindo Roberto Cardoso de Oliveira (1996), na observância de um acordo intersubjetivo em torno de normas e regras, sejam elas explícitas ou implícitas, onde se incluem sobremaneira valores, ou seja, a observância de uma ética.

Nesse sentido, é preciso compreender quais são os valores em jogo nos confrontos e encontros éticos do conflito em análise, aqui entendido desde a perspectiva de Simmel (2003, 2004) sobre o conflito como forma de socialização cujo teor a sociedade vive e subsiste porque necessariamente o comporta, contribuindo para a unidade da vida social (Simmel, 2003). Para o caso do conflito do Pontal, indago também sobre o papel que esses valores éticos desempenham na

articulação de uma “causa” ou pleito do Movimento (a defesa da orla) e na dinâmica das disputas sobre aqueles territórios.

O ponto de partida para essas reflexões é a referida incursão no cenário nacional formado por novos princípios, orientações e linguagens que advêm da adequação ao contexto democrático de normativas e estruturas institucionais das políticas estatais sobre a cidade para ordenação formal do espaço. Podemos observar sobre este repertório, cultural e historicamente situado, a sobreposição espaço-temporal das ações reguladoras estatais sobre a cidade – as quais, no início do século XX, almejavam a concretização de um ideário de “modernização” por meio de verticalização e higienização dos espaços urbanos -por ações pautadas, ao menos discursivamente, em uma política pública colaborativa e dialógica entre governos e habitantes cidadãos.

Do ponto de vista histórico, o marco dessa política urbana colaborativa entre Estado e sociedade civil foram as mudanças operadas no plano normativo das regras que organizam o espaço urbano a partir de um debate nacional acerca da necessidade de alteração da legislação urbanística e das práticas a ela relacionadas, motivado fundamentalmente pelo contexto político e social pós-democratização do Estado brasileiro na década de 80.<sup>57</sup>

As demandas sociais por melhorias de condições de vida por meio da urbanização (Durham, 1986; Holston, 2013) das classes trabalhadoras urbanas que se contrapunham às lógicas de segregação urbana impostas à dinâmica social das populações chegadas da área rural e ao crescimento acelerado das grandes cidades promoveram as iniciativas por mudanças das normativas reguladoras das ações do Estado sobre as cidades brasileiras, tais como as relativas à moradia, regularização fundiária, intervenção pública na propriedade imobiliária, entre outros aspectos.

A segregação social e espacial das cidades brasileiras - gerada por processos de urbanização ocorridos, particularmente, ao longo do século XX - produz e inscreve desigualdades sociais no espaço urbano a partir de “padrões” distintos<sup>58</sup> e, a despeito das diferenças culturais e históricas próprias dos processos situados, poderíamos dizer que as preocupações com o controle social, o saneamento “higienizador” e a moradia foram questões urbanas constantes nas esferas políticas e institucionais, nacional e local.

---

<sup>57</sup>Denominado de “Movimento Nacional de Reforma Urbana”, o movimento social emerge no período de redemocratização do país, envolvendo a participação de movimentos sociais existentes à época, sindicatos, instituições acadêmicas e profissionais. O movimento começou a ganhar espaço no âmbito do processo da constituinte da década de 80, resultando no capítulo da Constituição Federal, reservado à ordem urbanística, cujo teor adveio, em parte, do que tinha sido formulado por meio de uma Emenda Popular encaminhada pelo referido movimento (Fernandes, 2008).

<sup>58</sup> Nesse sentido, ver os estudos de T. Caldeira (2000) e Holston (2013) sobre os diferentes padrões de segregação espacial da cidade de São Paulo e de A. Zaluar (2000) sobre a relação da pobreza e política habitacional na segregação social e espacial na cidade do Rio de Janeiro.

Nesse cenário, as demandas sociais por meio da urbanização se afirmavam no momento em que experienciávamos outro modelo de Estado de Direito numa sociedade aberta e democrática, o que significaria adotar uma visão “participativa” e comunicativa de gestão das cidades brasileiras não somente como ideologia social, mas como política de governo. A expectativa, portanto, era o rompimento com lógicas de segregação do espaço urbano imputadas aos procedimentos de tomada de decisão e às linguagens do Estado brasileiro e o reconhecimento de “direitos” legalmente estabelecidos cujo cumprimento da “função social” da propriedade urbana era o mote.

Essas foram as bases para aquilo que passou a ser denominado no âmbito da implantação de uma política pública urbana, no país, pós-redemocratização, de “princípio da gestão democrática das cidades”. O seu teor afirmava uma nova gestão colaborativa e comunicativa entre governos e sociedade, buscando ampliar as condições de participação direta da população em geral nos processos decisórios sobre o “uso” do “solo urbano” ao mesmo tempo em que se baseava na ideia de cidades ambientalmente “sustentáveis” e garantidoras de “bem-estar” e “qualidade de vida” para os seus habitantes<sup>59</sup>.

Concretamente, as mudanças operadas resultaram no incremento da esfera institucional do planejamento urbano, especialmente junto aos municípios cujo poder político e jurídico de regulação do espaço também fora ampliado. As políticas de regulação urbana passaram, assim, a exemplo de outras políticas públicas, no Brasil, a colocar como condição de sua eficácia o envolvimento da população e grupos interessados, através de conselhos deliberativos nos quais diferentes representantes de segmentos sociais teriam assento, dentre outros espaços políticos institucionalmente criados para este fim. O principal “instrumento” de planejamento urbano para a incorporação desses “novos” princípios e orientações passaria a ser o Plano Diretor<sup>60</sup>, agora adjetivado de plano diretor “participativo”.

Nesse contexto, justamente o Plano Diretor - enquanto mecanismo de legitimação dessa conjuntura - passava a ser o principal “instrumento” de adequação de soluções técnicas à lógica “participativa” da política urbana, afirmando a inauguração de uma nova época, quando na verdade sabemos que ele coexistia espacial e temporalmente com planos urbanísticos anteriores que

---

<sup>59</sup> O marco regulatório da política urbana no país foi a regulamentação do Capítulo da Política Urbana da Constituição Federal - artigos 182 e 183 -, através de uma lei federal chamada de “Estatuto da Cidade” (Lei Federal nº 10.257 de 2001), instituindo uma política pública de abrangência nacional que acarreta um processo de criação de órgãos e espaços políticos “participativos” e de ações institucionais nas três esferas de governo no país. O marco político-institucional da estrutura institucional criada para implantação da política urbana no âmbito nacional foi o Ministério das Cidades, criado em 2003.

<sup>60</sup> A partir da Constituição Federal de 1988, ele passa a ser obrigatório para todos os municípios brasileiros com mais de 20 mil habitantes.

igualmente ordenavam os “usos” do espaço urbano nas grandes cidades brasileiras. A orla do Lago Guaíba, em Porto Alegre, desde as reformas higienizadoras do início século XX, se torna espaço privilegiado de constantes planejamentos e regulações dos seus “usos”, tendo sido seus diferentes territórios repensados e modificados ao longo deste e do século passado por diversos outros planos<sup>61</sup>, ações estas, claro, inscritas e influenciadas pela conjuntura macro política e econômica própria de sua época. As sucessivas políticas de aterramento das margens do rio Guaíba ao longo de sua extensão por meio dos planos diretores urbanos anteriores seriam exemplares nesse sentido.

As políticas que organizam o espaço urbano, como em Porto Alegre, em suas diferentes lógicas, são, para além de um plano normativo inscrito no espaço, sobretudo, uma construção no tempo, conforme veremos para o caso da orla do Lago Guaíba, no contexto portoalegrense. Antes, poderíamos perguntar, então, a partir dessa referência à sobreposição dos planos urbanísticos, quais seriam as mudanças valorativas atribuídas às práticas das políticas públicas urbanas dessa “nova” época afirmada na esfera pública?

As mudanças dos discursos e das práticas em torno dos temas urbanos, no Brasil, os quais engendraram os significados de uma “nova cidadania urbana”, são reflexo da nova experiência urbana *idealmente* estruturada por valores modernos de abertura e tolerância à heterogeneidade e que, apesar da organização dos movimentos sociais urbanos, da expansão dos direitos de cidadania das classes trabalhadoras e da democratização política, essa experiência se dinamiza por processos contraditórios, disjuntivos no sentido dado por Caldeira (2000), de simultânea expansão e violação aos direitos da cidadania em diferentes aspectos da vida social.<sup>62</sup>

Na política urbana contemporânea, as promessas liberais de cidadania universal, amparadas nos postulados do individualismo moderno (Dumont, 1985), são reapropriadas afirmando uma “nova” ordem ética de uma cidade “de todos”, cujos valores de igualdade universal dos cidadãos que constituem as modernas sociedades ocidentais lhe atribuem sentido. A concepção de vida

---

<sup>61</sup> Do ponto de vista histórico, os marcos são, no início do século XX, o “Plano Geral de Melhoramentos” de 1914, o “Plano Gladoesch” entre 1935 e 1937 cujos estudos foram denominados de “As linhas gerais do Plano Diretor - Contribuição ao Estudo de Urbanização de Porto Alegre”, o Plano Diretor de 1959, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de 1979 e, por fim, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de 1999 (Abreu Filho, 2006), este último recentemente revisto.

<sup>62</sup> Sobre o caráter disjuntivo da cidadania brasileira, Holston (2013) analisa a sua trajetória histórica como combinação de dois fatores, de um lado, a cidadania formal, fundada em princípios de incorporação ao Estado-nação, de outro, a distribuição substantiva dos direitos, significados, instituições e práticas envolvidos na afiliação daqueles considerados cidadãos. Essa combinação, segundo o autor (Holston, 2013), gerou uma cidadania nacional que, desde o início, era universalmente incluyente na incorporação e maciçamente desigual na distribuição. Essa formulação de cidadania incluyente e desigual usa diferenças sociais, sobretudo diferenças de educação, propriedade, raça, gênero e ocupação-para proporcionar tratamentos diferentes para categorias diferentes de cidadãos.

pública urbana associada a esse ideário seria aquela das cidades modernas ocidentais<sup>63</sup> cujo ideal moderno pressupõe o espaço da cidade aberto para ser usado e aproveitado por todos e a sociedade de consumo que ela abriga acessível a todos e, mais que isso, as promessas de incorporação à sociedade moderna incluiria não somente a cidade e o consumo, mas também a política (Caldeira, 2000:303-305).

Apesar de historicamente marcada por intensas desigualdades sociais e segregação espacial, a cidade moderna e seu ideal de comunidade política que incorpora todos os cidadãos, pautado numa visão contratualista (Elias, 1993; 1994) de pessoas idealmente iguais e livres, deram forma às experiências de cidadania e vida na cidade (Caldeira, 2000). Essas formas, por sua vez, abarcam o caráter sincrético da modernidade brasileira cuja dificuldade sempre foi conciliar as exigências da modernidade ou dos valores modernos com o que há de peculiar ao Brasil (Oliven, 2001).

O processo social mais amplo no qual o ideal moderno de cidade se forma e se transforma está circunscrito histórica e culturalmente, tanto em termos da própria noção de indivíduo moderno (Dumont, 1985) como dos temas, prioridades e paradigmas culturais existentes (Velho, 2003). Portanto, para o contexto brasileiro, quando situados em contextos específicos, diferentes apropriações dessa concepção de cidade e diferentes ações de incorporação nesse “todos” são engendradas. Ainda que a incorporação à sociedade moderna da cidade e de uma comunidade política de cidadãos livres e iguais tenha sido somente idealmente construída, seus ideais e suas promessas de incorporação contínua legitimaram não somente a concepção de uma cidade de “todos” como as ações de diferentes grupos sociais excluídos em suas reivindicações por incorporação nesse “todos”.

Sob essa perspectiva, o ideário de cidadania universal de uma cidade “de todos” adequado às concepções da política urbana contemporânea, no contexto brasileiro, nos desafia a pensar as formas pela quais esse ideal valorativo tem sido apropriado ou mesmo reafirmado pelos grupos nos conflitos urbanos. Trata-se de refletir como essas “promessas liberais não cumpridas de cidadania universal” (Caldeira, 2000:306) e, simultaneamente, a reafirmação de algumas delas e a reapropriação de outras têm sido articuladas pelos diferentes indivíduos e grupos sociais na dinâmica dos conflitos territoriais urbanos.

---

<sup>63</sup> A gênese da concepção de vida pública na cidade moderna está referida espacial e temporalmente ao processo de urbanização das sociedades industriais do século XIX, cuja formação e desenvolvimento estão implicados aos processos sociais que determinam o curso da mudança histórica e que subjazem ao próprio “processo civilizador” da civilização ocidental (Elias, 1993). Ver também N. Elias (2011;1994).

A cidade de “todos” os cidadãos atribuída às concepções da “nova cidadania urbana” relativa às políticas contemporâneas carrega em si o próprio conceito de cidadania, o qual tem sido sistematicamente equacionado através da noção de direitos que, embora seja uma categoria relacional<sup>64</sup>, tem havido uma tendência à absolutização dessa noção na qual os direitos de cidadania são tratados como intrínsecos ao indivíduo (Oliveira; Oliveira, 1996), sujeito normativo das instituições enquanto categoria moralmente construída (Dumont, 1985).

Assim, em vista de um contexto sociocultural abrangente que considere as persistentes desigualdades sociais e segregação espacial das grandes cidades brasileiras, poderíamos considerar a “universalização” dos direitos de cidadania das políticas urbanas “participativas” no Brasil uma preocupação meramente formal do Estado<sup>65</sup>, afinal evoca inúmeros paradoxos: democratização de direitos, incremento de instituições democráticas, mas igualmente violação de direitos e segregação social e espacial nas cidades.

Se paradoxalmente processos sociais simultâneos com significados opostos foram gerados pelas promessas de abertura e igualdade na cidade nas suas apropriações pela política urbana contemporânea, do ponto de vista institucional é possível perceber uma tendência global de reorientação dos sentidos da “universalização” do ideal de cidade aberta e democrática na qual ganha força e influência as concepções de “qualidade de vida” e “cidades sustentáveis” antes mencionadas. São orientações e linguagens internacionalmente concebidas para tratar de questões urbanas as quais foram, direta ou indiretamente, incorporadas pelas normativas e linguagens da “nova cidadania urbana” na esfera pública no contexto brasileiro.

Considerando as relações entre o local e global, desde a perspectiva da antropologia das sociedades complexas, sabemos que essas tendências internacionais de reorientação de “ordens de significado de pessoas e coisas” (Sahlins, 2003:9) são operadas local e diferencialmente em contextos situados. Mas, ao tratarmos dessa tendência como escala global, poderíamos dizer que ela opera em duas ordens inter-relacionadas, quais sejam: equaciona através da noção de “universalização” de direitos valores de igualdade para conceber a ideia de “qualidade de vida” nas cidades; circunscreve a possibilidade de gozo dessa “qualidade de vida” ao ajuste “ambiental” ou “ecológico” da dinâmica de crescimento das cidades.

---

<sup>64</sup> A noção de direitos como categoria relacional no sentido dado por Roberto Cardoso de Oliveira (Oliveira; Oliveira, 1996), a partir de Geertz (2009) e DaMatta (1997), é uma categoria cuja aplicação supõe necessariamente uma situação de interação que envolva pelo menos duas partes em um contexto determinado.

<sup>65</sup> Ao tratar dos “dilemas” da cidadania no Brasil, Roberto Cardoso de Oliveira refere à preocupação do Estado-Nação nas sociedades ocidentais modernas com a universalização dos direitos de cidadania, entre seus concidadãos, ainda que essa preocupação seja, por vezes, meramente formal (Oliveira; Oliveira, 1996:159-160).

A primeira categoria atribui valorativamente à noção de “qualidade de vida” ou de “bem-estar” condições materiais de vida na cidade, tais como moradia, lazer, trabalho, serviços públicos, infraestrutura urbana, transporte, etc., condições materiais ou “direitos” idealmente acessíveis a todos os cidadãos no âmbito de uma “cultura democrática”. A noção de “qualidade de vida” está relacionada à “cultura democrática” das sociedades ocidentais modernas nas quais os direitos sociais<sup>66</sup> ou as referidas condições materiais de existência na cidade são legitimados no âmbito de uma “cultura dos direitos humanos”, referência obrigatória para quase todos os Estados-Nação e entidades superiores que os regulamentam (Diniz, 2001).

A segunda categoria pode ser vista como a chave para compreendermos essa reorientação dos sentidos do ideal de cidade aberta e democrática cujo teor abarcaria fundamentalmente essas condições de existência material na cidade, ou “direitos sociais”, mas atribuindo à “qualidade de vida” que elas proporcionam um caráter “ecológico”. Desse modo, a cidade deve não somente abarcar condições iguais de existência material aos cidadãos como também o equilíbrio “ecológico” do ambiente no qual eles vivem. Aquecimento e vulnerabilidades climáticas, riscos ambientais por processos de ocupação territorial urbanos, efeitos da poluição hídrica e atmosférica na saúde humana, geração de lixo e áreas contaminadas, crescimento demográfico são alguns dos problemas relacionados à expansão da urbanização ou ao crescimento das cidades modernas industriais no contexto de “crise ambiental” no mundo urbano contemporâneo.

Diferentemente dos debates sobre o desmatamento, a extinção de espécies animais e vegetais ou a degradação de ecossistemas que polarizaram o debate ambiental entre uma realidade urbana irreversivelmente alterada e territórios a ser preservados do processo de “domesticação da Natureza” que marca a civilização ocidental (Elias, 1985:19), questões como a escassez de água doce e abastecimento humano de água potável ou as alterações climáticas e os desastres ambientais em áreas urbanas, por exemplo, são processos que “ambientalizam” a construção social da realidade, englobando em um mesmo ambiente as dinâmicas sociais de cidades e ecossistemas (Devos, 2009).

---

<sup>66</sup> O clássico ensaio de T. H. Marshall (*Citizenship and Social Class In: Inequality and Society, 1965*, edição em português, Cidadania, Classe Social e Status, 1967, pp. 57-87) diferencia as dimensões civil, política e social da cidadania, argumentando que elas evoluíram sucessivamente ao longo dos últimos séculos e que cada uma levou aproximadamente um século para se consolidar. A dimensão civil, ou direitos civis, refere-se aos direitos necessários para a liberdade individual; a dimensão política, ou direitos políticos, refere-se ao direito de participar de organizações políticas, votar e candidatar-se a cargos políticos; a dimensão social, ou direitos sociais, - que mencionei acima - refere-se aos direitos relacionados ao bem-estar social. Caldeira (2000:305) para tratar da violação dos direitos civis, no Brasil, adota esta clássica distinção e traz a classificação do autor como uma poderosa imagem de incorporação progressiva dos direitos de cidadania no contexto ocidental moderno. Ver também crítica a essa perspectiva proposta por Peirano (2006).

Essa “ambientalização”, que passa a ser incorporada pelas políticas contemporâneas, estaria referida à dimensão moral e ética que uma nova ordem ecológica (Ferry, 2009) passa a ter na sociedade contemporânea no âmbito da denominada “cultura global” (Featherstone, 1999). A “cultura global” como um fenômeno que se insere em processos de integração e de desintegração cultural que se realizam não apenas no nível local, mas também processos que transcendem a unidade da sociedade estatal e que ocorrem a nível global, os quais assumem uma variedade de formas e que sustentam a troca e o fluxo intenso de mercadorias, pessoas, informações, conhecimentos e imagens (Featherstone, 1999). É evidente que a incorporação dessa ordem ecológica ultrapassa os limites da esfera das políticas contemporâneas e de ações institucionais, global ou localmente, na medida em que a intensidade desses fluxos e trocas se dinamiza nas mais diversas dimensões da vida social, como nos comportamentos individuais e coletivos de “tribos urbanas” (Maffesoli, 2000), relativos ao lazer, moda ou consumo, por exemplo.

Do ponto de vista ético da nova ordem ecológica em escala mundial que considera o ambiente no qual vivemos ou o próprio planeta Terra enquanto “bem comum” de todos os seres humanos esta ordem estaria apoiada num novo ideal moral, a ecologia (Ferry, 2009). A ecologia enquanto ideologia moderna abarcaria diferentes versões segundo os princípios filosóficos e políticos envolvidos, podendo, inclusive, se opor entre aquela herdeira dos valores do humanismo moderno na qual é em virtude do homem pessoal moral que afinal convém respeitar a Terra à versão oposta de uma ecologia “profunda” (*deep ecology*) na qual a natureza é dotada de um valor intrínseco cuja “biosfera” ou “ecosfera”, o *cosmos* em si, deve ser protegida das ações maléficas dos homens (Ferry, 2009). Seja na sua versão mais “antropocêntrica” seja na sua versão mais “biocêntrica” (Ferry, 2009:31), ambas remetem aos desafios contemporâneos de como a “cultura democrática” passaria a integrar as preocupações de uma ética do ambiente.

A ética do ambiente pautada em preceitos valorativos da relação homem/natureza a partir de uma visão sistêmica que a própria noção de ecossistema comporta reestabeleceria aquilo que do ponto de vista filosófico seria uma ordem cósmica entre os homens e todos os demais seres vivos (Ferry, 2009). O exame do trajeto de cisão entre homem/natureza, no campo da teoria antropológica, remete ao debate sobre o dualismo entre natureza e cultura o qual, a partir de uma genealogia que busca mostrar o quanto é contingente e histórico esse caráter dual que atribuiria universalidade à natureza e particularidade à cultura, coloca essa cisão em termos de uma cosmologia moderna ocidental (Descola, 2002). Sob essa perspectiva, a “questão ambiental” não somente se tornou um tema de debate público em escala planetária ao mesmo tempo em que

repercute no cotidiano de seus habitantes, como também tornou mais difícil mantermos a crença que a natureza seria um domínio separado da vida social (Descola, 2011).

O marco inicial dos debates políticos contemporâneos em escala mundial sobre a “questão ambiental”, do ponto de vista histórico, foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano na qual as versões de uma ideologia ecológica embasavam as críticas ao processo de desenvolvimento industrial dos séculos precedentes. A “domesticação” da natureza da *humana conditio* (Elias, 1985) de um processo civilizador tido como poluidor e mesmo destruidor em vista dos efeitos maléficos do uso de energia química no século XX passaria a ser revista como condição de continuidade de “desenvolvimento” dessa mesma sociedade.

O processo histórico de “ambientalização” (Lopes, 2006) é configurado internacionalmente e, no Brasil, com suas apropriações específicas e diferentes dimensões, numa nova questão pública. A “ambientalização” como um processo histórico de interiorização das diferentes facetas da questão pública “meio ambiente” pode ser observada no crescimento da esfera institucional do meio ambiente entre os anos 70 e final do século XX<sup>67</sup> e na interiorização da “questão ambiental” como fonte de legitimidade e argumentação nos conflitos sociais no nível local, através do incremento e especialização de áreas jurídicas, das ações de uma pedagogia “ambiental”, da especialização técnica nas empresas ou da própria mobilização da sociedade civil organizada (Lopes, 2006).

Nesse cenário, a esfera das políticas e das ações institucionais globais passaria a incorporar a noção de “desenvolvimento sustentável” como conceito dominante. Esta noção ganhou reconhecimento internacional, particularmente na segunda Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente<sup>68</sup>, cujo principal documento (Agenda 21)<sup>69</sup> pactuou no plano normativo e discursivo um “novo padrão de desenvolvimento” em escala global, então denominado “desenvolvimento sustentável”. No referido documento consta um conjunto de estratégias que articulam soluções tecnológicas às dinâmicas sociais das cidades e dos ecossistemas, prevendo desde ações relacionadas ao planejamento urbano (saneamento, habitação) à conservação da biodiversidade em florestas.

---

<sup>67</sup> O marco regulatório da “questão ambiental” no Brasil é a Política Nacional de Meio Ambiente de 1981 que ao instituir uma política pública ambiental de abrangência nacional inicia um processo de criação de órgãos ambientais, conselhos, secretarias, entre outros, e de ações institucionais nas três esferas de governo no país. É tida como o marco jurídico inicial de normatização de “direitos difusos” e coletivos (Arantes, 1999:85) citados antes.

<sup>68</sup> II Cúpula da Terra, realizada no Rio de Janeiro, em 1992 e conhecida como “ECO-92”. Nessa ocasião que é incorporado publicamente aos debates mundiais o relatório “Nosso Futuro Comum” elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU cujo teor versa sobre a noção de desenvolvimento sustentável (MMA/PNUD, 2000).

<sup>69</sup> Chamado de “Agenda 21” em alusão ao século que futuramente viveríamos, o século XXI, e ao próprio teor do relatório “Nosso Futuro Comum”.

Embora fossem reconhecidos os esforços políticos internacionais para a “correção de rumos” (Acsehrad, 2009:44), as críticas às concepções de sustentabilidade giravam em torno de diferentes lógicas e representações de ideologias econômicas (Dumont, 2000) e de ideologias ecológicas (Ferry, 2009). Segundo Zhouri, Laschefski e Pereira (2005), os discursos sobre o desenvolvimento sustentável foram sendo deslocados do sentido atribuído pela militância “ecológica” e pelos modos de vida de “grupos locais” - como contraponto ao modo de vida da sociedade urbano-industrial que segundo aqueles seria “insustentável” - para um sentido de “adequação” ao modelo clássico de desenvolvimento econômico.

Do ponto de vista histórico, era na ocasião desses eventos internacionais que se afirmava um compromisso ético global sobre o ambiente na esfera pública. Esse compartilhamento de um compromisso político numa escala mundial resultava em acordos de normatização de direitos e deveres sobre o ambiente na esfera dos Estados nacionais os quais ganhavam (como ainda ganham) força com os tratados e compromissos ético-legais entre os países de hegemonia política e social no ocidente no âmbito de uma “cultura dos direitos humanos” (Diniz, 2001).<sup>70</sup>

Junto aos debates mundiais sobre a adoção de estratégias para a pretensa reversão das “consequências prejudiciais da transformação do *habitat* natural pelos homens” (Elias, 1985), foram criados espaços políticos institucionais para debate de questões relacionadas às dinâmicas sociais dos contextos urbanos contemporâneos. De forma análoga às conferências mundiais sobre meio ambiente e no mesmo intervalo temporal de vinte anos entre cada uma delas, a ONU passou a realizar as Conferências Habitat<sup>71</sup>, sendo a primeira delas um debate que acompanharia a pauta política do início dos debates internacionais sobre meio ambiente, reafirmando as preocupações com o “desenvolvimento urbano descontrolado” e os impactos ambientais que poderia causar. O objetivo dos pactos globais instituídos a partir desses espaços políticos de debate era e ainda é, nas suas atualizações, instituir estratégias globais de enfrentamento de toda sorte de problemas sociais e ambientais vivenciados nas cidades (pobreza, moradia, poluição, riscos ambientais etc) através da

---

<sup>70</sup> Interessante observar que a “questão ambiental” e as concepções de “gerações futuras” atribuídas aos compromissos ético-legais de proteção ambiental em escala global reorientaram a noção de “direitos de cidadania”, antes referida. A proteção ambiental enquanto “direito humano fundamental” passa a ser incorporada aos sistemas jurídicos constitucionais democráticos - como no Brasil - como “direitos difusos”. O caráter “difuso” da titularidade do direito ao ambiente protegido como de todos os seres humanos numa escala planetária fez com que os “direitos difusos” fossem considerados uma quarta dimensão de direitos. A visão progressiva de incorporação dos direitos de cidadania de Marshall, antes citada, passaria, assim, a incorporar uma quarta e “nova” dimensão (Wolkmer, 2003).

<sup>71</sup> A Habitat I ocorreu em 1976, em Vancouver, Canadá; a Habitat II em 1996, em Istanbul, na Turquia; a Habitat III ocorrerá em 2016 (ainda sem local definido), as quais se desmembram em outros encontros mundiais, como o “Fórum Mundial Urbano” que, na sua 5ª edição, em 2010, foi realizado no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro.

implantação de políticas urbanas (planejamento urbano, legislação urbanística, serviços básicos urbanos, habitação e urbanização de “ocupações irregulares”).<sup>72</sup>

Em nome de um “futuro comum urbano”, as “boas práticas” preconizadas pelos órgãos internacionais passariam a dirigir uma mesma política a todos os contextos urbanos ao redor do planeta<sup>73</sup>, práticas pautadas em premissas e orientações enquanto princípios morais compartilhados por uma “comunidade de cidadãos do mundo” (Hannerz, 2007:71). Os discursos internacionais sobre estratégias para enfrentamento dos problemas ambientais gerados pelo processo de desenvolvimento urbano-industrial das cidades modernas contemporâneas se conformariam, assim, pautados no debate sobre questões sociais mais amplas, como o aumento da população urbana, desigualdades e exclusão social, segregação espacial, desperdício de recursos e mudanças de padrões de consumo. O domínio das políticas públicas e das ações institucionais globais passaria a incorporar um conjunto de premissas e recomendações ambientalmente “sustentáveis”, como a Agenda 21, juntamente àquelas premissas de políticas urbanas comunicativas entre governos e sociedade, capazes de garantir “qualidade de vida” nas cidades.<sup>74</sup>

Seriam essas também as bases de políticas governamentais modernas de progresso material para a promoção social das populações humanas em situações desprivilegiadas ou vulneráveis ao redor do mundo, a partir das noções de sustentabilidade cuja “ideia de uma conciliação entre os ‘interesses’ econômicos, ecológicos e sociais ocupa papel chave” (Zhour; Laschefski 2005:12). As políticas internacionais para as cidades, considerando a hegemonia política e social dos países ocidentais “desenvolvidos” ou a perspectiva binária das políticas globais sul/norte, teriam como palco privilegiado para a implantação de estratégias pactuadas globalmente as cidades situadas nos países “em desenvolvimento”. Afinal, o modelo idealizado de “cidade sustentável”<sup>75</sup> estaria referido àquelas politicamente engajadas com as preocupações ambientais cuja “sustentabilidade”

---

<sup>72</sup> Ver “Objetivos e Estratégias ONU- Habitat” (*Goals & strategies of UM-Habitat 2014-2019*). Trata-se de um Plano Estratégico de ações para as cidades em escala mundial elaborado a partir das metas da “Agenda Habitat 1996” resultado da Conferência realizada neste mesmo ano. A “Agenda Habitat” figura dentre os principais documentos resultado dessas conferências globais.

<sup>73</sup> Durante a Eco-92, no Rio de Janeiro, foi elaborada no âmbito do “Encontro internacional Homem, Cidade, Natureza: a cultura hoje”, o qual reuniu especialmente arquitetos e urbanistas, a “Declaração do Rio sobre a Cidade”, cujo teor elenca uma série de “constatações” sobre a “realidade” urbana e quais seriam as estratégias para mudar esse cenário.

<sup>74</sup> Exemplo da incorporação da noção de “qualidade de vida” ao conjunto de premissas e recomendações às “cidades sustentáveis” é um documento elaborado por Jordi Borja e Manuel Castells, a pedido da ONU, como documento de análise para propostas na Conferência Habitat II, em 1996. Posteriormente, o documento foi publicado em formato de livro pelos autores e intitulado de *Local y Global. La gestión de las ciudades en la era de la globalización*.

<sup>75</sup> A expressão “cidade sustentável” (“*sustainable cities*”) aparece nos quadros de pesquisa sobre “ecossistemas urbanos” desenvolvida no âmbito do programa *Man and Biosphere* da UNESCO, nos anos 80 (Levy; Emelianoff, 2011:10).

dependeria da oferta igualitária de serviços urbanos essenciais (infraestrutura, saneamento, moradia etc) aspecto especialmente frágil nos contextos “periféricos”.<sup>76</sup>

Desse modo, as condições materiais de vida na cidade, fundamentais para a existência e para a liberdade do indivíduo nos contextos urbanos contemporâneos, seriam não somente a substancialização de um ideal humanista moderno como também condição para a “sustentabilidade” do ambiente no qual ele vive. A ocupação “ordenada” do solo urbano, a destinação correta do lixo, o controle da poluição das águas dos rios que abastecem as cidades por medidas de saneamento, a qualidade do ar que os cidadãos respiram, são aspectos que se viabilizam fundamentalmente por meio de condições materiais de existência na cidade. Atualmente, elas têm, inclusive, se tornado ainda mais sofisticadas se pensarmos a aplicação de soluções tecnológicas ao transporte urbano “limpo” menos poluente, ao “reuso” da água, às habitações com padrões construtivos “ecológicos” ou as mudanças de padrões de consumo e alimentares particulares aos estilos de vida urbanos. O comportamento ambientalmente responsável implicado a essa ética planetária da questão da conservação dos ecossistemas ou das lógicas e representações de “sustentabilidade” não seria a negação de um modo de vida urbano-industrial das cidades ocidentais modernas, poderíamos, inclusive, observar nessas ações uma racionalização ainda maior das relações entre homem/natureza.

Os sistemas de valores da “sociedade ocidental enquanto cultura” (Sahlins, 2003) teriam assimilado a “qualidade de vida” em termos de modo de vida na cidade. Mas, ainda que a nova ordem ecológica possa ser entendida como uma tendência homogeneizante no âmbito da “cultura global” (Featherstone, 1999) da sociedade contemporânea, desde um ponto de vista antropológico, é preciso compreender esses processos em interações em situações referidas a contextos locais (Oliven, 2006). Ao considerar a “heterogeneidade da homogeneização” (Oliven, 2010:74) dos modos como se realizaria essa “qualidade de vida” determinada por condições materiais de existência na cidade, não seriam estas uma prática lógica de eficiência material. Essa “razão prática” (Sahlins, 2003) dos diferentes sujeitos seria uma forma cultural com ordens e finalidades muito diferentes mesmo em condições materiais análogas. Isso porque essas condições materiais de existência na cidade, as quais devem ser igualmente realizáveis a todos os cidadãos na mesma

---

<sup>76</sup> O crescimento demográfico urbano – mais da metade da população mundial vive em cidades –, principalmente nos países “em desenvolvimento”, é um dos principais argumentos legitimadores de políticas globais para as cidades, segundo documentos oficiais da Organização das Nações Unidas. A América Latina e Caribe são consideradas as regiões mais urbanizadas do mundo, correspondendo a mais de 80% da população vivendo em cidades (ONU-Habitat, 2012:XI).

medida em que garantem o equilíbrio “ambiental” do ambiente urbano no qual eles vivem, podem se tornar necessárias para os indivíduos e grupos de formas muito diferentes.

Sob essa perspectiva, é preciso considerar que em sociedades complexas, heterogêneas e diversificadas, estabelecer o que é materialmente necessário para nosso modo de vida na cidade se dá na ordem da experiência e dos dilemas éticos vividos cotidianamente. A partir do que Gilberto Velho (2004:85) coloca, baseado nas contribuições de Schutz (2012), poderíamos dizer que em uma sociedade pode haver inúmeros sistemas de relevância e que é em função dessas relevâncias que os indivíduos, dentro dos grupos dos quais fazem parte, armam suas estratégias de vida, fazem escolhas e estabelecem projetos.<sup>77</sup> É, portanto, em meio às relações sociais que se dão em diferentes níveis de negociação da realidade que essas relevâncias são estabelecidas, ou seja, que atribuiríamos sentidos à “qualidade de vida” na cidade e às condições materiais que ela comporta. Isso quer dizer que vendo a vida social como uma constante negociação entre indivíduos e grupos, envolvendo os mais díspares interesses e motivos – materiais ou não materiais - o significado do mundo está sempre, em alguma medida, em questão (Velho, 2004:86).

Para compreender os sentidos atribuídos pelos indivíduos e grupos a tais noções “homogeneizantes” a partir das suas experiências vividas, aspecto que me interessa discutir aqui, devemos conceber o “mundo global moderno” a partir da fixação num contexto específico que leve em conta a sua diferença situada e concreta (Appadurai, 2005). Mas, para o caso das questões analisadas neste trabalho, antes, cabe problematizar outro aspecto da homogeneização do “mundo global moderno” subjacente aos debates mundiais sobre “cidades sustentáveis”: a ideia de “cidades globais”.

Um dos principais autores que trabalha com a noção de “cidades globais”<sup>78</sup> é Saskia Sassen (2007), para quem as metrópoles devem ser compreendidas em decorrência do processo de globalização da economia. A partir dos fluxos econômicos da economia global ela descreve como as grandes metrópoles contemporâneas, Nova York, Londres e Tóquio, tornaram-se centros de

---

<sup>77</sup> Ao se apropriar dos conceitos de A. Schutz de relevância e motivação ou “da ordem dos domínios de relevâncias que predomina em um grupo social particular” (Schutz, 2012:128), Gilberto Velho o cita, expressamente, dizendo: “A própria ordem de domínios de relevância que prevalece num determinado grupo social é um elemento da concepção relativamente natural do mundo tida pelo grupo interno como pressuposto e como um estilo de vida inquestionável. Em cada grupo, a ordem desses domínios tem sua história particular. É um elemento do conhecimento gerado e aprovado socialmente e, frequentemente, institucionalizado” (Velho *apud* Schutz, 2003:113-14).

<sup>78</sup> Trago essa noção apenas como um contraponto às políticas contemporâneas globais concebidas no contexto dos debates sobre a “questão ambiental” e, para isso, optei referir os estudos de Sassen, por ser referência importante para os estudos que tratam do tema. Mas há outros autores no campo da sociologia e do urbanismo que, sob perspectivas distintas, no âmbito dos estudos sobre globalização, buscaram “teorizar o mundo sob o termo de ‘cidade global’” (Appadurai, 2005:65).

comando para a economia global, concentrando importantes recursos financeiros e infraestruturas urbanas. A crítica a essa noção é que embora tenha sido proposta a partir de contextos empíricos específicos, as características e tendências verificadas passariam a ser generalizadas para outras cidades nas suas inserções em fluxos econômicos globais (Compans, 2009). Nessa perspectiva, os governos locais das grandes cidades - para ascender à hierarquia de *global cities* - deveriam estimular os setores mais dinâmicos e competitivos e se adaptar às exigências de mobilidade e competitividade dos capitais globais para atrair investimentos (Compans, 2009). Essas estratégias de “inserção competitiva” entre as cidades numa escala global teriam implicações concretas na esfera local, como prioridades dos gastos públicos, flexibilização das normativas urbanísticas, subsídios de toda ordem etc. Os próprios projetos de transformação do espaço urbano ou de “qualificação urbana” seriam, segundo esse quadro, implicações diretas dessa lógica economicista global numa escala local. Um dos pressupostos da adoção dessas estratégias de “inserção competitiva” seria a conjugação desse aspecto do “desenvolvimento” das cidades às premissas de “sustentabilidade ambiental”. Efeito disso seria o incremento do aporte de financiamento pelas agências internacionais, como o BID, por exemplo, aos projetos urbanos em cidades orientadas por critérios internacionais do que se entenderia por melhoria da “qualidade de vida” (Acselrad, 2009).

Contemporaneamente, sabemos o papel que as agências internacionais desempenham no financiamento de grandes projetos de infraestrutura urbana em cidades brasileiras. Para dar um exemplo disso, a partir do trabalho de campo, o projeto que mencionei no capítulo anterior e que será retomado ao longo do trabalho, o Programa Integrado Socioambiental (Pisa) da Prefeitura de Porto Alegre, que amplia a rede de saneamento e promete a retomada da balneabilidade das águas do Lago Guaíba, foi financiado pelo BID.

Ainda que levemos em conta o alcance mundial da noção de “cidades globais” e o ajuste das estratégias negociais às premissas de “sustentabilidade” das cidades hoje, em vista de interações de outra ordem e de intensidade nova, próprias dos fluxos de capitais internacionais, a “economia global” que pauta esses discursos seria um ponto de vista apenas parcial. A complexidade da atual economia global está ligada às disjunções fundamentais entre economia, cultura e política dos fluxos culturais globais de pessoas, mercadorias, tecnologias, ideias, imagens, conforme propõe Appadurai (2005). Os processos globais devem ser tidos, assim, como uma ordem complexa cujo caráter disjuntivo de suas relações e seus pontos de superposição não permite que analisemos estas relações em termos de modelos de economia global.

As reflexões do autor sobre “*scapes*” ou as formas fluidas e irregulares das “paisagens sociais” que caracterizam os processos culturais globais (Appadurai, 2005) são interessantes não somente para ampliar a discussão para além de uma lógica economicista como também para pensarmos a respeito do que seria a paisagem da “cidade global” no mundo hoje. Isso porque, para explorar o caráter disjuntivo e diferencial dos fluxos globais, atento às tensões entre homogeneização e heterogeneização cultural das interações implicadas à relação Estado-Nação e vida cotidiana, Appadurai (2005) se apropria e amplia o conceito de “mundos imaginados” de Benedict Anderson (2008) para construir a noção de “paisagens”. Essas seriam os múltiplos mundos constituídos por imaginários, cultural e historicamente situados, de pessoas e grupos dispersos ao redor do mundo.

As dimensões desses fluxos propostos pelo autor<sup>79</sup> abarcaria a paisagem formada por indivíduos que constituem o mundo em movimento no qual vivemos (turistas, imigrantes, refugiados, trabalhadores, entre outros), conformando “mundos imaginados” para além das fronteiras físicas dos lugares que habitam; paisagens sociais configuradas também pelo fluxo das novas tecnologias e de capitais financeiros e de investimentos. O mais importante para o autor é que a relação entre esses fluxos são disjuntivas uns em relação aos outros na medida em que cada uma dessas “paisagens” está submetida às suas próprias restrições e estímulos, ao mesmo tempo em que cada uma age como uma limitação e um parâmetro de movimento de outra (Appadurai, 2005:73), são, portanto, “mundos imaginados” sempre em movimento. Essas disjunções se encontrariam assim refletidas por um amplo e complexo repertório de imagens ligadas por meio daquilo que o autor denomina de *mediascapes* (2005:74). É nesse sentido que poderíamos pensar a “paisagem” das “cidades globais”, pois é na disjunção desses fluxos, nesse movimento contínuo, que se formam as imagens das grandes metrópoles e seus imponentes projetos arquitetônicos e urbanísticos, incontestes do “progresso”; às imagens de uma “ecosfera” referida aos ambientes urbanos e não urbanos (cidades “limpas”, áreas “verdes”, “paisagens naturais” etc.).

São esses “mundos imaginados” que constituem a paisagem social das “cidades sustentáveis” do mundo globalizado hoje e que pautam os acordos e pactos internacionais sobre cidade e meio ambiente nas suas disjunções. O que me interessa pensar aqui é o que está em jogo quando falamos em “futuro das cidades” na esfera das políticas locais e quais os sentidos atribuídos

---

<sup>79</sup> O sufixo “*scape*” (*landscape*) indicaria, assim, que não se tratam de relações objetivamente dadas, mas, sobretudo, construções colocadas em perspectiva segundo o contexto cultural dos diferentes indivíduos e grupos, sejam eles transnacionais ou localmente situados. Para explorar o caráter disjuntivo entre economia, cultura e política dos processos globais, o autor propõe cinco dimensões desses fluxos culturais globais: *ethnoscape*, *mediascapes*, *technoscape*, *financescapes* e *idéoscapes* (Appadurai, 2005:70-75).

a essa e outras noções pelos indivíduos e grupos envolvidos nos conflitos territoriais urbanos em análise neste trabalho. Se, como referi antes, ao observamos a vida social como uma constante negociação entre os sujeitos, o significado do mundo estaria sempre *em questão* (Velho, 2004), e é a modernidade da vida citadina ou metropolitana (Simmel, 2004) experienciada por esses sujeitos, contexto privilegiado para colocá-lo *em questão*.

Para que possamos compreender as formas como o ideário da “cidade que queremos” ou do “futuro comum urbano” é incorporado às diferentes lógicas de normatização da cidade, dinamizando os conflitos de “uso” e ocupação da orla do Lago Guaíba em Porto Alegre, passo agora a apresentar as tramas do conflito do Pontal a partir da esfera das políticas públicas urbanas local e do seu modo de incorporação da “questão ambiental”.

### **3.2 Política e meio ambiente nos planos urbanos em Porto Alegre**

Na ocasião em que recebi a Carta do Movimento em Defesa da Orla, durante o debate público sobre os projetos de “qualificação urbana” da orla do Lago Guaíba, um mês antes tinham sido definidos os rumos da política local de ordenação formal do espaço urbano de Porto Alegre, inclusive deste espaço tão privilegiado pelas ações da Prefeitura. Em meio a polêmicas, havia sido encerrado o processo formal de revisão do Plano Diretor “Participativo” da cidade<sup>80</sup> e definido o teor do novo documento que orientaria, nos próximos anos, as ações do poder público local. Naquele ano de 2010, estava em jogo a viabilidade ou não da implantação dos projetos urbanísticos previstos para a orla, inclusive o do Pontal do Estaleiro que embora tivesse sido regulado em lei especial anterior, como vimos, poderia ser afetado pela discussão mais ampla sobre os “usos” dos territórios da beira do Guaíba em sua extensão.

O documento do Plano, em si, enquanto “instrumento” da política urbana local, adota modelos espaciais próprios à aplicação de soluções técnicas para adequação “funcional” do espaço urbano. Junto às soluções tecnicistas para “usos” dos diferentes espaços da cidade, o plano diretor opera igualmente com a abrangência da ideia de “qualidade de vida” orientadora das políticas internacionais para as “cidades sustentáveis”. Desde a apresentação do documento cujo título é

---

<sup>80</sup> Do ponto de vista do campo do planejamento urbano, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA) de 1999 representa um conjunto de normas, as quais estão dispostas em modelos espaciais e representações esquemáticas que visam “interpretar a realidade urbana e social da cidade”, desse modo o processo de revisão do plano, segundo tal perspectiva, seria uma forma de adequá-lo às mudanças na medida em que se tornar “obsoleta na sua leitura da realidade” (Cuty, 2012:136). A Lei 434/99 que institui o PDDUA de 1999 foi atualizada pela Lei 667/11 e 646/10 (PDDUA, 2010). O processo formal de “revisão” foi iniciado em 2009, cumprindo determinação do “Estatuto da Cidade” de realizá-lo, pelo menos, a cada 10 anos, mas suspenso em razão do período eleitoral é retomado logo após.

“mais qualidade de vida para as futuras gerações” (PDDUA, 2010:5), o plano a condiciona, no contexto portoalegrense, às ações públicas de proteção dos ecossistemas (ou atributos “naturais” de certas áreas) àquelas garantidoras de condições materiais de vida na cidade (moradia, transporte, equipamentos públicos urbanos, limpeza urbana etc.).

A orla do Lago Guaíba, ao articular concepções de “bem comum”, seja enquanto espaço público seja enquanto espaço suscetível de “proteção ambiental” pelos seus atributos “naturais”, teve, tanto no plano anterior quanto nas suas atualizações recentes, um papel importante para as formulações abrangentes da política oficial urbana para construção de sentidos de “cidade sustentável”. Nesse sentido, uma das estratégias de valorização da orla empregadas nos planos urbanos ambientais<sup>81</sup> foi estabelecer uma categorização e tipificação espacial sobre essa área a partir das quais incidiria um regime de “uso” diferenciado. A primeira classificação se diz com as “Áreas Especiais de Interesse Ambiental” sobre as quais incidiriam políticas de preservação dos “patrimônios cultural e natural”.<sup>82</sup> A partir dessa classificação e da concepção formal do termo, as áreas seriam subdivididas em: “áreas de proteção do ambiente natural” e “áreas de interesse cultural”<sup>83</sup>. Sobre estas áreas incidiriam um tratamento diferenciado para preservação do “patrimônio natural” e “valores culturais”, respectivamente, nelas existentes.

O que eu quero destacar aqui é como a adoção dessa estratégia de “valorização” da orla se insere no contexto conflitivo do processo de transformação urbana desse espaço da cidade e o quanto essa tipificação formal, ou essa escala de normatização, pode ser interpretada como uma adequação da “questão ambiental” relativa à preservação da orla e como uma adequação ao ideário de cidade “de todos”, ajustes em vista das políticas internacionais que analisamos anteriormente.

A primeira tipificação insere as “margens do Guaíba” como espaço da cidade que em razão dos seus atributos “naturais” de beira de rio deveria ser preservado. Aspecto que pode ser

---

<sup>81</sup> Tanto o Plano Diretor de 1999, quanto o de 2010, leva já na sua denominação atributo de “ambiental” (Plano de Desenvolvimento Urbano e *Ambiental*) como reflexo direito da incorporação de uma nova questão pública do “meio ambiente” ou do processo histórico de “ambientalização” (Lopes, 2004) que vimos anteriormente. No contexto nacional, esses planos “urbanos e ambientais” ganham força especialmente a partir dos anos 2000 quando o Governo Federal, instituiu uma série de programas federais para o “desenvolvimento urbano” pautados nas premissas internacionais sobre cidade e meio ambiente que vimos. Ver publicação, nesse sentido: “Política Nacional de Desenvolvimento Urbano 1” (Ministério das Cidades, 2004).

<sup>82</sup> Segundo a PMPA, “São os espaços físicos que, pelas suas características, devem ter sua ocupação e utilização, no sentido de conservar o patrimônio ambiental do Município, natural ou cultural”. Disponível em: <[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p\\_secao=220](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=220)>. Acesso em: 7 outubro 2011.

<sup>83</sup> Segundo a PMPA, “Áreas de Proteção ao Ambiente Natural - são zonas que concentram espaços representativos do patrimônio natural e cuja ocupação deverá ser disciplinada com vistas à sua manutenção. Englobam os morros, as margens do Guaíba e os arroios” e “Áreas de Interesse Cultural - são áreas que deverão ter um tratamento diferenciado para que sejam preservados valores culturais, edificações, a qualificação ambiental ou mesmo a animação de determinados setores da cidade”. Disponível em: <[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p\\_secao=220](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=220)>. Acesso em 7 outubro 2011.

interpretado a partir do processo de “ambientalização” no qual a interiorização das diferentes facetas da questão pública “meio ambiente” pode ser percebida na sua institucionalização (Lopes, 2004), tanto no âmbito de uma política global, quanto nas suas apropriações específicas no contexto local. Assim, a aplicação de soluções técnicas para adequação “funcional” do espaço própria das políticas urbanísticas, nas suas adequações atuais, passaria a levar em conta a “vulnerabilidade ambiental” de determinados espaços urbanos, tais como as margens do Lago Guaíba. Esse caráter “natural” atribuído às margens do rio será ainda retomado, mas é interessante pensarmos a sua “artificialidade” em vista dos sucessivos aterros que historicamente marcaram esse espaço da cidade através de planos urbanos elaborados e executados sob lógicas ainda distanciadas de uma ética do ambiente ou do processo de “ambientalização” na esfera institucional.

É interessante observamos também que além da totalidade das “margens do Guaíba” ter sido tipificada como “área de proteção do ambiente natural”, grande parte da orla, ao longo da sua extensão, foi incluída também dentre as “áreas de interesse cultural”. Sobre este aspecto poderíamos questionar quais seriam os sentidos atribuídos às noções de “valores culturais” a serem preservados na orla em vista dos determinismos institucionais das práticas oficiais de preservação do “patrimônio ambiental e cultural” da cidade? A concepção formal do termo opera não somente com o patrimônio material e edificado a ser preservado nas áreas assim classificadas, mas joga igualmente com a noção de “valores”. Assim, as estratégias urbanísticas de ordenamento e estetização agenciariam, por um lado, ações de “preservação” das políticas de restauro e preservação de patrimônio arquitetônico e da memória monumental nessas áreas da cidade, pautadas na retórica da perda e desintegração desse patrimônio (Gonçalves, 2002). Por outro lado, agenciariam a noção de “valores” que legitimariam a “preservação” de áreas as quais não possuem patrimônio “material” propriamente a ser preservado, mas “valores culturais” enquanto categoria idealizada e “totalizadora” sem referência a quais conceitos e linguagens esse plano valorativo estaria fundamentado.

Para o caso da orla do Lago Guaíba, poderíamos entender que essa ideia de “patrimonialização” dos seus diferentes territórios seria concebida a partir de políticas de “qualificação” de espaços urbanos tendo por aporte um mapa emponderado pelo capital simbólico a respeito do “território da cultura ou da memória”. Um mapeamento realizado pelo especialista por meio de um processo de “fixação de significado” (Padiglione, 2012), no qual esses “valores culturais” seriam articulados espacial e temporalmente. Não se pode negar a abrangência dessa discussão desde um ponto de vista antropológico, sobretudo em termos do que me interessa refletir

sobre o tema da memória coletiva ou da “memória vivida”, ao longo do trabalho. Mas, no limite da análise da concepção formal do termo como estratégia de “valorização” da orla pelas políticas urbanas localmente situadas, podemos perguntar como opera esse processo de “fixação de sentidos” na esfera normativa.

Quais as áreas classificadas como de “interesse cultural” estas podem ser formalmente redefinidas<sup>84</sup>, inclusive as atuais alterações formais sobre elas, foi um dos pontos de reivindicação do Movimento em Defesa da Orla na Carta que referi no início do presente capítulo. É claro que sabemos que essas delimitações espaciais formais - vistas através das práticas oficiais de preservação de “patrimônio ambiental e cultural” - seriam também uma forma de articular interesses do poder público e de atores locais de inibição de alteração de características paisagísticas, urbanísticas, arquitetônicas, demográficas, entre outros aspectos, de determinadas áreas da cidade. O que, não por acaso, muitas vezes passaria a atrair a atenção para as novas potencialidades de usos econômicos das mesmas. Essas áreas, submetidas às regras mais rígidas de “uso” e ocupação, ao menos em tese, poderiam se adequar melhor a tais anseios, ao mesmo tempo em que poderiam ser adaptadas conforme esses interesses de “preservação” fossem mudando. Sobre isso cabe registrar que a área do Pontal do Estaleiro não consta nesta classificação formal do plano, embora as áreas adjacentes do Hipódromo Cristal e da Avenida Padre Cacique<sup>85</sup>, por exemplo, estejam expressamente classificadas como de “interesse cultural”. O fato é que o Pontal já havia sido “flexibilizado” pelas normativas anteriores para viabilizar o projeto urbanístico sobre a área, portanto não havia interesse do poder público local de tipificá-la como sendo de “preservação” na ocasião de revisão do plano diretor. O plano diretor, na sua versão anterior, previu toda a orla como “área de interesse cultural”, sem regramento definido, mas com diretrizes restritivas de “uso” estabelecidas, inclusive o Pontal do Estaleiro. Mas, no intuito de viabilizar as edificações previstas pelo projeto esta determinação do plano diretor acabou sendo alterada pela norma especial aplicada somente ao Pontal do Estaleiro.

O mais paradoxal dessa estratégia de “valorização” da orla pelo plano diretor urbano local é que, ao mesmo tempo em que a orla do Lago Guaíba consta como “área de interesse cultural” e “área de proteção ao ambiente natural” e, desse modo, articula concepções formais de “preservação” e fixação espacial e temporal de sentidos atribuídos a ela, é também identificada

---

<sup>84</sup> Atualmente, constam mapeadas (aquelas relativas à orla que interessa a este trabalho) no Anexo 3 do PDDUA. Ver Anexo 3.122, 3.123 e 3.124.

<sup>85</sup> Para se situar espacialmente, retomar mapas constantes no Capítulo 2.

como “área de revitalização”<sup>86</sup>, incidindo concepções de transformação daquele espaço da cidade de Porto Alegre. E é justamente essa ideia de “revitalização” que legitimaria institucionalmente os projetos urbanísticos específicos previstos para a transformação dos diferentes territórios da orla, como o projeto de “urbanização” da orla sul do Lago Guaíba (Parque Urbano da Orla do Guaíba) e o próprio projeto do Pontal do Estaleiro. Aqui deve ser lembrada, inclusive, a pretensa negação ao termo “revitalização” que o estudo técnico sobre a orla refere, mencionada no capítulo anterior, dizendo que não seria um termo apropriado em vista da ausência de “vitalidade” da orla e, ainda segundo o documento, o termo “qualificação urbana” seria mais adequado.

O plano diretor revisto legitimaria tais projetos idealizados para a orla, assim como os discursos dos urbanistas da Prefeitura constantes nesses estudos técnicos e reiterados publicamente nos eventos públicos, como no Seminário que descrevi sobre o “resgate” de uma relação entre a população portoalegrense e o seu rio. Afinal, segundo o discurso endossado pela Prefeitura o “rio Guaíba” e sua orla foram e são de todos os cidadãos portoalegrenses. Esse argumento ganharia ênfase com a ideia de “integração” da cidade com seu Lago, por meio da previsão de “projetos específicos para a orla do Guaíba”, os quais, segundo o plano diretor, devem valorizar a paisagem e garantir o acesso público aos seus espaços. O principal argumento para justificativa da “revitalização” recai justamente nos atributos ambientais ou “naturais” das margens do rio e no seu caráter público, trazendo duas problemáticas centrais que são atualizadas pelas políticas urbanas: a “proteção ambiental” desses espaços associada a uma ética do ambiente; a redefinição dos usos públicos do espaço urbano associada aos ideais modernos da cidade no âmbito de uma “cultura democrática”.

E foram justamente esses aspectos que deram ingrediente a mais uma disputa sobre os “usos” da orla do Lago Guaíba no âmbito das políticas urbanas oficiais para a cidade de Porto Alegre, colocando em jogo estas tipificações redefinidas no processo de revisão do plano diretor e, conseqüentemente, a possibilidade de execução dos projetos previstos para a orla com base em tais premissas. Isso porque, em meio ao processo de revisão do plano diretor, em 2010, foi proposta uma emenda, prevendo uma faixa de preservação ambiental às margens do Lago Guaíba de 60 metros ao longo de sua extensão.

Seguindo a mesma lógica burocrático-normativa de votação do projeto de lei do Pontal, a emenda ficou entre as idas e vindas entre Poder Legislativo (que a propôs) e Poder Executivo (que a apreciaria e teria o poder de veto). O Prefeito tinha vetado a emenda justificando que ela

---

<sup>86</sup> Conforme Artigo 83, III do PDDUA (2010).

inviabilizaria as construções já existentes, embora saibamos que também impediria as construções futuras previstas para a orla. Caberia à Câmara de Vereadores analisar e derrubar o veto e, assim, aprovar a mudança para os 60 metros ou mantê-lo, permanecendo a regra dos então 30 metros de área de preservação às margens do Guaíba. Essa medida de proteção proposta pela emenda ao plano diretor abrangeria a extensão da orla desde a Usina do Gasômetro ao bairro Lami, no extremo sul da Capital, sem possibilidade de novos aterros. A medida visava à preservação da mata ciliar (denominação de mata à beira de qualquer corpo hídrico) e a construção/ampliação de uma avenida margeando essa área verde para passeio de pedestres, ciclovia, praças, e outros espaços de uso público. Além da “valorização” da orla enquanto espaço público, a medida visava à preservação da “paisagem natural” da orla do Guaíba. O Pontal do Estaleiro, de acordo com o regramento anterior e especial para esta área, já estaria submetido ao recuo de 60 metros, cabendo estender a regra ao restante da orla. Para o caso do Pontal é interessante observar que para viabilizar esta faixa de recuo a área seria novamente palco de aterramento, pois o projeto arquitetônico e urbanístico, como revelam as imagens, abrangia a metragem do terreno “original”.

Toda a polêmica que novamente passou a estampar as matérias dos principais jornais do Estado do Rio Grande do Sul<sup>87</sup> girava em torno de uma discussão mais ampla sobre as controversas “áreas de preservação permanentes” (APP), que se seguiu no contexto nacional à época<sup>88</sup>. Segundo as normas de proteção ambiental que se aplicam a todo país, a APP é uma área protegida em que a vegetação não pode ser suprimida<sup>89</sup>, cumprindo uma “função” ambiental protetiva em áreas de dunas, topo de morros e, como no caso da orla do Lago Guaíba, das suas águas. Assim, se no passado, as margens do rio Guaíba foram redesenhadas pelos sucessivos aterros, hoje no contexto de “ambientalização”, esses espaços de beira de rio são considerados áreas de preservação ambiental. É claro que os debates técnico-científicos no âmbito dos órgãos públicos, das

---

<sup>87</sup> Ver Reportagem Especial. *Polêmica Urbana. Mais um impasse para a orla do Guaíba*. Zero Hora, 8 de setembro de 2010 ou *Prefeito vota 60 metros de proteção para orla do Guaíba*. Jornal do Comércio, 30 de julho de 2010.

<sup>88</sup> Foram sucessivas reedições de Medidas Provisórias até a edição da Lei Federal nº. 12.651 de 25 de maio de 2012, revogando a Lei Federal nº. 4.771/1965 (Código Florestal) e inúmeros debates em âmbito nacional foram propostos sobre o teor da lei federal que passaria a incidir em todo território do país regulando formas restritivas ou proibitivas de uso e ocupação de áreas de preservação ambiental através das “Áreas de Preservação Permanente” e da “Reserva Legal”, a primeira incidindo em áreas urbanas e rurais, a segunda em áreas rurais. Pautados em argumentos naturalistas e tecnicistas o debate ao longo da tramitação do projeto de lei na Câmara e no Senado colocou na “linha de frente” dos embates ruralistas e ambientalistas. Esse cenário se armou no momento no qual se acirravam as críticas à política ambiental do governo nacional iniciada pelo então Presidente Lula de adoção de uma política conservadora de recondução do meio ambiente ao estatuto de “barreiras do desenvolvimento”, retrocesso em vista dos avanços políticos institucionais das últimas décadas (Zhouri; Laschefski; Pereira, 2005:11).

<sup>89</sup> “Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.” Ver Lei Federal 12.651/2012.

universidades, assim como em Porto Alegre, consideram essa medida legal controversa, pois é justamente as áreas que contornam os lagos, rios e arroios das cidades as mais urbanizadas. Espaços urbanos que imputam inúmeros desafios ao poder público não somente econômicos, mas sociais, para o reassentamento de populações, isso sem falar na questão dos “riscos” de inundação.

Para o caso da orla do Lago Guaíba em Porto Alegre, os argumentos contrários à medida protetiva das suas margens pautavam-se justamente nesse aspecto, ou seja, de que inviabilizaria a permanência das edificações e da “urbanização” já existentes. Argumento reforçado pelas imagens de satélite projetadas nas reportagens da mídia local onde as principais construções historicamente presentes na paisagem urbana da cidade, como os clubes náuticos e o estádio Beira-Rio do Esporte Clube Internacional, apareciam “cortados” no limite físico espacial de incidência dos tais 60 metros. Esse argumento, por sua vez, era rechaçado pelos vereadores e movimentos sociais que apoiavam a medida legal, pois sustentavam que ela somente incidiria sobre as ações futuras na orla e que as construções presentes permaneceriam onde e como estavam.<sup>90</sup>

Ao fim, em votação no dia 15 de setembro de 2010, os vereadores mantiveram o veto do Prefeito ao artigo do projeto de revisão do plano diretor que versava sobre a faixa de preservação ambiental da orla do Lago Guaíba, sendo mantidos os atuais 30 metros. A polêmica sobre a faixa de proteção ambiental ao longo da orla acabou por reacender outra polêmica na cidade de Porto Alegre a respeito do Guaíba: afinal, é rio ou lago?

### **Guaíba, Rio ou Lago?**

Uma publicação da Revista do Globo de 1965 relata os diversos planos urbanos previstos ou executados na orla do Guaíba ao longo do século XX e as modificações que sofrera a paisagem do “rio amigo” da cidade de Porto Alegre (Pinto, 1965:36). Publicada num importante veículo de comunicação, à época, se não de articulação identitária portoalegrense, a reportagem refere que já ao final do século XIX, uma empresa holandesa realizou um estudo prevendo a construção de diques com um traçado rígido ao longo da orla sul do rio, mas a ideia não saiu do papel. No início do século XX, as dinâmicas sócio-espaciais por que passava a cidade em seu conjunto possibilitaram um planejamento mais completo para a orla, prevendo faixas de aterro para além do

---

<sup>90</sup> Aquilo que já existia na orla entraria no conceito técnico das políticas urbanas atuais de “áreas urbanas consolidadas”. Seria uma adequação de soluções técnicas às restrições territoriais urbanas em termos ambientais. A conceituação faz uma “adequação” das normas ambientais que restringem ou vedam a ocupação de determinados territórios urbanos, como as áreas de preservação permanente, por exemplo, para o caso de áreas já existentes sobre estes territórios que cumprirem determinados critérios de “urbanização” (densidade demográfica superior a uma quantificação pré determinada, estrutura viária implantada e equipamentos de infraestrutura urbana, como energia elétrica, esgoto, entre outros).

projeto de modernização do Porto que acontecera neste período. Muito do que se previu nesse plano urbano somente veio a ser realizado décadas depois, nos anos 40 e, depois, nos anos 70, ou nem mesmo veio a se realizar. Mas, a série de planos e projetos urbanos que se seguiram demonstrava, segundo a reportagem, “a importância atribuída às margens do Guaíba” na capital gaúcha.

A importância atribuída às margens do Guaíba no processo de constituição física e identitária da cidade de Porto Alegre, no tempo, evidenciada pelos feitos referidos na narrativa, se operou e ainda se opera hoje, nas suas atualizações recentes, porque este ambiente está material e simbolicamente vinculado ao rio; antigo rio praticado e habitado na memória da cidade, hoje lago poluído, no contexto de crise ambiental contemporânea (Devos, 2007). O “rio Guaíba” do tempo pensado e vivido dos jogos das memórias dos seus habitantes (Eckert; Rocha, 2005) é, segundo as lógicas de normatização “ambientalizadas”, “lago”.

Do ponto de vista das políticas locais pautadas na publicação oficial do Atlas Ambiental de Porto Alegre (Menegat, 2006), o Guaíba é um lago, pois, dentre outros critérios técnicos, “os rios que nele desembocam formam um delta”<sup>91</sup>. A própria publicação faz referência ao significado em tupi-guarani de guaíba, “encontro das águas”. Contudo, ainda que haja uma definição técnica que tenha sido abarcada pelas normativas urbanísticas e ambientais recentes<sup>92</sup>, a questão continuou gerando inúmeros debates entre acadêmicos das universidades do Estado do Rio Grande do Sul, técnicos membros dos órgãos ambientais, membros de entidades ambientalistas; todos figurando em eventos públicos e em reportagens na mídia local<sup>93</sup> na medida em que existiam posicionamentos técnicos contrários defendendo que o Guaíba seria um “rio”.<sup>94</sup>

A polêmica ganhou força novamente na cidade durante o processo de revisão do plano diretor, pois técnicos e ambientalistas que defendiam que o Guaíba era um rio entendiam que a adoção pelo poder público local do conceito de “lago” seria uma estratégia para viabilizar as construções na orla, ameaçando o seu “equilíbrio ambiental”. Isso porque segundo as normas

---

<sup>91</sup> Lembrando referência já feita sobre a formação do Lago Guaíba por outros rios (rios Jacuí, Gravataí, Sinos e Caí). Segundo o Atlas (Menegat, 2006), seriam 5 critérios técnicos definidores do Guaíba como “Lago”. O primeiro deles seria a formação do delta, citada, o segundo que cerca de 85% da água do Guaíba ficar retida no reservatório por um longo período, o escoamento da água ser típica de lago, os depósitos sedimentares e a vegetação da margem serem típicas de lagos. Ver também: Pequeno Manual de geologia, geomorfologia, hidrografia, estratigrafia e história da ciência para saber se o Guaíba é estuário, rio ou lago (Menegat, 2006)

<sup>92</sup> O Plano Diretor de 1999 e 2010 refere expressamente “Lago Guaíba” já a Lei Orgânica do Município da década de 70 e atualmente vigente refere expressamente “Rio Guaíba”.

<sup>93</sup> Nesse sentido *Guaíba é Lago, garantem técnicos. Denominação popular de ‘rio’ perdura desde o século XIX, embora estudos afirmem o contrário*. Jornal Correio do Povo, 4 de novembro de 2002 ou palestra realizada na UFRGS tendo como convidado o engenheiro civil, professor e perito ambiental Henrique Wittler, na qual sustentou que o Guaíba é um rio, intitulada “Guaíba, Rio ou Lago: A história de uma grande farsa” em 7 de abril de 2009.

<sup>94</sup> Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-antiores/21599-guaiba-e-rio-ou-lago>>. Acesso em: 22 de agosto de 2010.

ambientais que incidem sobre as áreas de beira de arroios, lagos e rios- a APP antes mencionada- a extensão da faixa de proteção de terra ao seu redor varia segundo cada classificação. O efeito disso seria que, se o Guaíba fosse considerado um rio e não um lago, a incidência da “área de preservação permanente” seria significativamente mais ampla. Daí a retomada desse debate durante o processo de revisão do plano urbano em razão da proposição da ampliação dessa faixa de proteção, pois ela poderia colocar em risco a viabilidade das edificações sobre a orla.

### **A “judicialização” do conflito do Pontal do Estaleiro**

Mantida a menor faixa de proteção da orla e definido o teor do plano diretor da cidade, caberia, a partir disso, aguardar as tratativas formais junto aos órgãos locais relativas a cada um dos projetos urbanísticos previstos “no papel” para que pudessem ser concretamente iniciadas as obras de construção. O projeto do Pontal do Estaleiro já tinha as definições de “uso” e ocupação daquela área da orla desde a realização da consulta popular, conforme vimos. Competia, portanto, ao empreendedor articular as medidas formais e burocráticas necessárias para a sua realização junto aos órgãos municipais competentes para tais procedimentos. Mas, não era somente isso, pois na contramão da expectativa do empreendedor e da Prefeitura para início das obras, tinha sido instaurada uma medida investigativa pelo Ministério Público Estadual sobre o projeto construtivo do Pontal do Estaleiro que poderia mudar os rumos das suas ações.

Havia sido instaurado pela Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre um “Inquérito Civil”<sup>95</sup>, ainda em 2008, ano que antecedeu a consulta popular, que se votava o projeto de lei e que a polêmica figurava constantemente na mídia local. A medida jurídica tinha como investigados a empresa privada que adquiriu a área e que propôs o projeto e o Município de Porto Alegre que o autorizou.

Ao privilegiarmos uma perspectiva conflitiva (Simmel, 2003) para a análise dos confrontos e encontros éticos que emergem no contexto interativo de múltiplas camadas espaciais e temporais do conflito do Pontal do Estaleiro e dos demais conflitos relacionados ao processo de transformação urbana da orla, privilegio neste capítulo, mais uma vez, a dimensão política do conflito como forma de acessar as diferentes esferas nas quais emergem as ações nesse espaço social marcado por relações dialógicas (Oliveira; Oliveira, 1996), mesmo quando se processam num plano assimétrico.

---

<sup>95</sup> O Inquérito Civil da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre foi instaurado em 07/11/2008, versando sobre a “Implementação de projeto construtivo em área de preservação permanente e de interesse cultural (Pontal do Estaleiro)”.

Nesse sentido, ao trazer o conflito a partir da atuação do Ministério Público não se trata somente de registrar mais uma ação na esfera da política institucional ou das instituições jurídicas e políticas legítimas no âmbito da “cultura democrática” de nossas sociedades. Mas, sim, de descrever situações em que aquelas ações se explicitam a partir de aspectos que considero reveladores da ênfase reflexiva sobre o papel da “questão ambiental” nos conflitos territoriais urbanos no contexto da “nova cidadania urbana”.

O inquérito havia sido instaurado em razão de impactos ambientais que o projeto construtivo poderia causar na orla do Lago Guaíba justamente por ser tratar de “área de preservação permanente” e de “interesse cultural”. Esta última, pois, à época de sua instauração, a área do Pontal ainda estava tipificada nesses termos no plano diretor. O inquérito civil era um procedimento investigativo através do qual o Ministério Público (MP) poderia coletar informações, depoimentos, certidões e demais documentos necessários para compor o procedimento que buscava avaliar a legalidade- em face das normativas ambientais e urbanísticas - das medidas que viabilizaram o projeto construtivo naquele espaço da orla do Lago Guaíba. Em se tratando de um “inquérito civil” o Promotor de Justiça se encontrava ao mesmo tempo na posição de investigador da questão que lhe era trazida – ou que poderia ser consolidada após a sua definição nas demais instâncias públicas, no caso, a Prefeitura- e na posição de produtor de uma decisão de “judicializar” ou não o conflito.<sup>96</sup>

Tive acesso a este procedimento mediante solicitação formal à Promotoria para consulta em razão da pesquisa que eu realizava para elaboração da Tese. Sendo de natureza pública a “matéria” ali tratada, ambiental e urbanística, no caso, os possíveis impactos ambientais causados pelo projeto urbano, grande parte dos documentos que instruíram o procedimento era igualmente pública, pois constava em processos administrativos da Prefeitura e seus órgãos vinculados. Além de constar manifestações da empresa privada mediante solicitação da Promotoria de Justiça e de demais entidades técnico-científicas ligadas às questões ambientais e urbanísticas da cidade (estudo elaborado pela UFRGS sobre o Guaíba e sua orla, manifestação de entidades representativas de arquitetos e urbanistas, entre outros).

Em vista do que quero mostrar aqui e da própria extensão do inquérito, considerando a especificidade da narrativa burocrática (Vianna, 2002), não caberia uma descrição detalhada do seu conteúdo, mas pontuar alguns aspectos sobre a “forma narrativa” (Vianna, 2002) do conflito nesse

---

<sup>96</sup> O inquérito civil público antecede e visa dar subsídio para a proposição (ou não) de uma ação judicial perante o Poder Judiciário denominada de “Ação Civil Pública”. Em termos jurídicos, a ação busca a proteção “ao meio-ambiente; aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; à ordem urbanística; a qualquer outro interesse difuso ou coletivo” e consta como função institucional do Ministério Público, desde o período de redemocratização do país.

tipo de procedimento os quais possam revelar a “ambientalização” do conflito do Pontal do Estaleiro em meio às múltiplas lógicas de normatização da cidade aqui analisadas.

Para as questões colocadas, é particularmente interessante registrar que o requerimento à Promotoria de Justiça para instaurar a medida investigativa<sup>97</sup> foi feito pelo presidente, à época, do Fórum Municipal de Entidades que, cabe lembrar, foi o coletivo de entidades que debatia o plano diretor junto às instâncias públicas “participativas” e que deu início ao Movimento em Defesa da Orla. Com base no projeto de lei que alterava o regime urbanístico do Pontal do Estaleiro (que permitiria a edificação inclusive da parte residencial, como vimos), ele questionava esta proposta de alteração. É evidente que esse encaminhamento à Promotoria ilustra o modo como a “nova cidadania urbana” criou espaços políticos e jurídico-institucionais para uma atuação mais prospectiva dos atores sociais envolvidos nos conflitos.

A questão é que, numa intrincada trama de políticas, instituições e atores sociais envolvidos num conflito urbano como o conflito do Pontal do Estaleiro, esses atores dificilmente figuram somente em uma dessas instituições ou exercem somente um papel. Consultando a medida investigativa pude observar que um dos documentos nos quais ele baseia o seu requerimento é um “voto em separado” contrário ao projeto e que o manifestou como conselheiro e representante de entidade na instância “participativa” do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (CMDUA). Pensando essa atuação mais prospectiva que a “nova cidadania urbana” – ao menos no plano dos discursos e das intenções promove- percebemos que outras formas de atuação política já tinham sido processadas antes do encaminhamento ao MP da questão.

Se, por um lado, a atuação do MP no conflito pode ser entendida como a incorporação de novos agentes estatais e novas estruturas jurídico-institucionais no interior da especialização e do crescimento dos “direitos difusos”<sup>98</sup> no âmbito de uma “cultura democrática” – por outro, pode ser entendida como uma forma de “judicialização” dos conflitos. Uma ação judicial, se proposta, poderia gerar uma decisão proibitiva ou permissiva de realização do projeto do Pontal. Mas, ao atentarmos às formas como o “lugar político” do conflito é apropriado por um “lugar jurídico” as

---

<sup>97</sup> A lei da ação civil pública permite a qualquer pessoa “provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil e indicando-lhe os elementos de convicção”. Ver Lei Federal nº. 7347/1985.

<sup>98</sup> Segundo Lopes (2004), os conflitos ambientais por se enquadrarem no âmbito dos direitos difusos, passaram a chegar preferencialmente à Justiça via Ministério Público que pode utilizar os instrumentos legais mais afeitos à resolução de problemas ambientais – ação civil pública e inquérito civil público. Embora qualquer pessoa possa encaminhar uma representação ao MP este substitui, após a “queixa”, os indivíduos na defesa dos interesses difusos perante a Justiça brasileira.

ações nesse espaço mais do que produzir uma “solução judicial” à disputa territorial são experiências de negociação da realidade configuradas nos arranjos do conflito.

Nesse sentido, interessante registrar também que o requerimento ao MP foi encaminhado ainda em 2007, antes da votação do projeto de lei que viria a alterar os “usos” do Pontal do Estaleiro. Nesse período, o tema já era debatido nas instâncias “participativas” próprias da “nova cidadania urbana”, tanto que tinha sido objeto de votação no CMDUA. As “peças narrativas” que mais tarde viriam a compor o inquérito civil público já circulavam pelas instâncias burocráticas da Prefeitura<sup>99</sup>. Apesar disso, o pedido do presidente do Fórum de Entidades que no encaminhamento do pleito ao MP o fez como “cidadão comum” (ou “qualquer pessoa” como dito na lei) foi, inicialmente, negado pela Promotoria. O órgão entendeu ser prematura a instauração do procedimento investigatório, pois ainda não tinha sido votado o projeto de lei na Câmara de Vereadores. Após um ano, no auge da polêmica sobre o projeto do Pontal do Estaleiro e prestes a ser votado na Câmara de Vereadores em meio às idas e vindas do jogo político eleitoral, o inquérito foi instaurado pela Promotoria de Defesa do Meio Ambiente.

A “questão ambiental” passa a ser fonte de legitimidade e de argumentação no conflito (Lopes, 2004) não somente na constituição de uma luta política do Movimento em Defesa da Orla e demais entidades que se contrapositionaram ao projeto do Pontal.<sup>100</sup> Passa a ser também incorporada como questão diante de um órgão público que pela sua autonomia funcional poderia atuar contra o governo e empreendedor e a favor dos interesses dessas entidades e da população em geral que votou “não” na consulta popular. Isso porque esses “interesses” rebatiam justamente sobre a “proteção ambiental” da orla do rio enquanto “bem comum”.

As “peças narrativas” do procedimento traziam muitas reportagens de jornal sobre a polêmica na cidade, muitas delas eu também pesquisara durante a pesquisa etnográfica, além de estudos e laudos técnicos de profissionais ou instâncias que constituíam uma expertise sobre a questão, pareceres da Prefeitura, do Conselho Municipal de Meio Ambiente, do Comitê de Bacia do Lago Guaíba, do Instituto de Patrimônio do Estado, dentre tantas outras instâncias públicas. As peças não somente circulavam pelas instâncias burocráticas estatais como eram o modo através do

---

<sup>99</sup> À época, tratava-se ainda de um processo administrativo sobre um projeto de lei que o Poder Executivo Municipal pretendia enviar à Câmara de Vereadores de Porto Alegre para alterar a LC 470/2002 que até então determinava os “usos” da área do Estaleiro Só.

<sup>100</sup> Nesse sentido, cabe mencionar uma ação judicial proposta por um grupo de cinco “cidadãos”, tal como prevê a norma que regulamenta este tipo de medida judicial, contra as leis municipais que autorizavam o projeto do Pontal do Estaleiro e a consulta popular. A ação foi extinta “sem julgamento do mérito” com base em questões formais. O pedido do grupo que ingressou com a ação se baseava, entre outras, em normas ambientais de proteção das margens do rio para questionar o projeto urbano na orla do Guaíba.

qual encontravam operacionalidade e legitimidade para se transformarem na própria finalidade do inquérito civil público, qual seja, justificar a “solução judicial” da questão.

Esta “solução” não fora dada, pois o MP não ingressou com a ação judicial que poderia mudar os rumos das ações intentadas pelo empreendedor e pela Prefeitura. Mas, a sua intervenção enquanto instituição que possui graus de autonomia em relação aos “protagonistas” institucionais da questão o colocou não só como “fiscal” da norma, mas como “mediador institucional” (Lopes, 2004:259). Essa mediação cumpria um papel importante nas experiências de negociação do conflito, pois deu legitimidade diante de outras instâncias públicas às ações políticas das entidades que se organizavam contra a implantação do projeto, como o Movimento em Defesa da Orla, por exemplo. Podemos dizer até que contribuiu à construção de uma “opinião pública”, pois o inquérito, quando instaurado, foi noticiado pela mídia.<sup>101</sup>

Por fim, há uma temporalidade interessante nessa medida investigativa, pois, embora não tenha resultado numa ação civil pública, o inquérito não foi arquivado ao longo dos anos que se seguiram à votação do projeto e à consulta popular. A cada “nova” questão levantada pela polêmica sobre o Pontal do Estaleiro, um novo pedido de informação era feito. Isso mostrava que não somente era uma maneira de acompanhar “os rumos” que seria dado ao projeto do Pontal<sup>102</sup> até sua efetiva construção física na orla, como também servia para até certa medida constranger àquelas instâncias “protagonistas” pela iminente possibilidade – ao menos do ponto de vista formal - de ingresso com a ação judicial e mudar, ou não, o seu percurso.

Passo agora a apresentar as tramas (e os dramas) do conflito do Pontal do Estaleiro, imerso numa intrincada trama de políticas, instituições e atores sociais que temos percorrido, a partir da experiência de uma ação política organizada na cidade de Porto Alegre, o Movimento em Defesa da Orla.

### **3.3 O Movimento em Defesa da Orla**

Levada pelo interesse e necessidade para a pesquisa de conhecer e adentrar as redes do “movimento social” de resistência aos projetos urbanos para a orla, em Porto Alegre, percorrendo outras redes que não àquelas vinculadas territorialmente à orla sul e ao bairro Cristal, realizei

---

<sup>101</sup> Nesse sentido, ver “*MP investiga projeto Pontal*”, Jornal Correio do Povo. 11 de novembro de 2008.

<sup>102</sup> Foram sucessivas prorrogações formais do inquérito civil público que o manteve “aberto” anos depois da consulta popular. A última vez que tive acesso ao procedimento em razão da pesquisa foi em novembro de 2013, ocasião na qual constatei que não somente seguia “aberto” como tinha manifestações recentes do empreendedor sobre o projeto construtivo a ser realizado.

minhas primeiras incursões nesse campo. As situações sociais que observei são enfatizadas aqui pela descrição dos eventos públicos que pude participar “observando” ou observar “participando”, pois eram neles especialmente que se processavam as práticas do Movimento em Defesa da Orla e que desenvolvi o trabalho de campo etnográfico junto a ele.

Particpei de eventos públicos que o Movimento se fazia representado ou dos atos públicos contrários aos projetos para orla do Lago Guaíba que seus próprios integrantes organizavam, sempre divulgados nas redes sociais, *blogs* ou nos *emails* enviados em nome das entidades participantes. Os eventos públicos que participei ocorreram todos em Porto Alegre e foram promovidos pela Prefeitura, como o Seminário dos projetos da orla que mencionei na parte inicial, pela Câmara de Vereadores ou pelas entidades associativas. Abarcavam fóruns políticos de debate sobre questões mais amplas referentes às práticas de gestão urbana e ambiental da cidade ou mais específicas sobre determinados projetos para a orla do Lago Guaíba. Opto aqui por descrever duas dessas situações etnográficas. Para depois tecer algumas considerações quando também retomarei a “Carta Aberta à Cidadania” do Movimento da Orla que deu início a este capítulo.

Antes, cabe situar que a formação do Movimento em Defesa da Orla teve origem junto ao processo de revisão do Plano Diretor da cidade de Porto Alegre quando iniciaram os debates “participativos” junto às entidades, conforme vimos. No contexto da “nova cidadania urbana”, em 2007, havia sido criada uma instância chamada de “Fórum de Entidades”. Era um órgão colegiado de “participação popular” no processo de revisão do PDDUA. O Fórum foi formalmente institucionalizado pela própria Câmara de Vereadores enquanto grupo de entidades, entre entidades comunitárias e ambientalistas, entidades de classe, universidades, entre outras. O intuito era criar um espaço “participativo” sobre os temas de políticas públicas urbanas locais<sup>103</sup>, particularmente o processo de revisão do Plano. Como a revisão do Plano Diretor, na prática, resultaria numa lei municipal que passaria pelos vereadores para aprovação (ou não) das mudanças propostas havia o interesse das entidades em debatê-las e propor “emendas” (alterações concretas ao texto da lei) para apreciação, assim como ocorreu com a proposta dos controversos 60 metros que vimos antes. Com a proximidade do período eleitoral as atividades de revisão do PDDUA foram suspensas em Porto Alegre e juntamente as do Fórum de Entidades uma vez que sua atuação estava formalmente vinculada a esta atividade. E é justamente neste período de suspensão da revisão do Plano Diretor e

---

<sup>103</sup> Disponível em: <[http://www2.camarapoa.rs.gov.br/default.php?reg=6675&p\\_secao=56&di=2008-06-19](http://www2.camarapoa.rs.gov.br/default.php?reg=6675&p_secao=56&di=2008-06-19)>. Acesso em: fevereiro de 2011.

não por acaso que foi proposta a alteração do regime urbanístico do Pontal do Estaleiro para viabilizar o projeto, conforme vimos no capítulo anterior.

Neste momento que parte das entidades que participavam do Fórum de Entidades, então com as suas atividades suspensas, fundaram o coletivo de entidades que denominaram de Movimento em Defesa da Orla do Rio Guaíba<sup>104</sup>. O objetivo era articular uma ação política de resistência ao projeto do Pontal do Estaleiro colocado à revelia do processo de revisão do Plano. É a partir daí que o coletivo de entidades comunitárias e ambientalistas da cidade começa a se mobilizar contrariamente ao projeto do Pontal do Estaleiro, contribuindo de forma significativa para a dimensão que tomou a polêmica em torno do projeto urbanístico na cidade de Porto Alegre.

A primeira situação etnográfica experienciada junto com a rede que descrevo é um ato público organizado pelo Movimento em Defesa da Orla para lembrar a vitória da “Frente do Não” na consulta popular relativa ao projeto do Pontal do Estaleiro. Em 22 de agosto de 2010, um domingo pela manhã, passado um ano da consulta popular realizada pela Prefeitura, os integrantes do Movimento em Defesa da Orla se encontraram no “Brique da Redenção”, no Parque Farroupilha. O local de lazer dos portoalegrenses aos domingos foi escolhido para realizar o ato que marcaria a passagem dessa data. A mobilização estava marcada para ocorrer entre as 10 e 14 horas daquele domingo. Era ano de eleição e junto à campanha eleitoral que comumente escolhe o “Brique” como lugar estratégico de campanha político-partidária com bandeiras das legendas e entrega de “santinhos” de candidatos, somavam-se as habituais apresentações de grupos de teatro, “estátuas vivas” e outras intervenções de artistas de rua. A circulação de automóveis ficava bloqueada aos domingos e a avenida ficava repleta de crianças, jovens, velhos que se reuniam ali para tomar chimarrão, caminhar, passear pelas bancas de artesanato, num ininterrupto ir e vir de passantes pela Avenida José Bonifácio.

Numa mobilização por visibilidade, certamente não foi à toa a escolha do grupo de integrantes do Movimento por este local, dado o sentido público desse espaço para a cidade de Porto Alegre e a quantidade de pessoas, *habitués* portoalegrenses, que lá circulam. Eram os passantes quem interessava aos integrantes do Movimento em Defesa da Orla que foram lá representá-lo naquele ato, em torno de uma dezena deles. Todos vestindo a camiseta preta escrita em branco “Frente do Não” ou verde com os dizeres “Defenda a Orla” e um pôr do sol estilizado, símbolo do Movimento. Eles seguravam grandes bandeiras idênticas às camisetas e entregavam

---

<sup>104</sup> Das centenas que integram o Fórum, aproximadamente 24 se agregaram institucionalmente como “Movimento em Defesa da Orla”. Disponível em: <[http://www2.camarapoa.rs.gov.br/default.php?reg=6675&p\\_secao=56&di=2008-06-19](http://www2.camarapoa.rs.gov.br/default.php?reg=6675&p_secao=56&di=2008-06-19)>. Acesso em: fevereiro de 2011. Cito exemplos de quais entidades compuseram o Movimento no Capítulo 2.

folhetos aos que passavam. Nem sempre as pessoas paravam para escutá-los ou receber os panfletos, alguns evitavam certamente confundindo com material de campanha política eleitoral, outros se dispunham a receber o papel e a escutar a frase dita com entusiasmo: “Um ano do não ao Pontal”!

No local onde estavam reunidos, logo em frente a uma estação de ônibus, naquele dia inutilizada, fixaram os cartazes de campanha da “Frente do Não”. Lá estavam as mesmas charges jocosas usadas no período da consulta popular, além de contar com a presença do personagem “Morte de Plástico”. Repetiram as mesmas práticas que os coletivizaram durante a mobilização política que antecedeu a consulta popular. Era também um momento de reencontro entre eles e com pessoas das suas redes de relações pessoais e da própria militância política as quais denotavam apoio em gestos, animadas conversas em roda, registros fotográficos. Como a presença de Beto Moesch, vereador, à época candidato a deputado estadual, atuante na “questão ambiental” da cidade de Porto Alegre e um dos parlamentares contrários ao projeto de lei do Pontal do Estaleiro que apoiou as manifestações das entidades.

Foi nesta ocasião do “1 ano do Não” que conheci Sylvio, apresentado por Sandra, e com quem pude conversar mais longamente sobre a sua atuação no Movimento, quando ele numa fala muito articulada referiu exemplos que entendia mostrar como “os interesses privados é que regiam a atuação do Poder Público” em termos de projetos urbanos para a cidade de Porto Alegre. Ele enquanto antigo morador do centro da cidade também atuava como representante desta região da cidade no CMDUA. Já Sandra, conhecemo-nos através da rede do Comitê do Lago Guaíba há alguns anos, época que eu acompanhava as reuniões do Comitê em razão da pesquisa de graduação e que ela representava a AGAPAN, entidade da qual faz parte e que foi vice-presidente. A interação com ela era reforçada por ser tia de uma amiga minha. Foi ela quem me apresentou para César, dizendo que ele era “o cara” do Movimento em Defesa da Orla. Entendi como sendo uma liderança e logo me recordei que o nome dele figurava como “moderador” da lista virtual do Movimento em Defesa da Orla cujo aceite eu tinha recebido pouco tempo atrás. Tão logo apresentada, César seguiu falando da relevância do empreendimento previsto pelo projeto do Pontal para a cidade em termos de impacto na orla que, segundo ele, equivaleria a seis prédios “do tamanho do Hospital de Clínicas” (um grande e conhecido prédio de Porto Alegre) e que eles “lutavam pelo uso público da orla do Guaíba”. No contexto em que estávamos uma conversa com alguém que como ele exercia um papel de “liderança”, facilmente adquiria um tom de “entrevista jornalística”. Logo fomos interrompidos, pois ele passou, de fato, a conceder uma entrevista gravada para uma pesquisadora

que trabalhava com o “Orçamento Participativo” da Prefeitura, denotando também, assim como os demais integrantes, sua participação paralela em outras instâncias políticas na cidade.

A partir da inserção feita pela Sandra, fui circulando e fotografando-os. Pude me aproximar para as conversas informais breves, em meio às trocas entre o grupo que ora se reuniam para uma fala rápida ora se espalhavam para acessar as pessoas que lá passavam, buscando distribuir o material preparado para aquele ato público. Foi quando falei com Ângela uma senhora que me disse estar lá como voluntária por conhecer alguns integrantes, mas sem vinculação política com movimento social ou outra instituição e que o fazia por acreditar que a orla do Guaíba tinha que ser pública. Falei com Paulo que disse se vincular ao Movimento através da sua militância política em razão de filiação político-partidária e também com Anadir representante de uma “região de planejamento”<sup>105</sup> junto ao CMDUA, relativa aos bairros da “zona sul” da cidade, onde ela morava.

Embora o foco dado pelos integrantes do Movimento com quem pude conversar, sem muita demora naquele dia, afinal, tinham que deter a sua atenção aos passantes, fosse sempre “o Movimento em Defesa da Orla”, me interessava também entender a inserção desses sujeitos nesta ação política organizada a partir de suas trajetórias individuais. Ali, pude perceber em Sylvio alguém disposto a conversar mais atentamente e foi quando ele me deu seu contato para que pudéssemos nos encontrar em outro momento. Foi nessa ocasião também que recebi de Sandra uma cópia de um material impresso em folha inteira dividido em duas partes que dizia: 23 de agosto de 1808 e 23 de agosto de 2009. Numa clara alusão a uma versão mítica de “fundação” da cidade de Porto Alegre, o material entregue a mim e aos demais dispunha de modo comparativo, lado a lado, dois eventos tidos como “históricos”: a “criação” da cidade de Porto Alegre, desmembrando-se de Viamão, e quando a “população de Porto Alegre Vota Não aos espigões na Orla do Guaíba”.

No campo de disputas do conflito do Pontal do Estaleiro, os “espigões” eram colocados pelo grupo como arquetípico de uma ideologia do progresso e “modernização”, marca de racionalidades, lógicas e processos de apropriação dos territórios da orla que ameaçavam a apropriação pública e a “proteção ambiental” de um “bem comum”<sup>106</sup> constitutivo do processo de construção física e

---

<sup>105</sup> Uma instância criada no contexto da “nova cidadania urbana” para representação no CMDUA por critério territorial (cada região corresponde a um conjunto de bairros). Segundo a PMPA: “Para que a sociedade possa opinar sobre o futuro da cidade, Porto Alegre foi dividida em oito Regiões de Gestão do Planejamento (RGPs). Em cada uma delas foi criado um Fórum Regional de Planejamento, cujo coordenador (eleito) representa sua região no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA).” Disponível em <[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p\\_secao=127#](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=127#)>. Acesso em: 17 de maio de 2012.

<sup>106</sup> Seus membros, durante a campanha da “Frente do Não”, criaram um espaço virtual na página da AGAPAN em que era possível assinar o abaixo-assinado contra “os espigões na orla” em alusão aos prédios previstos pelo projeto do Pontal do Estaleiro. Disponível em: <<http://www.abaixoassinado.org/abaixoassinados/1571>>. Acesso em: 22 de agosto de 2010.

identitária da cidade de Porto Alegre. Tanto nas ações que se processavam em cenários políticos, ou seja, da política institucional de instâncias públicas legitimadas a gerir os “usos” dos territórios da orla do Lago Guaíba, como o CMDUA, por exemplo; quanto nas ações políticas que se processavam para mobilizar cidadãos muitas vezes alheios aos debates sobre as questões urbanas da cidade que habitavam, o movimento social de “proteção da orla” colocava a “questão ambiental” e o ideal de espaço público aberto e democrático como eixos fundamentais de constituição das formas de cidadania dos sujeitos que integravam o Movimento e de visibilidade e valorização das suas ações.

A outra situação etnográfica que descrevo aqui ocorreu no dia 21 de abril de 2012, tarde de um sábado de outono em Porto Alegre, em que foi organizado pela AGAPAN um “abraço” simbólico ao Guaíba, marcado para ocorrer em frente à Usina do Gasômetro, na orla próxima a área central. O convite que circulou nos *blogs* e por *email* tinha como chamada “Abraça o Guaíba” e convocava a todos a “abraçar” o “nosso” Guaíba. O dia e o local foram escolhidos em razão de justamente naquele final de semana ter ocorrido na Usina do Gasômetro o Festival das Flores na cidade<sup>107</sup>, evento inspirado num festival análogo ao que ocorre no Japão e de tradição budista cujas atividades envolviam a exposição de flores e diversas palestras sobre temas relacionados à “cultura dos direitos humanos”, como “educação pela paz” e “sustentabilidade ambiental”. O festival contou com a presença do Prefeito na solenidade de abertura, atividades organizadas por “cicloativistas” que debatiam o tema de “mobilidade urbana” e ampliação das ciclovias em Porto Alegre, participação de artistas plásticos e exposição fotográfica. Era a oportunidade de circular, ser vista pelos membros da rede do Movimento em Defesa da Orla, facilmente identificados com suas camisetas verdes, e estabelecer conversas informais sobre o evento, a atuação do movimento ou os próximos atos que viriam. Alguns dos membros lá presentes, como Sandra, me reconheciam nessas ocasiões e me acolhiam para alguma conversa mesmo que rápida. Eu também os reconhecia, pois, de forma geral, eram sempre os mesmos representantes que se faziam presentes. Os eventos públicos eram um espaço privilegiado para eles serem vistos e circularem nas suas redes de relações e nem sempre estavam disponíveis para as conversas mais atentas, mas era frequente eu poder compartilhar algum gesto, fotografá-los, ser inserida em uma roda de pessoas.

---

<sup>107</sup> O Festival ocorreu nos dias 21 e 22 de abril de 2012, na Usina do Gasômetro, e foi realizado pelo Centro de Estudos Budistas Bodisatva e pelo Jisui Zendô Sanga Águas da Compaixão, com apoio da Agapan, Movimento de Cicloativistas, Massa Crítica, Clube Náutico Veleiros do Sul e Prefeitura de Porto Alegre. Disponível em: <<http://aguasdacompaixao.wordpress.com/2012/04/23/primeiro-hanamatsuri-festival-das-flores-da-cidade-de-porto-alegre/>>. Acesso em: 23 de abril de 2012.

O evento na Usina do Gasômetro contava com a presença de um público variado, entre estudantes, profissionais interessados nas palestras, integrantes de comunidade zen budista, famílias que passeavam num local típico de lazer dos portoalegrenses aos finais de semana. A AGAPAN, dentre outras entidades, tinha um *stand* no qual distribuía material informativo sobre a sua atuação como entidade ambientalista e seus membros vestiam camisetas com dizeres comemorativos aos seus 40 anos de fundação e atuação no Estado. O Movimento em Defesa da Orla foi representado naquele dia em grande parte pelos próprios integrantes da AGAPAN que figuravam em ambas as organizações. A Sandra era uma delas, integrante da AGAPAN que estava lá também representando o Movimento em Defesa da Orla, inclusive vestindo a camiseta do Movimento.

A forte chuva que caiu naquela tarde, quando estava marcado o “abraço” precisamente para as 16 horas, acabou prejudicando-o. Mas não impediu que, entre uma trégua do mau tempo, dezenas de pessoas dessem as mãos dentro da Usina do Gasômetro e partissem em direção à parte externa à beira do Guaíba, logo em frente. Lá entre uma fileira de dezenas de homens, mulheres e crianças de mãos dadas foi estendida uma grande faixa verde escrita em branco: Movimento em Defesa da Orla do Rio Guaíba. Não eram somente os militantes ambientalistas do Movimento que deram este “abraço” simbólico, dezenas de anônimos que estavam participando do evento também aderiram ao gesto, assim como eu, e deram as suas mãos às margens do rio.

Não há dúvida de que este gesto simbólico não teve a potência e abrangência de centenas de anônimos e de militantes ambientalistas que se uniram no emblemático “abraço do Guaíba” da década de 80, mas certamente nos provoca a pensar quais questões são colocadas, hoje, por esses sujeitos integrantes do Movimento em Defesa da Orla de modo a repetirem esse gesto simbólico e promoverem outros tantos atos políticos cujo pleito seria a “proteção” da orla do rio que contorna a cidade. Todos articulados em torno de um objeto e ideário comum, a “proteção ambiental” da orla.

A partir daquela conversa inicial no ato do “1 ano do não”, um tempo depois contatei Sylvio para saber da sua disponibilidade de marcarmos uma entrevista e podermos conversar mais longamente sobre sua trajetória e atuação junto ao Movimento em Defesa da Orla. Ele aceitou o convite e marcou de nos encontrarmos na sua casa, um apartamento num alto e antigo prédio numa das principais avenidas do centro da cidade de Porto Alegre. A vista para o rio Guaíba da sala onde conversamos naquela tarde logo me chamou a atenção. Sylvio, um senhor de setenta e três anos, os quais vividos em Porto Alegre, cidade onde nasceu e “se criou”. Economista de formação e funcionário público aposentado, iniciou sua trajetória de militância política desde a juventude quando atuou em movimentos estudantis da UFRGS. Foi preso político durante o regime militar.

Sylvio se mostrou um narrador interessante, mas pouco adentrou na sua trajetória individual se não pela sua participação na vida pública pela via dos movimentos sociais.

Os desafios impostos pelas condições do encontro etnográfico com um narrador até certa medida acostumado a presença dos “pesquisadores da universidade” passava por eu tentar transpor uma fala muito articulada e intelectualizada sobre sua participação na vida pública para tentar acessar suas experiências através de lembranças afetivas de uma cidade na qual viveu toda sua vida. A entrevista transcorreu bem, mas foi pontuada por questões ligadas à política e como ele desempenhava um tipo de participação na vida pública que pelas próprias atividades que realizava levou-o a desempenhar um papel que acentuava uma “personalidade pública” (Velho, 2006:40).

Experiências particulares de participação na vida pública vividas por ele através da atuação junto aos “movimentos sociais” ligados ideologicamente ao seu engajamento político partidário ao Partido dos Trabalhadores ao qual era filiado. Sylvio aponta:

[...] Então, essas modificações vão construindo uma nova cidade.... e essa nova cidade ela é espelho, né... do desenvolvimento econômico, social, principalmente desenvolvimento econômico que é a base de tudo... E também, claro, das posições ideológicas, né... que transitam nesse país, enfim, nos partidos políticos, que também tem processos de transformação de suas políticas, práticas, mas, principalmente, no meu partido que é o Partido dos Trabalhadores. Eu ainda sou do PT, me dou muito bem com o pessoal do PSOL também, alguns deles são meus amigos. [...]

É uma trajetória de “luta” política e de constituição de laços políticos que perpassam laços de amizade construídos por redes de relações entre sujeitos “do partido” e fora dele, permeando diferentes grupos e instituições. Quando me conta como chegou ao Movimento em Defesa da Orla, Sylvio referiu a sua atuação junto à associação de moradores do Centro de Porto Alegre, bairro onde morava e morou grande parte da sua vida. É pela participação na associação do bairro Centro que ele relatou seu engajamento junto às ações de uma “associação de amigos” criadas em prol da restauração do Cinema Capitólio, tradicional cinema do início do século XX em Porto Alegre, hoje tombado pelo patrimônio histórico. Ele morava “no centro” do “centro antigo” da cidade de Porto Alegre cujas demandas dos moradores frequentemente giraram em torno da restauração e preservação de patrimônio histórico e cultural. Também é graças a sua participação junto à associação comunitária dos moradores do bairro Centro onde morava que Sylvio atuava como representante dos interesses dessa região da cidade junto às discussões no CMDUA. Não foram raras às vezes que eu e ele nos reencontráramos depois da ocasião da entrevista em eventos públicos promovidos pela Prefeitura e pela Câmara de Vereadores em que ele estaria presente

representando a “RP1” (região de planejamento representativa do Centro), outras sobrepondo a sua atuação no Movimento em Defesa da Orla, vestindo, literalmente, a camiseta.

Desta rede institucional se construíram os laços políticos que o inseriram no Fórum de Entidades que, mais tarde, daria origem ao Movimento em Defesa da Orla a partir do Pontal do Estaleiro, como vimos antes. O Movimento, como ele conta, acabara sendo coordenado por pessoas que, assim como ele, exerciam algum papel em outra entidade (como a Sandra, na AGAPAN, por exemplo). Como ele mesmo disse, a rede do Movimento em Defesa da Orla se forma enquanto coletivo de entidades representativas “porque todo nosso pessoal da Coordenação está em outro movimento social também.” E diz que era uma continuidade de uma atuação que começou no âmbito do Fórum de Entidades, mas que passou, no contexto dos projetos urbanos propostos, naquele período, a dar ênfase às propostas para a orla do Lago Guaíba, relatando:

[...] O fórum de entidades, mostrou uma coisa muito interessante. Aquele fórum na câmara municipal né ... para acompanhar o Plano Diretor e dentro desse processo de discussão tinham mais ou menos umas 150, 180 entidades participando do fórum. Ao final chegaram umas 20 e poucas. [...] pois é, é a continuidade, continuidade disso aí. Terminou o processo, durante anos, nós tivemos apoio de coordenadores, quatro coordenadores, dois nossos, nos éramos substitutos ... um que era engenheiro, outro .... e o Guarniere, coordenador substituto, que é presidente da associação de moradores do centro da qual eu faço parte. Enfim, dentro desse processo ficou aquela coisa .... desse processo se formou o movimento em defesa da orla para discussão do Plano Diretor, nós ficamos ainda ali um período, no Fórum Municipal de Entidades que compreendia aquelas entidades que tinham participado da discussão... (*do Plano Diretor*). Posteriormente, então, nós mudamos para o movimento em defesa da orla, .... discussão do Pontal, do Cais, questão da orla sul, são 70 Km de orla que nós temos aqui ....Então se formou o Comitê Interdisciplinar para discutir mais tecnicamente, digamos assim, propostas mais definidas sobre as questões da Orla... depois a questão do Museu das Águas...[...]

Em meio ao relato da sua inserção nessa intrincada rede de sujeitos, grupos e instituições, e respectivas ações desempenhadas junto às instâncias públicas “participativas”, como no Fórum de Entidades e no GT Orla, Comitê ao qual se refere, Sylvio falava da atuação nos conflitos relativos à orla em Porto Alegre:

[...] Nas discussões eu me norteava pela política, do que uma questão técnica. A proposta de construir um espigão em toda orla do Guaíba isso é uma questão para mim política, de visão de cidade. Uma visão de colocar prédios gigantescos, tu está na Europa tu não tens isso. Até teve um seminário ali na PUC sobre a questão da cidade aqui, vieram os técnicos da Prefeitura, eram arquitetos a discursar, porque na Argentina tem isso, Rosário tem... [...].

E essa “visão de cidade” como motivação para a participação política era formulada na fala de Sylvio pautada num compromisso ético mundial que ele entendia estar expresso de forma exemplar nos fóruns mundiais de debate.

[...] mas é um processo que hoje está indefinido né... a procura deste novo mundo é possível. Então por isso das participações nossas ... fazer construir esta visão, acreditar que nós podemos ainda construir um novo mundo. Não vai ser melhor que este, certamente, né... mas a participação, nossa luta, enfrentar os poderes, poderes públicos, poderes econômicos que hoje estão em parceria. Então vai ser muito mais penoso para os movimentos sociais enfrentar essa parceria: pública e privada. Essa “parterização” da política, onde não existe nenhuma força política identificada claramente para a possibilidade de construção de um novo mundo possível né... [...]

Ainda que num diálogo mais próximo sua reflexão pudesse por vezes tender a uma posição diferenciada diante da sua experiência individual, a presença em grande medida desse discurso homogeneizante sobre “visão de cidade” evidenciava o processo que aqui me interessa refletir: o modo como encontramos a expressão de linguagens, códigos e discursos com poder socializador para a ação política organizada da rede do Movimento em Defesa da Orla.

As situações etnográficas descritas e a fala de Sylvio merecem algumas considerações. Primeiro, o fato de encontrar múltiplas redes de relações conectadas é um aspecto que me motivou a compreender os laços entre os integrantes do Movimento e entre as instituições políticas que eles representavam e o sentido comum de suas ações políticas. A ideia de rede social<sup>108</sup> enquanto rede de interação e de interconexão entre as formas sociais dos sujeitos e grupos em questão é profícua para descrição e análise dos processos políticos (Barnes, 2010) em jogo na dinâmica do Movimento em Defesa da Orla. As tramas dessa rede de relações, entre os representantes de instituições e os laços políticos que os une em outras esferas políticas fora do Movimento em Defesa da Orla, mas com ele conectado (entidades comunitárias, CMDUA, RP), podem ser pensadas na forma de adesão a uma questão política transcrita para um idioma ambiental (Comaroff; Comaroff, 2001). Sobre este aspecto, inclusive, cabe mencionar que a polissemia inerente aos discursos e práticas relativas à “questão ambiental” ensejou não somente formas de envolvimento do Movimento em Defesa da Orla por projetos urbanos idealizados para a orla do rio, è exemplo da polêmica dos 60 metros de

---

<sup>108</sup> O conceito é largamente utilizado nas Ciências Sociais e especialmente na Antropologia, trazendo ideias similares para estudos realizados em contextos diferentes, como Bott (1976), Mitchell (1969) e Lomnitz (2001; 2000), e será retomado ao longo do trabalho.

proteção das margens, antes mencionada, como também o envolvimento da rede na militância pela institucionalização junto a Prefeitura para a criação do “Museu das Águas de Porto Alegre”.<sup>109</sup>

Outro aspecto a ser considerado é que certamente a rede não pode ser pensada como totalidade homogênea. É preciso entendê-la enquanto redes de relações entre sujeitos, permeando grupos e instituições, para compreender a ação política organizada do movimento social em questão. São ações e relações que mediam e se processam em meio às complexas tramas das políticas públicas no meio urbano. Estaríamos aqui lidando com uma relação dialética entre duas vertentes, aquilo que Gilberto Velho chama de unidade e diferenciação (2003: 21). A partir do que fora apontado nas duas situações etnográficas as quais me detive antes, percebemos a densidade de situações sociais nas quais diferentes indivíduos se encontraram e participaram de ações comuns por eles organizadas, com base nos mesmos interesses, a “defesa” da orla, interagindo através de uma “rede de significados” (Geertz, 2008). Símbolos compartilhados, linguagem comum e, se nos ativermos às interações entre aqueles indivíduos e suas redes de relações, podemos dizer que estamos lidando com o fenômeno da negociação da realidade em múltiplos planos (Velho, 2003).

Contudo, a própria ideia de negociação implica o reconhecimento da diferença como elemento constitutivo do grupo no caso do Movimento em Defesa da Orla como unidade. Primeiro pelo fato de que ainda que desconsiderássemos a socialização pelo conflito, improvável, pois estão inseridos em processos repletos de tensões, neste tipo de experiência coletiva, a troca, a aliança e a interação em geral entre os integrantes do Movimento em Defesa da Orla “constituem a própria vida social através da experiência, da produção e do reconhecimento explícito ou implícito de interesses e valores diferentes” (Velho, 2003:22). O que quero mostrar aqui é que uma “comunidade de comunicação” ao reordenar os múltiplos significados sobre os “usos” da orla no espaço urbano portoalegrense não o faz excluindo as diferenças, mas, ao contrário, constitui a conformação dos valores em jogo nos encontros e confrontos éticos junto com estas diferenças.

Isso significa que, por um lado, temos a heterogeneidade como constitutiva da rede, afinal, vimos que, particularmente num contexto de uma grande cidade como Porto Alegre, e no espectro de atuação de uma “nova cidadania urbana”, aqueles sujeitos integrantes do movimento social têm

---

<sup>109</sup> Liderado pela artista plástica Zoravia Bettiol junto com outras entidades apoiadoras, como a AGAPAN, e com apoio do Movimento em Defesa da Orla, a proposta previa integrar aspectos históricos e técnicos de gestão de recursos hídricos das águas num espaço museográfico e, para isso, buscavam junto à Prefeitura um local (na orla) para sua construção. Em março de 2012, em meio às comemorações do Dia Mundial das Águas, diversas entidades lideradas pela Prefeitura de Porto Alegre e pelo governo do Estado assinaram um protocolo de intenções que formalizava o apoio à criação do Museu das Águas de Porto Alegre (Musa). Disponível em: <[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal\\_pmpa\\_novo/default.php?p\\_noticia=150529&ENTIDADES+VAO+CRIAR+O+MUSEU+DAS+AGUAS+DE+PORTO+ALEGRE](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/default.php?p_noticia=150529&ENTIDADES+VAO+CRIAR+O+MUSEU+DAS+AGUAS+DE+PORTO+ALEGRE)>. Acesso em: 24 de abril de 2012.

inúmeras possibilidades de jogo de papéis e de identidades sociais, como expressão de diferentes estilos de vida urbanos. A própria motivação expressa por cada um para estar lá naquele ato público do “não” seria exemplar neste sentido, como a própria experiência de Sylvio e Sandra. Diferentemente das redes com as quais trabalhei na região Cristal, os integrantes da rede do Movimento não possuíam uma vinculação territorial com o Pontal do Estaleiro nem interesses no interior dessa região da cidade. Mas, paralelamente a sua atuação junto ao Movimento em Defesa da Orla e a resistência aos projetos urbanos para a orla do Lago Guaíba, alguns atuavam em esferas políticas representativas dos lugares que habitavam na cidade no âmbito das esferas “participativas” da política urbana local (RP Centro para o caso do Sylvio, RP “zona sul” para o caso da Anadir, a Lomba do Pinheiro para o caso de Eduíno, por exemplo).

Eu poderia me arriscar em falar em camadas médias intelectualizadas como uma tendência homogeneizante entre os sujeitos que integram o Movimento, pensando a trajetória individual e experiência de Sylvio e Sandra, por exemplo. Ela professora aposentada, moradora da “zona sul” e atuante numa das *ongs* ambientalistas de maior prestígio no Estado, se não no país, dado o seu pioneirismo. Bióloga de formação que, em razão de um projeto familiar, acaba trabalhando na área ambiental em Brasília e na região amazônica, cujas experiências contribuíram ao seu ingresso na entidade quando retorna à Porto Alegre. Sylvio, já vimos antes. Um dado imediato é o fato de que diversas das associações de bairro que integram o Movimento em Defesa da Orla são representativas de bairros residenciais habitados majoritariamente por camadas médias em Porto Alegre.<sup>110</sup> Sobre esse aspecto, seguindo Velho (2007:12), amplio o mais possível a categoria de classe para pensar a rede de grupos e instituições de camadas médias urbanas integrantes do Movimento, considerando a sua especialização ocupacional e as diferenças de status e prestígio social de seus membros.

Por outro lado, temos a homogeneidade de linguagens, códigos e discursos compartilhados e com evidente poder socializador entre os integrantes do Movimento em Defesa da Orla. O gesto simbólico do “abraço” ao rio Guaíba ou toda mobilização em torno da comemoração do resultado da consulta popular do Pontal são interações entre estes sujeitos pautadas numa ética do ambiente e no ideal de espaço público aberto e democrático, premissas da “cultura democrática” na qual vivem, e nos mostram o quanto esses valores éticos atuam como um forte fator aglutinador de um universo heterogêneo. É fundamentalmente na dialética dos deslocamentos e oscilações entre unidade e

---

<sup>110</sup> Como Rua Gonçalo de Carvalho, Sétimo Céu, Vila Conceição e Assunção, Ipanema, Independência, Petrópolis, Chácara das Pedras, Moinhos de Vento, entre outros.

diferenciação que podemos pensar a experiência do Movimento em Defesa da Orla enquanto ação política organizada de um grupo na cidade de Porto Alegre. A relação dialógica entre as duas vertentes ou pontos de vista sobre a constituição e atuação da rede não apaga o fenômeno de uma participação comum no contexto conflitivo do Pontal do Estaleiro, pois lidar com a problemática da unidade e diferenciação não exclui o englobamento por experiências comunitárias. O que está em jogo é que estes sujeitos que articulam uma ação política organizada como a do Movimento em Defesa da Orla eles partilham e acionam estes códigos comuns de uma ética ambiental em situações, momentos e planos diferentes de suas trajetórias, como vimos.

Nesse sentido, ao propor essa ação política do Movimento em Defesa da Orla como um quadro de interação específico no contexto de uma “nova cidadania urbana” o qual dá forma a um conjunto particular de práticas e representações, tecidas pelo compartilhamento de um *ethos* e visões de mundo entre os seus integrantes, importa atentar para a forma como estes sujeitos articulam e acionam esses valores éticos compartilhados. Isso implica considerar os processos que “ambientalizam” o fenômeno de negociação da realidade socioambiental contemporânea expressa na elaboração de linguagens, códigos e discursos comuns sobre a orla e o conflito do Pontal do Estaleiro. Inclusive como expressão de um quadro socio-histórico mais amplo relacionado à militância “ecológica” no contexto portoalegrense, se atentarmos a forte presença dos integrantes da AGAPAN, por exemplo. Arelado a isso implica também considerar os processos socio-históricos de incorporação do ideal de comunidade política aberta e democrática constitutivo das políticas urbanas contemporâneas no contexto da “nova cidadania urbana”, se atentarmos aos diferentes papéis desempenhados por eles nas igualmente diversas instâncias públicas da política institucional.

O repertório utilizado na “Carta Aberta à Cidadania de Porto Alegre” que abriu este capítulo, bem próximo da fala de Sylvio sobre a “visão de cidade”, é exemplar nesse aspecto. Segundo esta manifestação pública do Movimento, as práticas políticas institucionais não correspondem “aos anseios e à consciência da nova cidadania urbana”, pois estas práticas “formulam alternativas que não emergem do debate público do conceito de cidade”. A partir do que foi apontado até aqui podemos dizer que as linguagens e códigos com poder socializador entre os seus integrantes, as quais são construídas pelo compartilhamento de uma ética do ambiente da orla “protegida” e do ideal de espaço público aberto e democrático - premissas que ancoram a própria ideia de “bem comum” - são a expressão de apropriações específicas do ideal da cidade “de todos” ou de “cidade sustentável” que vimos.

Tereza Caldeira (2000) refere que, na política contemporânea, as promessas liberais não cumpridas de cidadania universal e, simultaneamente, a reafirmação de algumas delas têm sido articuladas pelos movimentos sociais e assumido diferentes formas. Em geral, os movimentos sociais articulam o que a autora chama de ataque positivo aos ideais liberais modernos, ou seja, seria um ataque que manteria e reforçaria valores universais de igualdade. Com base no que Taylor (1994:37) coloca sobre “política de universalismo”, a autora (2003:306) refere que na política contemporânea haveria movimentos sociais que enfatizariam a igualdade de todos os cidadãos visando uma vida pública e uma comunidade política na qual o respeito igual pelos direitos de todos eliminaria a necessidade de marcar diferenças e desigualdades, ou seja, dada a sua ênfase em princípios universais eles não veriam a diferença como algo a ser matizado e valorizado.

Sabemos que o pertencimento universal à cidade e à orla enquanto espaço público e ambiente “natural” é constitutivo das linguagens e discursos do Movimento em Defesa da Orla enquanto experiência comunitária de uma participação comum nos conflitos territoriais da orla do Lago Guaíba. Assim como também é constitutivo das políticas urbanas “ambientalizadas” contemporaneamente. A questão que se coloca aqui seria pensarmos em que medida essas múltiplas lógicas de normatização da cidade “de todos” comportaria a diversidade?

### **3.4 Um outro olhar: experiências em Paris e Nantes, França**

No ano de 2013, entre fevereiro e agosto, tive a oportunidade de realizar um estágio doutoral junto ao *Centre d'Études sur l'Actuel et le Quotidien* (CEAQ), na Universidade Paris Descartes, sob direção do Professor Michel Maffesoli, em Paris, França<sup>111</sup>. Juntamente com o objetivo de aprofundamento da pesquisa teórica, a experiência de estudos na França era empiricamente importante, pois residir numa metrópole como Paris me permitiria conhecer intervenções urbanas que lá se processaram, particularmente em vista do processo histórico de urbanização da capital francesa, cujo modelo de intervenção no espaço urbano foi paradigmático para outras cidades no mundo, inclusive brasileiras.

Trago essas experiências, pois o intuito é encerrar este capítulo apontando algumas reflexões sobre os processos contemporâneos de transformação urbana em grandes cidades no quadro atual dos processos globais incidindo sobre “questões urbanas” e “questões ambientais” nas suas disjunções, a partir da experiência de estranhamento de um contexto “local” outro. Para isso

---

<sup>111</sup> O estágio doutoral fora realizado mediante bolsa concedida pela CAPES (Processo BEX 13727/12-5).

apresento a experiência no contexto parisiense e vivenciada em Nantes, cidade a oeste da França, onde também tive a oportunidade de conhecer intervenções urbanas que lá se processavam. Busco repensar a questão da dimensão espaço-temporal das múltiplas lógicas de normatização da cidade implicada aos processos de transformação do espaço urbano a partir das experiências de estranhamento em cidades constituídas em outro contexto sócio-histórico.

Diante de um contexto social distinto não se trata aqui de um estudo etnográfico de um universo específico inserido na cultura francesa, mas, sim, de situar as experiências de estranhamento de diferentes situações, contextos e estilos de vida urbanos próprios de outra cultura. A partir destas experiências busco mostrar como elas contribuíram às reflexões neste trabalho sobre o fenômeno contemporâneo de transformação do espaço urbano nas grandes cidades e sua adaptação aos fluxos globais de turismo, lazer e consumo urbano. Foi deslocando o olhar deste fenômeno do contexto brasileiro que pude compreender a dimensão do processo em escala mundial da ênfase dada pelas políticas urbanas contemporâneas e seus projetos urbanos engendrados à construção do ideal de “cidades sustentáveis” e seus valores em jogo.

### **Experiências em Paris, França**

Conhecer Paris, caminhar pela cidade, era olhar a sua arquitetura monumental, os prédios residenciais típicos do final do século XIX, a geometria das ruas e “*boulevard*”, seus parques e jardins, e estar atenta às outras dimensões da vida urbana no interior do bairro onde eu morava ou dos lugares que eu frequentava, às formas de sociabilidades, aos gestos, às formas de ocupação do espaço público, mercados, feiras, comércio. Tudo para mim revelava, por si só, uma experiência estética em sintonia com o que Marshall chamou de “cenas modernas primordiais” da Paris narrada por Baudelaire, experiências que advêm da concreta vida cotidiana da Paris de Haussmann “mas estão impregnadas de uma ressonância e uma profundidade míticas que as impelem para além de seu tempo e lugar, transformando-as em arquétipos da vida moderna” (Marshall, 2007:178).

Eram essas “cenas modernas primordiais” de Paris que me revelavam outros olhares para as imagens antigas de Porto Alegre que pesquisei e compuseram este trabalho<sup>112</sup>, particularmente

---

<sup>112</sup> Ao longo do trabalho, esta questão será retomada. Essas imagens apreendidas que dão sentido ao evento urbano eram evocadas durante a minha experiência em Paris pelo diário de campo e pela fotografia. Seguindo aqui Eckert e Rocha sobre o exercício da “etnografia de rua” em contextos urbanos, estas imagens evocadas “tratam-se de imagens que nos habitam à medida que nos deslocamos pelas ruas, avenidas, lojas, esquinas etc. Da Paris de Hemingway à Paris de hoje, de Paris à Porto Alegre, e vice-versa, elas estão lá, conosco a exigir o rigor comparativo com as imagens apreendidas que dão sentido ao evento urbano propriamente dito que encerra a etnografia de rua” (2003:21). No sentido atribuído pelas autoras (2003) era desencadear a presença de todas as outras imagens que nos habitaram em momentos e situações anteriores, evocação de imagens de outras cenas urbanas, em outros contextos urbanos, em outros bairros, outras

àquelas afeitas à formação do seu centro urbano e da intensa transformação da paisagem urbana na primeira metade do século XX, afinal aquelas “cenas” reuniam muitos dos significantes em questão do projeto político-ideológico de modernização das grandes cidades brasileiras e da nação. Compreender um projeto de modernidade implicado ao contexto sócio histórico da urbanização da cidade de Porto Alegre passava pelo processo de construção física e simbólica das “cenas modernas primordiais” de Paris.

O período que compreende o final do século XIX e início do século XX, em Paris, é marcado por uma intensa atividade construtiva que lhe confere sua unidade, fixando uma nova morfologia urbana. Durante este período, o debate relativo à transformação de grandes cidades se inscrevia em dois pólos antagonistas da “modernidade e tradição”: modernidade, assumida em termos de higiene, assim como a emergência de novas estruturas sociais, econômicas e tecnológicas que implicava numa transformação do espaço urbano; tradição, colocada em valor pelo desenvolvimento de estudos históricos e cujo interesse que suscitava conduzia a uma revalorização da cidade antiga e das formas arquiteturais do passado (Choay, 1983). Paralelamente, as consequências da revolução industrial suscitavam questionamentos novos, à época, pela natureza e escala, as questões relativas a adaptação da cidade aos novos modos de produção e de transporte, a sua nova vocação de espaço econômico, de instrumento de troca; as questões relacionadas a moradia, colocados pela primeira vez em termos de uma resposta a constituição de um proletariado urbano; questões relativas à utilização sistemática de novos insumos para produção industrial e de novos instrumentos técnicos.

O processo de transformação urbana que sofreu Paris a fim de adaptá-la às exigências dessa nova “era moderna” se deu com base em princípios gerais sobre organização do espaço urbano desenvolvidos nesse período e foram colocados em prática para a transformação não somente de Paris, mas influenciaram a transformação de quase todas as capitais europeias (Choay, 1983). E Haussmann responsável por colocar em prática esse sistema de regularização do espaço urbano que exigiu uma destruição sem precedentes do tecido urbano de Paris era contemporâneo dessa “nova era”. Um ideal de grandiosidade, de pompa e de regularidade que inspirou as reformas urbanas modelares de Haussmann em outras cidades europeias e mundiais, como as “reformas” do início do século XX em grandes cidades brasileiras a exemplo do Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

---

idades. Além do diário e da fotografia na experiência de estágio em Paris, realizei pesquisa de acervo de documentários na cidade de Paris no acervo audiovisual no “Forum des Images”, particularmente imagens audiovisuais sobre a “reforma Haussmann” e sobre a transformação da paisagem urbana do rio Sena, lugar de memória da cidade de Paris.

Um modelo marcado inicialmente pelo gigantismo e o efeito da mudança de escala das vias e das edificações, da regularização confrontada pelas normativas de alinhamento dando a impressão de ordem pela sua uniformidade, após pelo foco nos monumentos individuais que passam a ter valor autônomo (Choay, 1983) e que hoje constituem o patrimônio arquitetônico e a memória monumental da cidade.

Nesse cenário parisiense onde a preservação da materialidade do patrimônio histórico e cultural da cidade “mais visitada do mundo” por turistas de todos os continentes se faz tão valorizada, me interessava conhecer intervenções de projetos urbanísticos e suas implicações que estivessem se processando enquanto eu estava residindo na cidade. Levada por tais motivações iniciais, fui conhecer um “*quartier en mutation*” no 17 “*arrondissement*” (definição da divisão espacial e administrativa de Paris). Localizado a noroeste da cidade, o projeto urbanístico se chamava “*Clichy-Batignolles*” em razão da própria localização espacial das suas intervenções no “17<sup>ème</sup>”: entre o bairro Batignolles e a Porte de Clichy, limite entre Paris e o “*banlieue*” (território administrativamente autônomo que circunda Paris).

Soube do projeto enquanto ainda estava no Brasil, através do *site* da “*Mairie de Paris*”<sup>113</sup> (equivalente à nossa Prefeitura) que, dinâmico e informativo tanto para habitantes parisienses quanto estrangeiros residentes, acabava se tornando um precioso recurso para a vida cotidiana na cidade. Através do seu conteúdo cheguei ao *site* oficial do projeto urbano<sup>114</sup> e fiquei impactada com as imagens projetadas do que seria construído, revelando mudanças significativas naquela região de Paris. O projeto previa um conjunto amplo de intervenções numa área igualmente extensa, incluindo a construção do novo “Palácio de Justiça” de Paris, de um “pólo comercial, cultural e de lazer” (conjunto de prédios), um “Éco Quartier Exemplaire” (espécie de “projeto piloto” de um “bairro ecológico”), tudo no entorno de um parque que já existia e que seria ampliado e remodelado, o “Parc Martin Luther King”, e da antiga zona ferroviária.

A primeira vez que estive lá me propus um despretenso passeio cujo percurso pelas ruas do bairro, incluiu observar o comércio local, os prédios residenciais, o ir e vir de passantes pelas ruas, visitar o “*Marché couvert*”, um mercado público coberto, diferentemente das tradicionais feiras de rua parisiense, caminhar pelo “*Square des Batignolles*”, um belo jardim haussmaniano do final do século XIX. Foi nesta ocasião que pude visitar o parque ao redor do qual as intervenções do projeto se efetivavam, partindo de Batignolles em direção à Porte de Clichy, alinhado ao “*boulevard*

---

<sup>113</sup> Ver em: <<http://www.paris.fr/>>.

<sup>114</sup> Ver em: <<http://www.clichy-batignolles.fr/>>.

*Périphérique*”, extensa avenida que circula Paris e marca o seu limite territorial. O parque estava parcialmente cercado em razão das obras já estarem em execução com suas imensas gruas ao fundo. Pude visualizar a extensão da área do bairro em mutação, à primeira vista em menor escala do que eu imaginava pelas imagens do *site*, mas não menos impactante na paisagem urbana daquela região de Paris. Voltei algumas vezes ao bairro, buscando transpor a aparência imediata dos contextos e situações observadas e desconstruir ou não as minhas representações a respeito das marcas de estratificação social do espaço na paisagem urbana dessa região do “17<sup>ème</sup>”.

O *quartier* Batignolles me pareceu um “típico” bairro de camadas médias parisienses com prédios residenciais antigos numa estética igualmente “típica” dessa forma de habitação do final do século XIX, cercados por uma ambiência de comércio local com boutiques, cafés, livrarias, “boulangeries” etc. Esse bairro era vizinho a Monceau outro “típico” bairro parisiense com as mesmas características. Já quando saí de Batignolles e segui em direção à larga avenida que se liga aos trilhos do trem de superfície que conduz para a região “extramuros” de Paris, indo em direção à Porte de Clichy, a paisagem mudava. Era possível observar prédios residenciais com feições das construções feitas para “habitações sociais” da política francesa e parisiense para aqueles habitantes da cidade que não possuem condições de acesso à moradia se não com auxílio governamental. Para enfrentar os problemas habitacionais de Paris a política governamental empreendeu nos anos 60-70 vastas “operações urbanas” nos territórios disponíveis das “Portes”<sup>115</sup> de Paris (Feigelson, 2012:80).

Essa fronteira física entre “Clichy-Batignolles” era também simbólica, pois experiências de estranhamento na cidade construía as minhas representações sobre os seus territórios limítrofes com o “banlieue”, pois nessas áreas próximas às “Portes” como ao sul, onde eu morava, ou ao norte, por exemplo, se situavam bairros parisienses “típicos” por manterem uma tradição pluriétnica. Para o caso do “17<sup>ème</sup>” a área correspondente aos limites entre Paris e Clichy não carregava um traço distintivo forte como daquelas consideradas por muitos como territórios étnicos e de culturas diversas, como ao norte “os africanos” ou ao sul “os chineses”. Pude perceber a presença de árabes e africanos, moradores e trabalhadores em pequenos comércios, mas a constituição de “fronteira” daquela área que marcava o limite entre Paris e Clichy parecia ter um caráter mais fluido. Talvez pela porção mais “popular” do “17<sup>ème</sup>” ser majoritariamente residencial

---

<sup>115</sup> Referência ao traçado das antigas “portas”, fortificações da Paris medieval cujas denominações são mantidas hoje e traçam o limite territorial da cidade.

eu acabava por distanciar da aparente feição de “desordem” dos limites do norte de Paris e seu intenso comércio popular.

A publicação oficial do projeto urbano de certa forma reforçava as minhas representações a respeito das marcas de estratificação social do espaço, pois referia que a localização das intervenções urbanas no “coração” do 17<sup>e</sup> *arrondissement* era um desafio diante do seu “perfil contrastante”. Isso porque o projeto “*Clichy-Batignolles*” se inseria “precisamente na articulação de antigos bairros, a oeste de camadas médias e de serviços, ao norte mais populares e essencialmente residenciais”.<sup>116</sup> O caráter “burguês” do bairro *Batignolles* referido nas publicações oficiais da “Prefeitura” era reforçado por uma publicação sobre o processo histórico de formação do “17<sup>e</sup>me” segundo a qual a ambiência deste bairro faz dele um “vilarejo” dentro da metrópole francesa (Junot; Andia, 2000:105). Segundo a publicação, um dos principais atrativos do bairro era ainda conservar um aspecto de “vilarejo” de ruas com variado comércio, a Igreja *Sainte-Marie des Batignolles*, a arquitetura dos imóveis do século XIX.<sup>117</sup>

Numa das minhas incursões às cercanias da área de implantação do projeto urbano, visitei a “*Maison du projet*”, um local criado pela “Prefeitura” especialmente para informar as pessoas interessadas sobre as suas ações e, ali, novo estranhamento. Primeiramente pelo compartilhamento público de informações, um local com maquetes em escala diminuta representativa do espaço “real”, imagens virtuais do projeto e suas intervenções e muito material impresso para os visitantes, entre folders, informativos e jornais mensais de circulação no interior do bairro. Uma versão mais detalhada dos painéis que eu já tinha observado dispostos ao longo do percurso pelo parque, com mapas ilustrativos de fácil compreensão, localizando precisamente cada intervenção e respectivas imagens projetadas virtualmente do resultado delas.

Certamente, a dimensão do projeto e o significativo impacto na vida cotidiana de seus moradores imputavam ao poder público local informá-los como forma de integrá-los ao processo e promover a aceitabilidade das mudanças ali previstas, seja dos residentes, diretamente afetados, seja dos parisienses como um todo. Era uma forma também de prepará-los a lidar no seu cotidiano com as obras de construção e seus inevitáveis transtornos, pretensamente minimizados pelo anúncio do

---

<sup>116</sup> « *De la Plaine Monceau aux Ternes et des Batignolles aux Épinettes, le 17<sup>e</sup> arrondissement présente un profil contrasté. Le projet urbain Clichy-Batignolles s’insère précisément à l’articulation de ces quartiers anciens, à la fois bourgeois et tertiaires à l’ouest, plus populaires et essentiellement résidentiels au nord.* » Disponível em <<http://www.clichy-batignolles.fr/situation>>. Acesso em: 23 de março de 2013.

<sup>117</sup> A região passou a integrar os limites urbanos de Paris no final do século XIX já com uma relativa infraestrutura, inclusive a primeira linha ferroviária partindo de Paris construída graças a perfuração de uma colina que resultaria no famoso “túnel de *Batignolles*” (Junot; Andia, 2000:105).

projeto de avanço progressivo das obras, visando evitar bloqueios físicos de acesso à transporte e serviços. O compartilhamento público de informações sobre o projeto previa também uma lista virtual de *emails* que eu tratei de me cadastrar, recebendo através dela o convite para mais uma edição da “jornada portas abertas”. Realizada num domingo de junho, início do festejado verão parisiense, a jornada compreendia um dia todo de programação que incluía atividades informativas (vídeos, maquetes e painéis de exposição), visitas (percursos distintos de visitas guiadas às obras), além de passeios pelo bairro e atividades lúdicas para as crianças. Ainda que imersa num contexto socio-histórico distinto para atribuição de sentidos a este “*participer à la vie de la cité*” não podia deixar de me surpreender com a forma como o projeto apostava na sua relação com o território onde se situava para promover as tais políticas “participativas”.

Foi participando deste evento, interagindo com alguns integrantes do grupo das “visitas guiadas”, “nativos” franceses e parisienses, residentes da região do entorno do projeto, ouvindo as explicações dos técnicos da “Prefeitura”, ali guiando visitas às obras, que algumas informações coletadas no *site* e material impresso se tornaram mais compreensíveis para mim, assim como algumas questões que eu me fazia a partir do que observei em situações anteriores no bairro. A efemeridade da minha estada em Paris e da vivência das situações de estranhamento/familiarização seguramente não me permitiria desvelar questões relativas à dimensão conflitiva daquele contexto ainda que os dados imediatos mostrassem os contrastes sociais do espaço onde as mudanças se operavam. Contudo, “pistas” eram dadas.

As questões que eu propunha a respeito da multiplicidade das lógicas de normatização da cidade no contexto brasileiro, situada no universo de pesquisa em Porto Alegre, eram agora confrontadas pelas experiências de estranhamento/familiarização de situações e contextos parisienses que revelavam, por um lado, nuances e similaridades de certa tendência de políticas urbanas contemporâneas desde uma perspectiva global e, por outro, afastamentos pela especificidade própria da realidade francesa e parisiense. Foram situações e contextos que contribuíram às reflexões neste trabalho sobre o fenômeno contemporâneo de transformação do espaço numa metrópole como Paris e sua adaptação aos fluxos globais de turismo, lazer e consumo urbano e as formas de adequação das suas políticas urbanas locais às concepções globais do ideal de “cidades sustentáveis”.

Os diálogos iniciais com uma moradora ao longo do nosso percurso guiado pelas obras revelaram um dado até então desconhecido por mim e exemplar para pensar esta adaptação de Paris no contexto das “cidades globais”. Disse uma senhora parisiense que morava em Batignolles há

alguns anos que a “novidade” festejada pela “Prefeitura” da parceria público-privada que viabilizaria as obras não era tão “nova” assim, pois aquele projeto urbano era uma reformulação de um projeto anterior elaborado por Paris para sua candidatura a sede dos Jogos Olímpicos de 2012 que acabara perdendo para Londres. Essa era a motivação inicial para uma intervenção significativa naquele espaço.

Pesquisando no centro de documentação do “*Pavillon de l’Arsenal*”<sup>118</sup> tive acesso a publicações de 2005 sobre o projeto olímpico de Paris<sup>119</sup>, referindo que caso a cidade fosse eleita a sede olímpica, Batignolles seria transformado na Vila Olímpica. As imagens revelavam que o projeto anterior também previa a ampliação do parque e novas edificações no seu entorno e da zona ferroviária. Igualmente propunha um modelo “ecológico” das edificações. Tive acesso ainda a uma coleção de matérias jornalísticas publicadas à época sobre o projeto olímpico e as controvérsias geradas pela compra de áreas da SNCF (sociedade ferroviária francesa), a questão do transporte diante das iniciativas públicas de redução de uso do automóvel em Paris, a proximidade dos imóveis residenciais da linha férrea etc., mencionando as reuniões de apresentação do projeto para a comunidade do bairro.<sup>120</sup> Uma das controvérsias versava sobre o fato daquele espaço ser um dos últimos (e poucos) territórios parisienses intramuros “a transformar”, conforme constava nas matérias de jornal e na publicação oficial do projeto. Um desafio para uma cidade histórica cujo patrimônio material é preservado e que em razão do processo concêntrico de urbanização os seus limites territoriais poderiam restar como palco para essa forma de intervenção no espaço urbano.

Nos dois grupos que participei durante a jornada, as questões formuladas pelos moradores aos técnicos versavam sobre dois aspectos centrais: a apropriação pública do espaço da cidade e a “questão ambiental”. A questão pública “meio ambiente” contemporaneamente vista como uma problemática internacional no âmbito de uma “cultura global” era apropriada expressamente nas proposições do projeto urbano em razão das orientações das políticas públicas francesas e parisienses, tanto no plano discursivo dos técnicos, no dia das visitas, quanto no conjunto de materiais informativos que li. A “questão ambiental” naquele contexto era reforçada pela

---

<sup>118</sup> É um centro de informação, de documentação e de exposição sobre urbanismo e arquitetura de Paris. O espaço de exposição permanente tem mapas interativos, imagens fotográficas e em vídeo e documentos sobre a urbanização de Paris e como ela se constitui ao longo dos séculos. Apesar da ênfase dada à perspectiva de “evolução urbana”, a exposição é muito interessante para conhecer o processo de transformação da Paris medieval à metrópole moderna.

<sup>119</sup> *Un Paris olympique de 6 milliards d’euros*. Le Moniteur Architecture. 1 de julho de 2005; *Paris-Batignolles. Une village olympique à construire en pleine ville*. Le Moniteur Architecture. 8 de abril de 2005. p. 58-61.

<sup>120</sup> *Futur quartier des Batignolles: les riverains s’interrogent*. Revue de presse. Le Parisien. 16 de abril de 2007. *Ça décolle aux Batignolles*. Le Journal du Dimanche. 12 de novembro de 2006. *Sauver les Halles des Batignolles?* Revue de presse. Le Journal du Dimanche. 12 de março de 2006.

valorização do “ecossistema” e “biodiversidade” da área verde do parque e pelo atributo “ecológico” do padrão construtivo dos imóveis.

O “*Éco quartier*” proposto pelo projeto era a ampliação de uma iniciativa já em execução desde 2002 de construções de prédios residenciais num modelo “ecológico”, naquela região de Batignolles, como uma espécie de “projeto piloto” em Paris. O padrão construtivo dos imóveis adotava soluções tecnológicas para economia de energia consumida pela “*chauffage*” (aquecimento a gás), reuso da água, um moderno sistema pneumático de coleta seletiva de lixo, entre outras medidas. O uso de materiais construtivos “sustentáveis” conferia ao imóvel um padrão estético particular, com uso de madeira, vegetação aparente, ao menos nos prédios que já estavam prontos e que pude visualizar a sua fachada em Batignolles. No dia da visita guiada, na qual o técnico nos mostravam as intervenções em andamento que viabilizariam esse modelo de soluções técnicas para uma “habitação ecológica”, vários questionamentos foram propostos pelo grupo. Eram processos que “ambientalizavam” a construção social da realidade e que a “consciência ecológica” era expressa ali de forma ainda mais racionalizada na sofisticação daquelas medidas.

A proposta de “bairros ecológicos” implantada em outras cidades europeias pautada no discurso de que seriam “laboratórios” que permitiriam experimentar soluções urbanísticas para as “cidades sustentáveis do futuro” tem gerado um debate mais acadêmico que político na França particularmente sobre a diversidade social nesses espaços urbanos (Nahrath, 2011). A questão que se colocaria para as novas experiências em contextos urbanos franceses e europeus questionava se os “*écoquartiers*” não seriam uma forma de reforçar a segregação socioespacial tornando-os (ou restando-os) lugares exclusivos para camadas médias e elites (Nahrath, 2011).

Como vimos antes, as noções de “cidade sustentável” nos pactos globais emergem no contexto dos debates internacionais sobre “desenvolvimento sustentável” das conferências globais da década de 90 as quais adquirem um peso político significativo para as cidades europeias em vista das políticas da Comissão de meio ambiente da União Europeia (Couret; Ouallet; Tamru, 2011). A publicação do projeto urbano “*Clichy-Batignolles*” fazia referência expressa a outras cidades na Europa que propuseram o mesmo tipo de iniciativa de “bairros ecológicos” cuja proposta Paris estava se engajando em vista das ações locais para implantação da política energética francesa. Os objetivos do projeto urbano fazia menção ao plano governamental francês de redução de consumo energético em sintonia com as normativas europeias e seus compromissos “ambientais” globais cujo

tema tinha sido debatido na Conferência Global da ONU sobre “desenvolvimento sustentável” realizada na sede da UNESCO em Paris<sup>121</sup> que pude participar.

Participar deste evento “global” sediado por um país “protagonista” nos pactos mundiais sobre meio ambiente e ouvir os debates sobre o tema, fazendo as ligações entre o que se debatia naquele espaço político e o plano discursivo do projeto urbano no contexto parisiense, era para mim um valoroso exercício de reflexão sobre os processos globais em interações localmente situadas. Aqui trago visando mostrar como problematizei neste trabalho alguns dados sobre a adequação de políticas públicas no contexto brasileiro ao ideal de “cidades sustentáveis” e às noções de “qualidade de vida” enquanto premissas globais para as cidades contemporâneas.

No jogo de estranhamento/familiarização do fenômeno contemporâneo de transformação do espaço urbano no contexto francês e parisiense como contraponto às questões que eu analisava no contexto brasileiro e portoalegrense, o tema do espaço público e sua apropriação também era destacado no projeto urbano em Paris. No dia da jornada, os questionamentos dos integrantes do grupo aos técnicos versavam sobre o uso público-privado das novas edificações e a fruição do espaço público pelos habitantes da cidade. A concepção física e identitária da proposta urbanística de transformar aquele espaço do bairro justo no entorno de um parque existente, mas que seria significativamente ampliada a sua área verde e criado um lago artificial, era um ponto reiterado pelos técnicos, presente no material informativo e tido como uma forma de “compensação” às áreas privadas. As minhas experiências de imersão em outros contextos na cidade de Paris tinham me mostrado o quanto a fruição de espaços públicos como parques e jardins pelos parisienses, estrangeiros residentes e mesmo os turistas era valorado, bastava sair num dia de sol, vê-los repleto e ter que disputar lugar para o pic-nic nos meses de folga do frio intenso. Espaços verdes que desde as concepções higienistas haussmanianas já eram espaços “naturais” artificialmente criados no espaço urbano. Isso sem falar das experiências de estranhamento ao observar as formas de apropriação pública do espaço urbano às margens do rio Sena, espaço vivido de Paris, onde a fruição pelos seus habitantes e turistas era a própria memória monumental da cidade ao redor.

---

<sup>121</sup> *The Global Conference – International Forum for a Sustainable Development*: a oitava edição foi realizada na sede da UNESCO em Paris entre os dias 3 e 5 de junho de 2013. O evento ocorre anualmente, reunindo políticos, organizações internacionais, empresas multinacionais, instituições científicas representantes de diferentes países para o debate da “questão ambiental”. Segundo o *site* oficial é um “encontro internacional que reúne milhares de pessoas e mais de 100 países implicados nas mudanças por uma sociedade sustentável”. Ver em <<http://www.planetworkshops.org/fr/index.html>> Entre a diversidade de painéis da Conferência sobre a “questão ambiental” contemporânea, versando desde a questão indígena no Brasil aos problemas sanitários de países africanos, foram discutidas questões relacionadas ao contexto da França e Paris e os desafios ambientais da atual política energética francesa para redução do consumo de energia.

Uma senhora moradora do bairro com quem conversei naquela visita me contava que já “se comentava” os preços exorbitantes de alguns imóveis residenciais e que dificilmente eles, moradores da região, teriam acesso. A questão tocava num ponto sensível e controverso das políticas parisienses: a habitação. O técnico fazia as vezes de “defensor” das medidas do projeto, explicando aspectos que eram ali questionados por alguns integrantes do grupo sobre a “privatização” da área. Isso porque existia uma parte do projeto que era pública e financiada pela “Prefeitura”, basicamente os serviços públicos (escola, creche, local para prática esportiva) e o parque; uma parte privada, áreas públicas vendidas aos investidores, inclusive de capital estrangeiro, que fariam as edificações residenciais e comerciais. Era justamente a parte privada e a negociação e valorização imobiliária da área e dos imóveis que gerava controvérsia.

O projeto se inseria na política parisiense de “habitação para todos” prevendo metade das edificações residenciais para este uso. Em Paris, essa concepção é mais abrangente do que estamos acostumados no contexto brasileiro, pois não é somente um critério de classe, mas de ocupação, de idade, etc. Como ao menos no plano discursivo a “diversidade social” era uma das prioridades do projeto urbano, um artifício para isso era a destinação de percentuais das moradias para estudantes, aposentados, pessoas que recebiam auxílio financeiro governamental de aluguel, portadores de deficiência etc, todos deveriam ser “misturados” na distribuição entre os prédios. Já os imóveis privados que não entravam nesta “conta” do governo local entrariam na lógica do mercado imobiliário, mas com o diferencial de o proprietário se submeter a um “teto” de valor a ser cobrado de aluguel nos próximos 20 anos. Embora não impedisse a valorização imobiliária nas transações de compra e venda seria um contraponto interessante à especulação imobiliária descontrolada implicada aos processos de “qualificação urbana” no contexto brasileiro.

Seja pela celebração do espaço público, seja pela celebração da “sustentabilidade” para o caso deste projeto urbano no âmbito das políticas parisienses havia uma apropriação expressa da noção que vimos neste capítulo de “qualidade de vida”. O material informativo do projeto referia as habitações, os equipamentos e serviços públicos, o transporte público<sup>122</sup>, e os seus benefícios para o bairro, para a cidade de Paris e mesmo para o “extramuros” da região periférica<sup>123</sup> como garantia do “bem-estar” e da “qualidade de vida” de todos os habitantes (*Clichy Batignolles Le Journal*, 2013).

---

<sup>122</sup> Estava prevista, futuramente, a criação de uma nova linha de metrô, 14º linha da cidade, cujo principal trajeto é sob a área do parque, ligando de uma ponta a outra as novas construções residenciais e comerciais, visando atender o acréscimo de população.

<sup>123</sup> O projeto faz referência à importância das suas intervenções urbanas no limite territorial de Paris para a concretização das políticas parisienses atuais que visam construir elementos para uma “periferia mais bem integrada”. Além de tocar em questões sensíveis de estratificação social do espaço centro-periferia em Paris, onde grande parte da

Se, ao considerarmos a “heterogeneidade da homogeneização” dos modos como se realizaria essa “qualidade de vida” determinada por condições materiais de existência na cidade, num contexto específico de uma capital europeia de um país tido como de “Primeiro Mundo”, essa “razão prática” (Sahlins, 2003) dos diferentes sujeitos seria uma forma cultural com ordens e finalidades muito diferentes daquelas de um contexto específico de uma capital ao sul do Brasil, como Porto Alegre, por exemplo. Mas, não se trata de uma questão comparativa para determinar estas condições. A questão que se coloca, novamente, é que não se trata do espaço construído da cidade nem das condições materiais de existência nela, em si, mas as formas no tempo como os sujeitos sociais se apropriam desses territórios hoje “transformados” e lhe conferem sentido.

O fenômeno contemporâneo de transformação urbana em grandes cidades indica certa tendência atual de políticas públicas urbanas nas suas assimilações de concepções globais de “cidades sustentáveis” e “qualidade de vida”, mas a questão que se coloca aqui ou lá, ou em qualquer contexto urbano, é em que medida as múltiplas lógicas de normatização da cidade, atravessadas por estas noções homogeneizantes, comportam a diversidade.

### **Experiência em Nantes, França**

Nantes, cidade a oeste da França, na região de Pays de Loire, é cortada por um dos principais rios do país, Loire, e está situada na sua foz. Uma antiga cidade portuária onde o encerramento das atividades de construção naval de um importante estaleiro francês fez daquele espaço palco de um projeto urbanístico particularmente interessante em meio a um programa mais amplo de “renovação urbana” que estava sendo implantado na cidade. Provocada por essas informações iniciais que me foram referidas na ocasião de uma apresentação que fiz da pesquisa que realizava a partir do universo do Pontal do Estaleiro, em Porto Alegre, fui à Nantes disposta a conhecê-lo. Estive lá na condição nem tão despreziosa de um turista estrangeiro, pois no intuito de conhecer o contexto daquele espaço “transformado” do antigo estaleiro pesquisei antes informações disponíveis no *site* oficial do projeto<sup>124</sup> as quais se somaram ao conjunto de informes lá

---

população mais pobre de imigrantes reside, toca num controverso tema que foi pauta de um dos painéis da Conferência Global. O debate trazia uma questão há muitos anos levantada e reativada em 2007, de reunir o território de Paris e das cidades ao redor numa única divisão territorial e administrativa. Trata-se de um controverso projeto que visa transformar a “aglomeração parisiense” em uma grande metrópole mundial à imagem de Nova Iorque, Londres e Tokyo, tornando um grande polo econômico de dimensão internacional ao redor de Paris. (« *Comment faire du Grand Paris un facteur d'accélération de la transition énergétique?* »). Ver em : <<http://www.planetworkshops.org/fr/>>. Acesso em : 10 de junho de 2013.

<sup>124</sup> <<http://www.iledenantes.com/fr/>>.

disponíveis num espaço de exposição criado para este fim, à exemplo da “*Maison*” do projeto urbano em Paris.

Nantes tem seu território cortado pelo rio Loire onde há uma ilha justamente onde funcionava o antigo estaleiro e a antiga zona industrial da cidade em grande parte ligada às atividades portuárias que ali se desenvolviam juntamente com um dos principais portos da França, o porto marítimo de Saint-Nazaire, na cidade vizinha de mesmo nome e onde o rio se liga com o oceano. A crise que ingressou o estaleiro e o progressivo abandono das suas instalações industriais-portuárias que passaram a se concentrar somente em Saint-Nazaire marcou o fim da grande indústria naval naquele território, localizado precisamente na orla imediata à área central e centro histórico da cidade de Nantes (Nicolas; Zanetti, 2013:186).

A constituição física e identitária das territorialidades da ilha, considerada um bairro de Nantes, abrangendo a parte industrial do entorno da área do estaleiro e a parte residencial, se deu pela atividade industrial-portuária. O mito fundacional do bairro está associado ao rio Loire e à atividade portuária que ali se desenvolveu ao longo de séculos.<sup>125</sup> Mas, com o fechamento em definitivo do estaleiro no final da década de 80, iniciativas políticas locais, já no início dos anos 90, começaram a construir a ideia de “*Île de Nantes*” pela conversão de territórios simbolicamente unificados sob esta denominação e que daria nome ao projeto de “renovação urbana” da ilha em sua extensão (MHT, 2009).

O projeto urbano, inicialmente, foi desencadeado pelos debates que se instituíram nas instâncias públicas e entidades locais sobre a nova destinação da área precisamente onde se desenvolvia a atividade naval, mas mais recentemente adquiriu um novo formato e abrangência. A partir dos anos 2000, foi concebido um grande projeto de “renovação urbana” para toda extensão da ilha para ser implantado ao longo de 20 anos.<sup>126</sup> Pautado nas mesmas orientações e linguagens que vimos na experiência em Paris, no projeto urbano de Nantes a ilha é concebida, em seu conjunto, como um “*écoquartier*” que efetivou, na sua primeira etapa, edificações orientadas por um padrão construtivo “ecológico” de redução de consumo energético a partir da política francesa antes mencionada, ampliação e sofisticação do transporte público para redução do uso do automóvel e etc. (Rimbert; Retière, 2012).

---

<sup>125</sup> Originalmente um arquipélago de ilhas, desde a Idade Média serviu como um ponto de apoio para a primeira linha das pontes que cruzam o rio Loire. Com o incremento das atividades portuárias e aumento da vazão do rio para assegurar a navegabilidade diques são construídos no século XVIII para unificar o arquipélago e torná-lo navegável todo ano. (MHT, 2009).

<sup>126</sup> A segunda fase está em execução e prevista para terminar em 2030. Disponível em <<http://www.iledenantes.com/fr/articles/100-une-ile-plusieurs-identites.html>>. Acesso em: 26 de julho de 2013.

O conjunto do material informativo reforçava a ideia de “cidade sustentável” de orientações e linguagens próprias das concepções que pautam as políticas globais para o “desenvolvimento” das cidades contemporâneas. Para o caso de Nantes, as questões que vimos sobre a forma de adequação aos fluxos globais de turismo, lazer e consumo urbano por meio da implantação deste tipo de projeto de “renovação” do espaço, eram reforçadas pelo fato da “*Île de Nantes*” ser considerada hoje uma das mais importantes operações urbanas deste tipo na Europa, buscando “consolidar sua posição e seu papel na rede de grandes metrópoles europeias” (Rimbert. Retière, 2012). Análogo a outros contextos citadinos franceses, o projeto de transformação da paisagem urbana em curso em Nantes está implicado às questões de visibilidade e de reconhecimento de cidades europeias num contexto global (Nicolas; Zanetti, 2013).

Do contexto mais amplo de intervenções urbanas propostas pelo projeto de “renovação” já implementadas e que pude visualizar, ao longo da ilha tinham vários espaços públicos de fruição estética da paisagem às margens do rio, outros para prática esportiva e de lazer, além das edificações residenciais e comerciais num padrão construtivo “ecológico”. Era visível também a preservação de patrimônio histórico de algumas edificações com feição fabril no entorno das quais às novas edificações esteticamente se aliavam ainda que os usos atuais fossem outros, como centros universitários, departamentos públicos, escritórios privados.

Na minha observação visitante de quem percorre um lugar para conhecê-lo, era o projeto urbano efetivado precisamente no amplo espaço do antigo estaleiro a que me ative. Ao transitar pelas margens do rio Loire e visualizar as formas de intervenção propostas pelo projeto urbano para aquele território, não poderia deixar de me surpreender com algumas singularidades. Era um grande espaço público às margens do rio, agregando espaços de sociabilidade na beira do cais, ateliers de arte locais, um museu, uma “fábrica” (“*galerie des machines*”), compondo o denominado “*quartier de la création*”. Lá também estava localizado um hangar da antiga parte industrial onde o governo local mantinha uma exposição permanente informando aos interessados sobre a “operação urbana” “*Île de Nantes*”.

Todos aqueles elementos estavam dispostos na área extensa onde se localizava o antigo estaleiro e onde foram mantidos os traços fabris da construção naval: as carreiras de lançamento dos navios, um imenso guindaste portuário, os cais de construção, elementos que podiam ser visualizados pelos visitantes num percurso a pé. Fora construído com base na assertiva de um espaço aberto de “criação” artística e cultural de moradores da cidade que conduz a uma aproximação da memória da comunidade de trabalho operário naval do bairro. Havia painéis com

imagens antigas do estaleiro em funcionamento compondo o interior da “*galerie des machines*” e as laterais dos antigos cais de lançamento de navios.

A “*galerie des machines*” era um espaço fabril em grande escala aberto para visualização pública, desde o alto de corredores de metais suspensos, do trabalho de construção das “máquinas” projetadas e construídas pela equipe da companhia “*La Machine*” cuja proposta era a aplicação de técnicas para reprodução em grande escala dos personagens do universo lúdico das “viagens extraordinárias” de Jules Verne, célebre escritor francês, nascido em Nantes. A atração, especialmente para os turistas, ficava por conta de um elefante construído pela companhia em escala gigantesca e reproduzindo os seus movimentos sobre o qual um grupo de pessoas adentrava e percorria parte desse espaço público às margens do rio.

Ao lado da “fábrica” ficava o “*Ateliers e Chantiers de Nantes*”, um prédio histórico preservado onde operava o estaleiro, atual sede de uma associação comunitária<sup>127</sup> que criou a “*Maison des Hommes et des techniques*”. A “*Maison*” além das exposições temporárias sobre a memória do trabalho operário naval em Nantes possuía uma exposição permanente denominada “*Bâtisseurs de navires*” em referência simbólica às cerimônias de lançamento dos navios e ao ritual de “batizado” quando lançados à água. Nas memórias da ambiência de um “mundo do trabalho” operário e naval em Nantes, particularmente, no território ilhéu daquele bairro estavam presentes os relatos da forma como seu território foi marcado pelas atividades navais e portuárias. É claro que no jogo de estranhamento/familiarização da situação experienciada em Nantes aquela ambiência me reportava ao contexto urbano portoalegrense da memória do trabalho naval na área do Pontal do Estaleiro que veremos ao longo deste trabalho.

O espaço museográfico da “*Maison des Hommes et des techniques*” recontava a história singular de trabalho naval que marcou a região, os modos de produção e as principais evoluções técnicas do século XIX até os navios à vapor, as práticas de trabalho operário naval. Narrando feitos de uma indústria forte que seguia o caminho do progresso da França, através de períodos históricos importantes que estimularam à construção de navios, do Império e comércio internacional à marinha mercante das grandes guerras, a narrativa chegava ao início de um longo processo de declínio a partir dos anos 50/60 do século XX pelo incremento da concorrência internacional até o

---

<sup>127</sup> Criada em 1986, um ano antes do encerramento em definitivo das atividades do estaleiro, a “*Association Histoire de la construction naval à Nantes*”, reunindo operários navais, a comunidade do bairro e entidades locais, o seu objetivo inicial era salvaguardar os arquivos e patrimônio material edificado do estaleiro. (MHT, 2009). Hoje é responsável pela manutenção do acervo e organização das atividades do museu.

encerramento definitivo das atividades no final dos anos 80.<sup>128</sup> O final dramático do estaleiro foi marcado simbolicamente quando no ano de 1987 o último navio construído foi lançado às águas do rio Loire aos olhos de centenas de moradores assistindo nas margens, episódio crucial seguido de violentas manifestações sindicais e repressão policial (MHT, 2009).

A narrativa desse acontecimento histórico em fotografias, vídeos e coleção de matérias jornalísticas que percorri durante a minha visita ao museu lembrava não somente o momento dramático na vida dos trabalhadores do antigo estaleiro e da comunidade urbana de Nantes como um todo dada a importância da atividade naval para a cidade, como lembrava também a luta de resistência da comunidade contra o processo de renovação urbana no bairro que previa a demolição das então desativadas instalações industriais do antigo estaleiro.

O espaço museográfico da “*Maison*” conduzia a uma aproximação com a memória da comunidade de trabalho do estaleiro que se misturava com a própria cronologia do advento da associação comunitária e do movimento de resistência às propostas iniciais de “renovação urbana” da área. Segundo um trabalho publicado a partir de pesquisa empírica deste contexto em Nantes (Nicolas; Zanetti, 2013), em meados da década de 90 foi lançado um concurso para propostas de projetos urbanísticos para a área do estaleiro gênero do referido projeto mais amplo que viria depois. As premissas para as propostas eram claras “um trabalho sobre os traços industriais e portuários deve ser realizado na recomposição de espaços públicos da ilha de Nantes, principalmente sobre a área do antigo estaleiro” premissas formuladas no âmbito de um cenário de manifestação social e de lutas de resistência políticas dos antigos trabalhadores e da comunidade urbana de Nantes no interior do bairro (Nicolas; Zanetti, 2013:187).

As memórias da atmosfera do “mundo do trabalho” do bairro presentes no traço fabril do espaço do estaleiro hoje “renovado” e nos relatos de como seu território foi sendo afetado pelo fim das atividades industriais navais e por projetos urbanos que visavam afastar a paisagem urbana de uma cidade portuária me colocava uma questão para pensar os imperativos das políticas que orientam estas intervenções.

O contexto de grandes cidades e sua adaptação aos fluxos globais de turismo, lazer e consumo urbano relativo ao fenômeno contemporâneo de transformação do espaço urbano se completa ainda pelo aspecto de que a transformação contemporânea de territórios portuários é tida

---

<sup>128</sup> Segundo o *Dossier* produzido pela “*Maison*” (MHT, 2009), Nantes desde o século XVII, já era um grande centro portuário na França em vista do comércio internacional e o estímulo às demandas por navios e no início do século XIX Nantes era considerada um dos maiores centros de construção naval do país e entorno no qual outras atividades industriais eram realizadas. As grandes guerras do século XX também contribuíram a uma demanda de construção de navios para as frotas mercantes.

como uma variante de um “processo universal” com tipos específicos de “valorização” do espaço urbano às margens da água (Chaline, 1994). Para diversas cidades contemporâneas, áreas portuárias serviram de experiências concretas de “renovação” como em Barcelona, na Espanha, em Port Vell, ou em Buenos Aires, Argentina, em Puerto Madero, estas tidas como experiências exemplares por estudos urbanos aos projetos análogos em contextos urbanos diversos (Andreatta, 2010). Como Porto Alegre, por exemplo, onde a política local ao apresentar os projetos urbanos para a orla do Lago Guaíba recorria frequentemente à comparação com outras experiências “modelares” internacionalmente reconhecidas.

Na efemeridade da minha experiência de observação de uma situação específica de transformação da paisagem urbana de orla do rio, a questão aqui era pensar o processo de “renovação urbana” do território naval em Nantes, situado num contexto sócio-histórico específico, como contraponto interessante a certa tendência atual de políticas públicas urbanas de sustentar no plano discursivo e das práticas o teor homogeneizante de tais “modelos” de transformação de “territórios às margens” assim como as formas de ação política organizada de comunidades urbanas locais contrárias as tais medidas.

## **CAPÍTULO 4**

### **MEMÓRIA DO TRABALHO NO TEMPO DO ESTALEIRO**

Neste Capítulo, proponho retomar aspectos mencionados no Capítulo 2 para perseguirmos as pistas sobre as formas como a região Cristal passa a integrar um mapa urbano construído num movimento profundamente identificado com os rumos civilizatórios do projeto de modernidade da cidade de Porto Alegre, numa rítmica descontínua do tempo das projeções urbanísticas e do tempo da materialização de uma nova ordem urbana. Nesse percurso, apresento a rede de relações de antigos trabalhadores do Estaleiro Só com as quais interagi ao longo do trabalho de campo. A partir dos seus relatos autobiográficos, analiso as formas de constituição e transformação das territorialidades da região Cristal enquanto espaço vivido da cidade pelas suas experiências de trabalho.

#### **4.1 Abre teu caminho, Aurora!**

Na ocasião em que tive acesso a uma publicação institucional do Estaleiro Só S.A, um informativo datado do ano de 1976, fiquei intrigada com a imagem retratada do que era aquele universo de trabalho nesse tempo, seja pelo tom exaltante do texto da capa cujo teor acompanhava a fotografia de um grande navio, ali textualmente personificado, seja pela lista nominal de mais de uma centena de trabalhadores que chegaram ao mês de agosto daquele ano para “cerrar fileiras” pelo “progresso e desenvolvimento” da empresa naval<sup>129</sup>:

Mostra a graça e a beleza de tuas linhas. Foste trabalhado com muito amor, durante meses, para receberes hoje o batismo nas águas do Guaíba. Centenas de pessoas se esforçaram para te dar este porte altivo. És o símbolo de uma empresa que já tem o seu valor reconhecido no exterior, através de outros navios como tu, feitos para exportação. Na casa onde nasceste, continuaremos acumulando trabalho e tecnologia para fazer da construção naval mais uma riqueza do Rio Grande. Breve, nosso Estado será percorrido, de ponta a ponta, via fluvial. [...] Portanto, abre teu caminho, Aurora, e vai contar ao mundo estas boas novas.

O discurso alinhado ao ideal progressista daquele tempo falava à sua maneira de um universo de trabalho operário às margens do Guaíba que se dava justo numa ponta de terra no rio que marcava o limite de entrada ao Cristal. A primeira vez que descobri aspectos importantes sobre este universo de trabalho aliado ao, até então, para mim, pouco conhecido “Pontal do Estaleiro” foi numa situação de entrevista realizada ainda no início do trabalho de campo etnográfico da pesquisa de doutorado. Foi quando participei da entrevista com o senhor José Antônio Só de Castro, membro da família Só, antiga proprietária do estaleiro naval.

---

<sup>129</sup> SÓ Notícias. Ano 2. Número 3. Porto Alegre. Novembro de 1976.

O contato com José Antônio surgiu através da antropóloga Maria Cristina França pela sua rede de interlocutores de pesquisa e foi ela quem possibilitou que a Professora Ana Luiza Carvalho da Rocha o contatasse para que conversássemos sobre sua trajetória familiar e de trabalho ligada ao Estaleiro Só. No dia 29 de maio de 2010 fomos, Maria Cristina, Ana Luiza e eu, à casa onde José Antônio morava no bairro Ipanema, zona sul da cidade. Administrador de empresas de formação, ele ingressou na empresa da sua família para exercer atividades de gestão em meados dos anos 60. José Antônio atuava na preservação das memórias da família, pois, na época, pretendia publicar um livro que escrevia sobre a história do Estaleiro Só. A empresa familiar, iniciada há mais de cem anos pelo seu bisavô, reunia o prestígio associado a uma ordem tradicional familiar (Velho, 2004) que pode constituir fonte de poder político e destaque na sociedade portoalegrense e no cenário nacional em vista da sua atuação no ramo naval como o texto acima nos revela.

Seguindo a narrativa de José Antônio e o modo como compartilhou aspectos importantes da história do estaleiro na cidade de Porto Alegre, a partir da sua trajetória familiar, persigo algumas pistas sobre as formas de organização social daquele espaço no tempo. O Pontal *do Estaleiro* e as atuais mudanças operadas fez daquele espaço um território de disputas materiais e simbólicas no contexto urbano portoalegrense como vimos.

Para isso, trago eventos relacionados ao processo de urbanização da cidade de Porto Alegre, os quais foram simbolicamente construídos e concretamente vividos pelos seus habitantes, conjugando-os de modo a interpretar inteligibilidades históricas, sociais e culturais desse processo. Poderíamos dizer nos termos de Sahlins (2008:17) que aqui “as ideias gerais sobre história estão entremeadas com os acontecimentos concretos que a demonstram”.

Nessa perspectiva, José Só começou nos contando sobre a criação ainda no século XIX do que viria a ser o Estaleiro Só e sua transferência posterior para o Cristal às margens da orla sul da capital:

O Estaleiro Só foi fundado perto de 1850, a data exata a gente ainda não conseguiu determinar, mas por volta de 1850-1853. E foi fundado por Antonio Henriques da Fonseca que era um português, que veio para o Brasil e seu cunhado, Senhor José Manoel da Silva Só, que é meu bisavô e está no quadro aqui atrás (*aponta para o quadro que o retrata*) e um sobrinho de Antônio Henriques de nome João Ribeiro Henriques. Então, eles criaram uma empresa na esquina do Beco da Ópera com o Largo dos Ferreiros, ou seja, da esquina da Rua Uruguai com a Praça ali da Prefeitura. E a razão social era Antonio Henriques da Fonseca e Cia. e era basicamente uma latoaria e uma fundição, eles faziam sinos, faziam ferros de engomar, faziam pregos, faziam rebiques para você colocar nos cascos dos navios, então, desde o início, uma certa vocação para parte naval, para parte do estaleiro... Então, em 1870, o Antonio Henriques saiu da sociedade ficou então só o João Ribeiro Henriques e o José Manoel da Silva Só e ai criaram, mudaram a razão social passou a ser Só e Cia. e as instalações foram transferidas para o caminho novo, ou seja, Rua Voluntários da Pátria e

permaneceu lá até por volta do final dos anos 40 quando o Governo e a Prefeitura resolveram construir o Cais dos Navegantes, aumentar o Porto de Porto Alegre e aumentar o Cais Navegantes e isso inviabilizaria as operações do Estaleiro na Voluntários da Pátria, ai então se começou a buscar um novo local...

O percurso da antiga latoaria e fundição da família Só, depois transformada em estaleiro, no mapa da cidade de Porto Alegre, acompanhava o investimento no crescimento urbano do centro rumo à orla norte do Guaíba. No início do século XX em Porto Alegre, assim como outras cidades brasileiras, planos urbanísticos embasavam suas projeções de reorganização do espaço urbano em ações de saneamento, embelezamento e circulação (Machado, 2004). Herdeiro das paradigmáticas reformas higienistas haussmanianas em Paris, embora um plano viário, o Plano de Melhoramentos de 1914 tinha uma preocupação com a estética e de higienização da cidade criando áreas verdes e demolindo centenas de casas e cortiços do centro da cidade (Monteiro, 1992). Pretendia dar conta do tráfego crescente de veículos automotores e da organização dos terrenos ganhos ao Guaíba com a construção do novo cais do porto<sup>130</sup>.

Muito do que fora previsto pelo Plano acabou sendo efetivado anos depois, como vimos no segundo Capítulo, mas ele tinha como principal eixo a reorganização do espaço central da cidade de Porto Alegre em relação à construção do novo Porto, buscando comunicá-lo com a zona comercial da cidade e permitindo melhorar a circulação de mercadorias, veículos e pessoas e para isso previa a abertura de largas avenidas, paralelas ao novo cais, alargando a extensão das ruas perpendiculares ao Porto sobre os terrenos conquistados ao rio (Monteiro, 1992:140). Antes deste Plano o qual esboçou a cidade com sua margem do rio conformada pela linha do cais do Porto, já haviam sido feitos aterros na orla norte do Guaíba. Ainda no final do século XIX, com o crescimento do núcleo urbano e de suas funções portuárias e econômicas fora construída uma nova margem do rio por aterro na área central, inclusive tendo uma grande área de acréscimo para o então novo mercado público (Souza; Alves, 2002)<sup>131</sup>, e justo na área onde se localizava a antiga fundição da família Só, o que justificaria a transferência das suas instalações do centro para a orla norte do Guaíba.

Isso porque quando as instalações da Só e Cia. foram transferidas para o Caminho Novo, hoje Rua Voluntários da Pátria, aquela região da orla norte do Guaíba concentrava as atividades industriais, comerciais e de transporte da cidade. No final do século XIX, período que corresponde à

---

<sup>130</sup> Em 1921, embora inacabado, o novo Porto de Porto Alegre foi inaugurado com a muralha de cais, alguns armazéns e guindastes (Franco, 2012: 193). Os terrenos ganhos ao Guaíba, nesse período, correspondiam aos aterros que foram realizados na área central (Rua da Praia), passando para o Caminho Novo (Voluntários da Pátria) e, mais tarde, final do século XIX, rua Nova da Praia (Sete de Setembro), novamente na área central da cidade (Souza; Alves, 2002).

<sup>131</sup> Entre os primeiros acréscimos de área na cidade por aterros, tem-se uma nova margem do Guaíba, construída por aterramento, que passou a se denominar Rua Nova da Praia, a atual Rua 7 de Setembro no centro da cidade.

transferência da Só e Cia., às margens norte do rio Guaíba com trapiches erguidos pelos comerciantes começara a receber as primeiras indústrias de maior porte que se instalaram na região dos bairros Floresta e Navegantes (Alves, 2005:81).<sup>132</sup> É interessante notarmos que, embora as principais mudanças espaciais no mapa urbano da cidade por aterros, tanto para a orla norte quanto para a orla sul, tenham sido projetadas pelo Plano de 1914, ainda que efetivadas, em grande parte, décadas depois, os aterros da orla norte iniciaram antes disso de forma particular pelos comerciantes, fomentado pela própria municipalidade à época.

No período que o incipiente estaleiro, antiga fundição, chegou à orla norte da capital gaúcha os atracamentos das embarcações se faziam ainda por trapiches e rampas e o aterro, apesar de ter sido pensado na sua totalidade para esta região da cidade, constituindo-se numa ligação em linha “reta” entre a antiga Ponta do Arsenal (hoje a Usina do Gasômetro) ao Caminho Novo (para onde se transferiu o estaleiro), foi sugerido que fosse feito de forma particular pelos proprietários (Souza; Alves, 2002). Como solução para novos atracamentos a municipalidade distribuía terrenos às margens norte do Guaíba para aterramento e construção do cais de sua testada pelos particulares que construíam as rampas, trapiches e armazéns (Souza; Alves, 2002).

Nesse cenário, chegou à orla norte a Só e Cia., numa região que se consolidou nas décadas seguintes como industrial no contexto urbano de Porto Alegre, e lá permaneceu exercendo suas atividades industriais navais de reparo de navios por mais de sessenta anos até a sua nova transferência para às margens sul do Guaíba, no Cristal. Foi no final da década de 40 que o governo construiu o Cais Navegantes, remodelando os atracadouros da orla norte, o que viria então a inviabilizar as atividades industriais navais nessa região da cidade, determinando, novamente, a mudança de local da empresa. José Antônio nos conta como surge o projeto e a escolha da orla sul do Guaíba, no Cristal, para as novas instalações do Estaleiro Só:

E ai depois de muitos, até porque a atividade de produção naval requer um solo muito firme em função do peso do navio, então a melhor localização foi na Ponta do Melo no Cristal. Hã... Em 1949, ainda lá na Voluntários da Pátria, até então o Estaleiro se dedicava mais a parte de reparação naval. Então, em 1949 houve um problema, a gasolina consumida em Porto Alegre era trazida e um dos navios o Petronave sofreu uma avaria e precisava ser rapidamente concertado para evitar dar um desabastecimento, então a obra de reparo do Petronave que foi feita lá no Estaleiro despertou muito interesse das autoridades. Em 1949, o Governador do Estado Walter Jobim, acompanhado do Prefeito Ildo Meneguetti, e uma série de vereadores estiveram visitando o Estaleiro e nessa ocasião já foi apresentado a eles o projeto do novo Estaleiro para ser implantado no Cristal.

---

<sup>132</sup> A orla norte do Guaíba ficava ao longo das estradas de rodagem e da via férrea que conduziam às colônias do norte, além de estar junto ao rio e à zona portuária, mas fora dos limites do núcleo central mais densamente povoado, proporcionando condições para as atividades industriais e a facilidade do comércio (Alves, 2005).

O contexto sócio-histórico no qual fora apresentado o projeto construtivo no Cristal e escolhido pelas autoridades de governo como novo local às margens sul do Guaíba para a atividade naval na cidade de Porto Alegre, mencionado na parte inicial deste trabalho, merece ser retomado sobre alguns aspectos. A década de 40, vimos, foi um período cujas diversas das mudanças prometidas no Plano de Melhoramentos do início do século foram executadas. É época em que Porto Alegre era uma cidade em pleno crescimento populacional e econômico e quando a paisagem urbana da capital passou por uma grande remodelação com a realização de obras viárias (como a extensão da Avenida Borges de Medeiros ligando o centro à orla sul), canalização do Arroio Dilúvio, o início da verticalização do centro, construção de prédios públicos etc. (Monteiro, 2006:38).

É neste contexto de transformação da paisagem urbana da cidade que a margem sul do Guaíba começou a ser aterrada, partindo de estudos previstos desde o Plano de Melhoramentos, aterros que ampliariam a orla sul na segunda metade do século XX em praticamente duas vezes seu espaço (Souza; Alves, 2002). É também neste período que corresponde à transferência do Estaleiro Só às margens sul do Guaíba que é proposta a criação de um bairro residencial sobre um extenso aterro da enseada da Praia de Belas (Souza; Alves, 2002), região que se ligaria ao Cristal através das futuras obras viárias sobre o aterro. Embora o aterramento de um território alagadiço da cidade já tivesse sido previsto desde o início do século, são os fragmentos de cidades ideais projetadas nos planos urbanos para Porto Alegre<sup>133</sup> que se sucederam nesta época que deram início a construção do “novo litoral” da Praia de Belas, buscando sua adequação e alinhamento aos padrões civilizatoriamente desejados de ocupação. O novo bairro residencial viria a ser urbanizado na década de 60, mas antes, como vimos, o aterramento que viabilizaria a construção da Avenida Beira Rio que ligaria esta região à orla sul da capital e ao Cristal já estava em andamento em meio as suspensões e retomadas das obras.<sup>134</sup>

---

<sup>133</sup> Particularmente os Planos urbanos elaborados entre 1939-1943. O Plano Diretor de 1939 já destacava a importância da avenida da margem sul (sobre o aterro) como fundamental (que depois se concretizaria na Avenida Beira Rio) e nos estudos do engenheiro Edvaldo Pereira Paiva aparecia a proposta de criação de um bairro residencial sobre um extenso aterro na enseada da Praia de Belas (Souza; Alves, 2002).

<sup>134</sup> O projeto de modernidade da cidade de Porto Alegre era largamente publicizado por um dos periódicos mais importantes, à época, no Estado do Rio Grande do Sul. A Revista do Globo foi o periódico ilustrado quinzenal mais duradouro e de maior tiragem produzido no Rio Grande do Sul, entre 1930 e 1960. As fotorreportagens construíram uma imagem da cidade em processo de mudança para o consumo das elites e das camadas médias (Monteiro, 2012:21). E muitos dos significantes desse projeto eram expressos nas grandes obras públicas da Avenida Beira-Rio para expansão do perímetro urbano nos anos 50 que o veículo influente de comunicação tratava de publicizar, como em: CARNEIRO, F.; FARIAS, T. “Porto Alegre cresce para o céu e para o rio”. *Revista do Globo*, nº 722, p. 38-39, 1958. Na década de 60, as obras de aterramento da orla sul são paralisadas e também figuram o periódico como em PINTO, E. “Beira-Rio Sonho de bilhão caiu no esquecimento”. *Revista do Globo*, nº. 88, p. 06-09, 1964.

Os rumos do progresso da capital que ditavam a dinâmica de transformação da paisagem urbana da cidade são particularmente interessantes se atentarmos que, às margens sul da orla do Guaíba, o Cristal figurava como o entremeios do “novo litoral” da Praia de Belas – que saneado fora projetado e, mais tarde, concretizado como bairro residencial – e a região de balneários do sul da capital. O Estaleiro Só chega ao Cristal com o objetivo de incremento da atividade de construção naval já que, até então, era um estaleiro centrado na atividade de reparo de navios. A própria viabilização do projeto do Estaleiro Só na ponta de terra que avançava sobre o rio às margens sul do Guaíba também dependeu de aterro, como nos conta José Só:

E... Em 1950 foi então feita uma solenidade de... para comemorar o centenário do Estaleiro e o lançamento da pedra fundamental do novo Estaleiro lá no Cristal. Hã... Não tinha nada ali, a área era relativamente pequena e para poder implantar lá tudo que se fez tivemos que aterrar muita, muita água...[...] E... então... a gente pensou, em 52 foi a inauguração das novas instalações do Estaleiro lá no Cristal daí se começou a operar lá, mas já havia, por parte da direção do Estaleiro, uma visão com relação a construção naval. Nesse projeto que foi implantado lá no Cristal havia um espaço reservado para construção de um dique para construção de navios.

Seguindo o caminho do progresso, o Estaleiro Só chegou ao Cristal no período em que as obras de construção do aguardado *Jockey Club* estavam a todo vapor. Como vimos no Capítulo 2, foram mais de quinze anos de obras de construção e de aterro desde o lançamento da pedra fundamental do Hipódromo Cristal, que acabou sendo inaugurado somente em 1959 (Kiefer, 2005). Onde viria a se construído o *Jockey Club*, no final do século XIX, tinha antes sido instalada uma Hospedaria para imigrantes que logo fora transformada num Batalhão de Infantaria da brigada militar do Estado e que já nos primeiros anos do século seguinte resulta na construção, também no Cristal, de uma Enfermaria da brigada militar, hoje o Hospital Militar (PMPA, 2003:25).

É nesse período que tinha sido implantada a Estrada de Ferro do Riacho que vimos que mudou não somente o acesso como gradativamente a ocupação e o crescimento da região mais ao sul da orla do Guaíba que a linha férrea passou a atender (Souza; Wilkoszynski, 1997). Nesses tempos, com a chegada e tão logo extensão do traçado da ferrovia, o então arrabalde ribeirinho do Cristal restou entre dois polos simbólicos da Estrada de Ferro do Riacho: a “Ponta do Asseio” usada como local para dejetos dos resíduos domésticos; o cenário das contíguas praias do rio daquela região sul como novos refúgios da elite portoalegrense.

Esses dois polos simbólicos situados em limites opostos no Cristal - a “Ponta do Asseio” rente às novas instalações do Estaleiro e o cenário dos balneários – são narrados por José Antônio nas suas memórias de infância.

[...] Então, em 50 a gente começou a construir o Estaleiro na época eu tinha seis anos, houve uma mudança nos hábitos da família que aí final de semana ao invés de nós irmos aqui para Ipanema né, a gente sempre esteve em contato aqui com Ipanema, a gente ia lá para o Cristal, com meu pai, acompanhar a execução das obras. E eu criança era ótimo, pois tinha uma enorme de uma área para correr, brincar, eu, meu irmão, meus primos, era muito divertido. Tinha uma coisa ruim que o pouco, ao lado do Estaleiro, na época, tinha uma despejo cloacal na Ponta do Dionísio que era ao lado da Ponta do Melo, havia um despejo cloacal que era despejado in natura ...[...] É... Então dependendo do vento o cheiro era insuportável ali no Estaleiro. Hã... Eu não me lembro em que ano eles eliminaram esse despejo que havia, mas no início a coisa era complicada (risos).

Lá estava o Estaleiro Só que, quando começou a operar no Cristal o trapiche para despejo dos resíduos cloacais no rio, era justo ao lado das suas instalações, na Ponta do Melo, antes despejados no final do traçado original da linha férrea, na Ponta do Dionísio, onde não demoraria a se tornar um novo balneário das praias do Guaíba. O prolongamento da linha férrea e o parcelamento das chácaras em lotes, no início do século XX, proliferaram as construções na região dos balneários da orla sul a partir dos limites do Cristal, especialmente na contígua Tristeza. Surgem os novos loteamentos com a denominação da respectiva localização balneária, Balneário Ipanema, ao lado da Tristeza, que José Antonio mencionou frequentar com sua família, Balneário Guarujá mais ao extremo sul da orla, Balneário Vila Assumpção, na referida Ponta do Dionísio, lindeiro ao Cristal, entre outros (Huyer, 2010). As novas residências de “veraneio” e de finais de semana foram sendo construídas próximas ao rio por uma elite portoalegrense que tinha ali um refúgio que se somava às atividades de lazer não somente nas praias e nos banhos de rio, como nos clubes e associações que ali se formaram (Souza, Wilkoszynski, 1997)<sup>135</sup>.

Os balneários eram, nesses tempos, em que os grandes loteamentos surgiram e proliferaram as construções de residências de veraneio, veiculados pelos investidores da região como um lugar para certa elite portoalegrense e contribuíram para a construção de uma representação identitária que, nos termos do discurso investidor, correspondia a uma “aristocracia” moderna.<sup>136</sup> Os primeiros

---

<sup>135</sup> O desenvolvimento da região dos balneários, particularmente da Tristeza, bairro limítrofe ao Cristal, podia ser percebido nas obras de infraestrutura que se sobrepunham aos loteamentos. Em 1932 de acordo com o plano de pavimentação das vias radiais da cidade foi concluída a construção da Avenida Onze de Setembro hoje Wenceslau Escobar que era (e ainda é) a principal via de circulação da região, facilitando às ligações com o centro de Porto Alegre. Alguns anos mais tarde, o enfraquecimento do movimento de cargas e passageiros diante das outras formas de transporte que se consolidavam na Capital forçou a desativação da Ferrovia do Riacho, após ser encampada pelo Estado em razão da Prefeitura já não mais conseguir mantê-la (Souza, Wilkoszynski, 1997:186).

<sup>136</sup> A pesquisa de Huyer (2010) sobre a Ferrovia do Riacho e sua relação histórica com a urbanização da hoje “zona sul” de Porto Alegre traz interessantes imagens de acervo das plantas dos loteamentos à época de seus lançamentos imobiliários e as respectivas propagandas publicitárias, como do “Balneário Guahyba” figurando uma modelo de traje de banho da época e logo abaixo “A Praia da Elite” (Sociedade de Engenharia Boletim nº. 1, Porto Alegre, Setembro de 1932) ou o anúncio publicitário da “Villa Assumpção” constando em destaque “o Balneário Aristocrático” (Sociedade

anos do século XX, os frequentadores dos clubes náuticos que lá surgiam, como o “Yacht Club”, e proprietários de residências nos balneários, se reuniam em torno da valorização de práticas como o banho de rio e o esporte náutico, como a Vela, e pela sociabilidade praiana em torno do que o historiador Alain Corbin (1989) chama de “encenação ostentatória das elites” nas praias ocidentais modernas.

O fenômeno de aumento de banhistas nas praias da orla sul do Guaíba se deu nos anos seguintes, fomentado também pela melhoria das condições de acesso pelas obras viárias e o incremento do transporte por veículos e ônibus (Souza, Wilkoszynski, 1997). Nas décadas de 50 e 60, as praias aos finais de semana de verão quente em Porto Alegre se popularizaram em certos balneários, como no Balneário Ipanema.<sup>137</sup> Não podemos esquecer, tampouco, que alguns anos depois da inauguração das novas instalações fabris do Estaleiro, ali bem próximo, o celebrado *Jockey Club* seria inaugurado, passando, sem demora, a ter a adesão dos “amantes do turfe” das elites locais no pavilhão social e de segmentos sociais mais amplos no pavilhão popular.

Esse percurso pelos eventos descritos nos revela como categorias culturais associadas aos valores modernos e ao “progresso” da cidade de Porto Alegre em meio ao seu processo de urbanização se atualizavam num contexto específico. Trata-se de pensar como os discursos (e sua divulgação) da associação dessa região sul da cidade aos motes do lazer aristocrático dos balneários “de elite” e do turfe do “pavilhão social” acabaram traídos pela posição ambivalente do valor-trabalho associado ao Estaleiro que chegara a estas bandas assentadas à margem do rio Guaíba.

Assim, chegamos, até aqui, à região Cristal e suas adjacências percorrendo as transformações espaço-temporais das formas de vida social na cidade de Porto Alegre pelos meandros da história do Estaleiro, do bairro e da cidade, nos seus entrelaçamentos. Entrelaçamentos que revelam ritmos diferenciados de transformação da paisagem urbana da cidade os quais nos permitem pensar os reflexos dos “quadros sociais da memória” (Halbwachs, 1990) ou das “localizações sociais da memória” (Bachelard, 1988:48) no processo social de reconstrução do tempo vivido e experienciado por uma comunidade urbana em vista dos atuais projetos urbanos para a orla.<sup>138</sup> Contudo, para perseguirmos as pistas sobre as formas como as diferentes

---

de Engenharia Boletim nº. 31, Porto Alegre, Janeiro de 1940). Ver também: Pinto, Eduardo. Revista do Globo, 1964, nº. 887, p. 76. A grande voga dos esportes náuticos e as ondas acolhedoras do Guaíba enchem a linha do horizonte de Velas Brancas no Azul do Céu.

<sup>137</sup> GUERREIRO, L. Domingo (quente) no Guaíba. *Revista do Globo*, nº. 684, p. 35-43, 1957; PINTO, E. Guaíba, um abraço de poesia. *Revista do Globo*, nº. 530, p. 34-35, 1965.

<sup>138</sup> A formação dos quadros sociais da memória é trazida aqui, pois, no sentido atribuído pelo autor, evoca determinados tempos sociais enquadrados espacialmente. A memória coletiva, nos termos de Halbwachs (1990), é repensada a partir de quadros sociais que transcendem o indivíduo, pois não se encontra na sua consciência, mas nas representações de

territorialidades da orla sul do Lago Guaíba, particularmente da região Cristal, conformam uma memória compartilhada integrante de uma diversidade cultural característica da fundação e crescimento da cidade de Porto Alegre é preciso aproximar e deter o olhar.

A atual dinâmica que, seja no plano das disputas políticas, dos investimentos públicos e privados ou dos traçados dos projetos urbanísticos, reorientou as formas de uso e ocupação das diferentes territorialidades da orla sul, revela uma complexa trama de disputas que nos permite desconstruir a causalidade por vezes finalística com que aspectos são relacionados para justificar a “qualificação” urbana desse espaço. Numa perspectiva que aqui alia as análises macro e microssociológicas dos fenômenos culturais *na e da* cidade, é preciso então analisar o processo descrito não somente referenciando ao seu contexto sócio-histórico, mas, fundamentalmente, trazendo as formas de constituição e transformação desse espaço enquanto espaço vivido da cidade de Porto Alegre, ou seja, atentar as formas como vão sendo construídos os pertencimentos e enraizamentos, tanto quanto as mobilidades e suas motivações, dinamismos urbanos dos diferentes sujeitos às territorialidades da região Cristal e à orla sul do Lago Guaíba.

Seguindo Simmel (2010:601), se “a ação recíproca faz o espaço”, trata-se de questionarmos os seus significados pelas formas de socialização entre os diferentes indivíduos e grupos sociais que o habitam, buscando mostrar aqui as feições do tempo no arranjo das formas da vida social. O conceito de itinerários urbanos (Eckert; Rocha, 2001) é o que permite, neste caso, aprofundar a dimensão temporal do território do Pontal do Estaleiro e da orla do Guaíba no âmbito da memória coletiva portoalegrense, território construído a partir de diferentes trajetórias de sujeitos que vão dando profundidade aos significados inscritos por este espaço- da orla e o rio- na paisagem urbana da cidade.

Conforme sentido atribuído por Eckert e Rocha (2001) à dimensão temporal dos itinerários urbanos que aqui me aproprio, a ênfase analítica é sobre as formas de organização e interação entre indivíduos e suas redes de relações como campos de negociação da realidade em múltiplos planos (Velho, 2004). É nos deslocamentos no tempo dos habitantes da região Cristal e nas suas narrativas que eles podem aderir sua existência a certos momentos de interação social vividos em seus territórios de pertença e “investi-los do próprio ritmo construído no corpo da duração de biografia de vida” (Eckert; Rocha, 2001:8). Enfatizo, assim, as narrativas biográficas de alguns interlocutores

---

uma coletividade, nos lugares, nos objetos, nas práticas, nos saberes em que esta se reconhece como tal num tempo passado continuamente reconstruído no presente.

da pesquisa através de entrevistas que propiciaram refletir sobre a significação subjetiva que os sujeitos atribuem a certas experiências de sua vida (Schutz, 2008).<sup>139</sup>

Ainda no sentido atribuído pelas autoras (Eckert e Rocha, 2001), o estudo da memória coletiva neste trabalho, como no presente capítulo, é a chave para revelar indivíduos e grupos sociais que geram, produzem e transmitem conjuntos de significados sobre territórios urbanos que habitam, “mediando projetos sociais e culturais como referência de sentido para sua ação no contexto das complexidades dos processos de trocas e interações sociais” (2001:11).

Apresentei, antes, o relato como uma forma não somente de inserir o contexto sócio-histórico do processo de transformação da paisagem urbana da orla e das territorialidades em questão, no contexto de Porto Alegre, como também inserir outras trajetórias de antigos trabalhadores do estaleiro que serão apresentadas ao longo desta parte do trabalho. Trata-se de trajetórias diferenciadas, pois pude traçar com a rede de antigos trabalhadores- operários do Estaleiro<sup>140</sup> - outra forma de detalhamento e de abordagem. Uma rede eminentemente masculina -em vista da prática do próprio trabalho operário naval- que se forma ao longo do percurso da etnografia como veremos. São narrativas que foram fundamentais para o trabalho de campo etnográfico na forma como eles compartilharam nas entrevistas os motivos de seus enraizamentos e desenraizamentos nas diferentes territorialidades da região Cristal.

Privilegio, portanto, aqui, a partir de relatos autobiográficos de antigos trabalhadores do Estaleiro Só, as formas de constituição e transformação desse espaço enquanto espaço vivido pelas suas experiências de trabalho. Ao questioná-los sobre o Pontal do Estaleiro às margens sul do Guaíba e sua transformação, ao narrarem sua experiência, as lembranças evocavam um universo de trabalho presente na memória coletiva da cidade e da região Cristal. A partir de narrativas biográficas, percebemos como a memória coletiva desta comunidade de trabalho no Cristal nos permite compreender os ritmos temporais diferenciais de ocupação e apropriação dos territórios às margens da orla sul do Lago Guaíba.

Foi a voz de um dos operários do Estaleiro, Seu Manoel - ao dizer que ainda hoje quando passava pelo Pontal chegava a se “arrepiar o tempo” que passaram ali - que deu início ao capítulo 2 que nos guiou pelas tramas e dramas das disputas sobre aquele território. Agora com as suas vozes sempre presentes, trago as trajetórias sociais de Seu Manoel e dos demais antigos trabalhadores que

---

<sup>139</sup> Para Schutz (2008:107), essa significação atribuída pelos sujeitos não é uma qualidade inerente a certas experiências que emergem na nossa consciência corrente, mas o resultado de uma interpretação de uma experiência passada que nós consideramos reflexivamente a partir de um presente.

<sup>140</sup> No sentido atribuído em outros contextos etnográficos de estudos sobre trabalhadores urbanos, são trabalhadores fabris assalariados (Lopes; Silva, 1979:9).

entrevistei. Ao me inserir na rede<sup>141</sup> que apresento neste capítulo, fui tecendo as conexões entre os interlocutores da pesquisa a partir de laços de trabalho e geracionais, pois eram os velhos operários que privilegiava nas entrevistas. Essas conexões foram se ampliando na medida em que suas narrativas revelavam as interconexões entre trajetórias diferenciadas em termos de seus enraizamentos naquela região da cidade.

Foi Seu Paulino que me inseriu numa rede mais ampla dos antigos trabalhadores do Estaleiro Só, proporcionando a minha participação num Encontro “de amigos” ex-trabalhadores que eles realizavam cuja descrição também veremos. Nesta ocasião da festa pude conhecer dois dos meus principais interlocutores da rede, Seu Fernando e Nelson. Seu Manoel, o conheci pelos laços das redes tecidas ao longo da pesquisa etnográfica junto às associações comunitárias no bairro Cristal cuja descrição e análise das mesmas conformam o Capítulo 5.

#### **4.2 Seu Manoel, contador de causos**

Conheci Seu Manoel através de Tereza que participava das reuniões do “grupo da FASC”<sup>142</sup> da comunidade, moradora do Cristal, e que na ocasião da entrevista que realizei em sua casa tratou de ligar para ele, com quem mantinha laços de vizinhança e de amizade, para me apresentar. Contato estabelecido, tão logo telefonei para Seu Manoel ele se dispôs a conversar comigo numa tarde de outubro de 2011 em sua casa no bairro Cristal. Assim como os demais interlocutores da rede dos antigos trabalhadores do Estaleiro Só o local de encontro para a realização da entrevista foi a sua casa o que me permitia adentrar na sua atmosfera familiar e ser beneficiada pela sua hospitalidade. A entrevista com Seu Manoel foi repleta de anedotas, tecidas de episódios breves da família, dos amigos e dos antigos colegas de trabalho, de cenas de rua vividas por ele ou por conhecidos.

Seu Manoel nasceu no interior de Santa Catarina, em Santa Rosa do Sul, e veio ainda jovem e solteiro à Porto Alegre em busca de trabalho. O seu compadre, que depois se tornou cunhado, já estava na cidade e foi mais fácil para ele se inserir numa rede de trabalho local demonstrando as típicas redes de solidariedade para inserção no mundo do trabalho no sistema urbano-industrial<sup>143</sup>. Pouco tempo depois de chegar à capital, final dos anos 50, se casou com Dona Maria, que conhecia

---

<sup>141</sup> Embora a minha inserção nesta rede tenha se dado a partir de uma porção arbitrariamente delimitada de uma “rede total”, aqui em vista dos estudos sobre rede social de Barnes (2010), com base em um critério aplicável a esta, no caso, os “antigos trabalhadores do Estaleiro” esta rede revelou relações sociais na quais seus integrantes estavam ligados por laços de trabalho que se ligavam pelos nós das redes de parentesco, amizade e vizinhança.

<sup>142</sup> Conforme Capítulo 5.

<sup>143</sup> Conforme analisa Larissa Lomnitz (2001) para redes de trabalhadores operários no México e no Chile.

da sua terra natal e foi “trazida lá de fora” para casarem e viverem em Porto Alegre. Tiveram dois filhos e netos, o filho mais jovem falecido.

Seu Manoel e Dona Maria moravam juntos há mais de quarenta anos na casa onde estive junto com o neto mais velho numa peça aos fundos da casa e a filha no terreno ao lado. A proximidade da família, segundo ele, favorecia a ajuda mútua e que ele participasse ativamente “da criação” dos netos. Orgulhava-se da filha professora, formada em matemática, que se dividia entre a escola e aulas particulares. Sentia um profundo pesar e tristeza ao falar do filho mais jovem viciado em drogas que acabou assassinado tragicamente aos trinta e um anos depois de muitas tentativas dele e sua esposa de intervenção para tratamento do vício.

A trajetória de trabalho de Seu Manoel no estaleiro iniciou em 1957, nos primórdios da empresa então alocada no Cristal. Lá seguiu trabalhando como soldador por mais vinte e dois anos até sua aposentadoria que chegou mais cedo em razão de doença. Ele começou sua trajetória de trabalho operário junto com seu cunhado que também trabalhou durante muitos anos na empresa naval. Um ano antes de “cerrar fileiras” junto aos operários do estaleiro, trabalhou como operário na obra de construção do “Prado” (como é chamado o Jockey *Club* pelos moradores da região) quando um dos pavilhões teve que ser refeito. Para falar da sua trajetória, conta uma anedota que mostra o estranhamento do rapaz jovem do interior e de família católica e suas descobertas quando recém-chegado à cidade.

[...] Eu vim de Santa Rosa do Sul, Santa Catarina, vim pra cá em ... peguei no Estaleiro em 57, mas vim prá bem antes, em 56 por ali... Eu trabalhei no Prado uns seis meses, por ai, é... aquele Prado ali o Pavilhão do meio pegou fogo no dia primeiro do ano, não sei qual foi o ano, acho que de 56, de 57, então nós trabalhava a marreta, quebrando aquele cimento armado pra fazer tudo de novo. Aquelas ‘valinha’, tudo feito a picareta, não tinha retroescavadeira, não tinha nada. Tinha uma ‘tombadeira’ véia, caindo aos pedaços, pra carregar pra um lado e pra outro. Até vou te contar, lá fora, lá de Santa Catarina, tu via uma vela acesa só quando na hora da missa, ou quando tava velando alguém, dia de finados, que tu vê bastante vela acesa, tinha dias que tu não via vela nenhuma né, é que era lampião de querosene, aquelas coisas, daí eu vim trabalhar no Prado, e bem na hora da largada às seis horas, eu já tava aqui na ponte, aqui, chamaram a turma toda pra, era uma fila de caminhão de cimento, aquele cimento já veio quente, tudo aquilo ali, tudo aquilo ali... é que eu não sabia, o tal de despacho, não conhecia, então lá que subi na rua lá, meu deus do céu, vi aquela roda de papel e fogo ali, que eu me apavorei vela acesa, meu Deus do céu, essas velas tá aqui o defunto tá lá na outra esquina me esperando (risos). Eu fiz uma baita de uma volta, uma baita de uma volta né, pra poder não passar na outra esquina né, tava com medo. Ai que me explicaram que era o sarava né, era despacho não sei o que né, que eu não sabia né, acostumado lá fora, lá fora não existe isso né, aqui era a primeira vez né, guri novo, eu tinha meus 20 anos, meus 21 anos né... Ai eu sai do Prado e peguei no Estaleiro. Ali no Estaleiro eu tive 22 anos, 22 anos trabalhei no Estaleiro, foi uma vida.

Antes de morar no Cristal, logo que chegou à Porto Alegre, em vista das condições de migração “a caminho da cidade” (Durham, 1984), ele morou na zona norte, no bairro Navegantes o que importava um percurso longo de ônibus até o Cristal passando por uma cidade que se transformava. Seu Manoel lembrava o trajeto de ônibus que fazia pela enseada da Praia de Belas para chegar ao trabalho e dos aterros que se sucederam não só ali como no Cristal. O trabalho como soldador que viria a exercer depois no Estaleiro, de alguma forma, contribuiria a viabilizar estas mudanças que acompanhou, como conta.

Eu tenho muitas boas lembranças. É que quando eu vim de Navegantes para morar aqui no Cristal a nossa linha era pela Praia de Belas passava pela frente da Pepsi Cola. Então assim quando dava uma enchente a gente passava ali tava o rio batendo, colado na rua, da Praia de Belas ali. Tudo aquilo ali era água. Tudo, tudo. Eu por exemplo eu soldei as marrecas da draga que dragou ali aquela Praia de Belas ali, dragou tudo. Dragou o Estaleiro né. O Prado não, o Prado tava ali em construção. Quando eu vim o Prado já tava em construção. Ai eu entrei no Estaleiro em 57, então pra dizer que mudou muito né.

A trajetória de trabalho de Seu Manoel é exemplar para compreendermos os motivos de enraizamento dos moradores na região Cristal. O dueto trabalho-moradia começa logo quando ingressou no Estaleiro junto com seu compadre quando ainda solteiro foi morar com ele na Rua Tamandaré na parte “baixa” do Cristal, em direção ao bairro Tristeza. Assim como no caso de Seu Manoel, era comum os operários recorrerem às relações de parentesco, compadrio e amizade com a finalidade de serem acolhidos nas casas das pessoas com as quais mantinham laços através destas relações até se estabelecerem na cidade. Não raras vezes, esta mesma rede inseria o migrante rural recém chegado à capital a sua rede de trabalho, ajudando para a sua admissão na indústria. Como foi o caso de Seu Manoel e o ingresso no espaço fabril do Estaleiro Só através da sua rede de parentesco, reforçando a importância dos laços familiares nos processos de migração rural-urbano.<sup>144</sup>

Seguindo seus deslocamentos iniciais naquela região da cidade, depois Seu Manoel se mudou para a Rua Jacuí na parte “alta” do Cristal para, então, finalmente, mudar-se para a casa onde morava há mais de quarenta anos. Se, inicialmente, a mobilidade espacial se apresentava como recurso adaptativo às condições de existência, a sua inserção no mundo operário e a relativa estabilidade do trabalho assalariado assegurado pelo patronato foram determinantes para as condições de vida da família e as formas de habitação no bairro.

---

<sup>144</sup> Densamente analisados pela antropologia brasileira nos anos 60 a 80, como em Durham (1984, 2004), Oliven (2010).

Os gastos com habitação eram (como ainda são) um componente importante para as condições de sobrevivência na cidade mesmo de trabalhadores fabris assalariados (Lopes; Silva, 1979) cuja percepção do mercado de trabalho valorizava a indústria moderna por ser o trabalho urbano que pagava melhor e onde uma população de baixa qualificação podia disputar empregos (Durham, 1986). Seguindo os sentidos atribuídos a partir de outros contextos empíricos de estudos sobre o modo de vida das classes trabalhadoras urbanas<sup>145</sup> no âmbito dos processos de urbanização de grandes cidades brasileiras no contexto de pós-industrialização, a fábrica era a referência central (Durham, 1986) para trabalhadores urbanos migrantes como Seu Manoel. Era o critério a se privilegiar na procura de um emprego, pois além do salário, oferecia uma série de garantias e vantagens.

A trajetória de trabalho de Seu Manoel na indústria naval, longa e estável, até o advento da sua doença, foi importante na estabilização das condições de existência da família e na possibilidade de ascensão social através dos filhos a quem pode “garantir” estudo. Eram pelas condições específicas de moradia e de trabalho que Seu Manoel tecia suas avaliações sobre seus itinerários na cidade que adquiriam sentido próprio como orientação de trajetória de vida e familiar. Ele me falava que graças a sua dedicação ao seu trabalho árduo “dia e noite” teve “compensações” como na ocasião que pode dar a entrada para a compra do terreno onde construiu sua casa no bairro Cristal.

Até uma época eu morava ali na Divisa ali, morei três anos lá, pra depois se mudar pra cá, e eu sai de casa uma terça feira, deu quarta, quinta, sexta e eu não apareci em casa, a mulher se tocou-se lá, fazia pouco tempo que tinha trazido ela lá de fora né, ‘esse louco ai me deixou e foi embora’, foi lá saber, chegou lá um guarda muito amigo nosso, Seu Osvaldo, a mulher chegou lá, deu meu número, deu meu nome, ele olhou no quadro e ‘pois é esse homem entrou ai pra dentro e não saiu mais, onde é que está este homem?’, ai ele chamou meu chefe que era o Barreiro né, um português, supervisor, já falecido, chamou e ‘não, não o Manoelzinho tá lá no Cais do Porto’, no que eu chego lá tava começando a descarregar o navio, quando eu sai estavam carregando, quando cheguei tava carregando né, quando vim embora, larguei o serviço, tavam carregando, lá diariamente para ajeitar uma caldeira que acabou arrebentando e lá eu botei duas máquinas de solda pra poder concertar aquela caldeira pra ter água quente no navio, e ali eu trabalhei dia e noite, dia e noite. Até que foi lá que eu ganhei um cheque da empresa que deu pra comprar esse terreninho aqui, é comprei, tenho amor nisso aqui porque foi suado né, foi suado... Então eu dei entrada, comprei o terreninho, fiz uma casinha, fiz a maloquinha, foi indo né, ai fiz esta casinha, agora tá todo mundo apavorado, coitada da Dona Maria tá toda ruim, problema de hérnia, passa mês e mês que a gente não vai lá em cima, porque subir escada e descer escada né...

Ele falava “do amor que tinha” pelo que pôde adquirir ao longo de uma vida de trabalho no Estaleiro. As melhorias e a ampliação da sua casa de alvenaria, que se diferenciava dos padrões dos

---

<sup>145</sup> Leite Lopes E Silva (1979); Dias Duarte (1986); Durham (1986).

seus vizinhos do entorno, foram feitas ao longo do tempo que lá residia. Permitia que ele reproduzisse até certa medida práticas da vida “lá fora”, cultivando a horta nos fundos da casa. Mas, foi ao se aposentar e questionar judicialmente sua verba indenizatória junto ao Estaleiro Só que pode adquirir o terreno onde a filha morava, ao lado, e aos poucos construir “umas pecinhas” nos fundos do terreno de sua casa que, além de abrigar o neto mais velho, lhe rendia aluguéis para complementação da renda familiar. Ao narrar sua trajetória, o enraizamento na região Cristal é contada como parte integrante da trajetória de trabalho operário no Estaleiro Só.

A trajetória de trabalho de Seu Manoel se deu como soldador, ofício que aprendeu dentro do Estaleiro, assim como grande parte da mão de obra que ingressava e “aprendia tudo lá”. Mas, ele iniciou exercendo outras atividades, igualmente de risco para saúde, como conta, passando pela pintura dos navios. A representação do trabalho operário de construção naval envolvia a atribuição ao seu desempenho de qualidades próprias de uma prática de trabalho tida como singular seja pela dimensão física dos navios e sua matéria-prima básica, o aço, seja pelo enfrentamento de situações de risco que esta dimensão impunha aos operários, conformando as noções de conhecimento para a prática do trabalho no espaço industrial e de aprendizado para exercê-la. A sua narrativa perpassava as mudanças de técnicas no processo produtivo e suas repercussões nas práticas e as duras condições do trabalho operário naval.

Porque assim que entrei no Estaleiro, eu não sabia fazer nada, ai pintar o navio de trincha eu pegava o pincel com as duas mãos, assim ó. Aquela trincha bem quente, então veio um navio, um tal de navio Aroldo Bastos e fazia assim limpar os porão dele né... ia botar a carregar de óleo disel, o navio era um petroleiro. [...] Então a gente pegava esses saquinhos de sal ou de farinha de trigo, cortava os cantinho e fazia tipo calcinha de mulher enfiava, amarrava aqui, e lavando... e vai tomar leite, leite então vou te contar, é de jarra, garrafão e garrafão, porque intoxica muito, bah dá intoxicação, a pele da gente ficava assim igual a catapora .... coisa muito feia. Ai foi indo, foi indo, fui aprender a soldar, ai passei pra caldeiraria. Mas, eu cheguei lá não sabia nada, nada. Pegava ia pintar o navio pegava o pincel, a trincha com as duas mãos (risos). Depois, no fim, eu já tava pintando o navio a pistola, tinha um tambor cabia três lata de tinta de três kilos cada uma. Eu pegava de manhã na Popa saia ao meio dia na Proa com o fundo todo pintado a pistola. Ai quando chegava tava com uma barra de tinta nos dentes aqui assim. Eu tinha assim dois dentes de ouro e ficava vermelho (risos). Então, dai foi indo, foi indo. Até um dia que eu disse assim, ‘seguinte ai na carreira do navio, não to levando, não to aprendendo nada, queria aprender’. [...] Ai na outra semana quando tava seu Almero que era Mestre Geral pra passar pra caldeiraria, ai caldeiraria é maçarico, é máquina de solda, ai passei pra caldeiraria e pronto não sai mais. Passei pra soldar, soldar e ai não fiz mais nada. Fiquei só na solda. Tinha lá uma mesinha, um banquinho soldava a tubulação e fiquei a vida toda ali até me aposentar e ai terminou tudo.

Sua narrativa esmiuçava o detalhe técnico de sua atividade e o orgulho do trabalho bem feito, não somente porque envolvia técnicas de precisão, mas como forma de tecer as suas memórias afetivas de uma “memória do ofício” (Bosi, 1994). Seu Manoel me contava orgulhoso,

O começo da minha vida foi o Estaleiro, me enterrei ali. E fiquei por ali. Trabalhava na construção do navio, era soldador. Soldador como se diz assim de primeiro grau, soldador pra soldar raio x, então sabe como é o navio é todo cheio de chapa, detalhe, assim como tu faz uma casa de tijolo. Então aqui uma chapa, outra aqui, aqui corre uma solda, aqui corre outra, é tudo batido raio x. Bater raio x, se aparecer um fiozinho que a escova de aço no meio da solda acusa. Então tem que cortar com carvão. [...] eu me lembro de tudo, tudo, eu tenho uma medalha de honra ao mérito ai comigo, que fui o primeiro soldador que deu o primeiro ponto de solda no primeiro navio, é... tá guardada ai minha medalha. O cara tem assim recordação.

Ele falava da dimensão simbólica do “se despedir” do navio como “sujeito” construído simbólica e afetivamente no saber fazer de sua prática numa comunidade de trabalho de identificação com um grupo que trabalhava meses ou até anos para construir algo juntos, o navio.

[...] Esse navio, quando foi botado pra água, o primeiro que nós fizemos, Alcotur era o nome dele. Ai depois parece que mudaram o nome dele para Celina Ramos parece, aquele também a gente chorou quando botou pra água, trabalhava não sei quanto tempo nele ali né? De repente se vai embora pra água, coisa de louco, bonito aquilo ali.

Seu Manoel foi, como ele dizia, “trabalhando, fazendo a vida” e falava com pesar da aposentadoria compulsória quando foi desligado do Estaleiro com pouco mais de quarenta anos por motivo de doença que lhe acarretou cirurgias cardíacas e lhe impediu de seguir trabalhando. Mas, se sentia de alguma forma recompensado pelo conforto que tinha na casa onde morava, adquirida através da sua dedicação ao trabalho.

[...] primeiro eu morei lá em cima na Jacuí, lá em cima, mas aqui, nesta aqui, eu já to há quarenta e poucos anos morando aqui. É tempo, é tempo... E não tenho a intenção de sair né, ai fiz duas casinhas no fundo ai de aluguel, muito bonitinha, daí comprei o terreno do meu amigo aqui do lado também que a minha guria mora lá no fundo, né, comprei uma casinha na praia, no verão vou pra lá, agora mesmo tirei uns dez dias pra lá, me divertindo eu e meu neto, é como se diz poder gozar né, porque antes não dava, era só trabalhar, não tinha como. E eu pegava as minhas férias, dava pra contar as que eu tirei, sempre, sempre trabalhando, coisa que eu mais gostava, até vou te contar...Deu um aperto no Estaleiro lá, não sei se você nunca viu, um rebocador que travessa, vem de lá, com duas chata muito grande, puxando duas chata com minério, aquilo lá a gente fazia reforma, reforma no Estaleiro. Então, segunda feira de manhã pra botar este rebocador para água, ‘tu vem domingo’, peguei domingo de manhã e arriei segunda feira de manhã.

Seu Manoel lembrava que, assim como ele, muitos “da volta” trabalhavam no Estaleiro que chegou à casa dos milhares de operários durante o período de maior produção na construção naval às margens sul do Guaíba, no Cristal. Nesta época, os ônibus traziam aqueles operários que moravam na região metropolitana de Porto Alegre, mas a maioria morava na região Cristal. Ele recorda as facilidades no seu cotidiano de estar perto do local de trabalho:

Tinha gente que morava até lá em Canoas, Sarandi, Cachoeirinha, Gravataí, tinha uns que era de longe. E por aqui tinha muita gente, a maioria quase que era por aqui, a maioria ficava por aqui. Aqui na volta tinha muita gente do estaleiro. Eu ia pé, depois comprei uma bicicleta, ai veio vindo, mais tarde comprei o carrinho, vinha almoçar em casa, era muito bacana. [...]

Assim como Seu Manoel, outros moradores da região Cristal que pude conhecer a trajetória relatavam aspectos semelhantes sobre o contingente de operários concentrados no Estaleiro e o incremento de moradias populares ao redor. A trajetória de Seu Manoel revela aspectos importantes sobre os modos de enraizamento (e desenraizamento) nessa região da cidade de Porto Alegre. No caso de Seu Manoel a longa permanência não somente na região Cristal como na mesma morada se iniciou pela compra do lote, prosseguiu com a construção parcelada da casa num investimento contínuo que propiciou uma série de reformas, melhorias e ampliações ao longo dos mais de quarenta anos que lá vivia.

A permanência no bairro e depois na casa estreitou não somente os laços de vizinhança de Seu Manoel no Cristal como estes laços se confundiam com relações de parentesco e compadrio. Enquanto conversávamos ele contava estórias de vizinhos e compadres, muitos com os quais tinha laços de trabalho da época do estaleiro, e que ainda moravam “na volta”, outros falecidos. Refere que a sogra da sua filha já falecida era cozinheira do refeitório do estaleiro, pois mesmo sendo um trabalho masculino era frequente nas entrevistas que realizei a referência a uma figura feminina no exercício de atividades meio do processo de trabalho da indústria naval (serviço de limpeza, secretariado etc).

Seu Manoel rememora o modo como o bairro onde morava estava ligado às formas de sociabilidade populares e, a partir delas, reflete sobre o processo de transformação que acompanhou no tempo. A região Cristal, particularmente o bairro, era animada pelos famosos campeonatos de futebol de várzea nos extensos campos dispostos entre e nos espaços que depois serviriam às edificações do *shopping* e do supermercado.

Não tinha nada, aquele shopping ali, que hoje é o BIG e é o shopping dali até a frente do Prado tinha cinco, seis campo de futebol, que fim de semana tu olhava ali era uma festa porque cada campo tinha jogo né tchê, aquilo ali era tapado de gente, aquilo ali divertimento do pessoal né, eu ia lá, nunca joguei, mas eu gostava de assistir o futebol, o estaleiro mesmo tinha, mas já não jogava ali, o estaleiro disputava o campeonato Sesi, jogava na zona norte ou na sul. A torcida ia junto, tinha bons jogadores. Era muito bacana, muito bonito. [...] Porque aqui tinha muito time de futebol ai, tinha o As de Ouro, tinha o Pedreira, o Periquita, Encruzilhada, Cruzeiroinho, barbaridade tinha time de futebol ai adoidado, tinha o São Joaquim que era do Leitão esse, o Farroupilha... o São Joaquim que era do pai do Leitão era um baita time, jogavam bem... Tinha muito time de futebol, agora não, agora acabou-se, começaram a tomar conta da área né, ali no BIG era campo de fora a fora, cada um tinha um campo, tiraram tudo, acabou-se, jogar onde mais? Aqui na

Tamandaré tem um campo de futebol ali, e o outro pra quem vai pro Belém Novo tem um campinho, e o restou acabou-se. Não tem mais nada, aqui na volta na Pedreira e aqui que passa que vai para a Assunção tinha um campo muito bonito ali tá tapado de casa, não tem mais nada. Terminou. Dava briga. (risos) Era muito bonito. Até uma vez tinha o tal de negrinho, esse rapaz morava ali perto do Leitão, o negrinho em 70 que trabalhava na fundição e tava de aniversário e ai veio uma turma de Santa Maria, veio nessas camionetinhas, hoje aqui chamam de Lotação, antigamente era microonibus, não sei o que... Bom, ai veio a turma. Trouxeram bandinha, trouxeram tudo, ali era areia, no campo de futebol, foram jogar bola [...] e sei que deram um chute e a bola caiu lá no rio e o cara foi, foi assim entrando, quando a água deu aqui assim que ele foi pegar a bola, acabou-se. Meu compadre que é vivo até hoje que era padrinho do meu guri, mergulhou, Natalício mergulhou junto e não puderam pegar o cara... e morreu esse rapaz ali. Vinha gente lá de Santa Maria, e tinha torneio, mas como dava Torneio de Futebol ali, barbaridade! E era gente, gente e gente. Aqui era tapado de carro assim de fora a fora, vendo aquilo ali, coisa mais linda, e agora terminou tudo, agora só se vê é shopping, carro, asfalto...

A perda “dos antigos” e a perda do Estaleiro ganhavam uma aura afetiva própria de que estava “tudo se terminando” para Seu Manoel.

Essa rua Capivari ai eu afundei ela, até hoje, pois to vivo ainda né (risos), to caminhando, então eu sinto falta dos meus amigos né, a maioria já morreu, agora o amigo mais chegado que eu tinha que era um concunhado lá em cima na ... também, também perdi a cunhada. Então, os amigos foram tudo falecendo, tudo terminando, então a gente fica assim, o Estaleiro acabou-se, passaram a máquina em cima tá tudo zerado, só o chão, só o piso, passo ali vejo aquilo ali...

Mesmo em meio às rupturas das perdas, ele falava da continuidade de uma vida cotidiana no bairro, tecida de lembranças quando “tudo era mato”, de alguém que na velhice revia percursos tantas vezes repetidos à igreja, aos armazéns e ao próprio estaleiro, de quem, como ele mesmo dizia, “afundou” aquela terra. Seu Manoel participava dos eventos festivos da comunidade do bairro, inclusive nos encontramos algumas vezes depois da entrevista em festas da associação comunitária, acompanhado da Dona Maria, filha e netos. Frequentava a mesma paróquia há muitos anos e o espaço da Igreja, hoje transformado, acompanhava na sua narrativa, a própria transformação da região Cristal onde morava. Seu Manoel conta seus causos:

Tem história... Até esses dias ai quando domingo nós almoçamos aqui na Igreja e o Padre veio de Florianópolis. [...] Eu conheci aqui a nossa Igreja quando era um chalezinho verde de madeira, era colégio e era Igreja, era um coléginho verde com ... era colégio durante a semana e domingo tinha Igreja. Mas, foi indo, foi mudando, a Igrejinha, o colégio saiu daqui, veio pra ali. Eu saia lá de cima na Jacuí, passava por aqui a fora só tinha um carreirinho, era mato, era campo, tinha arroio, cavalo por ai afora, queria tomar um trago depois da Igreja? Tinha uma tal de tendinha do Amaral eu ia lá tomar o traguinho lá com ele (risos), mas isso era zona muito boa, muito querida, não acontecia nada, depois começou a surgir essa vagabundagem ai, começou o... nunca ouvir falar de João Caloteiro? Era um bandidão ai, até que um rapaz ai de baixo ai apagou ele. Nunca ouviu falar num tal de monstro negro? Pegava as professoras.

Seu Manoel morava bem próximo de uma das “vilas” do Cristal marcada pelo estigma (Goffman, 1988) da pobreza e violência. As fronteiras físicas destes interstícios na região Cristal eram, por ora, mais evidentes, por ora mais fluidas. Falava da “gente conhecida” que morava nas redondezas há mais tempo, mas igualmente das mudanças das moradas e dos vizinhos que cada vez mais sujeitos a constantes processos de desterritorialização não se tinham mais enraizamentos há longo prazo. Para ele, o adensamento das relações entre gente que considerava “conhecida” na região onde morava era ameaçado pela crescente concentração nas ruas próximas da “bandagem” em razão dos males da violência como contava.

As mudanças sociais que acompanhou no tempo eram remetidas às suas memórias do trabalho no tempo do Estaleiro, quando os horários, ritmos e sentimentos do vivido nesse espaço de morada e de trabalho eram, ao menos em parte, orientados pela “fábrica”. As ordens e desordens do cotidiano operário mediado por cores, odores e ruídos (Martins, 2008) eram retomadas nas suas lembranças de operário e morador daquelas cercanias. Rememorava a paisagem sonora daquela região da cidade, do apito da fábrica e do apito dos navios.

Então... Daqui, daqui tu escutava quando o Estaleiro apitava lá, quando passava os navios, é! Hoje não se ouve mais nada, prédio muito alto, muito grande, acabou-se né tchê, então... até deu um engraçado quando eu trabalhei nesse navio lá do estaleiro, lá no Cais do Porto, tive quase quatro dias trabalhando direto lá, o navio passou pela parte do estaleiro, buzinou, buzinou, o estaleiro também buzina pra ele, buzina... três apito assim bem longo...

### **4.3 Seu Fernando, imagens e memórias do ofício**

Conheci Seu Fernando no “Encontro dos Amigos do Estaleiro Só”, que reúne os ex-trabalhadores para lembrar os velhos tempos no evento que recebe este nome e que veremos ao longo deste capítulo. Estabelecemos, após nosso encontro na festa, contato por telefone e ele aceitou gentilmente me receber em sua casa para conversarmos sobre sua trajetória de trabalho e os processos de enraizamento e desenraizamento vividos por ele na cidade. Novamente pude adentrar na atmosfera familiar, conhecendo a casa onde morava no bairro Camaquã, nas adjacências do Cristal. Eram os percursos que eu realizava até as casas dos meus interlocutores que me permitiram muitas vezes descobrir a região Cristal para além dos limites do bairro e mesmo dar sentido e fluidez às fronteiras físicas e simbólicas da “região” que pesquisava.

Ao analisar as dimensões espaciais e temporais do processo de transformação da paisagem urbana em cidades contemporâneas em vista de fenômenos de politização e normatização do espaço urbano e atentar as suas apropriações e reapropriações, às formas de sociabilidade, às redes de

relações entre seus habitantes, era igualmente atender às camadas de tempo relacionadas à vida desses sujeitos- suas trajetórias, suas narrativas. Para isso importava dar conta de pensar a memória a partir das formas como cada grupo e cada geração – no âmbito da rede de relações que me inseri e me conduziu ao longo da pesquisa etnográfica- aderiu sua existência a certos momentos de interação social vividos em seus territórios de pertença na região Cristal.

No caso da rede de operários aposentados, importava atender que para investigar como os velhos narram e representam o tempo vivido no passado era preciso dar conta de como resignificam práticas sociais, reordenando os ritmos cotidianos, os laços, as redes, as cumplicidades tanto quanto as tensões e sofrimentos de processos de desenraizamento que dinamizam destinos e motivações como mostra Eckert (1997) na sua experiência de trabalho com aposentados da mineração. A vida cotidiana dos aposentados do Estaleiro no preenchimento de um tempo livre excedente em razão de suas condições de existência marcadas pela inatividade laboral (de produção de capital) (Eckert, 1993) desenvolvia-se, nas suas singularidades, de pequenos serviços informais, certas formas de sociabilidade no bairro onde moravam e, sobretudo, um cotidiano em torno da vida doméstica, suas casas e suas famílias. Um tempo livre que se refletia, claro, numa maior disponibilidade às entrevistas que realizei com cada um deles.

A primeira vez em que estive na casa de Seu Fernando foi em novembro de 2011 e acabei retornando outras duas vezes nos primeiros meses de 2012. Nossos encontros, às tardes, por vezes se estenderam em conversas com Dona Lourdes, sua esposa, e com sua nora, que também morava na casa da família. Seu Fernando tinha um precioso acervo pessoal de fotografias do tempo do Estaleiro cuja existência me referiu entre uma fala e outra em meio à primeira entrevista na sua casa. Foi quando ele se dispôs a nos encontrarmos novamente para que pudesse mostrá-lo. Foi o compartilhamento dessas imagens e, depois, das imagens de acervo que eu dispunha que conduziu as narrativas de Seu Fernando. As fotografias, como ele dizia, eram da “época do slide”. Mas, graças a sua interação com o neto adolescente, Seu Fernando tinha providenciado a digitalização de parte do acervo de fotografias (slides) da família e do estaleiro as quais foram registradas, em grande parte, no período final da sua trajetória de trabalho na empresa.

As fotografias acumulavam no tempo experiências, sentimentos e afetos que se reelaboravam no gesto de rever e imaginar aquelas imagens. Seu Fernando reordenava na memória as referências materiais e simbólicas da comunidade de trabalho a que pertencera através das suas fotografias. Não raras vezes apareciam imagens de momentos festivos e marcantes da família, a partir das quais ele lembrava episódios da trajetória familiar, sempre em meio às imagens do

trabalho no estaleiro as quais ele se detinha atentamente aos detalhes da sua prática, entusiasmado com a minha escuta e interesse. O arranjo das memórias e o afeto dele e sua família em torno das suas fotografias conduzia à compreensão das imagens retratadas “enquanto imagens vividas, imagens que evocavam as paisagens de uma memória acolhida” (Rechenberg, 2012:238).

Seu Fernando tinha quase oitenta anos quando nos conhecemos, era um dos mais antigos do Estaleiro, assim como Seu Manoel. Ele era presença muito celebrada por colegas mais jovens na ocasião do evento festivo que mencionei. Sua aparência era motivo de jocosidades para Dona Lourdes, que dizia que, apesar da idade, somente as mulheres da família envelheciam. Seu Fernando e Dona Lourdes estavam casados há mais de cinquenta anos quando os conheci, tinham um filho e um neto. Todos moravam juntos na casa onde estive, morada onde Seu Fernando e sua esposa residiam há mais de quarenta e três anos e que ela cuidou dedicando-se às tarefas domésticas.

Nascido em Taquara, no interior do Rio Grande do Sul, ele veio para Porto Alegre ainda criança com sua falecida mãe. Desconheço as condições de vida anteriores e posteriores à migração para a cidade, pois ele pouco ou nada falava de um passado familiar de linhagem. Contou que jovem começara a trabalhar como serralheiro, ofício que exerceu por mais de dez anos até começar a trabalhar na indústria naval, no início dos anos sessenta, onde permaneceu até sua aposentadoria. Falava com orgulho dos cinquenta anos de sindicalização que lhe renderam categoria honorária junto ao Sindicato dos Metalúrgicos. A trajetória de trabalho de Seu Fernando foi determinante para seu ingresso e ascensão no Estaleiro Só, pois foi graças a sua experiência em serralheria que ele pôde ir em busca de emprego no então promissor ramo da construção naval no Brasil que ofertava melhores salários, especialmente para aqueles trabalhadores que detinham alguma formação ou experiência “técnica” prévia.

Seu Fernando começou trabalhando no Estaleiro Verolme, em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, um dos maiores do país nesse período. Na década de sessenta, a indústria da construção naval brasileira passou por uma grande expansão, quantificada no significativo aumento de mão de obra do setor e das contratações e, nos anos 70, o Brasil alcançava a posição de segundo maior parque naval mundial, atrás apenas do japonês (Jesus; Gitahy, 2009).<sup>146</sup>

---

<sup>146</sup> Lançada em nome do interesse nacional, à época, a expansão da indústria naval fora fomentada por algumas políticas governamentais específicas de desenvolvimento do setor que envolvia, entre outras ações, a aprovação de projetos para modernização e expansão de estaleiros e a fixação de reciprocidade no tráfego marítimo (Jesus; Gitahy, 2009). Esse período corresponde aos sinais de crise no setor da construção naval em países com tradição secular neste ramo, como a França, em vista da diminuição da demanda de navios diante da concorrência internacional, como pude observar no material pesquisado (MHT, 2009) na experiência etnográfica em Nantes, França. Atualmente, segundo os dados do

Seu Fernando contava que a carência de mão de obra fazia com que os grandes estaleiros do país buscassem operários fora dos Estados sede e que, na ocasião em que foi contratado, saíram de Porto Alegre três ônibus “carregados” de trabalhadores para o Rio de Janeiro. Ele ficou por um ano e meio morando em alojamento na cidade de Angra dos Reis. A esposa e o filho pequeno permaneceram em Porto Alegre, obrigando que se encontrassem somente a cada três meses depois de longas e cansativas viagens de ônibus entre os dois Estados. O esforço, segundo ele, valeu porque era bem remunerado em comparação ao que ganhava antes como serralheiro, melhorando as condições materiais de vida da família.

Lá, conta que logo fora promovido a “encarregado” posição hierárquica afeita à divisão de trabalho interna entre os operários da construção naval para aqueles que passavam a exercer coordenação técnica de trabalho junto a um grupo de operários. A relação de hierarquia e subordinação do trabalho operário naval era marcante na fala dos homens que entrevistei, sendo frequente nas suas narrativas demarcarem quando, em razão da função exercida, distinguiam-se de “peão”.

Contudo, apesar da trajetória de trabalho ascendente, o projeto de levar a família para o Rio de Janeiro acabou frustrado pela promessa não cumprida do patronato de que ganharia uma casa próximo do estaleiro fluminense. Fator que, segundo Seu Fernando, foi determinante para ele pedir demissão e voltar para Porto Alegre, como contava enquanto mostrava as suas fotografias do estaleiro.

Seu Fernando: Porque eu lá... os cara me prometeram lá a casa. E eu forçando a barra, forçando a barra que eu queria, que eu queria levar ela pra lá, né. Mas não deram, aí dei o cheque mate pro... pro engenheiro lá, eu digo “Eu vou embora”, “Pô, mas agora” e eu já era encarregado. Já era encarregado lá. E aí ele diz “Não, mas vamos te promover de novo” e eu digo “Não, mas se não me der casa, eu vou-me embora”. Aí essa foto aqui tu já viu

Pesquisadora: Ah, é verdade. E aí o senhor... aí o senhor vem para cá?

Seu Fernando: Pedi demissão e vim me embora. Aí cheguei aqui, fui na Geral primeiro, o que apareceu eu fui vendo. Mas a Geral também não pagava nada. Aí quando eu cheguei aqui, ah, deu um espetáculo! Deu certo, porque o general gostou. Olharam a minha carteira, eu trabalhei no estaleiro e eles tavam iniciando aqui. Realmente me dei bem com eles aí.

---

Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (SINAVAL), o Brasil reaparece nas estatísticas internacionais da construção naval e hoje ocupa a quinta posição no volume de encomendas. A expectativa é de maior crescimento com o pré-sal, para o qual se entende que o parque naval brasileiro não está preparado. (Valor, 2011). Revista Valor, “Retomada da indústria naval tem 269 projetos”, 21 de junho de 2011. Ver também em “Desde a retomada do setor, incentivada pela política de ampliação do conteúdo nacional da gestão Lula, dois estaleiros foram construídos: Atlântico Sul (PE), o maior do país, e Rio Grande (RS). Outros tantos entraram em obras [...] Antigos estaleiros que viveram seu apogeu nos anos 1970 passam por expansão ou modernização.” Jornal Folha de São Paulo. *Ociosidade traz risco de “naufrágio” para o setor naval*, 15 de abril de 2012.

E assim Seu Fernando ingressa no Estaleiro Só no início dos anos 60, período no qual a promissora empresa do ramo naval, em vista do cenário nacional, alavancava sua produção. No contexto rio-grandense, desde 1959, o Grupo Executivo da Indústria da Construção Naval, órgão governamental de gestão do setor, responsável à época, aprovava o Estaleiro Só como o único estaleiro de construção naval fora dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro.<sup>147</sup> Era inegável o crescimento da empresa e o incremento de mão de obra, inclusive para suprir o estaleiro de reparação naval que, alguns anos depois, o Estaleiro Só iria adquirir: o Mabilde, na Ilha da Pintada, na margem oposta do Guaíba.

Num cenário de prosperidade da construção naval no único estaleiro deste ramo no sul do país, Seu Fernando tem uma rápida ascensão no Estaleiro Só como conta.

Nessa época quando eu entrei eu era peão, trabalhava como empregado normal. Ai três quatro meses eu já passei pra encarregado, ai foi ligeirinho, passei pra mestre, passei pra supervisor, ai...

Eu vou te contar um detalhe. Eu trabalhei em cinco firmas. Todas firmas eu pedi demissão nunca me botaram pra rua. Então a primeira firma eu trabalhei para uns judeus lá, que eu mandei um longe só faltou eu dizer um monte de nome pra ele. Me deu um aumentozinho daqueles de merreca né e dali eu peguei numa serralheria. Na serralheria foi com Danilo da Costa Carvalho não esqueço o nome dele. Um bom profissional. Um baita de um profissional. Trabalhei cinco anos pra ele. Aprendi a profissão de serralheria, não a serralheria de hoje que a serralheria de hoje tá baixo, não presta. No meu tempo era serralheria mesmo. Artesão, artesanal. Ai eu queria mais aumento, só me davam aumento quando entrava outro que apertava o serviço e botava mais gente. Ai ele não aumentava o meu salário porque ai o outro ia acabar ganhando mais. Assim foi indo. Ai um dia eu disse pra ele 'eu vou me embora'. Mas agora que eu te coloquei de encarregado? Não sei o que... To indo. Ai fiquei uns três meses sem ir lá. Ai peguei outra firma, me comprometi com outra serralheria. Naquela época todo mundo queria pegar, eu era bom de serralheria. [...] Trabalhei mais cinco anos com esse outro ai. Terminou os cinco anos a Verolme veio aqui buscar a gente. Fui embora para Verolme. [...] Fiquei um ano e pouco lá, vim me embora peguei no Estaleiro Só. E esse que foi patrão meu (*na Serralheria*) veio para o Estaleiro Só! Veio trabalhar comigo, caldeiraria. Ai ele disse: parece mentira agora tu é meu chefe. É... que loucura. Tô te contando um detalhezinho né... (risos)

É a trajetória de trabalho ascendente no Estaleiro que possibilitou a realização do projeto familiar da casa própria, pois Seu Fernando e Dona Lourdes moravam na Lomba do Pinheiro, zona leste de Porto Alegre, perto das suas atividades laborais como serralheiro, depois distante do seu então novo local de trabalho. Na família operária associada a determinados *ethos* e visões de mundo (Geertz, 2008) o ideal da ascensão social era o de ter a casa própria. Em sua narrativa biográfica, assim como Seu Manoel e outros antigos trabalhadores com quem tive mais diálogo, seu Fernando repetia o itinerário de deslocamentos em termos dos lugares que habitou no Cristal até adquirir o

---

<sup>147</sup> O Rio de Janeiro considerado, à época, como ainda o é, polo naval, no país. In: Álbum comemorativo do Estaleiro Só S.A, trazendo suas realizações desde 1964. [Sem indicação de ano de publicação].

terreno onde se situava a casa onde morava no bairro Camaquã há tantos anos. Novamente enraizamentos há longo prazo, fazendo “durar” “os antigos” na paisagem urbana dessa região da cidade.

O dueto trabalho-moradia determina a chegada de Seu Fernando à região do Cristal. Ainda que esta região da cidade fosse formada a partir da aglomeração populacional em torno não somente da indústria naval, mas de outros espaços de trabalho, como a obra de construção do Prado, que vimos antes, a fábrica de Massas Coroa, a Pepsi-Cola perto da enseada da Praia de Belas, dentre outros, não se tinha a “situação-tipo” de industrialização com mobilização da mão de obra operária pela moradia (Lopes; Silva, 1979:41), como no caso de “vilas operárias” sob o controle do patronato. Mas, a condição operária desses trabalhadores, o dinheiro do salário certo de quem tinha ou viria a ter um ofício, foi condição para adquirirem “o lote e casa” próxima ao espaço fabril como expressão da melhoria de vida (Durham, 1986) dos operários e suas famílias que pude conhecer a trajetória.

Inicialmente, a família de Seu Fernando viveu de aluguel na parte “baixa” do Cristal, na Rua Tamandaré perto da Termolar, uma fábrica de garrafas térmicas e outro espaço fabril que se incrementava nesta época no Cristal. Depois ele adquiriu um terreno na parte “alta”, onde construiu a casa onde morava, nas adjacências do Cristal, bairro Camaquã, como conta:

Ali eu fui trabalhar quando nós tava já em... morando lá na Lomba do Pinheiro. Na Lomba do Pinheiro. Eu trabalhava em serralheria, eu trabalhei em serralheria, eu queria alugar uma casa aí pra gente morar perto do serviço e não... não alugava, não arrumava nada pra alugar e tudo era caro. Aí eu disse pra ela “Vamo comprar um terreno lá na Lomba do Pinheiro” e deu certo. Compramo lá, paguamo. Aí nesse meio tempo eu arrumei o Estaleiro Só. Fui lá na Geral primeiro e na Geral não deu, não conseguia pagar nada, aí eu vim no Estaleiro Só. E no Estaleiro aqui o cara já falou comigo “Pode pegar segunda-feira” e eu digo “Não. Me dá um tempinho pra mim”. E cheguei com um salário bom também na época. Aí eu disse pra ela, digo “Olha, tu vai lá na zona” que era ali embaixo, lá perto da Tamandaré “Fala com a...” uma vizinha nossa, que a gente já conhecia ela, que ela tinha casa pra alugar ali. Daí ela não queria nem alugar a casa pra nós. Dona Benta. Arrumamos uma peça e nós já... E vendemos lá. E viemos embora pra aí. E nesse meio tempo, eu peguei o dinheiro daquele terreno lá, guardamo e digo “Vamo esperar que vai aparecer um troço aí”. Aí pintou essa aqui. Aí compramo aqui. Pagando, pagando, vinte mil naquela época já era dinheiro também. Saiu por dezoito. E eu tava ganhando bem com o... Tava ganhando bem mesmo na época. Então, eu vou aproveitar enquanto estou ganhando e tenho salário, estou empregado.

Seu Fernando, além de apontar as táticas (De Certeau, 2008) para morar na região Cristal e estratégias de vida orientadas pela lógica do salário certo e constante do emprego operário (Lopes, Silva, 1979), reflete sobre as mudanças sociais que acompanhou no tempo a partir da trajetória de seu filho.

Que hoje tu não pode mais fazer um plano desse. Hoje os serviços tudo são contratual, né? É o meu guri, que trabalha sempre assim. Ele trabalha quatro, cinco mês na empresa, trabalha quatro, cinco mês na outra...

O filho do Seu Fernando era técnico em segurança do trabalho formado pelo SENAI e, inclusive, quando jovem, trabalhou no Estaleiro Só, mas depois passou a trabalhar “por serviço”. Na época em que conversamos, seu filho estava trabalhando na Bahia e tinha planos de ir a São Paulo. A nora e o neto moravam com Seu Fernando e Dona Lourdes, o que, segundo ele, estreitava vínculos, além de evitar o gasto com aluguel para moradia. Foi importante para o desenvolvimento da família a forte vinculação de Seu Fernando ao serviço técnico, tradicional da serralheria, depois industrial, onde a geração de seu filho foi sendo introduzida por força das relações pessoais e de trabalho acumuladas por ele dentro da rede do estaleiro.

A valorização da família e da vida doméstica tão característica da vida operária (Durham, 2004) expressa na importância e solidez dos laços familiares e na preferência pela divisão sexual do trabalho em moldes tradicionais cujas atividades femininas restringem-se ao âmbito doméstico para o caso de uma geração de trabalhadores como Seu Fernando, estes aspectos acabaram sendo mais viabilizados pelo próprio modo como estes trabalhadores viveram sua condição de classe. Condição esta distinta do contexto atual expressa na geração de seus filhos, como no caso de Seu Fernando. Ainda que coubesse ao “pai de família” manter economicamente seu grupo doméstico e à mãe as tarefas ligadas a casa, como para Seu Fernando e Dona Lourdes, os momentos do ciclo de vida da família determinaram as estratégias que levaram ao aumento ou, ao menos, manutenção da renda familiar, como o compartilhamento da mesma casa com os filhos adultos.

Seu Fernando se sentia confortável em sua casa com um pátio amplo e arborizado e um jardim lindeiro ao muro. Numa das visitas, me presenteou com carambolas que ele mesmo plantara ali. Ele dizia gostar muito da sua “zona”. Falava das mudanças, das melhorias de infraestrutura com a canalização na parte “baixa” em vista do tempo que enchia de água quando chovia. Na época em que chegou a esta região da cidade, os serviços urbanos eram incipientes ou mesmo inexistentes como água, luz, asfalto, iluminação pública, transporte. A casa onde ele morava ficava numa ladeira íngreme repleta de casas que mesclavam construções mais novas e outras mais antigas, feitas parte em madeira, parte alvenaria como a dele. O bairro Camaquã (lindeiro ao Cristal e a Tristeza) é residencial, sendo as habitações predominantemente de casas, abrigando em grande parte uma população de renda mais baixa, mas também de camadas médias.

Nossa conversa seguia o fio das memórias das imagens vividas retratadas nas fotografias que Seu Fernando escolheu me mostrar. Algumas guardadas numa caixa, outras expostas em slides

que ele mesmo projetara na parede da estreita sala “da TV” que cobrimos com um lençol branco para projeção. Seu Fernando privilegiava as imagens que ele “bateu” do trabalho no Estaleiro Só para me mostrar, momentos quando ele se detinha longamente e com muito gosto na descrição do próprio ofício, como observa Bosi (1994:471) sobre o tempo subjetivo da “memória do ofício”.

Em meio aos slides “misturados”, surgiam as imagens da família, de momentos festivos e marcantes, como a viagem de carro com Dona Lourdes e parentes que fez ao Rio de Janeiro em tempos que “se acampava em qualquer lugar” ou das “façanhas de praia” quando costumavam ir com parentes e amigos ao litoral do Estado, em Magistério. O projeto<sup>148</sup> de ascensão social da família à época podia ser percebido na evolução dos comportamentos de lazer e consumo urbano durante o processo de “estabilização” das condições de vida durante o longo período de trabalho fabril assalariado.

Das formas de sociabilidade na região Cristal onde morava, ele lembrava de, aos domingos, “descer” para assistir aos campeonatos de futebol de várzea nos campos próximos às margens do Guaíba os quais os próprios colegas do estaleiro por vezes disputaram, como conta.

Eles faziam, o próprio Estaleiro fazia eu vou dizer assim “guerra entre si”, cada área montava um grupo para disputar futebol, era assim, empresa grande fazia isso né. Ai eles jogavam ali.

Era descrição de um trabalho por vezes mecânico, por vezes manual<sup>149</sup>, que ocupou boa parte da sua vida, que Seu Fernando gostava de narrar, revelado nas imagens, imagens vividas renovadas no gesto de lembrar aquilo que como ele dizia “queira ou não queira a gente olha isso ai e dá saudade”.

Plano de Carrera né, eu trabalhei os 25 anos que estive lá, ou quase trinta anos, meu setor era esse ai. Eu recebia bloco por bloco, ia montando um com outro alinhando, entregando pra solda aquela coisa toda, até esse dia de lançamento ai. [...] Essa era uma cera importada

---

<sup>148</sup> A noção de projeto é empregada neste trabalho para a análise de trajetórias e biografias no sentido atribuído por G. Velho (2003) nos estudos de sociedades complexas, sob a influência de A. Schutz (2012). A noção de projeto seria a conduta organizada do indivíduo para atingir finalidades específicas a qual é relativizada, evitando um determinismo sociocultural rígido, pela noção de campo de possibilidades. Esta noção trata do que é dado como alternativas construídas no processo sócio-histórico e com o potencial interpretativo do mundo simbólico da cultura. Nos termos de G. Velho (2003:103), “projetos são mais do que o somatório de condutas individuais organizadas para atingir finalidades específicas, pois dependem de acordos e ajustes entre indivíduos e grupos”.

<sup>149</sup> O trabalho manual e o trabalho mecânico ocupou boa parte da vida dos entrevistados e todos se detinham longamente à descrição do próprio ofício nas entrevistas. Como para Seu Manoel e para Seu Fernando, as suas “memórias de ofício” estavam referidas a uma distinção entre artesanato tradicional e artesanato industrial descrita por Souza Martins (2008:170), na qual o artesanato industrial é aquele que surge em consequência das próprias necessidades e dificuldades do processo de trabalho na grande indústria, integrado pelos setores tecnologicamente mais modernos e desenvolvidos. Já o momento artesanal do processo de trabalho é criado pela própria grande indústria na falta de recursos técnicos para compatibilização de todas as etapas do processo de trabalho.

que eles chamavam de sleepcot passava a cera e depois tinha que passar ferro, deixar lisinho, lisinho, lisinho.... ai depois colocava outra régua de cinco milímetros mais ou menos para passar a outra que era uma graxa de .... ficava liso, um monte de gente com ferro, ferro de passar roupa.

As cerimônias de lançamento dos navios eram lembradas por Seu Fernando como um acontecimento especial em meio às práticas de trabalho junto com o grupo de operários que coordenava. Quando questionados sobre o processo do trabalho naval às margens do rio Guaíba e a relação com as suas águas, ao narrarem sua experiência, encadeavam a relação com aquele espaço sempre mediada pela “terra” onde, afinal, exerciam sua prática de trabalho. Ao participar enquanto construtor ou enquanto observador do lançamento do navio, ambos os gestos eram descritos pelos trabalhadores desde o cais, essa “margem de pedra” (Corbin, 1989) onde se expressa a fascinação exercida por cenários portuários nas cidades.

Seu Fernando, enquanto construtor, atribuía sentido ao lançamento do navio através da descrição do próprio ofício.

Isso tudo é base para largar o barco pra água. Depois a gente largava aqui que a gente chamava o cachorro, davam o nome de cachorro, não sei por que todo mundo chamava de cachorro. Era um negócio que carregava o barco para água e nesse lugar aqui que era montado o gatilho, o gatilho é duas placas de aço aqui, dois ficavam assim esbucado, ia embaixo segurando os dois [...] Na hora que dava o sinal lá, quebrava a champagne no casco e nem precisava o guindaste saia sozinho...

Grande parte da mão de obra operária tinha pouca ou não tinha escolarização nem qualificação técnica prévia, sendo formada dentro do Estaleiro Só, exemplo de Seu Manoel, como soldador, que vimos antes. Uma das escolas públicas mais atuantes, ainda hoje, na vida comunitária do bairro Cristal, o Colégio Paraná, era o local onde as aulas eram ministradas.

Tu sabe que nós lá, o Estaleiro foi uma escola. Não sei se já te falaram isso ai. A gente treinava o pessoal, a gente formava o pessoal em, como é que se diz... em calderaria, em elétrica, mecânica, tudo. E cada setor, aquele que tinha mais experiência, no caso eu, o Albino, o Cláudio Prolicárpio... [...] Saia com diploma e tudo. [...]

Para além dos cursos técnicos, a divisão etária do trabalho no interior de uma divisão técnica era expressa entre os mais antigos e experientes e os mais novos à época. Os mais velhos e experientes que detinham o conhecimento prático de um saber fazer ensinavam os mais jovens, muitos deles engenheiros, que depois detinham capital intelectual e ocupavam posições de chefia. Seu Fernando exercia um papel formador entre o grupo.

Quero saber quem é este cara.... Dirceu! O Lourdes vem aqui olhar. Dirceu esse aqui, esse cara aqui aprendeu comigo, se formou lá na Puc, não sei onde, hoje é engenheiro de

segurança. Hoje ele tá por cima da carne seca como se diz né. Ele me telefonou: Fernando quer ir comigo para ver o que estamos fazendo. Tavam fazendo um navio, iam lançar ele. Sabe que chegou lá, só tinha gente do Estaleiro trabalhando nesse barco. Pararam para me ver! Pelo incrível que pareça [...] Mas eu e Dirceu muito nós brigamos lá dentro. Pegavam uma turma de estagiário que estavam saindo da faculdade, chegava lá entregava pra mim e entregaram um bando dessa gurizada.... [...] Ai deram pra mim. Ai eu perguntei ‘o que vocês querem?’ ‘nós queremos aprender’, ‘mas aprender o quê?’, ‘vão meter a mão na ferramenta?’. Sim, pra aprender tem que ser assim né, não ficar sentado, faz isso, faz aquilo. Ai eles toparam. Ai fui lá dei ferramenta para todos eles, ‘vamos trabalhar’. Botei eles de ajudante. Ai eles começaram a trabalhar, a fazer o serviço também. Esse ai começou assim, o Dirceu. Depois, ele foi meu chefe no Estaleiro. Porque ele se formou, estudou, aquela coisa toda e foi meu chefe nesta área de construção naval. [...] Se formou engenheiro. E como outros. Uns foram embora. Aquela coisa toda. Nunca paravam. Meus chefes sempre trocavam. Mas, quem era o dono do campinho era eu.

Era na descrição de seu *métier* que descrevia as redes sociais de trabalho que não raras vezes tramava laços de amizade e compadrio, como na ocasião do casamento em que ele e Dona Lourdes apadrinharam Dirceu, que mencionou antes, com uma secretária do estaleiro.

Seu Fernando também conta que o Estaleiro Só teve um aumento significativo do contingente de mão de obra, chegando ao número de mais de três mil funcionários, operando dia e noite, três turnos ininterruptos. Época que ele tinha sob sua supervisão mais de trezentos operários, divididos em grupos coordenados por mais de dez “encarregados”<sup>150</sup>, posição que já tinha ocupado no processo de trabalho. O incremento de novos funcionários acarretou mudanças importantes na dinâmica de ocupação dos territórios da região Cristal, especialmente no entorno do Estaleiro em vista dos sucessivos processos de desterritorialização dos moradores que habitavam as “vilas” como ele conta.

Morava, quase todo pessoal morava perto ali. Alguns moravam longe, mas a maioria, tudo em volta ali. Só quando teve aquele... aquele conglomerado de mil e poucos homens, aí foi... foi um desespero, né. Muita gente. Esse pontal aqui tu conhece né? Essa... aquela zona de baixo onde se vende carro agora, ali era... ali teve duas vezes uma vila ali. Vila mesmo, vila. Ali até pra entrar, pra ti passar era um problema. [...] E foi indo. Desmancharam pra fazer aquela estrada ali, ocuparam de novo, aí desapropriaram e começaram a fazer a estrada, a outra mão ali. Eu só não tenho fotografia do general. Esse aqui era um baita de um amigão, José Francisco dos Santos Barreto. Morreu agora, não chega... não faz um ano ainda. Português.

A trajetória do Seu Fernando no Estaleiro e seu prestígio junto àqueles que formou foi determinante para que depois de poucos anos aposentado ele fosse chamado para voltar a trabalhar

---

<sup>150</sup> A indústria naval, comparada a outros setores industriais, apresenta especificidades importantes, tais como capital e mão de obra intensivas, daí a presença de centenas a milhares de trabalhadores envolvidos diretamente no processo produtivo de construção e reparação das embarcações, dentro do Estaleiro Só. Da negociação com o armador à sua entrega, a construção de um navio envolve várias etapas, envolvendo técnicas de precisão e mobilizando dezenas de *métiers*. Os significativos avanços tecnológicos imputaram profundas modificações desses *métiers* e estas mudanças concernem especialmente à concepção e a fabricação do casco do navio. Os materiais utilizados para o casco e os modos de propulsão de navios influem sobre seu tamanho, sua velocidade e sua longevidade (MHT, 2009).

no Estaleiro Só, restando mais três anos nesta condição. Foi no período que - reduzidas as novas encomendas de navios - o estaleiro começou a sucatear o aço de embarcações para vender às siderúrgicas que o transformaria em novas chapas. Atividade extremamente arriscada que segundo conta Seu Fernando começou a ocasionar acidentes de trabalho com morte, razão pela qual ele foi chamado, pois dizia que sempre zelara pela segurança na execução do trabalho. O sucateamento de navios e mudanças no processo de trabalho eram os sinais de crise que o Estaleiro Só ingressaria.

#### **4.4 Seu Paulino, os ruídos da fábrica**

Conheci Seu Paulino naquelas situações nem tão ao acaso que o trabalho de campo contínuo propicia. Conheci-o quando participava do evento “A Volta do Povo à Praça”, na sua primeira edição, em setembro de 2011, promovido por entidades associativas do bairro Cristal juntamente com a Prefeitura, cujos encadeamentos veremos em outro capítulo. Nesta ocasião, visualizei um casal de velhos chegando com suas cadeiras de praia e chimarrão na mão para assistir a uma peça de teatro que integrava a programação do evento. Quando, ao término da apresentação, me aproximei para “puxar conversa”.

Seu Paulino e Dona Mica, sua esposa, moravam há mais de quarenta anos no bairro, justo no bloco de apartamentos rente à Praça. Naquela ocasião, me contaram que tinham vindo para esta região da cidade quando ele ingressou no Estaleiro Só. Dali a conversa seguiu e Seu Paulino se dispôs a me dar seu contato para que conversássemos outro momento. Logo marcamos a entrevista, realizada na sua casa naquele mesmo mês de setembro. Chegamos a nos reencontrar outras vezes, quando compartilhei fotografias do Encontro anual que participara junto com ele. Foi Seu Paulino que me referiu a ocorrência dos Encontros anuais dos antigos trabalhadores que ele participava assiduamente.

Seu Paulino tinha setenta e oito anos quando nos conhecemos. Casado com Dona Mica tiveram três filhos, o mais novo morava com o casal. Nascido na campanha, no extremo sul do Rio Grande do Sul, viveu lá até sua juventude quando decidiu ir para Porto Alegre. De uma família de cinco filhos, com a morte de seu pai, ao atingir a maioridade, mas “guri novo” ainda, como dizia, Seu Paulino foi nomeado tutor para seguir administrando o “campo” que garantia o sustento da família. Falou das dificuldades da vida “no campo” e que não quis seguir sua vida na campanha, delegando a tutoria a outro membro da família e vindo para a capital.

Novamente seguimos o percurso do migrante rural “a caminho da cidade” (Durham, 1984). Depois que chegou a Porto Alegre, aos vinte e um anos, não retornou mais a sua cidade natal,

somente para visitar a mãe e irmãos que seguiram morando no interior. Residiu na casa de uma tia no bairro Menino Deus, um tempo que guardava lembranças de suas pescarias no Guaíba, próximo de onde morava, e das mudanças que acompanhou no tempo nesta região da cidade.

Na época, tu conhece a Praia de Belas né? A água era ali na beira da rua. Esse estádio ali do Beira Rio era água, eu cansei de pescar ali que te falei que eu atravessava a rua ali e pescava. Ali era pescaria, era água. Ali só o que dividia era a Praia de Belas. Eu atravessava, eu morava no Menino Deus nesta época. Saia dali e final de semana ia pescar ali. Ali onde é o Parque da Harmonia tudo era água, tudo foi aterrado. Tudo era Guaíba!

Seu Paulino começou trabalhando na cidade de Porto Alegre como conferente de carga no Porto na orla norte do Guaíba. Depois foi trabalhar numa empresa como apontador de obra na construção do Hospital de Clínicas, um dos prédios públicos símbolo da “modernidade” à época<sup>151</sup>. Até ingressar no Estaleiro Só, em 1966, incentivado por um amigo que já trabalhava na empresa. Assim como para Seu Manoel, a articulação com a rede de parentesco e de amizade foi fundamental para a efetivação de estratégias que levassem ao emprego e a moradia na cidade.

Diferentemente dos demais trabalhadores com quem conversei - operários ocupados diretamente com a construção dos navios - ele, como dizia, era da “parte administrativa”. Era “apontador do Almoxarifado”, responsável por receber todo material que chegava ao Estaleiro de caminhão ou de navio. Trabalhou por vinte e oito anos no Estaleiro Só, “uma vida ali” como dizia, e quando estava em idade próxima de se aposentar acabou sendo desligado, período que a empresa viveu tempos de crise. Morou em Salvador, na Bahia, por dois anos, quando foi escolhido pelas chefias como comprador de material no trabalho de recuperação de “*Ferry Boats*” realizado pela empresa na capital baiana. Mas, conta que não teve a opção de negar sob pena de perder o emprego. Sua esposa e seus três filhos pequenos permaneceram em Porto Alegre e ele vinha periodicamente visitá-los.

Seu Paulino guardava consigo uma pasta com os seus certificados de formação profissional durante sua trajetória de trabalho no Estaleiro Só e um álbum comemorativo da centenária empresa gaúcha. Cada um desses objetos representava uma experiência vivida por ele através dos quais tecia suas interpretações sobre a prosperidade e o declínio do lugar onde passara boa parte da sua vida que revelavam sua própria experiência de sujeito da memória (Eckert; Rocha, 2010). Quando retirados do armário, aqueles objetos que acumulavam experiências e afetos eram ali renovados no gesto de rever as imagens fotográficas do álbum e percorrer precisas informações do seu labor.

---

<sup>151</sup> Vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao processo de formação de sua escola de medicina.

Seu Paulino lembrava com entusiasmo das cerimônias de lançamento de navios que - em vista das tarefas que desempenhava dentro do Estaleiro - lhe colocavam como expectador privilegiado do ritual próprio do universo de trabalho naval. Diferentemente dos operários com quem conversei, a quem cabia a operação de lançar o navio, ele podia observar a tudo e a todos. Era momento de festa no Estaleiro, repleto de honrarias e formalidades: palanque montado com a presença e discurso de “altas autoridades civis e militares”<sup>152</sup>, batismo pela Madrinha, quem cortava a fita que lançava a garrafa de *champagne* contra o casco e o aguardado lançamento do navio nas águas do rio Guaíba.

Em vista da sua prática de trabalho administrativo no almoxarifado e suas “memórias do ofício”, às quais se detinha com gosto a descrevê-las, Seu Paulino tecia a rede de relações de trabalho, de hierarquias e de poder num tempo no qual “a política” - tanto no período próspero quanto nos sinais de crise – detinha significativa influência. Não podemos perder de vista que o quadro político nacional, à época, de maior incremento na produção e de mão de obra no Estaleiro Só, era do regime militar no Brasil o qual detinha forte interesse na indústria naval.

Os desafios do emprego de técnicas de construção naval e suas mudanças no processo de trabalho para a produção de embarcações cada vez maiores exigiam espaços e equipamentos de dimensões igualmente superiores, como o cais de construção e os guindastes. O Pontal do Estaleiro se transformava e isso não poderia ser compreendido se não no contexto das circunstâncias criadas por essas inovações tecnológicas introduzidas na produção naval naquele momento. Para implementá-las eram necessários aterros para ampliar as dimensões da ponta de terra que avançava sobre o Guaíba que, como José Antônio referiu antes, já havia sido ampliada por aterro desde o projeto inicial do Estaleiro Só no Cristal. Era em vista da sua prática de trabalho que Seu Paulino atuava nas ações para a ampliação do Pontal do Estaleiro que incluía receber terra retirada do Morro Santa Tereza, próximo ao Cristal, para aterrar as margens sul do Guaíba no entorno das instalações fabris.

E ali no Estaleiro, eu na época aterrei a metade do Estaleiro com o aterro daqui do Morro do Santa Tereza aqui. Eu participei do trabalho porque eu que recebia os caminhão de aterro. O Estaleiro, aquela entrada ali era tudo Guaíba, metade ali, aqui, onde ta aqui ó, já vou te mostrar aqui, onde ta esta festa aqui, isso aqui era Guaíba, depois construíram isso aqui em cima do aterro. Recebia a terra, tinha uma draga que tava dragando na época, era noite e dia, ela ia deixando e nós ia tocando água, tocando a terra em cima, isso ai foi afundado esse Guaíba. E a terra vinha aqui desse morro do Santa Tereza, ali onde tem aquele, como é que... o Asilo Padre Cacique, nós entrava pelo lado e ia no Morro lá, para

---

<sup>152</sup> Álbum comemorativo do Estaleiro Só S.A, trazendo suas realizações desde 1964. [Sem indicação de ano de publicação].

pegar terra no morro, nós broquiamo aquele morro ali. Ai dragava e jogava terra ali. Tudo ali. Bah, isso ai é uma estória esse Rio Grande do Sul, ta louco.... Ai aumentou a estrutura ali, o Beira Rio se estabeleceu ali. Começou a construir ali. Ai fizeram essa avenida ali do elefante branco do Museu, aquilo tudo ali quando começaram a denotar eu tinha que tirar o pessoal todo dali porque era pedra que caia do morro e ia lá pra dentro do estaleiro, da dinamite ali no morro. Foi dinamitado para abrir ali. Ai tinha que parar o trabalho, quando detonava eles avisavam e mandava o pessoal todo sair. Rolava pedra pra tudo que era lado.

O apartamento onde moravam há mais de quarenta anos no bairro Cristal, bem próximo ao Pontal e em frente à pista de corrida do *Jockey Club*, tinha sido adquirido por Seu Paulino no início da década de setenta dentre os “blocos” de edifícios construídos naquele período em vista da política habitacional governamental à época.

A maioria trabalhava ali no Estaleiro, a maioria daqui do pessoal que morava aqui trabalhava no Estaleiro, muita gente daqui dos blocos trabalhava ali porque isso era uma cooperativa na época dos funcionários públicos do Estado. E muita gente aqui entrou nesse esquema, ‘ah, moro ali’. Teve gente que entrou, pegou a inscrição e depois desistiu né. Eu fui um dos que comprei aqui, na época comprei a chave de um morador aqui, comprou aqui não quis e daí comprei a chave. [...] Ficava aqui pertinho, é grande este bairro aqui né... [...] E tem muita gente que se aposentou e ainda mora ai. Ali embaixo ainda tem uns irmão. O Leitão, como vou te dizer, se chama tudo pelo apelido. A família toda dele trabalhava no estaleiro. Ele foi jogador de futebol. Ele mora ali e trabalhou no estaleiro e todos os irmãos dele trabalharam no estaleiro. E mora ali. Tem que ver as figuras né.

Outro dado importante revelado pelas narrativas de Seu Paulino sobre os enraizamentos na região Cristal e suas formas de habitação são as políticas de governo para incentivo ao financiamento habitacional<sup>153</sup> dirigidas a uma elite de trabalhadores que pertencia aos Institutos de Previdência, que possibilitaram a alguns trabalhadores assalariados como ele adquirirem as suas moradias naquela região da cidade de Porto Alegre, ainda que com infraestrutura urbana incipiente. Foram construídos vastos conjuntos habitacionais, os “blocos” cujos financiamentos, ao menos em suas intenções políticas, eram destinados a certas categorias de trabalhadores assalariados com carteira assinada.<sup>154</sup>

---

Em Porto Alegre, em 1959, uma lei municipal definiu os nomes e os limites de 58 bairros, enquanto na periferia 40 vilas de casas autoconstruídas não paravam de crescer. O problema da moradia gerou a criação do Departamento da Casa Popular (futuro DEMHAB), pois os recém-construídos conjuntos habitacionais como a Vila IAPI e a Vila dos Comerciantes eram dirigidos apenas a uma elite de trabalhadores que pertenciam aos Institutos de Previdência (Monteiro, 2007).

<sup>154</sup> Segundo Holston (2013), o Governo Federal, no final da década de 30, criou uma série de instituições de pensão e de seguridade social que foram encarregadas de construir e financiar casas baratas para trabalhadores e na década de 40 cria-se, para tal, a Fundação Casa Popular. Foram iniciativas que marcaram o início da produção e do financiamento de habitações para assalariados de baixa renda por instituições governamentais que continuam até hoje. Desde sua criação e nos anos seguintes às políticas implementadas, essas instituições fracassaram nas suas intenções, pois a maior parte de suas hipotecas pelo Poder Público acabou destinada para construção para as camadas médias e altas e as poucas casas construídas para assalariados de baixa renda foram distribuídas de forma clientelista (Holston, 2013). No início dos anos 60, ocorre o marco, em termos de intervenção estatal mais incisiva na tentativa de provisão de habitação, no Brasil, representado pela criação do Sistema Financeiro da Habitação, o Banco Nacional da Habitação (BNH), sociedades de

Nesse período de construção dos “blocos habitacionais” na região Cristal, quando Seu Paulino pode realizar o projeto da casa própria que a cidade de Porto Alegre vinha sendo idealmente concebida pelos planos urbanos com um conjunto de áreas “funcionais” (Machado, 2004:72)<sup>155</sup>. A “zona sul” e o Cristal no sentido da racionalização dos planos deveriam cumprir com uma função residencial.<sup>156</sup> Essa região da cidade, como vimos, gradativamente deixava de estar distante do centro urbano de Porto Alegre (pelas obras viárias ligando o centro à orla sul do Guaíba). Contudo, apesar dos signos de modernidade que lá se instalaram - a indústria moderna de construção naval e o *Jockey Club* - a região que recebia os novos “blocos” tinha serviços urbanos incipientes ou mesmo inexistentes, como água, luz, asfalto, iluminação pública, etc.

São os contornos específicos da trajetória de trabalho de Seu Paulino, em vista da sua própria condição de classe, determinantes para definir as formas de moradia no Cristal. As redes de vizinhança de Seu Paulino muitas vezes se confundiam com as antigas redes de trabalho, pois alguns vizinhos moradores “dos blocos” e nas redondezas tinham, assim como ele, uma trajetória de enraizamento na região e, particularmente no bairro, prolongada no tempo.

O filho mais novo de Seu Paulino que morava junto com ele e Dona Mica no apartamento da família, hoje eletricitista num grande hospital da cidade, trabalhou no Estaleiro Só durante poucos anos o que ajudara na formação técnica do filho, como aponta:

Ele trabalhou no Estaleiro também. Esse aí trabalhou no Estaleiro, o Jorge. Ele fazia a parte de solda. Era soldador do Estaleiro e trabalhou na marcenaria também. O Estaleiro era completo, o Estaleiro fazia os móveis do navio todinho ali dentro. Ele trabalhou nessa área, serralheria, tubulação, era tudo feito no Estaleiro, toda tubulação do navio, era tudo feito ali. [...] Trabalhou três anos ali. Ele fez curso lá dentro, lá dentro do Estaleiro, o Estaleiro tinha um cursinho, ele fez curso de solda, curso de marcenaria e curso de tubulação. Ele era um dos que pegava o mapa, descia do projeto e desenhava na chapa pra os caras cortar. Naquela sala de risco lá, ele trazia o mapeamento todo, riscava tudo no ferro lá e depois o cara só cortava em cima do risco que ele fazia.

A trajetória de Seu Paulino e dos demais operários que vimos antes são exemplares para pensarmos sobre um dado importante: a permanência dos filhos adultos (e netos) na casa da família,

---

crédito imobiliário, letras imobiliárias e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo. Período que corresponde ao incremento dos “blocos habitacionais” nas grandes cidades brasileiras, a exemplo daqueles construídos na região Cristal. Sobre BNH, ver também PLANHAB, Plano Nacional de Habitação, 2006. Disponível em: <[www.cidades.gov.br](http://www.cidades.gov.br)>. Acesso em: 30 de junho de 2012.

<sup>155</sup> Esse modelo “funcional” de regulação do espaço urbano em Porto Alegre era herdeiro do urbanismo modernista nas cidades brasileiras. Para Holston (1993:152-153), o urbanismo modernista, diferentemente dos modelos que o antecederam no século passado, homogeneiza a heterogeneidade pré-industrial criando “setores” exclusivos para cada “função urbana”. A uniformidade na estrutura e configuração de seus “setores” é obtida por meio de uma reformulação da organização urbana. Classifica as atividades sociais na cidade em quatro “funções” (habitação, trabalho, lazer e circulação).

<sup>156</sup> Como vimos no Capítulo 2, na referência feita ao Plano Diretor de 1959.

prolongando o enraizamento na região e no bairro de uma geração que sucede os antigos trabalhadores do Estaleiro Só. Vimos que, de início, temos um homem que adere a um trabalho num espaço fabril, aspecto fundamental para mudar-se com a esposa para a região Cristal, adquirindo o lote e construindo a casa própria. O trabalho assalariado e estável altera hábitos de consumo e estilo de vida da família operária. A questão específica sobre a mobilidade social e o sistema de valores a ela associados (Velho, 2004) em termos de um projeto familiar é em que medida as mudanças sociais no tempo que essa geração de operários aposentados acompanhou, somadas às recentes transformações da região onde habitam, permitiria, hoje, a escolha e permanência pela geração dos seus filhos neste lugar de moradia? É claro que não se exclui maior ou menor margem de manobra para, entre outras coisas, eles serem capazes de manipular diferentes recursos materiais e simbólicos ligados a sua família, a profissão e etc. Mas, as trajetórias e biografias revelam que a reprodução do modo de vida e de habitação dessa geração de operários, moradores da região Cristal, se viabiliza pela família de origem.

O filho de Seu Paulino, em uma conversa informal, recordou do tempo em que tocava o apito anunciando uma nova jornada de trabalho e ele e seus irmãos corriam para janela do apartamento onde moravam para ver o “véio passar”. Ficavam cuidando o pai passar em meio ao “monte de gente” caminhando em direção ao Estaleiro Só. É graças à proximidade física do seu antigo local de trabalho e sua morada -cerca de duas quadras- que Seu Paulino dizia que por muitos anos conviveu com formas ruidosas do trabalho no Estaleiro. Seu Paulino falava dos ruídos da “fábrica” que escutava da sala onde estávamos conversando na ocasião da entrevista, e assim narra o tempo vivido naquela região da cidade de Porto Alegre.

[...] é uma vida ali né... era noite e dia. Aqui a gente estava aqui sentia o barulho da marreta, lá no navio, dava pra ouvir o barulho do pessoal trabalhando...

Se no passado Seu Paulino atuava para viabilizar mudanças que se processavam no Pontal do Estaleiro e na região Cristal em razão do seu trabalho, no presente refletia sobre as mudanças que se processavam (ou se prometiam) para esse espaço enquanto morador dessas cercanias. A vida urbana da região Cristal pautada pela instabilidade de suas formas se revelava uma configuração ainda mais intensa para quem, assim como ele, vivia e partilhava um cotidiano no entorno do Pontal cujas mudanças eram prementes. O lugar onde antes era despejo dos resíduos da cidade agora era resignificado pelo Seu Paulino como uma “fábrica” para limpar as águas do Guaíba.

E agora estão falando que vai sair uma avenida bem na frente ali do outro lado do Estaleiro. Acho que não vai sair mais, vai sair do outro lado, na Borges. Ontem já tava mostrando ai

que já mudaram que com esse negócio da Copa não vai sair mais nada... Tá uma confusão. Acompanhei tudo isso ai. Ali agora é uma fábrica para limpar a água do Guaíba, por que tu sabe né? Tá sendo canalizado tudo pra levar todo esse esgoto, vai lá para a Serraria. Aqueles canos tudo vai pela beira do Guaíba e vai embora, vai sair lá na Serraria. Uma fábrica de tratamento de esgoto. Ali no estaleiro é de peças que está sendo montado e vai pra lá. Ali no Estaleiro parece que teve uma firma, do Japão parece que queria comprar aquilo ali, mas ai parece que ali no estaleiro não pode construir mais de quatro pavimentos. Frescura, pois tu viu ali no Barra Shopping ali aquela baita coluna pra lá. Quantos metros tem aquilo ali? Eu disse pro cara ‘esses políticos tão dormindo, como deixaram aquilo ali’. E ali no estaleiro não puderam se não estaria uma baita duma empresa ali, ai agora ficou ali, virou fábrica de peças para a Serraria. Que esculhambação.

#### **4.5 O trabalho da memória**

Quando conheci Seu Paulino na Praça em frente ao edifício onde morava, no bairro Cristal, ele me falou com entusiasmo da festividade que reunia ex-trabalhadores da empresa naval. Há alguns dias da ocasião em que nos conhecemos ele tinha recebido um telefonema dos organizadores, avisando a data e o local da décima primeira edição da festa que me assegurou que participaria, assim como o fizera nas anteriores. Foi Seu Paulino quem indicou meu nome a um dos organizadores para que eu pudesse contatá-lo e assim tentar viabilizar a minha presença no evento que ocorreria em outubro daquele ano de 2011.

O “Encontro dos Amigos do Estaleiro Só” que dá nome ao evento festivo ocorre nos últimos dezessete anos, sem rigidez na sua periodicidade, em geral há a cada espaçar de dois anos. Momento quando ex-trabalhadores da empresa naval reúnem-se para lembrar os velhos tempos, para viverem os sentimentos e as práticas que os coletivizaram no “tempo do Estaleiro”: o trabalho naval, a sociabilidade operária. Em vista da morte do Estaleiro Só e do declínio do ramo da construção naval no país que assolou uma geração de trabalhadores obrigados a recorrerem a outro universo de trabalho, distante daquele de construtores de navios, o ato da festa era a expressão da vontade de uma comunidade de trabalho de fazer “durar” o “tempo do Estaleiro”.

Em 1994, quando o Estaleiro Só ainda operava, apesar de sinalizar o premente encerramento das suas atividades que não tardaria a chegar, três funcionários, sendo um deles Luiz Antonio, o engenheiro que contatei, confabularam e organizaram um evento festivo dentro do espaço fabril, ao qual deram o nome de “1º Encontro de Confraternização dos Amigos do ESÓ”. Esse primeiro encontro foi realizado no refeitório do Estaleiro Só, reunindo aqueles que ainda trabalhavam na empresa neste período de significativa redução do contingente de trabalhadores e alguns dos então ex- funcionários que já tinham sido desligados ou pedido seu desligamento em vista da crise.

Para o segundo encontro, três anos depois, com o fechamento do Estaleiro Só e suas atividades definitivamente encerradas, a estratégia de formalizar na primeira edição da festividade um “Termo de Abertura” com os nomes e os respectivos contatos de cada um dos participantes, agora todos ex-trabalhadores, resultou numa campanha por telefone para compor uma rede motivada a participar de um reencontro “da amizade”. Uma festividade que reuniria, segundo o Termo refere, aqueles que “durante o desempenho de suas atividades profissionais conseguiram construir mais do que navios”, formando laços de amizade, laços ali valorados pela representação da reestruturação de uma experiência coletiva rompida. Através do ato da festa promoviam o sentimento de estar junto cujo valor dos laços de amizade era uma forma de narrar e de dramatizar a transformação e a ruptura dos laços de trabalho e da trajetória social do grupo.

Ao longo dos encontros seguintes foi criada uma comissão organizadora formada por quatro engenheiros, ex-funcionários, a partir dos laços de trabalho que mantinham no Estaleiro Só, mas que foram renovados pela trajetória individual que seguiram depois do encerramento da empresa. A comissão era formada por Luiz Antonio, quem eu contatei para poder participar da festa, junto com Arthur, Peña e Afonso. Como eles mesmos diziam, eram “todos gurizada” quando ingressaram no Estaleiro Só como estagiários ou recém-formados nos cursos de engenharia, começando sua trajetória profissional na empresa naval. Após, eles trabalharam juntos certo período numa empresa de navegação e Afonso, proprietário de uma empresa de tintas para embarcação, era fornecedor da mesma. Foram os laços que os uniam que os incentivaram a formar uma comissão que desse continuidade aos encontros “dos amigos do Estaleiro Só” e se dedicasse à organização da festividade.

A estratégia da bem-sucedida campanha por telefone foi mantida, eles dividiam os nomes e respectivos contatos em grupos de dezenas entre eles para individualmente convidar e, não raras vezes, viabilizar o deslocamento de alguns ex-trabalhadores que não dispunham de condições para chegar ao local da festividade. O prestígio e status junto à rede profissional e pessoal de cada um dos engenheiros que organizava a festa eram também empenhados para arrecadar “fundos” para viabilizar os brindes sorteados no dia do evento os quais, de forma geral, eram realizados em espaços reservados em churrascarias ou clubes em Porto Alegre.

Mais do que um lugar privilegiado para interações entre os ex-trabalhadores, de gerações e épocas distintas de trabalho no antigo Estaleiro, o “encontro da amizade” era vínculo e motivação de um projeto de reestruturação das lembranças de duração do grupo, “uma expressão atualizada da

memória do tempo da coletividade que se encontra desintegrada enquanto grupo e que se quer representativa da memória social” (Eckert, 1997:187).

O final agonizante nos tempos de crise do Estaleiro Só não foi exclusivo da centenária empresa naval gaúcha. O prelúdio da crise era expresso nas narrativas de Seu Fernando que vimos antes quando contava que voltou mesmo depois de aposentado em razão dos efeitos das reduções de encomendas de novas embarcações: o sucateamento de navios para venda de aço. Seu Paulino, vimos, acabou sendo demitido antes da aposentadoria em meio à significativa redução do contingente de mão de obra. Jane, assistente social do Estaleiro Só, que conheci na festa e com quem pude conversar depois, contava que um dos momentos mais dolorosos foi quando as entrevistas individuais de desligamento dos trabalhadores eram realizadas por ela no refeitório, pois eram grupos de dezenas demitidos ao mesmo tempo; de 3.500 chegaram a 350 quando ela saiu da empresa.

A partir dos anos 80, em meio à crise financeira enfrentada pelo país, a situação da indústria naval brasileira se altera e inicia a gradativa diminuição da produção nacional e internacional fomentada pelas crises internacionais do petróleo da década anterior aliada à concorrência dos estaleiros asiáticos com custos de produção subsidiados pelos seus governos (Jesus; Gitahy, 2009). Ao longo desse período, o setor apresentava grandes perdas que se agravaram na década de 90, em meio à ausência de políticas governamentais para o setor, quando os principais estaleiros do país tiveram suas atividades paralisadas (Jesus; Gitahy, 2009), inclusive o Estaleiro Só.

Era recorrente nas conversas que tive com os antigos operários a referência à “política” como responsável pela “quebra” do Estaleiro. Diante dos sinais de crise financeira e econômica do país, o governo nacional durante o regime militar passou a privilegiar as encomendas de navios aos estaleiros do Rio de Janeiro. A empresa naval gaúcha acabou tendo o controle acionário assumido por um grupo empresarial que geria o Estaleiro Ebin, no Rio de Janeiro. Não tardaria para a “quebra” dos estaleiros fluminenses, quando o próprio Ebin depois entraria em processo falimentar.

Nesse cenário, a centenária empresa naval às margens sul do Guaíba fechava suas portas. Em meio às rupturas, uma permanência se conformou nessa comunidade de trabalho, os traços e as referências do trabalho operário naval interiorizados no tempo do estaleiro. Nos termos de Eckert (1997:187) sobre a experiência junto aos mineiros de carvão que retomo para pensar a memória vivida por meio da festa “da saudade”, é através dela que comemoram e rememoram o vivido num tempo-espaço nostálgico e propiciam o trabalho da memória do grupo.

Na festividade que pesquisei, em 7 outubro de 2011, foi realizado um jantar numa churrasceria na zona norte da cidade, num espaço privativo para os convidados do aguardado “XI Encontro dos Amigos do Estaleiro Só”. Logo na entrada, um cartaz referindo o “encontro da amizade” sobre uma foto aérea do Pontal do Estaleiro repleto de navios atracados, indicando a edição da festa, os nomes da comissão organizadora e de outros ex-trabalhadores que colaboraram na organização. Todos os participantes eram identificados pelo nome numa fita branca colada no peito e recebiam um chaveiro gravado em azul, contendo, de um lado, “XI Encontro dos Amigos do Estaleiro Só 2011 Fundado em 1850 Porto Alegre”, do outro, o símbolo da empresa naval.

Alguns instantes ali eram suficientes para alguém que vem de fora perceber que, entre abraços calorosos e sorrisos largos, a marca daquela festa era o reencontro. Mesas dispostas, enquanto o churrasco não era servido, todos circulavam, conversavam animadamente. Durante o jantar, formavam pequenos grupos e optavam por sentar às mesas dispostos segundo os laços de trabalho no tempo do Estaleiro e as relações à época, chefia com chefia, etc. Embora o convite privilegiasse que cada participante indicasse os acompanhantes que levariam à festa, a maioria estava desacompanhada dos seus familiares o que tornava ainda mais evidente o universo masculino do trabalho naval. As mulheres presentes, em geral, eram ex-funcionárias do Estaleiro Só que desempenhavam atividades meio do processo de trabalho. Os participantes, ao serem abordados durante a festa para expressarem as motivações das suas presenças frequentemente mencionavam o prazer de “reencontrar amigos” e “lembrar aquele tempo”.

Nem todos que trabalharam no Estaleiro Só participavam das festas, ainda que saudosos ou mesmo não saudosos, optando por não aderir ao apelo festivo do “Encontro”. Dos que o faziam, entre a rede de operários que pude conhecer a trajetória, Seu Paulino foi à festa junto com seu filho mais novo que também trabalhou no Estaleiro, como vimos. Lá conheci seu amigo e vizinho Nelson que trabalhou no Estaleiro Só até o “apagar das luzes”, como dizia, junto com seus irmãos, um deles também presente. Seu Fernando estava sentado à mesa com um colega mencionado nas entrevistas, Seu Rezende, ambos representando os “mais antigos” do Estaleiro Só, momento que podiam desempenhar o papel de “guardiões da memória”, narrando suas experiências nos primórdios da construção naval no Só e reencontrando aqueles que “formaram lá dentro”. Seu Manoel era um dos que apesar de saber das festas por meio de ex-colegas, hoje vizinhos, optava por não participar.

A presença de velhos operários e o entusiasmo daqueles formados “lá dentro” em revê-los conduziam às emoções do reencontro e evidenciavam o próprio sentido da festa: lembrar os sentimentos e as práticas comuns que os coletivizaram. Por vezes, a expressão de tristeza ao falar

daqueles colegas que morreram e outrora participaram daquele momento festivo. O livro manuscrito com a assinatura de cada um dos ex-funcionários que participou dos encontros anteriores estava exposto para que todos acrescessem seu nome àquela nova edição que, ao final, contabilizou mais de oitenta ex-trabalhadores. Além do nome e contato, havia uma coluna que os identificava pelo período que trabalharam no Estaleiro Só, pois assim identificados, mais do que estabelecer laços de trabalho entre o grupo, era também uma forma de conectar códigos e valores que remetiam às temporalidades e espacialidades das experiências vividas e das práticas e saberes partilhados no tempo do Estaleiro. A pergunta recorrente, entre eles, no Encontro era: “que época você trabalhou?”.

A memória do trabalho no tempo do Estaleiro reatualizada pela comemoração ritual do “encontro da amizade” era dinamizada também pela dimensão política da coletivização de uma parcela do grupo de ex-trabalhadores que até hoje buscam judicialmente as indenizatórias trabalhistas não recebidas por meio de ações contra a massa falida da empresa. Na ocasião que um dos integrantes da comissão organizadora mencionou o litígio, fez questão de referir que o gesto “contra” a entidade “massa falida” não corporificaria o estaleiro e não mudava o sentimento e a motivação de estar junto, de religar e socializar aquele tempo do trabalho. Sobre este aspecto ele falou em tom jocoso: “é aquele exemplo, tu nunca vais brigar com Grêmio, tu podes brigar com o presidente e com o diretor, com o Grêmio nunca”.

A polêmica sobre o projeto do Pontal do Estaleiro que vimos na parte inicial deste trabalho reascendeu o debate público sobre a questão indenizatória em vista da venda pela Prefeitura da área onde se localizava a antiga empresa naval, inclusive repercutindo na mídia local. A realização da festa, reunindo os ex-trabalhadores, na sua edição de 2008, foi divulgada em nota num jornal de ampla circulação no Estado, período que correspondia ao auge da polêmica sobre a votação do projeto urbanístico pelos vereadores. Depois, foi noticiado que representantes do grupo de ex-trabalhadores que militavam pelas indenizatórias tinham sido recebidos na Câmara de Vereadores “por respeito”<sup>157</sup>. A expectativa do grupo que restou frustrada era que tivesse uma compensação financeira pela venda da área do Pontal do Estaleiro que cobrisse, ao menos em parte, os valores das indenizatórias trabalhistas não cumpridas.

O projeto do Pontal do Estaleiro repercutiu num aspecto interessante para pensarmos as formas do trabalho da memória e de salvaguarda do passado fabril naquele território. Foi a partir da

---

<sup>157</sup> *Ex-funcionários do Estaleiro se reúnem*. Jornal Correio do Povo. Porto Alegre, 18 de outubro de 2008. *Estaleiro tem dívida trabalhista*. Jornal Correio do Povo. Porto Alegre, 3 de novembro de 2008.

polêmica acerca do projeto urbanístico proposto que a comissão organizadora do “Encontro” vislumbrou a possibilidade de concretizar o anseio de alguns ex-trabalhadores de terem um espaço físico para salvaguardar a materialidade da existência do trabalho de construção naval no Só. Em vista da proposição do projeto urbanístico do Pontal do Estaleiro, buscaram acordar com representantes do grupo empresarial que adquiriu a área a destinação de um espaço físico junto ao que estava sendo proposto no projeto. A forma destruída, mas persistente da ruína tinha sido demolida, restando às marcas físicas e identitária do espaço fabril naval do cais que ali permaneceu.

Eles almejavam “uma sala”, como diziam, para que pudessem guardar “objetos biográficos” que amarrassem as memórias (Bosi, 1994) que incorporavam e representavam as experiências vividas do trabalho naval às margens do Guaíba: fotos, documentos, pequenos objetos, acervos pessoais guardados pelos próprios trabalhadores, pois o maquinário e equipamentos da empresa foram vendidos como sucata no fechamento. Os representantes da comissão com quem pude conversar mencionaram que “não tinham direito” do ponto de vista formal ao espaço que demandavam e que a cedência de “uma sala” caberia à escolha do empreendedor.

Ao consultar o procedimento instaurado pelo Ministério Público, antes analisado<sup>158</sup> cujos documentos traziam a descrição do projeto urbanístico do Pontal do Estaleiro, a versão então “reformulada”, segundo refere o empreendedor, do agora denominado “Projeto Parque do Pontal” mencionava um “Memorial do Estaleiro”. Dentre outras instalações propostas na edificação projetada, além de um espaço reservado ao “Museu das Águas”<sup>159</sup> mencionado no capítulo anterior, não se tinha detalhamento ou outras informações sobre esta proposta até o momento que realizei a pesquisa, apenas menção. Restaria a pergunta se este espaço para um “memorial” contemplaria do ponto de vista material e simbólico a demanda e expectativa do grupo de ex-trabalhadores da empresa naval.

A possibilidade de resignificação do antigo espaço de trabalho operário naval, atualizando-o com a criação de um espaço museográfico no lugar onde outrora fora as instalações fabris, por anos em ruína, restaria como mais um tencionamento para a questão colocada na parte inicial desta Tese: qual o destino da Lomba do Asseio?

---

<sup>158</sup> Ver Capítulo 3. A última consulta ao procedimento investigatório foi em novembro de 2013.

<sup>159</sup> Apesar de ter sido publicamente anunciado pela Prefeitura a tentativa de conciliar a proposta do Museu na orla do Lago Guaíba ao projeto “Parque Urbano da Orla do Guaíba” de Jaime Lerner. Ver Capítulo 2.

## **CAPÍTULO 5**

### **OS HABITANTES DA REGIÃO CRISTAL: QUANDO OS ESTABELECIDOS VIRAM OUTSIDERS**

O visitante que resolvesse conhecer a orla do Lago Guaíba, às margens sul, percorrendo a pé a “beira rio” tendo como destino final o Cristal, poderia seguir a extensa avenida que leva o mesmo nome pelo espaço destinado às práticas de lazer e esportivas da “pista” cujo traçado retilíneo percorre o aterro até a acentuada curva da Avenida Padre Cacique. Chegando lá, teria diante de si a imensidão do Lago, as águas desenhando o seu contorno, podendo ver, ao longe, na margem contrária, as torres fumegantes da fábrica da cidade vizinha que também repete o nome daquelas águas, Guaíba. Com sorte, poderia passar justo naquele momento a embarcação que pelo rio faz a travessia de passageiros entre a capital e a cidade de Guaíba.

Voltando-se para trás, rente à Avenida, veria a imponente edificação de concreto branco aparente do Museu de arte. Lugar aonde o passeio público é roubado e o tráfego de veículos enfatizado. Seguindo um percurso um tanto arranjado para circulação de pedestre, o visitante chegaria a frente a uma ponta de terra que penetra um pouco no rio. Teria o visitante chegado ao Pontal do Estaleiro, mas ele não saberia o que fora ou que seria aquele espaço cercado que o permitia olhar, mas não adentrar. Talvez, mais atento, perceberia um píer sobre o qual se espalham colunas de ferro de pequena altura fixadas junto à amurada, são antigos cabeços de amarração de navios. Ali, teria então o visitante chegado ao final do seu percurso e adentrado o Cristal.

Uma vez disposto a andar sem destino pelo cenário com o qual se deparou, caminhando pela orla do rio, o visitante estaria entre os limites do aterro sobre suas águas e a extensa Avenida Diário de Notícias, alargada. Ele notaria que ali há o traçado de uma “pista” análoga a da “beira rio” com a presença de pessoas praticando atividades esportivas. Do lado oposto, talvez se surpreendesse com as três torres de edifício, duas delas ainda em construção, todas com fachada espelhada, despontando em meio à horizontalidade das demais edificações e transformando em diminutas as árvores colocadas ali para tornar mais aprazível, aos olhos de visitantes como ele, o extenso estacionamento de veículos do *shopping center*.

Na calçada construída junto àquele grande centro comercial, ele percorreria a Avenida Diário de Notícias, observando o rio, ao lado oposto ao seu. Visualizaria, logo adiante, uma grande placa, recuada, indicando ser ali a entrada para o hipódromo. Enxergaria, atrás, mais ao longe, os dois pavilhões, lado a lado, marcas da arquitetura modernista na cidade. A pista de corrida dos cavalos não estaria visível, somente se o visitante se dispusesse a entrar neste espaço ou atravessar o interior do *shopping* até o estacionamento aos fundos cujo limite é rente à linha de chegada da pista.

Mas, disposto a perambular pelo cenário que compõe a orla do rio, seguindo pela Avenida, o visitante chegaria às duas torres cilíndricas paralelas ligadas por um mirante envidraçado, ao alto.

Ele de pronto não saberia, mas ali o exercício contemplativo da paisagem do rio está colocado nas torres que operam como estação de tratamento de esgotos da cidade. Seguindo seu trajeto, veria um arroio que deságua no rio, parte dele está invisível sob a avenida e outra visível aos olhos de quem ali passa e ve as obras de saneamento ao seu redor. O calçamento findaria, mas o visitante decidido a seguir o trajeto até o final da Avenida percorreria o restante do seu percurso cercado por vegetação baixa.

Chegaria, então, próximo à curva acentuada da Avenida que o obrigaria a tornar à esquerda ou seguir pelo seu traçado contínuo cujo nome passaria a ser aquele que o visitante já viu tantas vezes, Avenida Guaíba. De um lado, ao final do seu percurso, rente à vegetação que percorreria poderia visualizar quase a altura do chão o telhado de casas, dispostas lado a lado, reservadas às cocheiras do hipódromo, num nível mais baixo do solo aterrado. Do outro lado, a entrada para um clube náutico que repete, mais uma vez, o nome do rio e, aproximando-se, ele poderia ver os barcos à vela ali atracados.

O percurso imaginado para este visitante descreve o cenário encontrado por quem se dispusesse a percorrer a orla do Lago Guaíba, às margens sul, junto ao bairro Cristal, ao menos, ao tempo ao final da pesquisa. A orla oferecia a quem ali chegasse não somente a paisagem “natural” do Lago Guaíba, como os signos da modernidade dos projetos recentes de “qualificação” urbana presentes naquele espaço, assim como marcas de um tempo passado que também se quis moderno.

Contudo, para compreender a conjectura conflitiva relativa a esses territórios hoje, no contexto urbano portoalegrense, é preciso adentrar diferentes espaços e temporalidades de um bairro que extrapola, física e simbolicamente, seus limites e conforma uma complexa região, assim figurada neste trabalho.

Para isso, ao longo deste capítulo, analiso as relações dos habitantes da região Cristal com seus espaços, questionando os seus significados pelas formas de socialização entre diferentes indivíduos e grupos sociais. Trago as formas conflitivas de constituição e transformação desses espaços no tempo, enquanto espaço vivido, em meio às experiências de enraizamento e desenraizamento dos seus habitantes.

Início apresentando as redes de relações com as quais interagi ao longo do trabalho de campo nos espaços de sociabilidade da região Cristal. Focalizo os significados compartilhados por determinados segmentos dos habitantes da região sobre as territorialidades que a conforma e as negociações éticas que se processam nas suas ações e interações cotidianas.

## 5.1 Tecendo as tramas das redes

Para iniciar o trabalho de campo etnográfico na região Cristal, tendo como ponto de partida os limites físicos do bairro Cristal, procurei uma mediação que perpassasse as redes de vizinhança do bairro. Inicialmente, recorri às minhas relações com colegas da Universidade e, através de Janaina Bechler, doutoranda em psicologia social e colega de uma disciplina em comum, soube do trabalho que ela tinha participado, mediado pelo Clube de Mães do Cristal, junto aos moradores do bairro. Numa conversa informal, ela me falou que, entre os anos de 2006 e 2007, integrou uma equipe de profissionais que organizou uma publicação<sup>160</sup> sobre as “memórias do bairro”, resultado de uma “oficina” proposta ao Clube de Mães, ocasião em que me disponibilizou um exemplar. Paralelamente, contatei por *email* Fernanda Rechenberg, fotógrafa e antropóloga, que também tinha participado de outro projeto no Cristal junto com Janaina e outros profissionais. Ela referiu que em 2008 realizou um trabalho cujo resultado foi uma publicação<sup>161</sup> reunindo narrativas e imagens fotográficas de lugares e moradores; espaços e práticas dos moradores das “vilas”, as ruínas do Estaleiro Só e o Jockey Club.

Ainda que orientadas por uma pauta institucional exterior à entidade do Cristal, ali figurando como mediadora dos projetos, em vista do financiamento pela Prefeitura em suas “políticas culturais”, ambas as publicações eram resultados de projetos que envolviam uma mediação entre os espaços e moradores do bairro e tinham como ambiência as intensas transformações urbanas em curso nos seus territórios. Ao longo da pesquisa, tive acesso à outra publicação cuja proposta era análoga a essas no que concerne à mediação entre espaços e moradores<sup>162</sup>, resultado de um projeto com um grupo de jovens que produziu “reportagens fotográficas” sobre as “memórias do Cristal”.

Todas as publicações foram realizadas mediante financiamento de projetos e ações públicas com arranjos institucionais específicos, no curto intervalo de três anos, entre 2007 e 2010. Dados imediatos que revelavam a emergência de certas lógicas de normatização engajadas na “preservação” das “memórias” do bairro no contexto interativo de diferentes camadas espaciais e temporais dos conflitos do Pontal do Estaleiro e outros engendrados naquela região “em transformação” na cidade de Porto Alegre.

---

<sup>160</sup> SMC/PMPA. *Memórias de um lugar: fotonovelas documentais*, 2007. Inspirada na estética das histórias em quadrinhos, usa a linguagem das fotonovelas para contar estórias da “comunidade do Cristal”. Os “personagens” são moradores do bairro que compartilhavam as suas experiências de enraizamento com o grupo de mulheres participantes da “oficina de literatura” proposta pelo projeto através do Clube de Mães.

<sup>161</sup> SMA/PMPA. *Guardar na Memória: Imagens do Cristal*, 2008.

<sup>162</sup> SEIDL, E. (Org). *Imagens Faladas: uma reportagem sobre a memória do Bairro Cristal*. Porto Alegre: Ed. do autor, 2010.

Os dois contatos iniciais que estabeleci e suas experiências de trabalho mediadas por espaços e práticas de moradores da região Cristal apontaram o Clube de Mães como sendo um importante espaço de sociabilidade. Fernanda referiu o nome de Nora, engajada nas “ações culturais” do Clube de Mães no período que realizou o trabalho fotográfico e de Madalena, como Presidente da entidade. A partir daí eu poderia estabelecer contatos e relações para desenvolver a pesquisa de campo- na região Cristal- a qual dei início em 2011.

Assim, meu ponto de partida - e depois um dos pontos de ancoragem - foi o Clube de Mães do Cristal. A sede do Clube estava localizada num local privilegiado para a pesquisa etnográfica, pois, situado na Rua Curupaiti, estava distante uma quadra de uma das principais vias de acesso à região - Avenida Icarai - contígua ao muro que circundava a extensa pista do *Jockey Club* e transversal à Avenida Divisa, principal acesso a “vila” Divisa. Além disso, a sede do Clube de Mães compartilhava o terreno com outras “entidades comunitárias” do bairro: a ASSAC (Associação Amigos do Cristal), em frente, a Biblioteca Comunitária e a sala reservada às atividades do CRAS Cristal (Centro de Referência de Assistência Social), ao lado. A sede da ASSAC ficava de frente para a Rua Curupaiti e separada por uma grade do acesso a um estreito corredor cuja placa ao alto indicava “Biblioteca Comunitária do Cristal”. Seguindo pelo corredor cuja lateral era a fachada de madeira do “galpão” da sede da ASSAC, passávamos pela cancha de futebol e chegávamos à porta da biblioteca. Logo ao lado da entrada da sala da biblioteca havia outra sala reservada às atividades do CRAS vizinha à entrada da sede do Clube de Mães.

O primeiro contato com as integrantes do Clube de Mães se deu numa visita que realizei à Biblioteca Comunitária quando conheci Graça que exercia o cargo de Presidente naquele período e Madalena com papel dirigente na entidade. Desde então, ambas foram receptivas à pesquisa e a minha presença nas atividades realizadas ou apoiadas pelo Clube de Mães. Ao longo do trabalho de campo, atribuí em parte a receptividade à pesquisa e à figura do “pesquisador” pela presença constante em seus espaços de representantes de órgãos públicos e de profissionais de diferentes formações e ocupações para o caso das “oficinas” do Clube.

O Clube de Mães do Cristal reunia mulheres “associadas” - em vista da condição de gênero ser aspecto distintivo determinante dessa forma de ação militante - que frequentavam o espaço da sede e se envolviam na pauta institucional da entidade, seja para ações entre “associadas”, seja para ações junto aos moradores do bairro. Para esse envolvimento as mulheres “associadas”, moradoras da região, acionavam suas redes de relações mais amplas de vizinhança e parentesco, organizando eventos festivos, “beneficentes”, etc. As “oficinas” realizadas na sede do Clube eram ações

promovidas e mediadas pela Prefeitura de Porto Alegre entre as ações vinculadas às “políticas culturais”<sup>163</sup> e funcionavam como cursos mediante a presença de um professor em encontros semanais abertos à participação dos moradores da região Cristal.

A “entidade comunitária” atuava também junto às instituições públicas em suas políticas “participativas” enquanto entidade de representação local nas ações políticas organizadas do bairro e da região Cristal. Na medida em que a relação com a entidade era necessariamente mediada por uma pauta institucional, privilegiava observar eventos e situações nas quais eu podia perpassar essas diferentes redes de relações conectadas e estabelecer contatos e relações com moradores dentro e fora da esfera institucional do Clube de Mães.

A biblioteca tinha sido criada há poucos anos e era resultado das iniciativas das lideranças do Clube de Mães para captação de recursos junto às “políticas culturais” da Prefeitura para disposição da sala e manutenção do acervo formado por doações. As ações das duas entidades muitas vezes estavam vinculadas e a minha circulação na rede do Clube de Mães me propiciava frequentar o espaço da biblioteca comunitária.

Das demais entidades vizinhas ao Clube, a ASSAC era um lugar tido como “tradicional” no bairro no “tempo que a ASSAC era ASSAC” como me referiu certa vez uma moradora. Fundada na década de 60 como entidade de representação local e de lazer enquanto associação de “amigos do bairro” chegou a reunir um quadro mais amplo de “antigos” moradores dentre seus associados. Depois passou a ser identificada pelos moradores como um espaço de sociabilidade masculina, por vezes operando com padrões morais de conduta de estar restrito a um lugar para “tomar cerveja” e “jogar bocha”.

A entidade ofertava almoços aos finais de semana a preço fixo “por pessoa”, cuja faixa em frente à sede convidava para o “galeto aos sábados e domingos”. A sede era um amplo galpão de madeira que remetia à estrutura de um “CTG”, com mesas e cadeiras dispostas em frente a um palco, as churrasqueiras, uma cozinha e um bar. Ao lado, havia uma sala que dava acesso à pista de bocha, invisível aos olhos de quem estava no salão principal. Atrás deste espaço principal da sede, ficava a cancha de futebol administrada pela entidade.

Durante o trabalho de campo, frequentei este espaço da ASSAC através da rede de relações dos moradores e por meio de outras entidades que realizavam reuniões ou eventos festivos no salão principal. A entidade cedia o espaço para algumas atividades do CRAS e do Clube de Mães, além

---

<sup>163</sup> As ações de “Descentralização da Cultura” da Prefeitura de Porto Alegre foram implementadas por intermédio de uma agenda permanente de atividades que buscava contemplar as Regiões do Orçamento Participativo (OP) com oficinas, festas comunitárias, palestras etc. e por meio de instâncias específicas criadas pelo projeto. (Heberle, 2011).

de sediar durante determinado período do trabalho de campo, reuniões do Orçamento Participativo (OP) da região Cristal<sup>164</sup>. O CRAS, do ponto de vista formal, era um “centro de referência de atendimento social” vinculado à Fundação de Assistência Social (FASC) da Prefeitura portoalegrense para ações relacionadas à “política de assistência social”, regionalizada segundo o recorte geográfico desses “centros” distribuídos na cidade. O CRAS Cristal ficava localizado na parte alta da Rua Curupaiti e as atividades vinculadas às ações “assistenciais” para “idosos” eram realizadas na pequena sala localizada entre a Biblioteca Comunitária e a sede do Clube de Mães.

O “grupo da FASC” como era denominado pelos seus integrantes em referência à denominação atribuída pelos representantes das instituições públicas que, por vezes, também o identificavam como “grupo de idosos”, se reunia assiduamente duas vezes por semana, ocupando a sala e os espaços cedidos pelo Clube de Mães e pela ASSAC, em dias determinados. Havia, portanto, uma pauta institucional que orientava as atividades periódicas do grupo a partir da figura de uma “coordenadora” que dirigia as ações “assistenciais”.<sup>165</sup> Essas atividades integrantes da pauta institucional da FASC envolviam desde “aulas de música” com um professor que comparecia semanalmente para ensaios às reuniões para “convivência” com lanches e conversas informais entre eles.

O meu primeiro contato com grupo foi me apresentando diretamente às mulheres que eu observara estarem ali com frequência, recorrendo ao contato já estabelecido com Edite, moradora “antiga” que participava ativamente de ambas as entidades, do Clube de Mães e do “grupo da FASC” e quem eu já conhecia pela rede do Clube. Num primeiro momento, apesar de receptivas, não quiseram conversar por muito tempo e, a partir daí, foi uma aproximação gradativa que tornou a minha presença cada vez mais aceita e frequente. Na ocasião em que encontrei com Ilce, que exercia a coordenação junto à FASC, me apresentei dada a mediação institucional que ali figurava e

---

<sup>164</sup> Sobre o “OP”, a cidade de Porto Alegre restou reconhecida nacional e internacionalmente por adotar o modelo de democracia participativa como experiência de “participação popular” na gestão da cidade. Historicamente, para o caso de Porto Alegre, sua criação e implementação estavam comprometidas com um projeto de governo do Partido dos Trabalhadores nas sucessivas gestões municipais do final da década de 80 e anos 90 na capital. Do ponto de vista político-institucional, o OP da “região Cristal” correspondia à denominação do recorte formal para os bairros Cristal – Glória – Cruzeiro (não integrando, portanto, os bairros da zona sul, neste recorte, os quais integram outra “região” do OP). Segundo publicação oficial da PMPPA, pelo OP, a população decide a aplicação dos recursos em obras e serviços que serão executados pela administração municipal, iniciando com as reuniões preparatórias, quando a Prefeitura presta contas do exercício anterior e apresenta o Plano de Investimentos e Serviços para o ano seguinte. Os Fóruns de Delegados são responsáveis pela definição, por ordem de importância, das obras e serviços que serão discutidos de maio a julho e pela análise e aprovação do Plano de Investimentos e Serviços da sua Região ou Temática. Vide: Jornal OP na Cidade. Região Cristal. Maio de 2011. Edição 1.

<sup>165</sup> Esses grupos, a exemplo de outros existentes junto aos “centros de referências” da FASC, estão inseridos num contexto social e político mais amplo de novas experiências de envelhecimento implicadas num conjunto de orientações e intervenções definidas e implementadas pelo aparelho estatal (Debert, 1996), relativas às “políticas públicas” para “idosos” no Brasil.

ela foi receptiva à pesquisa e a minha presença nos eventos promovidos através dessa mediação pela Prefeitura.

Era um grupo majoritariamente feminino, com uma presença masculina assídua em expressiva minoria. Embora do ponto de vista da política pública de “assistência social” que ali intervia a representação fosse “idoso” não eram somente velhos que participavam. Existia uma diferença etária entre as mulheres que frequentavam aquele espaço, a maioria era aposentada e dispunham de mais tempo para participar, outras trabalhavam e se envolviam nos eventos e situações fora das atividades semanais à tarde. Existiam algumas mulheres do “grupo da FASC” cujos laços de vizinhança e amizade que as uniam faziam com que elas frequentassem aquele espaço com mais assiduidade e fora daquela mediação institucional. Foi com elas com quem estabeleci um convívio mais frequente e que me inseriram nas suas redes de relações mais amplas de parentesco, compadrio e vizinhança.

A proximidade física entre aqueles espaços, se por um lado, possibilitava o convívio com os interlocutores da pesquisa de modo frequente e direto, por outro, imputava a adoção de estratégias para poder circular entre diferentes redes de relações sociais (conectadas) em espaços contíguos (diferenciados). Isso fez com que eu tivesse uma frequência semanal, em dias alternados, tanto com a rede do Clube de Mães quanto com a do “grupo da FASC” e com ambas articuladas, considerando os eventos e situações privilegiadas pela pesquisa junto a essas redes. A partir daí, estabeleci outros percursos por espaços e práticas junto aos moradores da região Cristal.

Ao compor meus percursos etnográficos na região em estudo, entre as fronteiras físicas e simbólicas de seus diferentes territórios, no contexto da investigação antropológica, era a dinâmica das interações cotidianas e representações sociais dos moradores que buscava compreender. Desde os primeiros diálogos e entrevistas que realizei com moradores da região Cristal, considerando que eles mesmos me conduziam a percorrer a dinâmica espaço-temporal de uma região e não de um bairro, fui descobrindo as diferentes formas de ocuparem e se deslocarem nesses espaços.

Opto, nesta primeira parte do capítulo, por descrever uma situação etnográfica e seus encadeamentos como registro de experiências etnográficas a partir das quais busco conduzir o leitor para dentro dos grupos pesquisados em suas interações.

Um dos eventos sociais e festivos “comunitários” que observei foi uma ação intitulada de “A volta do Povo à Praça”, em 3 de setembro de 2011. Era um evento realizado na extensa área de uma Praça, no bairro Cristal, próxima ao *Jockey Club* e ao *Shopping Barra Sul*, que abarcava uma intensa programação, entre manhã e tarde de um sábado: apresentação de teatro e musical, feira de

artesanato, “oficinas culturais”, entre outras atividades. Soube da realização do evento através das integrantes do Clube de Mães que, assim como outras “entidades comunitárias”, estavam diretamente envolvidas na sua organização. Aquela seria a terceira edição do evento na Praça Alexandre Zachia, ocorrendo ainda mais duas edições, uma em 2011 e outra em 2012, das quais também participei “observando”.

A Praça está localizada numa porção central do bairro, próxima à Divisa, uma das principais “vilas” da região, e cercada pelos prédios dos antigos “conjuntos habitacionais”. A Praça configurava um dos espaços abertos e necessariamente públicos para práticas de lazer dos seus moradores entre aqueles espaços que perduraram em meio às recentes e intensas transformações urbanísticas. Embora os integrantes das “entidades comunitárias” envolvidas na sua organização se referissem à “comunidade do Cristal” –autodenominação coletiva corrente nas narrativas dos moradores- a rede que mobilizava expandia o limite físico do Cristal, seja pelas pessoas que vinham à praça no dia do evento participar das atividades, seja pelos grupos executores das “ações culturais”, abarcando bairros limítrofes como Santa Tereza, Cavallhada, Tristeza, entre outros.

Dada a pauta institucional que guiava estas formas de atuação do Clube de Mães junto à “comunidade do Cristal” e o papel dirigente de Madalena e Graça, a presença delas era frequente nas mediações relacionadas a estas ações na região. A minha inserção como pesquisadora nos espaços e práticas que envolviam a mediação do Clube de Mães, por vezes, passava pela enunciação de discursos engajados aos processos políticos da região Cristal, outras por diálogos nos quais elas narravam as experiências junto à entidade a partir das suas trajetórias individuais na região Cristal e fora dela.

Graça demonstrava sua preocupação em expor o envolvimento institucional do Clube de Mães nos “projetos da Prefeitura” como se estivesse informando a um jornalista tais aspectos, reforçando a “tradição” da entidade no bairro ao longo de mais de 40 anos de fundação. Gradativamente, nossas conversas se tornaram mais informais e sobre questões não necessariamente afeitas à atuação institucional do Clube de Mães ainda que estas centrassem nossos diálogos. Ela não era moradora da região Cristal e residia com sua família no bairro Partenon, se deslocando assiduamente de ônibus da zona leste à zona sul para exercer atividades administrativas e participar dos “eventos culturais” e festivos promovidos pela entidade. Sua trajetória militante em entidades análogas e sua amizade de longa data com Madalena eram fatores que Graça atribuía ao seu envolvimento no Clube de Mães do Cristal e que a conduziram ao cargo naquele período.

Madalena que já tinha exercido o cargo de presidente em outras “gestões” seguia tendo um papel de liderança não somente junto aos representantes do poder público que lá circulavam como também junto às “associadas” do Clube de Mães. Moradora “antiga” do bairro Cristal, Madalena tinha uma trajetória militante em ações políticas no bairro, mediadas pelo Clube de Mães, junto às instâncias públicas “participativas”, assim como seu marido Lauro, aspecto que será retomado. Embora ela me dissesse que seus filhos, também moradores do Cristal, não tivessem “herdado” a “veia” militante dos pais e se envolvido nas ações “comunitárias”, a sua neta “emprestada” trabalhava como voluntária na Biblioteca Comunitária.

Graça e Madalena, na ocasião em que falavam sobre a participação do Clube de Mães naquele evento na Praça, falaram da preocupação da “comunidade do Cristal” em ocupar aquele espaço público como forma de reação às práticas de violência que narravam estar “tomando” o lugar, como o consumo de drogas e assaltos. Daí o nome atribuído àquela ação comunitária, a praça era “do povo” e ele estava se reapropriando daquele lugar. As falas delas somadas às falas de outros moradores e integrantes das entidades envolvidas na organização do evento me ajudavam a compreender melhor os usos em seu cotidiano - e os significados atribuídos - de espaços públicos como a Praça. Eram narrativas que revelavam o controle social e moral exercidos pelos moradores sobre os usos dos espaços, especialmente sobre espaços liminares, física e simbolicamente, aos territórios das “vilas” da região Cristal.

Existia uma rede de “entidades comunitárias” envolvidas na organização e divulgação do evento como ainda na participação das atividades que eram programadas a cada nova edição, as quais se articulavam com instituições governamentais que apoiavam a sua realização, como a Prefeitura de Porto Alegre e a Brigada Militar. Tinha sido criado um grupo de trabalho - “GT da Praça” - a partir da participação dessas “entidades comunitárias” no “Fórum de Justiça e Segurança do Cristal”, uma esfera política “participativa” sobre questões relacionadas à “segurança pública”, dirigida pela “comunidade”, mas com apoio da PMPA e do governo do Estado (Brigada Militar, Polícia Civil, Secretarias). A partir da inserção do Clube de Mães no “GT da Praça” soube por Graça e por moradores que o integravam que ocorreria uma reunião preparatória do evento em outra entidade sediada no bairro Cristal.

Alguns dias antes da realização da “Volta do Povo à Praça”, eu participei desta reunião preparatória do evento que ocorreria no “Quilombo do Sopapo”, uma das principais entidades mobilizadas na sua organização. O Quilombo do Sopapo cuja sede ficava localizada numa casa justo à rua em frente à Praça é institucionalmente reconhecido como “ponto de cultura” com forte

atuação na região Cristal através de uma pauta institucional mediada por *ongs* apoiadas por instituições públicas.

Esses “pontos de cultura” são entidades apoiadas pelo Ministério da Cultura nos seus arranjos institucionais com o poder público municipal, e desenvolvem “ações culturais” em suas “comunidades”<sup>166</sup>. Dentre essas ações, a entidade<sup>167</sup> promovia diversas oficinas para grupos de crianças e jovens moradoras das “vilas” da região, visando à aprendizagem do uso de equipamentos de multimídia (vídeo e fotografia), além de teatro e música. Foi lá que conheci a publicação resultado do projeto realizado com jovens moradores que referi inicialmente. Patrícia, representante de uma *ong* mediadora dos projetos no “ponto de cultura”, me disponibilizou um exemplar na ocasião da reunião.

A reunião do “GT da Praça”, realizada numa das salas da sede do Quilombo do Sopapo, iniciou após o horário comercial de modo a propiciar a participação mais ampla dos representantes da “comunidade” que trabalhavam ao longo do dia. A reunião naquela noite foi composta pelo coordenador do “ponto de cultura”, representantes de uma *ong* que desenvolvia projetos junto a entidade, um morador representante da “Região de Planejamento” do Cristal nas esferas “participativas” da Prefeitura, outra moradora representando o Clube de Mães, um estudante universitário que atuava nas ações do “ponto de cultura”, um representante do CRAS Cristal, entre outros. Era uma intrincada rede formada por moradores representantes de “entidades comunitárias” e instâncias públicas “participativas” que integrava ou se articulava a um quadro mais amplo de instituições e instâncias governamentais que atuavam em temas relacionados à “assistência social” e “políticas culturais” na região Cristal.

Naquela ocasião, alguns dos presentes manifestaram a sua preocupação com um eventual cancelamento do evento marcado para a semana seguinte em razão das chuvas e do alagamento da Praça. Este foi um assunto que mobilizou o grupo naquela reunião, pois aquela edição que estava sendo organizada contava com o apoio institucional da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAM) em vista dos problemas de drenagem da Praça, demanda antiga da “comunidade”. A Praça se localizava na parte baixa do Cristal, contígua ao antigo aterro do Hipódromo e a um arroio

---

<sup>166</sup> Segundo o Ministério da Cultura, são entidades reconhecidas e apoiadas financeira e institucionalmente pelo Ministro, que desenvolvem “ações de impacto sociocultural em suas comunidades”. Quando firmado o convênio com o Ministério, o Ponto de Cultura recebe uma quantia para investir conforme projeto apresentado e parte do incentivo recebido é para aquisição de equipamento multimídia em software livre, composto por microcomputador, ministúdio para gravar CD, câmera digital, ilha de edição e etc. Disponível em: Portal do Ministério da Cultura (MinC): <<http://www.cultura.gov.br/culturaviva/ponto-de-cultura/>>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2012.

<sup>167</sup> Os projetos e ações são divulgadas num *Blog*: <<http://quilombodosopapo.blogspot.com.br/>>.

canalizado e grande parte da sua extensão ficava intransitável com o acúmulo de água após as chuvas.

Era a SMAM também responsável pela montagem do palco e do som para as bandas dos jovens moradores e coral que se apresentariam naquela edição do evento. Diante a ausência do representante da SMAM naquela reunião, o grupo acordou que alguém ficaria responsável por cobrar a sua presença na reunião seguinte às vésperas do evento, pois dependiam do apoio da Secretaria municipal para viabilização de recursos e materiais. Durante a reunião listaram o material faltante, definiram a programação e os locais de divulgação na região Cristal: “mini” mercados e outros pequenos comércios locais, as escolas públicas, as entidades comunitárias, além da panfletagem e da circulação de um carro de som.

No sábado marcado para a realização da “Volta do Povo à Praça” eu cheguei logo cedo, antes do horário determinado para o início da programação, às dez horas da manhã, com atividades previstas até às 18 horas. O dia estava ensolarado e o final do inverno já anunciava uma temperatura agradável para um evento ao ar livre. Logo que cheguei encontrei com Dona Edite que, naquele dia, ficaria responsável por fazer o almoço para os organizadores e integrantes de entidades na cozinha do Quilombo do Sopapo.

Dona Edite era uma antiga moradora da Divisa e tinha uma trajetória militante junto à “comunidade” da “vila” onde morava, aspecto mencionado por outros moradores nas inúmeras ocasiões em que nos encontramos. Dada sua condição de moradora e sua trajetória ela circulava mais facilmente entre as distintas redes de vizinhança e de “entidades comunitárias” da região cristal. As falas revelavam que além da questão geracional, as condições de moradia na região, dentro ou fora das “vilas”, eram outra oposição articulada entre algumas integrantes do Clube de Mães e alguns integrantes do Quilombo do Sopapo, nos espaços das entidades e no espaço da Praça.

Na ocasião em que encontrei Dona Edite, antes dos preparativos do almoço coletivo do qual também participei, estava Ana Paula, assistente social do CRAS Cristal, e ambas conversavam com Maria Luisa, moradora e participante eventual de atividades do Clube. O assunto entre elas era a retirada pouco antes, pela Prefeitura, de uma “moradora de rua” que usava a casa que fica no centro da Praça. Essas casas foram previstas em diversas praças da cidade de Porto Alegre e deterioradas muitas acabaram sendo demolidas pelas últimas gestões municipais.

Elas comentaram a iniciativa do “Fórum de Segurança” do bairro Cristal de querer fazer dela um posto da polícia. Maria Luisa dizia que devia ser uma “casa de passagem”, um lugar para abrigar pessoas como a mulher que havia sido retirada. Mas disse que era “sempre coercitivo o

movimento das pessoas” “não é social, social é a festinha e tal”, referindo-se às iniciativas do evento na Praça. Contrariamente a fala de Maria Luisa, muitas das narrativas que escutei de moradores sobre o uso comum daquele espaço público indicavam o medo de uma possível contaminação social e moral pela presença de frequentadores considerados indesejados, “moradores de rua” e consumidores de drogas.

Daí a reivindicação de parte do grupo que se mobilizava nas ações do “Fórum de Justiça e Segurança” para que a casa da Praça fosse destinada à instalação de um posto policial da Brigada Militar. Representantes do Quilombo do Sopapo eram contrários a esta medida que entendiam se alinhar a uma “lógica de prevenção à violência pela repressão”. O coordenador da entidade articulava uma fala política engajada expressa nas próprias “ações culturais” que a entidade desenvolvia com crianças e jovens moradoras da “comunidade do Cristal”. A primeira edição do evento da “Volta do Povo à Praça” teve, dentre a sua programação, a atividade de grafite na fachada da casa cujos desenhos lá permaneceram. Os representantes do Quilombo do Sopapo reivindicavam junto ao “Fórum” que a casa fosse destinada a um local para atividades socioculturais e recreativas para a “comunidade”.

Naquele sábado, a extensa programação começou com a apresentação de um grupo de teatro de rua de Porto Alegre. Foi justo nesta ocasião do evento na Praça, entre os moradores participantes, que conheci Seu Paulino e Dona Mica, que naquele dia escutaram a movimentação do apartamento onde moravam e “desceram” com suas cadeiras e chimarrão para assistir a peça de teatro. Logo chegaram Madalena, Graça e Tânia, também integrante do Clube de Mães. Elas estavam junto com Lauro, marido de Madalena, presença frequente nas atividades públicas da entidade. As mulheres representantes do Clube eram responsáveis pelo “troca-troca de livros” e “contação de histórias” mediante uma mala de livros da Biblioteca Comunitária do Cristal levada para as atividades lúdicas com as crianças. Estas tinham presença significativa junto às atividades propostas pelo evento, além de ocuparem a cancha esportiva e os brinquedos dispostos na Praça.

A alimentação era ofertada por mulheres, moradoras da região Cristal, que produziam doces e lanches para serem vendidos nas mesas decoradas dispostas à sombra das árvores, assim como o artesanato, também produzido e vendido por moradores locais. Palco montado e som instalado, seguiu a programação de apresentações musicais, precedida pela abertura oficial pelo Secretário de Meio Ambiente da cidade de Porto Alegre junto com Leandro, coordenador do Quilombo do Sopapo, Madalena e Graça da Diretoria do Clube de Mães.

O Secretário tratou de fazer um discurso que minimizasse a situação que ocorrera pouco antes da sua fala e que virou motivo de “chacota” entre organizadores e participantes do evento: a camionete da SMAM tinha atolado em meio a Praça na parte alagadiça, mobilizando alguns homens para viabilizar a sua retirada. Segundo o Secretário municipal o ocorrido tinha sido positivo “para verem a real necessidade de drenagem” daquele espaço público.

A circulação por diferentes formas de sociabilidade que animavam e conformavam os territórios da região Cristal era expressa na diversidade das atividades que integravam a “programação cultural” do evento as quais eram realizadas por grupos de moradores articulados às “entidades comunitárias” locais. Envolviam desde atividades lúdicas para as crianças, às práticas femininas de certa ação militante do Clube de Mães, passando pelo movimento social de jovens inseridos nos projetos e ações do Quilombo do Sopapo.

Foi durante o evento que pude conhecer mais uma das “professoras” atuantes nas “oficinas” ofertadas pela Prefeitura à “comunidade do Cristal” através do Clube de Mães. A oficina de canto resultara naquele dia na apresentação, no palco montado em meio a Praça, do coral formado por um grupo de mulheres que participavam dos encontros semanais. Conheci também um grupo de jovens moradores articulados às ações do Quilombo do Sopapo que se apresentou no palco, mostrando músicas produzidas num projeto vinculado ao movimento *hip hop* da região Cristal. Participaram também crianças e jovens integrantes de um grupo de percussão de uma escola pública do bairro Cavahada, próximo ao Cristal.

A disputa em torno dos “usos” da casa no centro da Praça tencionava questões a respeito do aumento do tráfico de drogas aspecto que moradores atribuíam ao aumento da violência urbana em alguns espaços da região. Ainda que a pesquisa não adentrasse a esfera do tema da violência não somente em termos contextual o dado era importante, pois demarcava ali tensões nas relações entre as redes das “entidades comunitárias” com ressonância nas suas formas de ação política.

A partir dos preparativos que antecederam o dia do evento na Praça, a sua realização e os diálogos posteriores, comecei a delinear o quadro interativo das múltiplas redes e espaços de sociabilidade da região Cristal as quais perpassavam as redes de vizinhança, mas que também se processavam em duas esferas inter-relacionadas: no âmbito das instituições e instâncias governamentais das políticas “participativas” e suas mediações entre diferentes práticas e espaços; as políticas enquanto rede de relações entre moradores e suas interações no âmbito das “entidades comunitárias”. Na interconexão entre essas duas esferas, as “entidades comunitárias” desempenhavam um papel de mediação entre os moradores e a administração pública.

Um exemplo dessa inter-relação constante que pude observar nos espaços e redes que me inseri é a questão da drenagem da Praça. Tornando-se uma demanda política da rede de moradores articulados às “entidades comunitárias” para viabilizar o uso comum de um espaço público, seus integrantes trataram de acionar diferentes instâncias dos poderes públicos municipais, além de mobilizar os demais moradores com quem maninham laços de vizinhança.

Vemos, assim, que as ações e interações (Simmel, 2004; 2012; Goffman, 2011) das formas de ocupação dos espaços se processam em cenários políticos, ou seja, como dito, no quadro das instâncias políticas e governamentais, assim como da política enquanto rede (ou redes) de diferentes atores sociais interconectados e em contexto. Essa dimensão normativa emerge num quadro interativo de diferentes camadas espaciais e temporais dos conflitos sobre os territórios da região Cristal. O enquadre político dos aspectos espaços-temporais desses conflitos, em termos das políticas urbanas, no contexto portoalegrense, ainda será retomado no decorrer do presente Capítulo.

Antes, nos questionaremos sobre as formas de sociabilidade, as formas de moradia, as formas de ocupação do espaço público, as formas de inserção no mundo do trabalho dos habitantes da região Cristal, nas suas diferenciações. Vimos que o conflito do Pontal do Estaleiro e demais conflitos engendrados na região Cristal possuem a potência de expressarem e reordenarem diferentes significados a partir dos quais a realidade é negociada.

Privilegio, agora, os significados compartilhados por determinados segmentos dos habitantes da região Cristal sobre os espaços que a conformam e as negociações éticas que se processam nas suas ações e interações cotidianas. Para isso é preciso compreender processos complexos afeitos às múltiplas formas de construção de tempos sociais vividos pelos habitantes os quais refletem no modo como a região integra o mapa social e urbano da cidade.

Do fluxo contínuo de experiências no enquadre do tempo, são analisadas as relações dos habitantes da região Cristal com seus espaços públicos e privados, com o rio e suas margens, os morros, os arroios que deságuam no rio. Espaços relacionados às práticas e pertencimentos diferenciados e articulados com a questão (conflitiva) da moradia. Acentua-se o *ethos* ligado ao espaço, através de “pequenos rituais da existência cotidiana como de grandes eventos que pontuam a vida pública” (Maffesoli, 1993:87).<sup>168</sup>

---

<sup>168</sup> Aproprio-me dos estudos de Michel Maffesoli sobre uma “sociologia do cotidiano” (Maffesoli, 1998) para as questões relativas ao tema do cotidiano, cuja abordagem será ainda retomada no presente trabalho. Nesse sentido, o autor refere: « Elle est constituée de minuscules attitudes des tous les jours, trajets, discussions, bricolages, cuisine, promenades, recherches vestimentaires, attitudes pas lesquelles un groupe d’individus se reconnaît comme tel. Cette

Para isso, é novamente a voz dos interlocutores da pesquisa, nas suas narrativas biográficas, escolhidas como paradigmáticas em meio às redes de relações de moradores, que nos conduzem nos percursos espaços-temporais pela região Cristal. Trago significados compartilhados pelos habitantes nas suas relações com seus espaços de pertença no tempo, os quais são reveladores dos motivos de enraizamento e desenraizamento na região Cristal e das formas de constituição e transformação desse espaço na paisagem urbana da cidade de Porto Alegre.

Trata-se da complexa combinação entre narrativas pessoais, relatos de ciclos de vida, biografias, trajetórias e projeções de vida remetida ao contexto sócio histórico de uma sociedade em que os interlocutores aparecem como atores históricos e sujeitos portadores de uma identidade (Rocha; Eckert 2013:126), “considerando que as narrativas pessoais estão permeadas de intersubjetividade”.

Se, no capítulo anterior, foram vozes masculinas que falavam de suas experiências vividas e, não raras vezes, traziam situações experienciadas pela família, que nos levaram a percorrer as territorialidades da região Cristal, agora, essa forma narrativa se inverte. São vozes femininas que nos conduzem por seus espaços de pertença e sentidos atribuídos. Mas, ainda que protagonistas entre as trajetórias sociais escolhidas, estas vozes mesclam-se às experiências de moradores conectados as suas redes de relações e às redes de pesquisa.

## **5.2 As múltiplas formas da região Cristal**

### **Entre a permanência e a remoção, construindo ambientes afetivos**

A situação das “vilas” na encruzilhada do tempo (Anjos, 2006:25), entre a permanência e a remoção, era assunto frequente desde os primeiros diálogos e entrevistas que realizei com moradores da região Cristal. Diante das mudanças advindas dos projetos de “qualificação” urbana e dos novos locais de consumo urbano que chegaram àquela região da cidade<sup>169</sup>, os seus habitantes eram impelidos a se mover na dinâmica das formas da vida social, experienciando mudanças de casas, trajetos, laços de vizinhança, práticas de trabalho e de sociabilidade. Processos e arranjos presentes nas falas dos moradores não somente pelas formas como, no presente, suas vidas cotidianas eram perpassadas por esta reintegração da região Cristal ao circuito da orla e da cidade

---

reconnaissance ou cette indentié n'est pas unifiée, lion de là, elle est muttante et changeante, mais elle constitue au travers même de la pluralité des ses expressions une trame solide, à l'image de ces fils divers dans leur texture et leur coloration qui constitue, dans leurs entrecroisements multiples, les tissus résistants que nous connaissons. » (1998 :13).

<sup>169</sup> Vimos no Capítulo 2 e retomaremos ao longo deste.

planejada e higienizada, mas, sobretudo, as formas como remontavam, no tempo, processos anteriores.

Quando iniciei o trabalho de campo nos espaços sociais do Cristal, a projeção pública e midiática do conflito do Pontal do Estaleiro não tinha a mesma intensidade, mas, no decorrer do tempo, eventualmente, surgia algum boato entre os moradores sobre mudanças do projeto construtivo ou alguma matéria no jornal, especulando sobre o que, afinal, seria construído pela empresa investidora diante da aprovação da “parte comercial”, como vimos. O PISA, programa de saneamento ambiental da Prefeitura, já estava em andamento e cumpria com etapas de obras físicas dentro e fora do Cristal e da zona sul da cidade. O antigo projeto viário de duplicação da Avenida Moab Caldas (conhecida pelos moradores como “Avenida Tronco”), previsto desde o Plano Diretor de 1959 e retomado outras vezes pelos governos municipais, como vimos antes, acabara transformado em “obra prioritária” para a Copa do Mundo de 2014 e dava início as suas ações.

Eram justamente as questões relacionadas ao projeto da “Avenida Tronco” e a iminência das novas ações relativas às etapas subsequentes do PISA que estavam em jogo nos conflitos latentes na região Cristal quando me inseri nas redes locais para desenvolver a pesquisa de campo. Quando os interlocutores não eram diretamente afetados pela conjectura conflitiva dos projetos urbanos, tinham algum parente, amigo ou vizinho que seria e as situações de entrevista e conversas informais revelavam as formas como as mudanças ou a iminência delas perpassavam as suas vidas cotidianas.

Numa das ocasiões em que eu estava no Clube de Mães, conversando informalmente com Graça e Dona Edite, ela nos contou que, dias antes, em agosto de 2011, tinha recebido a visita de um funcionário da Prefeitura demandando que preenchesse um “formulário” e perguntando o que ela tinha em sua casa, televisão, geladeira etc. A casa de Dona Edite seria objeto de “indenização”, pois estava localizada na parte da “vila” Divisa atingida pela obra viária que, juntamente com outras casas, seria removida. Teria que optar entre um “bônus”, um valor em reais para adquirir uma nova moradia, ou uma moradia viabilizada pelo Poder Público ainda sem definição de localização. Foi quando ela nos disse em tom jocoso “não sei se vou pra Restinga, pra Putinga”. Putinga era a cidade fictícia que ela e as demais integrantes do grupo de mulheres que participavam da “oficina” de teatro tinham inventado para a peça que encenariam naquele ano, e Restinga um bairro mais afastado do Cristal, na zona sul, criado a partir de processos anteriores de “remoção” na cidade.<sup>170</sup>

---

<sup>170</sup> A Restinga, nos anos 70, foi tido como o maior projeto habitacional do Brasil. Porto Alegre passava por um intenso processo de urbanização, incluindo aí o “Projeto Renascença”, que criou grandes modificações no bairro Menino Deus (aterros, abertura de avenidas etc.), como vimos nos Capítulos 2 e 4. Paralelo às habitações, havia o projeto de implantação do Distrito Industrial, que acolheria indústrias e criaria um espaço de moradia para a mão de obra que para

Graça fez questão de dizer que Edite era “conhecida” e quando mais nova fez “muita coisa pela comunidade”. Dona Edite contou que morava há mais de 50 anos no bairro, vinda de Santana do Livramento, sul do Estado. A casa onde morava tinha sido da sua mãe e hoje dividia com uma sobrinha. Contou que dos 41 anos de fundação do Clube de Mães do Cristal participava há 39 das suas atividades. A sua agilidade e disposição para desenvolver as diversas atividades junto à entidade ocultavam que estava se aproximando dos oitenta anos. Era ela quem abria a sede do Clube todos os dias pela manhã e foram lá as inúmeras ocasiões onde nos encontrávamos e conversávamos, pois ela expressava certo desconforto com a minha presença na “vila” e restou hesitante a uma situação de entrevista, fosse à sua casa ou no Clube.

Os nossos diálogos versavam sobre os acontecimentos cotidianos da região, os eventos festivos do Clube de Mães e do “grupo da FASC”, mas pouco da sua trajetória. Por vezes, lembranças das situações do tempo em que “fez pela comunidade” surgiam na voz de outros moradores ou dela própria. Para o caso da sua inserção na entidade, assim como de outros moradores que conheci, a observação contínua da dinâmica da mediação institucional entre o Clube e as esferas políticas “participativas” da Prefeitura mostrava o modo como este “fazer pela comunidade” se transformava como veremos no decorrer do capítulo.

Para o caso de Edite, enquanto “associada” ao Clube de Mães, a sua ação política na “comunidade” da “vila” que morava há tantos anos e a forma como se constituía como sujeito político em meio às ações conjuntas dos moradores pela “melhoria” das condições de vida, reivindicando equipamentos urbanos, fortalecendo redes de ajuda mútua, hoje era reatualizada num novo cenário de mobilização no qual as políticas públicas estimulavam práticas de “participação popular” em diversas instâncias e mediações. O exemplo da Praça poderia ser novamente citado nesse sentido.

Mas, diferentemente do papel de liderança exercido por Madalena e Graça na entidade e o grau de envolvimento nessas práticas, para Dona Edite ainda que sua presença cotidiana no Clube de Mães fosse mediada por certa ação política, participando de reuniões, eleições de “conselheiros” para instâncias “participativas”, era, fundamentalmente, as formas de sociabilidade lúdica das “oficinas” ou mesmo a modalidade básica de conversação as suas motivações de pertencer ao

---

ali se mudaria. Entretanto, o projeto nunca saiu totalmente do papel: em parte, foram construídas moradias aos trabalhadores de diferentes áreas da cidade, inscritos no DEMHAB, mas as indústrias não se instalaram ali. Disponível em: <[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/observatorio/default.php?p\\_bairro=153&hist=1&p\\_sistema=S](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/observatorio/default.php?p_bairro=153&hist=1&p_sistema=S)>. Sobre as memórias de populações negras em Porto Alegre, antigas moradoras da “Ilhota” e removidas para Restinga em razão do “Projeto Renascença”, ver crônica em vídeo do Projeto Habitantes do Arroio antes mencionado. Ver em: <<http://habitantesdoarroio.blogspot.com.br/>>.

grupo. Os espaços sociais do Clube e do “grupo da FASC” eram para ela e para outras mulheres que convivi durante o trabalho de campo um espaço social privilegiado para promover esse sentimento de estar junto, nutrindo laços com suas redes de vizinhança e amizade.

Numa outra ocasião em que conversamos, em novembro de 2012, um dos últimos registros em diário de campo sobre Edite, mais de um ano após a sua menção à visita da Prefeitura, ela me disse “até janeiro tem que sair”. Referiu-me que sua sobrinha iria com ela e que estavam procurando uma casa para comprar com o “bônus” na Hípica, bairro localizado na zona sul, mais distante do Cristal. Dizendo-me estar “mais conformada”, fez questão de mencionar que não deixaria de vir ao Cristal para manter as suas atividades no Clube e fora dele, “não vou parar, vou seguir vindo, conheço gente que parou e ficou doente”.

O depoimento de Dona Edite é importante em termos dos lugares que frequentava e pelas suas práticas cotidianas no bairro que agora mais restritas aos trajetos entre o Clube de Mães e sua casa estavam relacionadas a uma intensa inserção na “comunidade” da “vila” onde morava. Ela era uma referência na “comunidade” como uma das mais antigas moradoras. A sua situação na “encruzilhada do tempo” do convívio com a ameaça incerta de ser removida era análoga a de muitos moradores que habitavam a “vila” Divisa e outras “vilas” da região, seja pelos projetos urbanos vindouros, seja pela condição de “irregularidade” perante órgãos governamentais.

Revelava-se justamente nessa encruzilhada um encontro da trajetória da Dona Edite com a própria trajetória da política urbana em Porto Alegre. Para compreendermos este cruzamento, percorreremos outros percursos, seguindo os itinerários urbanos de Dona Olinda.

Conheci Dona Olinda no “grupo da FASC” logo que me apresentei às mulheres que frequentavam os encontros e circulavam nos espaços do Clube de Mães. Dona Olinda e eu nos encontrávamos-nos com frequência na pequena sala do grupo, pois ela não somente participava dos encontros periódicos mediados pela Fundação como fazia daquele lugar um espaço de sociabilidade, de interação com amigos e antigos vizinhos. Ela foi uma das pessoas com quem mais tive diálogos sobre o cotidiano e memórias da região Cristal. Quando nos conhecemos fazia três anos que ela não morava mais no bairro Cristal. Ainda que eu tenha expressado minha disponibilidade de ir até a sua nova casa, ela preferiu que marcássemos a entrevista na sala, num dia sem atividades com o “grupo”, pois, como dizia, estava “sempre ali”.

A “sala” onde nos encontramos na situação de entrevista era motivo de tensões entre as integrantes do “grupo da FASC” e “associadas” do Clube de Mães, embora algumas delas frequentassem ambos os espaços como Dona Edite, por exemplo. Em razão da sala mais ampla

onde antes se reuniam ter sido destinada à biblioteca comunitária aquelas mulheres que tinham papel de liderança no “grupo”, como Dona Olinda, questionava o espaço que restou e o fato de “dependerem” da sede do Clube ou da ASSAC para os encontros semanais. Foi nesta sala que nos encontramos, dividida entre uma cozinha improvisada e uma sala com mesa e telefone com fotos do grupo dispostas num mural. Nesta situação de entrevista, numa tarde de outubro de 2011, pudemos conversar mais longamente sobre sua trajetória.

Dona Olinda tinha setenta e um anos e estava aposentada. Passou parte da sua infância com a família de origem na Ponta Grossa, extremo sul da cidade, aonde “só se chegava de carroça”. Sem se ater às lembranças da infância numa região da cidade que à época devia ser ainda mais distante da área urbana, contou que depois morou em outros lugares, passando por Viamão, na região metropolitana de Porto Alegre, voltando a residir na capital, no bairro Azenha.

Ela trabalhava como telefonista da extinta TV Piratini e desencadeado por uma situação de demissão começou a trabalhar como telefonista do Jockey *Club*. A sua equação para lembrar o tempo que chegou ao bairro inicialmente para trabalhar e, depois, também para morar era a idade de seu único filho, “o meu filho tinha 6 anos, agora está com 44, faz tempo”. Quando começou a trabalhar no Prado, Dona Olinda decide sair do apartamento no bairro Azenha e vir morar na região próxima ao seu novo local de trabalho, como conta.

Eu quando eu vim, eu morava na... Eu trabalhava na TV Piratini, eu fui despedida, aí um amigo meu me arrumou no Jôquei como telefonista, que eu era telefonista da TV Piratini. Eu morava na Azenha. E eu comprei uma casinha ali perto da igreja, ali na... Ai, como é o nome daquela igreja... São Martinho. Tem uma vilinha ali, era só de funcionários do Jôquei, aí um senhor me vendeu a casinha. Eu fiquei morando ali. Depois aí eu ganhei, me inscrevi na COHAB lá na Zona Norte, aí ganhei a casa, aí mudei dali e fui para... Vendi a casa e fui morar lá na... na COHAB. Na Zona Norte. Aí depois voltei para cá de novo, que aí ficava longe. Ficava longe para eu ir trabalhar. Aí fiz a casa ali no... no Barra shopping. Tinha uma figueira ali, agora que eu vi que eles derrubaram a figueira, bem pertinho da figueira era minha casa. Era uma casa pré-fabricada, tinha... tinha quatro moradores ali funcionários do Jôquei. Era só campo ali e a gente vinha ali. Como eu trabalhava muito de dia e de noite, às vezes, trabalhava, só dava tempo de eu ir em casa tomar banho e voltar para o serviço, que era... que era muita coisa. E aí... aí eu fiquei ali. Mas depois eles tiraram, porque venderam aquela parte ali. É naquela ruazinha bem no... bem no Big, não é o Barra shopping, é bem no Big. Até a pouco tempo tinha uma figueira. Eu não sei se tu chegou a ver. Tinha um buraco. Eles tiraram a figueira, eles derrubaram, era a coisa mais linda a figueira. Quando eles fizeram o... o... o Big ficou um buraco ali onde estava a figueira. Mas era tão linda, eu não sei porque tiraram. Agora passei ali outro dia e não vi, acho que tiraram. É que tiraram ela. Ela era tão bonita! Era do lado da figueira. Aí... Eu nem tinha medo, eu ia no escuro assim, saía do serviço duas, três horas da madrugada e ia para casa sozinha ali. Mas agora, capaz que eu ia me meter a fazer isso aí, agora! (risos)

A trajetória de Dona Olinda é significativa pelos deslocamentos que descreve dentro e fora da região Cristal e a relação direta dessas mudanças com o seu trabalho no Prado. Inicialmente,

compra uma casa na “vila” São Martinho, lindeira ao bairro Camaquã, para poder ficar mais próxima do seu local de trabalho, assim como outros moradores da “vila” “de funcionários” do Prado. Quando “ganha” uma casa através de ações da política habitacional do Estado<sup>171</sup> no bairro Rubem Berta, zona norte da capital, distante da área central da cidade e ainda mais da zona sul, onde trabalhava, acaba retornando à região Cristal.

A “casa da figueira”, afetivamente lembrada por Dona Olinda, foi construída numa área cedida pelo Jockey *Club* para ela e outros funcionários. Ela conta que o trabalho exigia, não raras vezes, dedicação durante o período da noite e que a administração da entidade propôs que ela voltasse a residir no bairro, cedendo um terreno naquela área do entorno da antiga figueira. A rotina de trabalho de Dona Olinda no Prado se adaptava às mudanças das práticas do turfe cujas apostas deixavam de ser majoritariamente presenciais e passavam a operar com outros hipódromos no país.

Aí era pela parabólica que vinha os jogos de outros lugares, né. Aí eu trabalhava de noite nos outros dias por causa da parabólica, que eu tinha que atender o pessoal no telefone, por causa das parabólicas dos jogos da... da cidade do Rio e São Paulo, que era transmitido para cá via...

O Jockey *Club* possuía uma extensa área no entorno do igualmente extenso espaço reservado à pista de corrida e pavilhões. Toda essa dimensão era uma área pública do Estado do Rio Grande do Sul que mediante doação, na década de 40, foi concedida à entidade de turfe para construção do ambicioso projeto modernista, à época, no aterro do Cristal, como vimos<sup>172</sup>. Com a construção do Hipermercado “Big”, primeiro grande empreendimento recente a chegar, no final dos anos 90, esses funcionários que então moravam no entorno são “tirados” e “colocados” pela administração do Jockey em outra área da entidade. É quando Dona Olinda vai morar numa casa próxima à Avenida Icaraí, não distante da Farmácia Veterinária do Prado e do Arroio Cavalhada, um agrupamento de casas conhecido como “vila” Jockey.

Dona Olinda conta com orgulho da ação que organizou para dar nome de “rua” à “travessa” da “vila” onde morava, homenageando um amigo e ex-colega de trabalho no Jockey *Club*. Em outra

---

<sup>171</sup> As extintas Companhias Estaduais de Habitação - COHAB - foram criadas nos anos 60 para figurarem como agentes financeiros e promotores da política nacional de habitação centrada no BNH que referimos no Capítulo 4. A COHAB do Rio Grande do Sul foi criada anos 60 e foi extinta no início dos anos 90. Era responsável pela operação de programas estabelecidos nacionalmente e pela administração de créditos do BNH concedidos às populações de menores rendimentos. Durham (1986), entre os estudos da antropologia brasileira dos anos 80 sobre o processo de urbanização das cidades brasileiras, refere que o ingresso nesse sistema para a aquisição da casa própria pelos grupos populares não alterava de forma significativa a expectativa por parte desses grupos pelas melhorias de urbanização, pois geralmente eram construídos em locais ‘vazios’ onde a oferta de serviços públicos era insuficiente.

<sup>172</sup> Capítulo 2.

ocasião, quando fui conhecer a rua nominada através da sua iniciativa, vi a placa, nos moldes padronizados em azul e branco pela Prefeitura, à rua perpendicular à Avenida Icaraf. Era uma rua de “chão batido” que se diferenciava da maioria das ruas e travessas das “vilas” que, quando identificadas, eram nominadas como “alameda” seguida de letra ou número.

Rubens Souza de Oliveira. Fui eu que coloquei o nome da rua, que era um ex-colega meu da... do Jóquei. Eu fiz um abaixo-assinado e aí a gente conseguiu botar o nome da rua com o nome dele, quando ele morreu. É, ele era encarregado lá do nosso setor de corrida lá. E eu gostava muito dele, a gente se dava muito, Rubens Souza de Oliveira. Então, falei com a família, perguntei se eles aceitavam, eles aceitaram, ficaram contentes. Foi uma festa! Eu tenho as fotos lá em casa de toda a... Da inauguração, onde nós botamos as placas. Foi muito bonita. Mas eu batalhei para conseguir, para entrar. Porque eu não consegui, né, aí tive que ir na direção do Jóquei, falei com eles, expliquei e ele disse “Não, não tem problema”. Morei mais de 20 anos ali. Não sei bem exatamente a data, porque... Trabalhava, depois é que eu saí.

Entre a sua morada na “casa da Figueira” e na casa da “vila” Jockey foram mais de vinte anos, período em que trabalhava no Prado até se aposentar. Dona Olinda conta que não queria parar de trabalhar, mas que a crise financeira da entidade do turfe fez com que ela encaminhasse o pedido de aposentadoria.

Eu me aposentei. Eu não queria me aposentar, mas eu fui procurar depois que eu saí do Jóquei, estava até procurando serviço, que eu não... Eu pedi para sair, depois eu me arrependi, porque eu não estava mais... É que o Jóquei teve uma época, que ele não pagava a gente, sabe? E eu tinha que levar uma receita médica para eu tirar um vale. Eu não aguentava mais aquelas contas e eu digo “Ah, não. Não quero mais”. Não pagavam, não tinha, não tinha condições. Aí eu... Aí eu pedi para sair. Aí eles me mandaram. Aí eu fui procurar, aí como eu estava com uma dor nesse braço assim e não podia mexer, aí eu fui para procurar para me encostar, fui no INPS. E ele disse assim “Não, a senhora tem idade e a senhora tem tempo de carteira para a senhora se aposentar”, tinha 30 anos de carteira. Aí eu me aposentei. Levou dois meses para eu estar aposentada. A hora que eu comecei a fazer os trabalhos voluntários, porque quando eu trabalhava não dava para eu fazer, né.

Depois de se aposentar, Dona Olinda seguiu morando na sua casa na “vila” Jockey, cuja descrição daquele mundo acolhedor para ela era do seu amplo jardim fronteiro com árvores frutíferas que gostava de cultivar. Na ocasião da entrevista, Dona Olinda contou que não morava mais naquela casa que agora estava na iminência de ser demolida, pois o Jockey *Club* tinha vendido parte da área e ela e os outros vizinhos, a maioria funcionários e ex-funcionários, já tinham sido “tirados” e os que permaneceram sairiam em breve.

Dona Olinda estava morando no Campo Novo, localizado no extremo sul da cidade, entre os bairros Vila Nova e Restinga, local onde tinham sido construídas centenas de “moradias populares” para as famílias que sofreram processos recentes de “remoção” na região Cristal e em outras

localidades de Porto Alegre. Nos últimos anos, tinham sido “removidas” famílias moradoras das “vilas” às margens do Lago Guaíba e do Pontal do Estaleiro, depois, vieram as “remoções” em razão da construção do *shopping* e das obras de saneamento do PISA.

No caso das “remoções” do PISA, do ponto de vista técnico eram medidas sanitárias que incidiam sobre a “situação de risco” das “comunidades” que moravam às margens do Arroio Cavalhada<sup>173</sup> cuja questão socioambiental da “precariedade” e “vulnerabilidade” associada a tais medidas ainda será retomada. As primeiras etapas do Programa abarcaram o “reassentamento” das famílias da “vila” Foz Arroio Cavalhada<sup>174</sup>, situada às suas margens e dentro dos limites do Jockey Club, próxima à área do *shopping* que tinha sido inaugurado naquele período. Nessas etapas do Programa, a negociação formal com os moradores se deu mediante o “bônus” para compra da moradia ou a mudança para o “loteamento” Campo Novo.

Dona Olinda contou que tinha deixado a sua casa na “vila” Jockey há três anos para morar numa casa no Campo Novo, destinada à senhora que ela cuidava há alguns anos, ex-integrante do “grupo” e moradora da “vila” Foz Cavalhada atingida pelas obras do PISA para saneamento do Arroio Cavalhada. A “Vó”, como ela chamava sua amiga, com idade avançada e doente, estava internada num asilo e perderia o direito à nova moradia se não ocupada. Foi quando Dona Olinda deixou a sua casa para ocupar a casa da sua amiga entregue pela Prefeitura no “loteamento” do Campo Novo. Enquanto isso, a sua antiga casa na “vila” Jockey restava ocupada por uma “irmã” e moradora da região, aguardando a definição sobre a demolição e a situação do seu “reassentamento”.

A questão do seu “reassentamento” e de parte dos moradores da “vila” Jockey passou a integrar as ações do Programa de saneamento ambiental da Prefeitura. Dona Olinda conta que ela e outros moradores tentaram questionar judicialmente a venda da área pelo Jockey, mas que todos acabariam saindo em razão das ações do Programa que incidiam sobre o Arroio Cavalhada ali

---

<sup>173</sup> A obra de canalização do trecho entre as avenidas Icaraí e Diário de Notícias integra o conjunto de obras do Programa Integrado Socioambiental (Pisa). Segundo a PMPA, “serão beneficiados cerca de 100 mil moradores dos 12 bairros abrangidos pela bacia hidrográfica do Arroio Cavalhada e as populações ribeirinhas”; “o Projeto Integrado Socioambiental (Pisa) irá promover o reassentamento de 1.680 famílias que vivem nas margens do Arroio Cavalhada. O loteamento Campos do Cristal já foi ocupado com 184 famílias em situação de risco de comunidades atingidas pelo PISA.” Disponível em: <[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/demhab/default.php?p\\_secao=100](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/demhab/default.php?p_secao=100)>. Acesso em: 21 de novembro de 2012.

<sup>174</sup> O Arroio Cavalhada, um dos mais longos de Porto Alegre (nasce próximo ao Sanatório Belém, em Belém Velho, até desaguar no Lago Guaíba, nos limites do bairro Cristal). Segundo a PMPA, o Arroio poluído e sujeito a inundações e desmoronamentos em suas margens. Em alguns pontos do Arroio a canalização acabou ficando por conta dos próprios habitantes, enquanto em outros a Prefeitura canalizou o córrego. Fonte: <[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/observatorio/default.php?p\\_bairro=114&hist=1&p\\_sistema=S](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/observatorio/default.php?p_bairro=114&hist=1&p_sistema=S)>. Acesso em: 30 de junho de 2012.

próximo. Ela “batalhava” junto ao Departamento Municipal de Habitação pela “indenização” da sua antiga casa que seria demolida.

Apesar da distância e dos transtornos com o transporte público ainda deficiente naquela região da zona sul da cidade que a obrigava a pegar dois ônibus, Dona Olinda se deslocava assiduamente, em diferentes dias da semana, até o bairro Cristal. Deu continuidade às práticas que coletivizavam o “grupo da FASC”, frequentando os encontros periódicos e festividades, como fazia há anos. Era através do cotidiano naquele espaço social que vivia sentimentos e práticas comuns que os coletivizavam: a sociabilidade lúdica, as formas de cooperação e auxílio mútuo, a vida coletiva junto à “comunidade das vilas”. Dona Olinda subvertia os desdobramentos (e reverses esperados) pelas intervenções urbanas por parte do Estado nestes processos de desterritorialização: ruptura permanente de laços comunitários.

As atividades do “grupo” configurava um espaço social privilegiado para promover o sentimento de estar junto daquela comunidade de interesses e afetiva diante da desintegração de laços de pertencimento no decorrer das intensas transformações na região onde morava e de experiências individuais e coletivas de desterritorialização. As rupturas experienciadas por Dona Olinda eram referências nas representações sobre espaços e tempos vividos os quais eram resignificados no reordenamento de ritmos cotidianos e formas de tecer seus laços sociais em meios às redes de sociabilidade da região.

Através da rede do “grupo da FASC” e da sua inserção nas redes de vizinhança da “comunidade” enquanto moradora do bairro Cristal, Dona Olinda contou que depois que se aposentou começou a fazer “trabalhos voluntários” na região, como dizia. Pela mediação institucional das políticas de “assistência social” que perpassavam o cotidiano do “grupo”, Dona Olinda, junto com outras mulheres, usava aquele espaço para desempenhar um papel de mediadora entre sua rede de vizinhança e a administração pública. Papel hoje reatualizado pelas esferas “participativas” das políticas de “assistência social” governamental que ela passou também a adentrar como “representante”.

O interessante para o caso de Dona Olinda é que essas políticas públicas contemporâneas que estimulam essas práticas “participativas”, tal como as de “assistência social” as quais se ela vinculava, possuem um recorte territorial. Nessa modalidade de “representação” ela mesma reconhecia essa vinculação territorial das “políticas”, dizendo que agora deveria estar vinculada formalmente à região onde morava. Mas, ela subvertia essa lógica de normatização das ações políticas institucionalizadas, “representando” a região Cristal pelos seus laços de pertença.

Seus vizinhos lhe procuravam pedindo que ela ajudasse a encaminhar pedidos de aposentadoria, auxílio-doença e outros tantos serviços públicos básicos que ela demandava através da “assistência social” da Prefeitura sediada na região Cristal. Dona Olinda, assim como outros moradores que como ela se envolviam nessa mediação, nas suas ações cotidianas, articulava certo tipo de solidariedade social criado no processo da organização comunitária como modo de vida. Era uma forma de viabilizar o “exercício de cidadania” e mesmo de atribuição de “status de cidadão” (Peirano, 2006:124) a vizinhos e conhecidos mediante a ajuda com a expedição de documentos, por exemplo.

A própria relação com a senhora que cuidou na velhice se constrói no contexto das redes de solidariedade e condições precárias de existência de muitos dos moradores da “comunidade das vilas”. Dona Olinda conta que sua amiga foi registrada pela primeira vez quando velha e pelo auxílio dela e Tereza, outra integrante do “grupo da FASC”. Ela narrava o modo como ambas percorreram os cartórios, ofícios e departamentos públicos, tentando driblar a infundável burocracia para registrar e dar um nome a ela.

Dona Olinda contou que os “trabalhos voluntários” junto à “comunidade das vilas” começaram a partir da sua inserção na rede do Clube de Mães e pela sua ação militante no Orçamento Participativo da região. Ela contava que durante parte desse período de atuação no OP sua participação esteve ligada a partido político, o Partido dos Trabalhadores, mas que depois se afastou dessa forma de atuação política e deu continuidade aos “trabalhos voluntários”.

A sua inserção na rede do Clube de Mães como forma associativa de organização coletiva que permite ações conjuntas em prol da “melhoria” das condições de vida da “comunidade”, a exemplo de outros moradores cuja trajetória pude conhecer, expressa as especificidades da forma pela qual determinados segmentos de classes trabalhadoras urbanas e segmentos “populares” se constituem como sujeitos políticos. Para o caso de Dona Olinda essa ação política organizada era mediada ainda, ao menos durante certo período, por adesão político-partidária.

As enchentes e a condição de vulnerabilidade das moradias próximas ao rio ou na beirada dos arroios eram narradas por Dona Olinda como uma das situações que mobilizava as redes de ajuda mútua entre os moradores e a ação militante das entidades.

Essa aqui eu conheço há muito mais anos, que... pelo Orçamento Participativo. E eu trabalhava, há uns anos atrás eu era do PT, nós vivia, eu e Edite, outras mais, nós caminhamos por todas essas vila. Quando dava as enchente ali no... no Estaleiro, quando o Clube de Mães saía com nós, para nós ir lá fazer as visitas, ajudar, dar alimentos, distribuir cobertor, tudo, isso tudo a gente fazia. Eles moravam... As casas estavam dentro do Guaíba, vinha a enchente e tomava conta das casas. A gente, eu, a Edite e a Madalena e as outras do

Grupo de Mães, nós fazíamos tudo ai. Não tem vila aqui que a gente não caminhou. Na Pedreira, lá em cima na... nas boca braba da Ecológica, nós andava. Não sei se a gente foi na Ecológica, mas parece que eu andei lá em cima caminhando, era campanha política e tal... Era negócio do Conselho Tutelar e da... e da política.

Ao falar dos rearranjos dos laços de vizinhança no Campo Novo, Dona Olinda conta que muitos “conhecidos” seus que moravam perto do Arroio Cavalhada e que foram para o “loteamento” naquele período, há pouco mais de três anos, já não moravam mais lá. As rupturas no movimento ordinário da vida pela fragmentação dos grupos pelos processos de “remoção” implica pensar que para estes grupos as redes de parentesco se estendem além do grupo consanguíneo e da unidade doméstica para as esferas mais amplas (Fonseca, 2005), são as redes de ajuda mútua pautada na própria ideia de família de classes trabalhadoras urbanas (Duarte; 1986, 1994) cujos valores associados à noção de "família" estão ancorados nas atividades domésticas do dia-a-dia e nas redes de ajuda mútua que se estendem para além da unidade doméstica familiar e dos laços consanguíneos, podendo incluir a família extensa, amigos, vizinhos.

Nessa perspectiva, daqueles que moravam na “vila” Jockey onde Dona Olinda construía as referências simbólicas do seu grupo de pertencimento e laços afetivos, conta que foi “cada um para um lado”.

Eles saíram dali, agora não sei, a maioria não sei onde é que estão, porque saíram. Da minha vila não tem ninguém, da minha comunidade, que eram da minha família, eles foram para outros lugares. Esses eu não sei onde é que estão. Eu tenho uma comadre que saiu, não sei para onde ela foi. Tem uns outros que se mudaram e eu não sei. Só um que eu achei que está lá no Lami, que eu encontrei outro dia e ele disse que estava no Lami, o resto eu não sei para onde foram. Eu estou sozinha lá.

Esses arranjos na vida de Dona Olinda e as formas como nutre seus laços de pertencimento e identificação hoje com os espaços do Cristal permite pensar em outras possibilidades de enfrentamento do desafio de fazer durar os modos de vida e o viver coletivo desses grupos na cidade. As narrativas de Dona Olinda versavam sobre como ela experimentava, hoje, a reelaboração da sua trajetória e de grupo, a partir de ações cotidianas no seu novo lugar de morada.

Se, por um lado, a sua narrativa, por vezes, reiterava o estigma de “região moral” (Park, 2009) de lugar da violência, da pobreza e da miséria, por outro, ela transformava essa leitura trazendo aspectos positivos sobre as condições de moradia pela segurança da sua regularidade formal. A sua fala perpassava ambiguidades de aspectos positivados e negativados do seu lugar de morada, casa passível de ser “bem cuidada”, possuir um jardim fronteiro; formas de ocupação dos espaços da casa e da rua pelos vizinhos associadas às moralidades, apontando os arranjos cotidianos neste conviver com “velhas” e novas redes de vizinhança.

Ela atribuía os problemas de acúmulo de lixo nas casas geminadas que foram entregues pela Prefeitura, no Campo Novo, às promessas não cumpridas de construção do “galpão de reciclagem” para os “papeleiros”. A atividade junto ao mercado informal do lixo na cidade era exercida por muitos moradores das “vilas” “reassentadas” e os “galpões” era não somente uma forma de viabilizar espaço físico para exercê-la próximo ao lugar de morada desses trabalhadores como uma forma positivada da atividade enquanto inserida no mercado de trabalho urbano. As estratégias de vida orientadas pela inserção no mundo do trabalho, formal e informal, fez com que muitos dos seus vizinhos do Cristal vendessem as casas no “loteamento”, alguns voltaram para a região Cristal, outros se deslocaram para diferentes áreas da cidade, acarretando as constantes mudanças da rede de vizinhança narradas por Dona Olinda.

Algumas situações descritas por ela não era somente o retrato dos efeitos perversos destas formas de intervenção do Estado na dinâmica da vida social desses grupos, mas a ausência de enfrentamento de questões de fundo socioeconômicas centrais às condições precárias de existência que caracterizava as vidas de muitos moradores que viviam em interstícios criados dentro dos territórios de “vilas” da região Cristal. Exemplo disso eram as situações descritas por Dona Olinda de reprodução da mesma lógica de segregação social e espacial pela ocupação de áreas não edificadas no Campo Novo onde ela dizia estarem sendo feitas “malocas” em vista da condição de inabitabilidade das moradias.

Mas, nem tudo era ruptura para ela na sua nova morada no Campo Novo, pois lá recriava o mundo acolhedor da sua antiga casa, fazendo um jardim fronteiro, com árvores frutíferas e flores como contava orgulhosa.

Aí nasceu uma árvore, está enorme, já podei, dá para fazer uma sombra, já podei esse ano e já está crescendo de novo. Eu não plantei aquela árvore, ela nasceu. Fora as outras plantas, que eu planto tudo, a roseira deu tanta rosa, tanta rosa, agora no final eu levei uma rosa vermelha desse tamanho assim que deu e mais umas brancas. Está lindo! Essa branca é de cachopa, daquelas miudinhas tudo junto fica coisa mais linda parece um arranjo que fizeram. Carregada! E está cheio de flor. A Célia, do Maurício, sempre vai lá e eu dou as folhagens pra ela, que eu tenho sempre tanta folhagem. É, tem grama que eu plantei, daquela grama especial que tem eu plantei, não é dessa grama comum, é uma grama com amarelo. Tudo plantadinho. Eu tenho pé de... A minha irmã levou agora no mês passado romã, um pé de romã eu plantei. Eu misturo tudo, mas tem bastante planta. Todo mundo que vai lá para conversar se admira.

Dona Olinda rememorava aqueles anos que antecederam a sua saída do Cristal. Foi quando iniciaram os processos mais intensos de “remoções” das famílias que moravam na “vila” localizada nos “campos do Cristal”. Era localizada perto dos antigos campos de futebol de várzea, ao longo da Avenida Diário de Notícias, antes da duplicação, e onde hoje está localizado o *shopping*. Fala do

convívio com a “encruzilhada do tempo”, entre a certeza das mudanças vindouras e a incerteza de quando aconteceriam em meio aos processos políticos da administração pública.

Todo mundo ficou abalado na saída do pessoal ali, que eu sempre dizia “Vai acontecer” e eles diziam “Não”, a gente sabe que vai acontecer. Não adianta, eles ficam enrolando, dizendo que não vai, quando viu aconteceu, né. Mas eles diziam que não.

Em vista da sua atuação nas entidades de representação local da região Cristal, Dona Olinda acompanhou o processo político que antecedeu sua saída, desde as intensas discussões entre moradores e governo municipal sobre a definição da área onde seriam construídas as “moradias populares”. Sua fala remontava os processos políticos que experienciou como prelúdio dos conflitos que sabia que viriam não somente com a obra da “Tronco”, mas com as próximas etapas do Programa de Saneamento que abarcaria outra extensão do Arroio Cavalhada, pois como dizia “tem muita gente ainda para sair dali”.

No período em que convivemos, durante o trabalho de campo, Dona Olinda ainda aguardava uma definição do Departamento Municipal de Habitação sobre a questão da sua antiga casa da “vila” Jockey, dizendo que “só faltava assinar”. O acordo em devir era que ela receberia um “bônus” pelo valor indenizatório da sua casa e aquela casa onde morava no Campo Novo passaria para seu filho.

### **A vida ao redor do Prado**

Nas narrativas dos moradores ao falarem sobre suas estratégias de deslocamentos espaciais na região Cristal, era frequente a referência aos lugares onde antes “tudo era mato”. Dona Luiza e seu marido lá chegaram ao tempo da inauguração do Prado no Cristal em razão do trabalho dele na entidade de turfe. Ela narra as diversas mudanças de seu lugar de morada entre o bairro Cristal e bairros contíguos naquela região.

E eu conheci isso aqui... E isso aqui não existia quando o Prado veio para cá. Existia essa casa amarela aqui, que é um instituto... Não tinha. É só a outra que tinha. Dali dessa casa para lá era tudo vila. Tudo vila! Aquelas casinhas que nem aí da vila. Era vila. Não tinha nada, tudo aqueles terrenos ali, daquelas casas ali tudo era mato. Nada, nada, nada! Para lá, para cima onde passa o Cruzeiro e o... também. Nada, nada. Tudo era mato. Quando nós viemos morar para cá, para o Cristal, que o Prado veio nós já era casado. Aí nós fomos morar... O Prado veio e nós fomos morar lá em cima, perto do antigo Estaleiro Só. Na subida ali da lombaa, na Rua Jacuí, nós fomos morar ali. Ali moramos seis anos, ali. Aí depois a dona pediu a casa, porque era viúva e tinha um casal de filhos. E a casa onde nós morávamos, ela tinha dito que o primeiro filho que casasse, a casa era do filho ou a filha, né. Se eles quisessem morar lá, moravam, se não quisessem vendiam, trocavam... Faziam alguma outra coisa, né. E aí foi o rapaz que casou, né. Aí ela pediu a casa e nós tivemos que sair. Aí dali nós fomos morar lá na... na Tristeza, na Rua Vicente Faillace, bem pertinho da praia ali. Moramos ali bem pouco tempo, ali acho que um ano e pouco. Aí saímos dali. Eu

me mudei muito na minha vida! Saímos dali e viemos aqui para a Rua Tamandaré. Tudo por perto do Prado, né, porque ele trabalhava no Prado, né, tinha que ser por perto do Prado. Aí ficamos ali. Aí ele disse “Eu vou falar com o presidente do Jôquei Clube, que lá dentro do Prado tem umas casas muito boas, umas casas de sobrado. E aquelas casas eles dão para os treinadores morarem. E eu vou pedir, para ver se ele consegue uma casa para nós”. E eu digo “Ah, para que uma casa tão grande?” diz ele “Não, mas tem outras que não são grandes”, que eles são... Não são todas que são de sobrado”. Eu sei que aí ele falou, caminhou e conseguiu. Uma casa lá dentro do Prado. Aí nós fomos, nos mudamos da Tamandaré e fomos morar lá dentro do Prado, né. Aí de lá do Prado, quando ele começou a ficar doente, que aí não podia mais trabalhar, se aposentou, aí a gente tinha que sair, porque a casa lá era para os...Era para os funcionários na ativa, né.Como ele tinha se aposentado... Aí foi que nós fomos morar na Folha da Tarde. Sempre por perto, é. E dali foi que ele faleceu, aí eu fui lá para... para a Cavahada e da Cavahada, vim para cá. (risos).

A trajetória de Dona Luiza, estreitamente ligada à trajetória de trabalho de seu falecido marido, é exemplar para compreendermos os motivos e as formas de enraizamento e desenraizamento dos habitantes da região Cristal. Conheci Dona Luiza numa festa de natal organizada pelo “grupo da FASC” para as famílias dos seus integrantes. A festa mobilizava as redes de vizinhança e de parentesco do grupo e era realizada sempre em meados de dezembro, no salão principal da ASSAC. Dona Luiza com idade mais avançada e dificuldade para caminhar não participava das atividades periódicas do grupo, mas, eventualmente, prestigiava datas e festividades especiais como na ocasião em que nos conhecemos.

Ela morava na Rua Curupaiti, no bairro Cristal, bem próximo à sede do Clube de Mães. Foi numa situação de entrevista em 2011 que pude conhecer sua trajetória e quando conversamos sobre as memórias da região onde morava há mais de cinquenta anos. As narrativas de Dona Luiza foram tecidas de lembranças da sua trajetória de trabalho e do seu marido atreladas a vida entorno do Prado. Nosso local de encontro foi a sua casa e, mais uma vez, adentrando em uma atmosfera privada e familiar, fui beneficiada pela hospitalidade dos interlocutores que entrevistei. Dona Luiza tinha mais de oitenta anos e apesar das dificuldades que problemas de saúde lhe impunham tinha disposição para cuidar com apreço do pequeno e simples apartamento “kitnet” onde residia sozinha desde a viuvez.

O seu apartamento ficava no térreo de um prédio baixo de poucas unidades onde ela morava “de aluguel” há mais de vinte anos cuja janela frontal permitia que ela estivesse atenta ao movimento da rua e partilhasse cenas cotidianas com seus vizinhos com quem nutria laços de amizade. Ações e interações experienciadas na própria situação de entrevista, ocasião que recebeu e dispensou a visita da vizinha, indicou o paradeiro de vizinhos a quem batia ao portão e descrevia o itinerário da amiga até à igreja quando passou em frente à janela, revelando que mesmo deixando de morar em uma casa aquele diminuto apartamento não deixava de ser uma na sua vida cotidiana.

O que Durham (1984, 2004) chama de “tradição de migração” para os movimentos emigratórios de populações rurais aos grandes centros urbanos na constante busca por melhores condições de vida expressa as motivações de Dona Luiza para se deslocar à Porto Alegre quando jovem. As tensões advindas de rupturas de relações de parentesco que estruturam as relações sociais entre unidades produtivas representadas por famílias conjugais no meio rural (Durham, 1984), como a morte de um familiar, são situações que desencadeiam muitos destes movimentos emigratórios como no caso da trajetória familiar de Dona Luiza e outros moradores da região Cristal que conheci egressos “do interior” para a capital. Vimos, inclusive, no capítulo anterior, que muitos dos operários do Estaleiro Só chegaram à cidade e ao trabalho urbano por essas vias.

Dona Luiza vivia em Cacequi, interior do Rio Grande do Sul, e com o falecimento do pai e sua mãe ficando responsável pelos filhos, ela decide vir trabalhar como empregada doméstica em Porto Alegre amparada pelos laços das relações familiares com conhecidos na cidade. Ela conta como sai de Cacequi e chega a então desconhecida capital.

Aquela grande cidade. (risos) Que não sai nunca daquilo, né. Coisa horrível. (risos) É de lá. O meu pai faleceu, aí a minha mãe ficou viúva com 9 filhos menores. E lá não tem trabalho, a não ser de doméstica. E mesmo não são todas as pessoas, né, que é cidade pobre. Aí eu disse para minha mãe “Não, eu vou embora para lá e vou trabalhar lá de empregada doméstica e lá ganham bem”. E tinha uma família lá muito amiga dos meus pais, da minha mãe, né e essa família tinha uma irmã costureira que morava aqui em Porto Alegre, né. E ela sempre falava para a mãe que a... A Dona Marta era essa senhora, irmã dela e a outra lá era a Glória “Ai, a Marta passa um trabalho lá na cidade para arrumar empregada”, porque ela era costureira, até para a mulher do governador, ela... De mão cheia, como se diz, né. “E ela tem o atelier dela e ela precisa de uma pessoa de confiança para botar para dentro de casa”. “Porque, às vezes, ela precisa sair para comprar as coisas. E se ela deixa uma empregada lá quando chega em casa a empregada não está e carregou com tudo?”, né. Então, ela disse “Ela passa muito trabalho”. Como aí eu disse “Mãe, quem sabe a senhora fala com a Dona Glória e a Dona Glória fala com a irmã dela e eu já vou sair daqui empregada” e foi o que aconteceu. É. Aí eu não conhecia nada em Porto Alegre, nada, nada. Aí ela fez uma carta, botou num envelope e me deu o endereço. Ela disse “Tu...” Ali é trem, né, aqueles Maria Fumaça, no tempo do Maria Fumaça! Ela me botou no trem lá e disse “Tu vais fazer a baldeação aí em Santa Maria”, me explicou... Direitinho tudo, né [...] Eu entrei e já fiquei lá trabalhando. Em casa de família conhecida, uma maravilha, me tratavam bem...

Dona Luiza foi “fazendo a vida”, como dizia, trabalhando na “casa de família” na Rua Mostardeiro, bairro Moinhos de Vento, quando conheceu seu marido que, trabalhava ali bem próximo como jóquei no Prado da Independência. O Prado da Independência, vimos, localizado no Moinhos de Vento, “tornou-se o grande Prado de Porto Alegre”, auspício da “moderna” capital quando foi inaugurado, no início do século XX, passou a ser “bem centralizado e de fácil acesso,

elegante, espaçoso e com instalações modernas” (Kiefer, 2005:27) e manteve suas atividades por mais de sessenta anos até ser transferido para o bairro Cristal.

Dona Luiza lembrava que seu marido gostava de contar que “foi se iniciando” no trabalho no turfe desde criança, cortando grama para alimentar os cavalos de corrida, através do seu irmão mais velho que já trabalhava no Prado, “enchia uns sacos desses de estopa e botava na cabeça e ia levar lá no Prado”. Quando ele chegou a Jóquei foi que ambos se conheceram e casados foram morar dentro das instalações do Prado da Independência como rememorava Dona Luiza.

Trabalhei, trabalhei. Ai lá eu conheci o meu marido. Fica na Rua Mostardeiro, bem ali ao lado do Parcão agora, né. É, é ali. E o campo do Grêmio era bem do lado da casa essa aonde eu fui trabalhar, né. E o meu marido, o Osvaldo, ele era gremista, dia de jogo e treino ele passava para lá. Passava em frente da casa onde eu trabalhava para ir para o campo ver o jogo, ver o treino aquela coisa toda, né. E ai a gente se conheceu, né. E aí a gente casou, né. Eu casei dois anos depois que eu estava em Porto Alegre. Casei em 1949. É, eu vim em 1947 de lá e em 1949 eu casei. Aí nós ficamos morando ali mesmo no Prado ali na cocheira mesmo, como chamam, né, aonde tem os cavalos, é a cocheira que chamam ali. Uns chamam baia, mas aí no Prado mesmo tudo é cocheira, né. Então, ali que ele mandou fazer uma casinha de... de madeira, né, ali e ali nós fomos ficando. É. E a minha... Essa senhora que foi minha patroa conseguiu com uma... uma freguesa dela, que queria vender um quarto (risos) ela conseguiu, conseguiu que essa freguesa vendesse o quarto para o... para o meu marido, né. Aí nós já fomos, já tinha o quarto, aí fogão era um fogão de lenha... Não tinha fogão a gás, era fogão à lenha, né. Olha, aí a gente foi fazendo a vida, foi fazendo a vida e é isso aí. É. Aí depois de 12 anos que eu estava casada, morando lá, aí inventaram de trazer o Prado para cá. Aí a gente teve que vir, né.

É quando “inventaram” de levar o Prado para às margens sul do Guaíba, no Cristal, que o casal se muda para essa região da cidade e empregam suas estratégias de deslocamentos espaciais na busca constante por melhores condições de vida. Para o caso de muitos moradores “antigos” que pude conhecer a trajetória, à busca de “melhoria de vida” vista como “processo”<sup>175</sup> (Durham, 2004:388) diferentemente de “processos” no qual a esfera específica do morar do projeto familiar provinha do confinamento num bairro em vista da sua gradativa urbanização e do investimento progressivo na casa (autoconstruída) para o caso destes moradores essa vinculação espacial era relativizada pelo deslocamento entre diferentes territórios da região Cristal. Para aqueles que o projeto familiar da “casa” não se realizava de forma estável, se deslocar era permanecer.

---

<sup>175</sup> O padrão contínuo de segregação social e espacial “periférica” de urbanização nos contextos citadinos no Brasil, nos anos 60/80, gerando experiências de desigualdade social e de ilegalidade da moradia, foram largamente estudados pela Antropologia brasileira em contextos diversos, especialmente de São Paulo e Rio de Janeiro (Durham, 1984, 1986; 2004; Magnani, 2003; Caldeira, 1984; Zaluar, 2000; Duarte, 1986). A emergência posterior de mudanças na conjuntura social e política no país e os avanços desses estudos propuseram novas abordagens e reflexões para o tema da “periferia” e modo de vida das classes populares (Durham, 2004; Caldeira, 2000; Holston, 1993, 2013). No plano analítico do contexto etnográfico em questão neste trabalho e, particularmente, neste Capítulo, me aproprio dessas reflexões e seus avanços conceituais para tratar do tema e refletir nas suas singularidades do contexto etnográfico.

Embora o empregador, no caso, a entidade de turfe, mas, até certa medida o Estaleiro Só, como vimos, não arcasse com a responsabilidade de resolver o problema de moradia dos trabalhadores era favorável e permissivo às ocupações de áreas do entorno. Áreas, em ambos os casos, originariamente públicas. Particularmente o *Jockey Club*, teve um papel protagonista nesse cenário, inclusive em vista da extensão da área que dispunha no Cristal. Eram artifícios que reduziam despesas com moradia, aumentavam a possibilidade de consumo desses grupos de trabalhadores e, é claro, condicionava, mesmo que indiretamente a relação de trabalho à ameaça velada, se não expressa, de despejo.

Nesses itinerários nos quais se deslocar era permanecer, orientados pelos laços sociais que os vinculavam à região Cristal, como revela a narrativa inicial de Dona Luiza, o casal morou primeiramente perto do Estaleiro Só, depois se mudam para o bairro Tristeza, perto da “praia”, voltam para o Cristal e vão morar dentro das instalações do Prado cuja preferência era para funcionários “na ativa”, quando acabam voltando para a Tristeza com o advento da aposentadoria de seu marido.

As experiências de “melhoria de vida” que iniciavam com a compra do lote prosseguiam com a construção parcelada da casa e o acesso crescente a recursos urbanos (iluminação, saneamento, transporte) era também processo recorrente descrito nas narrativas dos moradores que conheci a trajetória. Junto com os “lotes” eram vendidos e adquiridos o “sonho da casa própria”, aspiração generalizada das classes trabalhadoras urbanas nas cidades brasileiras (Durham, 2004; 1986).

Na região Cristal, vimos, encravada entre a proliferação dos loteamentos “balneários” dos bairros mais ao sul do rio Guaíba e a extensa área aterrada e saneada do projeto da Praia de Belas (Menino Deus), o que não faltavam ali eram “lotes”, “terrenos”, “matos”, “banhados” a serem ocupados, vendidos, trocados. As ainda incipientes intervenções públicas, quando havia, não impunham com rigidez os critérios de ordenamento urbano segundo as lógicas urbanísticas modernas, embora estas não tardassem a chegar para ditar que muitos desses espaços eram “irregulares”.

Foi o projeto de possuírem a casa própria e “sair do aluguel” que levou Dona Luiza a convencer seu marido a comprar um terreno onde antes “tudo era mato”. Seu marido apesar de experiente teve que abandonar a profissão de jôquei, pois engordou e a condição física exigida para montaria não permitia, passando a trabalhar como treinador de cavalos no Prado Cristal. As

“prestações” do terreno eram pagas mediante as atividades no trato com os cavalos como conta Dona Luiza.

Aí viemos para cá, né. Mas isso aqui era horrível! Horrível mesmo, né. Mas em seguida, com o Prado, aquilo foi se modificando, né. O pessoal foi, todo aquele pessoal que morava lá, principalmente os que trabalhavam no Prado, começaram a procurar casas para morar, para alugar, para comprar, né, até terreno. Meu marido tinha comprado um terreno ali adiante, passando essa primeira rua ali perto do supermercado, na outra. Ele comprou um terreno. E eu queria... “Osvaldo, manda construir uma casa para a gente morar, sair do aluguel” e ele “Ah, capaz que eu vá morar lá no meio do mato”, ele dizia, né. Porque não tinha... Não tinha nem condução. Esse Cruzeiro aí foi depois, que foi. Não tinha luz, não tinha nada. Aí depois que o senhor, que era aí do Prado, Dr. Schuller, que abriu essa... essa frota de ônibus Cruzeiro, era dele, desse senhor, Dr. Schuller. É, ele fez. Aí já tinha, aí já começaram a botar luz, né, água, né. Eu digo “Agora já tem luz, tem água, tem até condução, Osvaldo, manda” e ele dizia “Não, eu não vou morar lá. Eu não vou morar lá no meio dos maloqueiros”. Ele dizia, né. Então, acabou ele vendendo o terreno. Ele vendeu antes de... de falecer, né. E ele... Se o terreno, ele já tivesse passado para o meu nome o terreno. Para o meu nome... Para o nome dele, nosso, eu não tinha assinado. Mas ele não tinha ainda passado.. E o terreno esse era de um dono de cavalo. Que ele cuidava, cavalo que ele cuidava, né. Esse senhor vendeu para ele. “Ah! Rato”. Chamavam ele de rato, era o apelido dele. Ele no Prado era Rato. “O Rato, compra o terreno que eu tenho ali para ti vender” e ele não queria, não queria e não queria. Aí depois eu falei com esse senhor, como era o nome dele? Eu não lembro o nome dele agora. E garanto que também já não existe mais. “Ah, Sr. Fulano, fale com ele”, diz “Mas, Dona Luiza, eu já fiz de tudo, já baixei o preço para ele comprar e ele não quer comprar”, né. Aí ele disse assim “Ah, eu vou dizer para ele então, pagar à prestação. Quem sabe se ele compra à prestação, me dá um tanto por mês”, né. “Ou então, desconto no... no trato do cavalo” ele disse para mim, né “Em lugar de... de eu pagar ele o que eu tenho que pagar por mês, pela comida do cavalo e o cuidado, né, eu fico em troca da prestação do terreno. Pode ser que assim ele compre”, eu digo “É, só assim”. Pois esse senhor “Olha, Dona Luiza, eu vou fazer pela senhora”.

A narrativa de Dona Luiza sobre o projeto frustrado da casa própria no terreno onde antes “tudo era mato” revelava que não era somente a ausência de infraestrutura urbana e de serviços públicos básicos nessa região que desestimulavam seu marido, pois mesmo com a melhoria das condições de vida dos moradores decorrentes da gradativa urbanização, o lote acabou sendo vendido. A estigmatização das “vilas” como lugar da pobreza e da miséria era reforçada por moradores mesmo que estas “regiões morais” tenham oferecido lugar de morada em meio às estratégias de mobilidade espacial dessas populações naquela região da cidade. Para Dona Luiza, como para outros habitantes, a diferenciação social pela distinção dessas “regiões morais” era positivada pelo valor-trabalho e, no caso dela, também por estilos de vida que associados às moralidades ela julgava distintos aos seus.

Dona Luiza acaba concretizando seu projeto de “sair do aluguel”, ainda que efemeramente, após a morte do seu marido. Com o dinheiro que recebera investiu na compra de uma “chave” de um apartamento na COHAB Cavallhada, não muito distante dos bairros onde morou. Mas, conta que

não chegou a residir no imóvel nem dois meses, colocou-o à venda e voltou para o Cristal. Disse que não se adaptou ao modo de vida dos vizinhos, ao barulho e às brigas e decidiu vender e voltar à região onde morava há tantos anos. Quando Dona Luiza volta para o Cristal conta que se desfaz de parte dos seus móveis e utensílios domésticos para se adaptar ao tamanho do “kitnet” onde residia. Com a venda da “chave”, ela tentou adquirir aquele imóvel, mas o proprietário não tinha interesse e como, naquela época, dizia, o aluguel era “barato”, “foi ficando, ficando” e estava li até hoje.

Não era somente em razão da trajetória de trabalho de seu marido que o Prado Cristal e a sua ambiência eram referências materiais e simbólicas significativas na biografia de Dona Luiza. Quando o casal se mudou para o Cristal, seguindo o deslocamento do Prado, ela começou a trabalhar como costureira, fazendo as blusas de criadores e proprietários, permitindo aos expectadores das corridas de cavalos distinguirem um animal do outro no hipódromo em forma circular.

Pesquisadora: Quando a senhora vem morar aqui no Cristal, seguiu trabalhando?

Dona Luiza: Não, não, não. Não. Logo que eu casei, ele já não deixou mais eu trabalhar assim de empregada doméstica, não. Mas aí eu tirei um curso de costureira, né, aí eu costurava. Mas aí eu costurava em casa, né. Eu costurava em casa. E aí quando a gente veio aqui para o Prado, todo mundo, esses proprietários de cavalo... Quiseram fazer blusas que chamam, né, para os jôqueis novas para correrem nos cavalos deles, né, cada um tinha a sua... a sua blusa para correr diferente uma da outra, né. Então, precisa... E aí eu me especializei naquilo. É, fiz, né, fiz. Ai, trabalhei tanto, tanto, tanto. Fiz tanta blusa, tanta blusa para eles aí e o negócio para botar no capacete, que eles tinham capacete, né. Os jôqueis. Mas aí tinham que ter um gorro. Para botar por cima do capacete combinando com a camisa. E tudo aquilo eu... É, eu fazia.

Ao folhear uma publicação oficial do Jockey *Club* repleta de imagens e fatos históricos sobre o turfe gaúcho e portoalegrense, particularmente da “era Cristal” (Kiefer, 2005:73), não pude deixar de pensar nas narrativas de Dona Luiza. Segundo a publicação, o modelo de “blusas multicoloridas” que costurava representava um “espetáculo à parte” e era atração das “reuniões turfísticas dominicais” (2005: 113) desde o “Padrinho” do Moinhos de Vento.

A “era Cristal” do turfe em Porto Alegre é rememorada por Dona Luiza, no tempo em que a atividade esportiva era prestigiada pelas elites locais que circulavam entre os elegantes bailes no pavilhão social e por segmentos sociais mais amplos animados com a popularidade das corridas e apostas. Ela lamentava a crise que a entidade do turfe ingressara “terminando” com o Prado.

Ah, aqui em Porto Alegre eu ia nos Grandes Prêmios. Tinha... como é? O Protetora do Turfe em setembro, o Protetora do Turfe. O... Tem outro que era grande também aqui. Ai, qual era o outro? Aqui o nosso, isso aí, era o Bento Gonçalves e o Protetora, que eram os nossos grandes. Vinha gente de todo país, aí da Argentina então, bah! Ficavam lá em casa, eles queriam... Traziam os cavalos, né e vinham as famílias deles. Só que as famílias deles

ficavam no hotel, né. Mas durante o dia a família ia lá ver, né. E geralmente, eles ficavam lá na cocheira do meu marido. O meu marido tinha que tirar os cavalos dele, botar em outras cocheiras e dar as cocheiras para os cavalos de fora. Principalmente, esses cavalos que vinham do Rio, né e aqui da... da Argentina.É, ficavam lá na cocheira do meu marido. Gente, gente, gente, gente! Foi uma pena terminar esse Prado. Foi uma pena, uma pena! Porque dava dinheiro para todo mundo e era uma... uma coisa social muito bonita. Vinham aquelas mulheres da alta sociedade aqui de Porto Alegre, né, mulher do governador, do prefeito e dessas mulheres que têm essas grandes firmas, né. De moda. Vinham, desfilavam aqueles enormes chapéus! Mas! Coisa mais linda! Coisa mais linda. De noite tinha o baile no salão amarelo, lá em cima, lá no pavilhão dos sócios, né. Porque aí tinha três pavilhões. O pavilhão dos sócios, embaixo era só a alta sociedade que ficava e em cima era o salão para festa. O salão de festa. No outro era o popular. Aí era a ralé, como se diz. O meu marido que disse “É a ralé” (riso) era o povo, né. E o último, o menor era dos profissionais, que era deles, né, treinador, jóquei, família e tudo. Era assim, tudo dividido. [...] Nesses dias eu ia. Coisa mais linda da gente ver, barbaridade! Aí depois que o meu marido morreu... Diz que agora ainda fazem, eu ouvi falar. É, diz que ainda fazem, mas eu não sei como é que fazem. Diz que é pela internet, não sei, pela televisão, sei lá.

As transformações do Prado para Dona Luiza acompanhavam e se confundiam com as próprias transformações da região onde morava, onde não tinha mais “mato” e o “progresso” chegara. Para Dona Luiza, fazia parte desse processo de mudanças “tirar as vilas”. Se, antes, “foram fazendo e foram fazendo e foi indo e vem outro e vem outro e foram ficando”, mas ninguém “mexia” porque não tinha nada para “mexer”, como ela dizia, agora que mudanças chegavam naquela região era preciso “mexer”.

### **A Sanga da Morte e outros lugares**

A descoberta dos lugares que as narrativas faziam referência na região Cristal era importante para assinalar as experiências vividas pelos moradores nos espaços daquela região e nas suas relações com o contexto urbano da cidade. Eram temporalidades compartilhadas e inscritas nos espaços vividos dos habitantes, tempos narrados que perpassavam o espaço da casa e da rua nas formas de interação cotidiana.

Se o lugar é “espaço praticado” (De Certeau, 2008:202) e os “relatos de lugares são bricolagens” (De Certeau, 2008:188), as narrativas de Ivane e sua irmã Elizabete formavam uma combinação de diferentes experiências de tempos e espaços da vida cotidiana que situava alguns dos lugares da região Cristal presentes nas narrativas em comum e nos pequenos diálogos dos moradores.

Conheci Ivane entre as integrantes do “grupo da FASC” cuja presença era frequente tanto nos encontros para conversação e sociabilidade lúdica das “aulas de música” do grupo quanto nas festividades especiais que elas organizavam. Presença assídua naquele espaço suas motivações era estar junto a uma comunidade de interesses e afetiva, sem adentrar diretamente na esfera da ação

política que o espaço social do “grupo” propiciava como vimos no caso de Edite e Olinda. Ela foi uma das mulheres daquele grupo com a qual mais tive diálogos nos espaços do Clube de Mães, ocasiões quando nossas conversas versavam sobre a sociabilidade lúdica do “grupo” e fatos cotidianos na região Cristal até seu aceite em conversarmos num momento diverso. Foi numa situação de entrevista em janeiro de 2012 na casa de Ivane que conheci a sua irmã Elizabete que ela tinha convidado a participar, surpreendendo-me com a presença de ambas naquela ocasião.

Aquela situação de entrevista transcorreu através de um diálogo estabelecido com ambas e Elizabete demonstrou prazer e habilidade em se colocar na figura do narrador e, talvez, por isso tenha sido convidada por sua irmã. Nessa ocasião pude conhecer suas trajetórias e ouvir relatos sobre memórias em comum de episódios breves da família e cenas de rua vividas por elas, aspectos que revelavam o modo como a identidade negra dessas mulheres se manifestava naqueles territórios e o quanto as relações familiares eram fundamentais para compreender os seus motivos de enraizamento na região Cristal.

Ivane tinha pouco mais de sessenta anos quando nos conhecemos e estava aposentada. Trabalhou com serviços de limpeza em “firmas” no centro da cidade. Há alguns anos tinha ficado viúva do segundo marido com quem estava casada há mais de vinte anos e quem, como contava, tinha “criado” os filhos dela. Afora um filho que morava em Caxias do Sul, interior do Estado, os demais e os quatro netos moravam no entorno da sua casa no Cristal.

Elizabete era a mais velha de quatro filhos, tinha setenta anos quando a conheci e também estava aposentada. Trabalhou como cozinheira boa parte da sua trajetória, ofício que descrevia ter aprendido com a mãe cozinheira, e como lavadeira e empregada doméstica em “casas de família” dentro e fora da região Cristal. Viveu um episódio de separação do primeiro marido com quem teve seu primeiro filho. Separada foi para o Rio de Janeiro, onde morou por quatorze anos. Lá se casou novamente e teve dois filhos com o segundo marido. Divorciou-se e retornou para Porto Alegre com seus filhos, voltando a residir no Cristal, no entorno da sua família de origem.

Ambas eram vizinhas, moravam lado a lado, no terreno que tinha sido da mãe delas localizado na Rua Curupaiti, na “vila” Divisa. A Rua Curupaiti, outras vezes mencionada, onde se situava a sede do Clube de Mães, era exemplar dos paradoxos sobre as formas de habitação da região Cristal. Na parte baixa, próxima ao Clube, podíamos visualizar certo padrão de urbanização cujo traçado retilíneo da via, calçadas largas e asfaltamento eram as principais marcas junto aos prédios e casas de camadas médias. Seguindo em direção à parte alta, passávamos por um dos acessos às “vilas” Divisa e Cristal cujas “alamedas” perpendiculares eram de “chão batido” e as

calçadas estreitavam. Nesta porção da Rua Curupaiti onde moravam, as fronteiras físicas eram mais flexíveis, a rua asfaltada, casas de alvenaria mais simples, calçadas por vezes alargadas, outras subtraídas pela ampliação da parte frontal das habitações. Quando acessamos a parte alta da via, nos limites entre os bairros Cristal e Santa Tereza, fronteiras rígidas, de um lado, os “enclaves fortificados” (Caldeira, 2000) de casas em condomínio fechado e residências amplas de camadas médias e altas e, de outro, o acesso para a “vila” Ecológica<sup>176</sup>.

A casa de Ivane ficava localizada próxima à extensa Avenida Divisa que dá nome à “comunidade”. Apesar de titulada Avenida essa via tinha asfaltamento somente em parte de sua extensão estreitada por um arroio canalizado com diversas moradias construídas rente à amurada da obra de canalização. Era justo a extensão da Avenida Divisa que integraria o traçado do plano viário da “perimetral”<sup>177</sup> a ser construída pela Prefeitura (duplicação da “Avenida Tronco”). A Avenida Divisa se liga, através da Rua Cruzeiro do Sul, à “Tronco”, um dos principais acessos ao “complexo da Grande Cruzeiro”<sup>178</sup> que se estende sobre uma ampla área na parte posterior dos limites da região Cristal.

Apesar da proximidade entre a rua onde moravam das casas de moradores que seriam “tirados” e do receio de que “mexessem ali”, elas diziam ouvir “comentários” entre a vizinhança de que aquele traçado da rua estaria fora da área de abrangência da obra. A casa de Ivane, simples de quem, como dizia, levava uma “vida simples, sem nada de riqueza” era uma casa estreita de alvenaria que se estendia aos fundos do terreno. O acesso se dava pelo pequeno portão frontal fechado com grades. Ivane fez questão de precisar que fazia cinquenta e dois anos que morava ali, mas tinha vindo para aquela região ainda criança.

Quando Elizabete e Ivane eram crianças, com a morte do pai, a mãe delas deixa a área rural de São Jerônimo, no interior do Estado, e vai para Porto Alegre com seus quatro filhos. Amparada por suas redes de parentesco que já moravam na região, inicialmente, a família reside na Assunção, bairro lindeiro ao Cristal às margens do Guaíba. Depois se mudam para a “vila” São Gabriel, no

---

<sup>176</sup> A “vila” Ecológica no Morro Santa Tereza, bairro Santa Tereza, que faz limite com o bairro Cristal, estava envolvida em conflitos sobre os processos políticos da Prefeitura de Porto Alegre, versando sobre a regularização fundiária das moradias consideradas pelo Poder Público como “ocupação irregular” e a criação de uma área de conservação ambiental. Ver em <<http://www.omorroenosso.com.br/>>.

<sup>177</sup> Muitos moradores faziam referência à “perimetral” ao falarem da duplicação da “Avenida Tronco”, mas, apesar da sua abrangência e extensão, ligando zona norte, centro e sul da cidade, e embora o traçado do projeto viário tivesse conexão com a 3ª Perimetral, o governo municipal não fazia a mesma referência.

<sup>178</sup> A “Grande Cruzeiro”, em Porto Alegre, entre os bairros Santa Tereza e Medianeira, localiza-se numa extensa área da cidade de Porto Alegre formada por diversas “vilas” que, em conjunto, formam as “comunidades” da “Grande Cruzeiro”, na zona sul da capital. Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/demhab/>>. É uma “região” da cidade tida como um dos principais espaços da violência e disputas entre redes de tráfico de drogas em Porto Alegre.

bairro Camaquã, onde moraram por alguns anos até sua mãe conhecer o padrasto. Foi ele quem ajudou a mãe de Ivane e Elizabete na “criação” dos filhos e mais cinco sobrinhos vindos do interior com o advento da morte da tia delas.

A trajetória familiar de Ivane é exemplar das recorrentes situações em que as estratégias de mudança espacial como recurso adaptativo às condições de existência no meio urbano da “tradição de migração” são orientadas pelos mesmos laços e redes sociais de parentesco que estruturam a vida “no interior”. Esses laços e redes não somente se mantêm neste movimento emigratório das famílias como são fundamentais para a mobilidade dos grupos nos territórios da cidade. O deslocamento na região Cristal, entre a “vila” São Gabriel e a Divisa, se viabiliza mediante uma “permuta” de terrenos que o padrasto delas “conseguiu” acionando suas redes de relações. Elas descrevem as formas de ocupação daqueles territórios onde antes “tudo era mato” e “banhado”.

Elizabete: Quando nós chegamos aqui no bairro foi por intermédio do meu... do meu padrasto, que trabalhava na Prefeitura. Porque nós morava na Vila São Gabriel e o nosso terreno era grande. Então, fizeram uma troca, o meu padrasto fez uma troca, que minha mãe gostava de criar galinha, essas coisas tudo. E ela fez uma troca com o Fernando, naquela época que foi feito era Fernando... Não me lembro bem o nome...

Ivane: Não sei o que do Prefeito.

Elizabete: Eu sei que eles fizeram uma permuta assim e trocaram com esse terreno. O terreno que ele deixou, que o Prefeito deixou... esse Prefeito deixou pro meu padrasto que trabalhava na época, ele então, era isso tudo aqui.

Elizabete: Só que era acidentado horrivelmente. Essa casa, a casa da minha mãe ainda era ali onde está a casa da minha sobrinha, que mora a outra minha irmã, que era de madeira e era tudo banhado.

Ivane: Banhado.

Elizabete: Banhado, isso aqui era banhado. Aqui atrás tinha um sumidor. O senhor era... que tinha... era dono desse armazém, o Seu Bira, perdeu um cavalo ali. Sumidor. É era um valo de areia. Então, ir ali a gente não podia. Então, a gente fazia assim, a gente fazia um valo assim que começava lá no começo do pé do morro, fazia um valo pra vim aterrar aqui. Essa casa aqui, no caso, era minha casa virada pra cá. Aqui cercava um terreno, né. Então, a gente ali na entrada ali era uns dois metro, quase dois metro pra baixo. Era uma escadinha própria, um barranco que a gente fez. Tinha um pé de pitangueira e um pé de... um pé de pitangueira e um pé daquela unha de gato lá. Hoje em dia eles usam pra fazer cerca e telas... Então, a gente tinha ali, a gente descia pra cá. E aqui desse lado, onde é a garagem da minha irmã aqui, tinha uma vertente de água. Então, a gente plantava agrião. Tinha até peixinho. A gente fazia um tipo de um... de um riachinho botava uns peixinho, foi crescendo. Toda gente, bem no comecinho, antes de nós vir pra cá, minha tia, que era irmã da minha mãe era dona desse pedaço aí.

O relato de Elizabete descreve situações comuns às narrativas dos moradores da região Cristal: experiências de “melhoria de vida” que iniciavam com a ocupação, compra ou permuta de terrenos, o parcelamento do solo entre os membros da família (consanguínea ou extensa), a autoconstrução parcelada da casa, feita e refeita muitas vezes adaptando-a aos diferentes ciclos de vida da família. A sua narrativa desvela também uma “tradição de migração” na qual os modos de

vida de morar onde antes “tudo era mato” eram formas liminares entre continuidade e ruptura de grupos sociais migrantes de áreas rurais (Durham, 1984), articulando trabalho urbano para a subsistência na cidade e lançando mão de práticas ligadas ao meio rural (criação de animais, pesca, plantio de horta etc). Estilos de vida próprios desses “pedaços” mencionados por Elizabete que representam, concomitantemente, fator de pertencimento e diferenciação no mapa social da cidade.<sup>179</sup>

As narrativas apresentam descontinuidades entre diferentes formas de apropriação de “banhados” e “matos”. Em meios às formas específicas de morar, eram os repetidos gestos de ocupação de “matos” e “banhados” que elas descreviam, assim como o dar conta da força da água que descia do morro.

Ivane: Porque quando nós viemos pra cá, não tinha luz elétrica aqui. Não, não tinha luz elétrica, não tinha essa passagem que tu tem, não tinha. Era um valão, isso aqui não era asfaltado, não era... descia lá de cima água, mas água, que era aquele barro vermelho que vinha, sabe? E descia. Então, aqui vou te contar! É baixada, era muito cheio de buraco e quando chovia muito a gente pra atravessar pra outro lado, a gente descia lá embaixo, que era um... um valão, no caso seria essa Sanga da Morte, né? Que eles agora canalizaram. Era um valão que tu tinha que te agarrar... que era uns pé de maricá que tinha e tu passava por umas pedras que tinha. Porque, o valão te cobria, né, se tu descia lá embaixo... Sim, sim, te cobria. E quando chovia muito, tu não podia passar, porque tu não podia atravessar... Pra lá pra outro lado. Então, a gente fazia a volta pela Icaraí, que também não era todo assim asfalto, era uma lama, lodo, sabe? Lodo, lodo, bah! E a faixa não era aqui, era pra lá. Era bem pra lá. Porque aqui era... tinha mais ali adonde que é Hipódromo, era o Guaíba.

O terreno onde foram construídas as casas de Ivane e Elizabete estava situado entre a subida íngreme da ladeira que dava acesso ao Morro Santa Tereza e a “Sanga da Morte”, um extenso arroio, hoje canalizado, que deságua no Lago Guaíba. Se lembrarmos, que à época em que a família chega ao ribeirão Cristal estava sendo executada a obra de aterramento da baía, aquele território onde hoje se localiza a “vila” Divisa, estava situado numa área alagadiça, entre o arroio e o rio. Não por acaso, a Praça, logo adiante, onde foi descrito o evento na parte inicial deste capítulo, ainda hoje alagava naquela “baixada”.

A “Sanga da Morte” era lugar inscrito nas memórias de moradores com quem conversei e ainda hoje, saneado e canalizado entre duas pistas de uma larga Avenida, era assim nomeado pelos habitantes da região Cristal. Ao questioná-las sobre o porquê era chamado assim elas dizem:

---

<sup>179</sup> Esta noção de “pedaço” pode ser referida à noção proposta por Magnani (2003, 2002) a partir de estudos sobre as formas de lazer no contexto urbano de periferias da grande São Paulo, é categoria operada pelo autor para analisar aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade pautada nas redes de relações locais que combina laços de parentesco, vizinhança, procedência, vínculos definidos por participação em atividades comunitárias etc. e códigos de vizinhança enquanto códigos de reconhecimento e comunicação entre os membros desta referência espacial.

Elizabeth: Porque morria muita gente ali. Era assim ó, quando o Prado... Quando a gente veio pra cá ainda tavam ter minando o Prado. Não tinha o Prado ainda. Não tava feito ainda. Então, todo mundo... nós mesmos, eu mesmo muitas vez ia ali pegar peixe. Vinha aqueles peixe bonito, né, a gente trazia pra casa. E a mãe dizia “Ah, de onde vocês trouxeram esse peixe?”, eu dizia “Não! É ali do Prado.” Tá. E aí quando fizeram a cerca do Prado, tinha o valão esse que corria... Ele fazia assim ó, tá?

Ivane: Ele saía daqui do costado da casa daqui, saia aqui por dentro de um... de um bequinho que tinha... De um valo.

Elizabeth: De um valo que tinha, que era a casa da... Como é? Da sogra da tua filha.

Ivane: É. Ali ela mora até hoje.

Elizabeth: Então, ali eles aterraram. Eles aterraram. Mas, o valo saía assim, aí fazia isso tudo assim. E aí a cerca do Prado ficou muito assim ó. Isso aqui assim ó. O verde e o valo... O valo ficava aqui e a pessoa assim... caía dentro do valão. Por isso... De crimes assim, não. Gente que caía realmente... E morria ali. Altas horas da madrugada, porque tinha outra vila ali.

Ivane: Ah é.

Elizabeth: É, tinha as boates aqui pra cima. Então, o pessoal pra não fazer a volta, cruzava, fazia o atalho aqui.

As suas memórias comuns sobre os “aterramentos” da área alagadiça do entorno da “Sanga da Morte” onde construíram suas moradas falavam do tempo que “foram indo, arrumando, aterrando”. A família de Ivane e Elizabeth e sua rede de vizinhança viabilizaram o aterro daquela “baixada” através de retirada de terra do morro, prática comum não somente entre os moradores, pois, vimos, o Pontal do Estaleiro também fora ampliado com terra do Morro Santa Tereza.

A vizinhança e o espaço da “vila” se constituíam em locais privilegiados para a formação das redes de solidariedade e de ajuda mútua as quais eram fundamentais para viabilização das formas de organização coletiva que permitiam ações conjuntas para melhoria das condições de vida diante da ausência de infraestrutura. Eram espaços entre a casa e a rua instituídos pelo trabalho individual e coletivo dos moradores. O diálogo de Elizabeth e Ivane narra esses processos e as mudanças que acarretaram na paisagem da região.

Elizabeth: Tudo aqui pra cima. Mas naquele tempo não tinha muitas casas pra lá. Não, pra lá não tinha casa nenhuma, era só mato.

Ivane: É, era mais mato.

Elizabeth: Não tinha nada! Eu to dizendo “Nada!”, nada, nada mesmo. Nada, nada mesmo. Essas casas bonita que tem lá pra cima, ali era... eles tiravam o aterro, a gente buscava argila pra fazer no colégio trabalho. Aquelas casa bonita que tu vê lá em cima lá na costa do morro, não tinha nada. Nada, nada, nada mesmo! O pessoal que tirava aterro morava aqui nos fundo da nossa casa e tinha um caminhão. Hoje tá tudo já falecido também, né. Não tinha nada! Isso cresceu depois de 1965 pra cima. É, não era pedreira de... de explodir não. Era de aterro, a gente chamava o “lugar de aterro”. Tem a pedreira que nunca foi mexido, que tem as casas hoje em dia lá em cima, que é a Vila Ecológica. Ali. Ali não tinha nada, nada, nada! Não tinha nada. Os primeiros moradores dali até uma foi a... a mãe da Márcia na época que eles pensavam que eu ia morar lá e vinham aqui na minha casa pedir pra ver se eu deixava. E eu digo “Eu não moro, nem nada lá”. Eu ia pra lá, porque eu gostava, a gente fazia atalho... A vista de tudo quando a gente subia ali. Colhia marcela por ali, né. Então, o pessoal achava que eu era... que eu cuidava aquilo ali, que eu tinha alguma coisa

que ver e eu dizia “Não, não tenho lá nada. Por mim vocês fazem o que quiser, não tenho nada que ver com aquilo ali. Não tenho nada”. Aí foi quando uma menina, que é a mãe da minha neta mais velha, né, que veio de São Paulo com a família dela, aí eu disse “Ah, eu arrumo um lugar pra ti morar”. E arrumei lá pra eles. Eles moram acho que uns quatro anos, depois não sei pra onde que eles foram, hoje eles moram lá no Pinheiro. Ela com o esposo dela, com os filhos dela, meus netos, né. E assim. E aqui não tinha nada, nada, nada mesmo! Pra ver, se via queima de fogos. Fim de ano, a gente.

Ivane: É lá em cima era muito lindo.

Elizabete: Que é até hoje muito lindo!

Ivane: É a vista...

Elizabete: Eu esses dias tava pensando, mas eu digo “Ah, se eu fosse morar ali eu já tinha morrido, né. Porque subindo esse morro todo dia” (risos) Não ia aguentar.

Ivane: Tu falou como era, que lá era duas vezes mais alto? Que as casa lá em cima, aqui embaixo tu não enxergava nada dessa parte aqui pra casa. Tu tinha que descer mais pra ti poder enxergar, né?

Elizabete: É. Porque a... a patrola, né, é que passou muito, abaixou muito. Quando chovia fazia aquelas sabe? Da chuva, da força d'água que vinha.

Ivane: Sim, porque, descia morro abaixo, né?

O território habitado por Ivane e Elizabete no bairro Cristal, próximo da parte alta, assim como a outra extremidade, nos limites com a Assunção, eram alguns dos lugares que permitiam essa relação contemplativa dos moradores com a paisagem “natural” do Lago Guaíba visto “lá de cima”. Se os espaços sociais da parte alta propiciavam uma relação contemplativa com o rio, na parte baixa, as suas margens, as práticas eram outras. Ao questioná-las se costumavam ir à beira do Guaíba, elas rememoram os banhos de rio quando era “limpo” e o tempo que lavavam roupas, prática que o acesso à água encanada fez cessar.

Pesquisadora: E o Guaíba, vocês iam para a beira do rio? Como é que era?

Ivane - Eu ia!

Elizabete: Às vez, a gente ia lá.

Ivane: E tomava banho. A gente levava roupa, lavava lá e tomava banho.

Pesquisadora: Lavavam lá também?

Ivane: Lavava roupa também.

Elizabete: Isso! Ali onde tem aquele prédio lá, lá, lá no começo da... Não tem aquela sinaleira ali que vai...

Ivane: Aonde?

Elizabete: Quero falar atrás das cocheira do... do Prado.

Ivane: Ah, sim, daqui...

Elizabete: Faz a volta lá na...

Ivane: No Diário de Noticias.

Elizabete: Nós ia lá lavar tudo. Ia lavar roupa. Tinha uma picada que saía atrás do hospital...

Militar, né, o hospital da Brigada. E não tinha. Ele era... fazia esse contorno assim ó.

Pegava as roupa, pegava assim os banquinho ...

Ivane: Os que a gente faz...

Elizabete: É...

Ivane: Esses banco comum, banco de campanha.

Irmã: Esses banco que a gente faz de madeira.

Ivane: Aqueles banco, a gente pegava e levava.

Elizabete: Levava, levava a trouxa na cabeça, levava as panelinha, levava o café, e lá fazia comida e o que tinha que fazer, pronto, acabou-se. Pois eu to te dizendo, quando nós viemos da Vila São Gabriel pra cá, a gente ia ali pegar peixe no prado.

Era na parte alta, onde antes “tudo era mato”, que elas mencionam a presença de lugares que também estavam inscritos nas memórias dos habitantes da região: os famosos cabarés. Nos anos 50 e 60, muitas “boates” se instalaram na região, a mais “famosa” e corrente nas falas dos moradores era a “boate da Mônica”. Uma publicação oficial sobre as “memórias dos bairros” da cidade (PMPA, 2003:62) faz menção a esses espaços de sociabilidade masculina no Cristal e às narrativas de moradores que se articularam, nas décadas seguintes, às políticas higienistas da Prefeitura para fechamento dos locais de prostituição que lá se instalaram.

Numa região da cidade onde boa parte dos seus territórios, vimos, era habitada por classes trabalhadoras urbanas migrantes, uma classe operária cuja identidade os atrelava aos valores sociais e morais associados à família, ao trabalho e à religião, não é difícil entender estas ações coletivas associadas às moralidades. Esses espaços sociais representavam também espaços de trabalho, na região Cristal, não somente no exercício da atividade de prostituição, como em outras atividades, como descritas no relato de uma moradora da “vila” Divisa que conheci, dizendo que por anos costurou as roupas das “meninas da Mônica” ou a mãe de Ivane que trabalhava como camareira e cozinheira da boate.

Os espaços de trabalho de Ivane e Elizabete e de suas redes de parentesco se davam dentro e fora da região Cristal, considerando que essas redes de relações familiares davam conta também de tecer a trama das redes de trabalho. Enquanto Ivane sempre trabalhou na área central da cidade, sua irmã Elizabete durante um período da sua trajetória foi cozinheira do Estaleiro Só, assim como parentes homens que lá trabalharam como operários. Depois ela seguiu prestando serviços domésticos em “casas de família” particularmente na região Cristal, mas fora dela também. Trajetória de trabalho agora seguida por uma das suas filhas, frustrando o projeto familiar de ascensão concretizado em parte com outros filhos de garantir formação escolar “até o fim” para viabilizar exercício de outras funções melhor remuneradas.

Da mesma forma, os espaços de sociabilidade da família de Ivane e Elizabete eram espaços sociais que mobilizavam as suas redes de relações, vizinhança e parentesco nos seus entrecruzamentos, dentro e fora da região Cristal. Eram espaços sociais na cidade e na região demarcados pela presença de populações negras e através dos quais sua identidade étnica se manifestava. Um dos espaços de sociabilidade frequentado por ambas era o “Floresta Aurora”, a mais antiga associação negra da cidade e considerada “um dos pontos de referência ‘cultural e social’ da população negra na capital gaúcha” (Jesus, 2005:52). O próprio percurso da entidade no

decorrer dos anos cuja sede passou por diferentes regiões da cidade expressa à relação no tempo desse espaço com territórios negros em Porto Alegre.

A “Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora” esteve localizada no bairro Cidade Baixa, adjacente ao centro e demarcado pela presença de populações negras na história da cidade, após mudou-se para a Rua Curupaiti, no Cristal e, atualmente, está localizada na Pedra Redonda, em Ipanema, próximo do bairro Cristal (Jesus, 2005)<sup>180</sup>. Embora tenha se localizado no entorno do lugar onde moravam, a ligação com a entidade descrita por Ivane e Elizabete era frequentando os bailes na época que a sede estava na Cidade Baixa, à época, território negro da cidade.

Elizabete: Eu fui num baile, o Floresta Aurora, que era na... na Lima e Silva. E era assim, tinha uma escada. Então, a gente subia e a gente, né, não tinha como fazer cabelo bonito. Tinha quem fazia, mas a gente não tinha. O meu... no meu tempo tinha o cabelo comprido então, eu fazia assim, eu pegava o meu cabelo e eu trançava embaixo da torneira com aquele líquido de vaselina, trançava, trançava ele bem trançadinho, puxava e deixava ele bem puxadinho. Aí quando chegava na época do baile eu soltava e fazia assim tipo um...

Ivane: Uns coque, né, que usavam muito. [...]

Elizabete: A cinturinha bem fininha e cabelo bem preso, era só de cor.

Ivane: Só os negros.

Elizabete: Só raça, só raça.

Ivane: Só os negros.

Elizabete: Tu não podia entrar mal vestido, sabe. E eu jamais ia deixar de ir bem arrumada, a minha mãe jamais ia deixar eu ir mal arrumada, né.

Ivane: Ah é. Então, a gente comprava aqueles... “Aí tem baile? Tem, tem baile.” Aí então, eu já trabalhava pra ir, ah, eu gostava muito de andar de longo. Até hoje eu gosto de andar de longo. Ah, é comigo mesmo! Ontem se tu chegasse nós tava tudo... (risos)

Elizabete: Mas é moda, não adianta, a gente sempre foi umas nega metida.

Ivane: É.

Elizabete: Nega metida a rica. Rica, rica de alegria!

Ivane: É.

Elizabete: Não é? Aí eu botei, eu nunca me esqueço, do tafetá e uma blusa de... de organza bordada.

Ivane: Ai, organza era moda!

Elizabete: [...] Olha, fazia sucesso! Fazia sucesso. Agora hoje em dia as pessoas não saem.

Elas ainda frequentavam os “bailes da Cavallhada”, no bairro Cavallhada, momentos em que as suas memórias comuns descreviam os trajetos onde antes “tudo era mato” pelos “atalhos” que faziam pela região para chegar às festas. A identidade negra de Ivane e Elizabete se manifestava e era demarcada em diferentes espaços e domínios da vida da família vinculada a um território comum de morada. A forma de Elizabete falar da extensão da sua família era, em tom jocoso, contabilizar que até agora tinha “só” quatorze netos e dez bisnetos.

---

<sup>180</sup> Surgida com caráter beneficente para auxiliar famílias negras, tornou-se um entidade “social e cultural” e atualmente atua como entidade militante junto às questões ligadas às “políticas afirmativas” étnico-raciais no contexto das políticas governamentais no Brasil.

Hoje, a sua identidade étnica era redimensionada quanto às representações sobre o próprio contexto onde moravam e as formas diferencialmente experienciadas entre as gerações da família de inserção na cidade. Rememoravam passagens e situações cotidianas enfrentadas por elas e pelos seus pais numa época em que o “racismo era muito forte” como disse Elizabete. Diziam-me que a “família toda é de religião” e a casa de Ivane tinha sido a primeira casa de religião da rua. Espaço privado, porém aberto às pessoas ligadas “pela religião”, era espaço físico e simbólico de territorialização de religião de matriz africana no Cristal.

Os espaços de sociabilidade ainda hoje perpassam as redes de relações de parentesco, vizinhança e amizade ao estabelecerem laços de pertencimento aos espaços sociais da casa e da rua na “comunidade” que habitam. Entretanto, a “vida foi virando”, como falava Elizabete, no sentido de que essas redes de relações e a “vila” onde moravam no Cristal mudaram. Para falar dessa mudança das formas de interação cotidiana no espaço da rua, elas rememoravam a organização coletiva entre os moradores para às importantes festas de São João. Mas, “a vida foi crescendo”, “uns morrendo, outros se mudando” e “aqui agora tem muito pouco da nossa festa” como falava Elizabete.

As transformações sociais que acompanharam no tempo eram remetidas às mudanças recentes no bairro e na região a partir das quais Elizabete e Ivane refletem criticamente sobre a inserção daquele “pedaço” no mapa físico e simbólico do contexto urbano da cidade. Refletem sobre a relação ambivalente de pertencer a um território que estaria fora dos padrões de “modernização” da cidade e, portanto, fora dela, mas, ao mesmo tempo, fazendo parte.

Elizabete: Eu tive um pensamento, eu disse assim, “Gente, por que que vão mexer aqui conosco, se no Centro as rua são desse tamanhinho? Tem menos de um metro no Centro. Olha ali na...”

Ivane: Calçada.

Elizabete: É, calçada aqui no Centro ali, né. Tudo da... da Rua da Praia pra cima ali, tudo as calçadinha são pequenininha. Né? Por que mexer com a gente aqui que não tem nada a ver? Aqui não é cidade...

Ivane: Não, é outra coisa...

Elizabete: Não é um bairro de luxo o nosso aqui.

Ivane: Não.

Elizabete: Bairro de luxo é... é a Assunção.

Ivane: Sim, mas agora aqui ó...

Elizabete: Assunção, faixa preta, né, a beira aqui da... da faixa de lá pra cima. Agora esse pedaço nosso aqui não tem luxo. Nem tem porque mexer, porque o luxo de lá morre aqui. Morre aqui nesse pedaço, aí depois vem a subida e aí já tá tudo plano, não tem que mexer. Aqui se tem alguma coisa fora, a Prefeitura é a única culpada. Porque quando a gente tava fazendo as casas, eles deviam de vim e dizer “Não, não pode fazer”. A gente não iria fazer pra frente, fazia lá nos fundo onde dava. Né? Então, aí eu acho que se eles mexer com nós aqui, eles vão ser obrigado a dar alguma coisa pra gente, porque a gente, praticamente nós aqui somos ‘capeão’ nisso aqui. Nós batalhamos pra ter esse pedaço aqui pra nós. Porque não tinha. Isso aqui era um buraco.

Ivane: É.  
Elizabete: É pena que a gente não tem... não tem foto mais assim.  
Ivane: É...

## **As fábricas e o rio**

Tereza, ao narrar as suas lembranças sobre os diferentes territórios que habitou na região Cristal, a sua referência espaço-temporal era o universo das fábricas.

Ali onde tinha a fábrica Coroa, agora parece que não tem mais. Então de tarde, de manhã, tinha certos horários que sentia cheiro das bolachinhas parece que as bolachinhas já estavam prontas para chegar na tua casa. E eles vendiam a bolacha quebrada, o pessoal comprava. Eles vendiam ali na, na volta da fábrica, era barato e todo mundo comprava bolacha quebrada, era fresquinha. Mas, o cheiro da bolachinha inundava a região, inundava... A gente morava ali na Tamandaré e se sentia o cheiro da bolacha, inundava toda região. Depois, eles tiraram. E quem trabalhava ali, morava tudo na zona, pouca gente morava longe. Se não morava ali, morava na Tristeza, na Cavallhada, tudo gente ali da redondeza. Tinha, eu trabalhei, tinha uma fábrica de reatores também na Massot que eu trabalhava. [...] a fábrica ficava entre a Coronel Masot e a Chico Pedro, ela vinha da Chico Pedro até a Massot, todo terreno. Eu trabalhava no escritório, trabalhei anos ali. Ai eles venderam, venderam o terreno e construíram prédios também ali, ali é cheio de prédios. [...] Depois veio a Termolar que é a fábrica de garrafas térmicas que fez um prédio grande e que ainda tem. Na época não tinha, também era um campinho ali. Dizem que é do Prado aquilo ali, até hoje eu não sei. Não sei se é ou não é. Ai veio uma fábrica de bolos, os franceses, não me lembro como se chamava, sei que era um francês, não, um japonês. E a gente comprava bolo quebrado, uns pacotão enorme de bolo, assim quebrado que não podiam mais vender e ai vendiam super barato. Do lado da Termolar.

Apesar do desaparecimento de grande parte dos espaços reais de trabalho sobre os quais ela relacionava a vida coletiva dos moradores da região, pela memória ela aderiu suas referências a certos momentos de interação vividos. Esses e outros espaços sociais “das fábricas” presentes nas falas de Tereza e de outros moradores dos quais pude conhecer a trajetória mostram não somente motivos de enraizamento (e desenraizamento) na região Cristal como as formas de constituição e transformação desses espaços de trabalho no contexto urbano de Porto Alegre.

O dueto trabalho-moradia era conjugado pelos moradores que trabalhavam no espaço fabril e operário de construção naval do Estaleiro Só e nos espaços de edificação e, depois, de operação do Prado, mas, vimos, existiam outros. Na região, pude observar como as narrativas dos moradores traziam esse componente ou dimensão da vida social de uma forma particular: experiências individuais de trabalho atreladas aos deslocamentos pelos territórios da cidade e, fundamentalmente, da região Cristal. A trajetória de Tereza é exemplar para pensarmos como as suas experiências de inserção no mundo do trabalho, dentro e fora da região Cristal, se relacionam com os deslocamentos pelos diferentes territórios que a conformam.

Tereza participava das sociabilidades nos espaços do Clube de Mães, integrando o “grupo da FASC” e participando ativamente dos seus encontros semanais e eventos festivos. Ela e Dona Olinda desempenhavam um papel de liderança nas mediações institucionais entre o grupo e a “assistência social” da Prefeitura. Encontrávamos-nos com frequência naquelas ocasiões até seu afastamento voluntário do “grupo” e dos espaços do Clube em razão de desentendimento com a coordenadora dos trabalhos da FASC. Ela nutria o seus laços de amizade e vizinhança com a rede e com Olinda que me relatava as suas tentativas, sem sucesso, de persuadi-la a voltar.

O sotaque suave, mas com sonoridade ainda presente enunciavam a nacionalidade diversa de Tereza que fui saber numa situação de entrevista em outubro de 2011. Foi nesta ocasião que pude conhecer a sua trajetória e a casa onde morava no bairro Cristal. Ela morava sozinha numa simples e antiga casa de madeira com partes refeitas em alvenaria cuja frente aparentava ser um avarandado, mas que fora incorporado à extensão da sua pequena sala. A sua casa ficava aos fundos do terreno que dividia com a casa de alvenaria mais ampla que seu filho vivia com a família, ao lado. O terreno era cercado por muro e portão com um jardim fronteiro que conduzia às casas ao fundo. A casa de Tereza estava localizada na Avenida Capivari paralela à Avenida Divisa numa porção do bairro no entorno da “vila” Divisa cujos fragmentados limites do que está dentro e fora, física e simbolicamente, desse território opera com as suas formas: pelas formas de habitação e certa feição das casas de alvenaria; pelas formas de sociabilidade no espaço da casa e da rua; pelo tipo de urbanização, via asfaltada, calçadas largas.

De maneira análoga a outras ruas da região Cristal aqui descrita, estas formas mudam e fragmentam-se ao longo da sua extensão: de um lado, próximo a Praça, referida na parte inicial, os prédios dos “conjuntos habitacionais” e casas de camadas médias, de outro, com relativa flexibilidade dessas fronteiras, uma feição mais simples das casas de alvenaria, bares, mercados e outros pequenos comércios locais. Logo em frente ao portão da casa de Tereza, uma das diversas escolas públicas espalhadas pela região. Os meus percursos pela região Cristal eram sempre a pé ou de ônibus e a cada nova visita ao lugar de morada dos interlocutores, eu adentrava aquela atmosfera familiar e, no trajeto, fazia novas descobertas sobre os seus diferentes territórios, diferentes cenas de rua vividas por anônimos.<sup>181</sup>

---

<sup>181</sup> Essas descobertas eram sempre mediadas pela constante avaliação, na prática do trabalho de campo, de lugares tidos pelos próprios moradores e, especialmente, pelos meus interlocutores de pesquisa como “boca braba”, numa alusão velada às áreas mais vulneráveis ao tráfico de drogas. A dimensão da violência urbana não interferia diretamente na pesquisa, mas acabava sendo incorporada de forma transversal às reflexões sobre a conjectura conflitiva acerca dos territórios da região Cristal e dos discursos e práticas que acentuavam o estigma da pobreza e violência sobre as “vilas”.

Tereza se “criou” em Rivera, no Uruguai, próximo à fronteira com o Rio Grande do Sul. Ainda jovem, no início dos anos 60, foi para Porto Alegre para ajudar a irmã grávida que já morava na cidade e desde então não voltou mais. Sua família uruguaia seguiu residindo em Riveira e seus pais se mudaram para Montevideu e sempre insistiram pelo seu retorno. Ela contava que “tinha feito a vida” no Brasil e que “se sentia como brasileira” e não quis retornar, somente para visitá-los. A vida foi ficando mais difícil, as longas viagens de ônibus mais caras e às visitas mais raras. Ressentia-se de depois de uma vida de trabalho ser um “sacrifício” financeiro poder visitar os irmãos uma vez ao ano e, ainda assim, quando dava.

Tereza estava com idade próxima dos setenta anos quando nos conhecemos. Aposentada fazia poucos anos que tinha perdido seu companheiro e morava sozinha, mas perto do filho do seu primeiro casamento e dos netos. Separada se casou novamente de quem ficou viúva e orgulhava-se de ter conseguido juntos constituir uma nova e “grande família”, pois seu falecido marido tinha seis filhos. Desde que chegou à Porto Alegre, há quase cinquenta anos, contava que sempre morou na região Cristal, assim como a família extensa do pai de seu filho e do falecido marido, “tudo pertinho”.

Tereza chega à região Cristal amparada por sua irmã, conhece seu primeiro marido e por intermédio da sua cunhada começa a trabalhar na fábrica de reatores localizada no bairro Cristal, onde permanece durante anos até seu fechamento e transferência para a área industrial da região metropolitana de Porto Alegre. Se os laços sociais familiares e interfamiliares não somente fornecem amparo aos migrantes na cidade como são fundamentais para a mobilidade desses grupos nos seus territórios, a inserção no mundo do trabalho no mercado formal urbano é igualmente um desafio à integração desses grupos aos sistemas urbano-industriais.

Para o caso dos moradores da região Cristal, o dueto trabalho-moradia era conjugado na inserção desses grupos nos espaços fabris ali presentes através da mobilização das redes familiares e de vizinhança. A trajetória de trabalho de Tereza é exemplar neste sentido.

Eu trabalhei na fábrica de reatores, a fábrica ficava entre a Coronel Masot e a Chico Pedro, ela vinha da Chico Pedro até a Massot, todo terreno. Eu trabalhava no escritório, trabalhei anos ali. Ai depois eles venderam, venderam o terreno e construíram prédios também ali, ali é cheio de prédios. Quem trabalhava nesse escritório era minha cunhada, hoje ela é minha ex-cunhada. Ela ficou doente e vaga ficou sem gente, eu louca para trabalhar né? Fui lá e pedi para ele, e disse: ‘Eu sei que a Lidia ela tá encostada porque ela ficou doente do pulmão e teve que fazer uma cirurgia’. Então, não ia voltar tão cedo a trabalhar. Então ela disse: Tereza vai lá ver se dá para ti trabalhar. Um turco ruim! Muito ruim ele era. [...] Ai fui falei com ele, disse que eu tinha trabalhado na Pernambucanas, que eu já tinha trabalhado. Eu fui caixa na Pernambucanas. E ai eu disse pra ele: ‘Ai Seu Pascal eu to precisando trabalhar e eu sei que a vaga da Lidia tá, tá em aberto.’ E naquela época a gente não dava bola pra carteira assinada, pra ti ver, quanto prejuízo a gente tem.... Eu digo: ‘Não

precisa nem que me assinar a carteira!’ ‘Então vem amanhã trabalhar’. Fiquei anos. Um dia ele disse: escuta não está na hora de assinar tua carteira? Ai depois ele assinou minha carteira. [...] Ai um dia ele vendeu a fábrica, foi lá para Esteio, não, foi lá pra Sapucaia, a fábrica se foi pra lá, quando venderam o terreno aqui se foram pra lá. E ai eu não quis ir, que era muito longe. Hoje Sapucaia não é tão longe, mas naquela época era outro mundo. Tem gente que foi, teve funcionários que foram para lá com eles, mas muita gente se veio embora, muitos não gostaram e vieram embora, então eu trabalhava ali.... Depois dali eu fui trabalhar... Depois dali eu fui, fui trabalhar na..., fiquei um tempo sem trabalhar e ai fui trabalhar lá no Bom Fim.

A sua trajetória de trabalho começa nos espaços fabris da região e com seu fechamento ela “consegue” um emprego como caixa num pequeno comércio do bairro Bom Fim, adjacente a área central da cidade. A referência espacial ao “centro” da cidade e sua proximidade do Cristal e bairros limítrofes era sempre uma “vantagem” afirmada pelos moradores na sua posição no conjunto urbano como sendo um local estratégico na zona sul. Eram representações afirmadas como uma forma positivada do seu lugar de morada enquanto espaço inserido no mapa social da cidade ou proferida como oposição aos reverses do estigma da pobreza que pesavam sobre as “vilas” da região.

Como enunciado na narrativa de Tereza, “quem trabalhava ali, morava tudo na zona”, pois era atrativo de mão de obra para aqueles que viriam e ficariam “na volta” ou para aqueles que já moravam próximo. Os moradores trabalhavam nos espaços fabris da região, enquanto outros a sua inserção no mercado de trabalho urbano se dava fora dali. O trabalhar fora da região era (como ainda é) em grande medida exercer atividades na área central e adjacentes da cidade cujo avanço dos serviços públicos urbanos tornava a “condução” cada vez mais próxima e mais frequente para estes trabalhadores.

As “fábricas” eram espaços de trabalho evocados nas falas dos moradores, quando muitas vezes eles próprios me questionavam se eu “lembrava” do “guaraná Grapete”, da “água mineral Charrua”, dos “biscoitos Coroa” ou da “fábrica de frangos da Avipal”. Para Tereza eram as principais referências espaciais para falar dos diferentes territórios na região Cristal onde ela e sua rede de parentesco morou: “perto da Termolar”, “lá na Charrua, para cá para cima, onde tem a fonte”.

Dos espaços fabris cuja menção era corrente na fala dos moradores somente a Termolar, fabricante de garrafas térmicas, permaneceu. Localizada nos limites do bairro Camaquã com Cristal, próximo às cocheiras do Jockey *Club*, as instalações fabris foram construídas no período de inauguração da entidade de turfe (final dos anos 50) e permaneceu no mesmo endereço. Mas, os moradores costumavam dizer que agora “vinha tudo da China”, pois era somente montagem não mais fabricação e que a “fuligem de vidro no ar” desaparecera.

Das “marcas” presentes nas memórias dos moradores e de Tereza atreladas aos espaços fabris da região Cristal, grande parte delas, se não todas, eram de empresas gaúchas que não se “ouvia mais falar”, provavelmente por terem encerrado suas atividades industriais ou por terem sido adquiridas por grandes corporações de indústrias alimentares no contexto contemporâneo da economia globalizada.<sup>182</sup> Entretanto, a questão que eu me fazia a partir de narrativas como de Tereza era não tanto quais eram estes espaços fabris, mas em que contexto eles se instalaram na região e de que modo estavam relacionados à constituição e mudança dos seus territórios na paisagem urbana da cidade.

O processo de industrialização em Porto Alegre desde o início do século XX repercutiu na cidade como uma estruturação progressiva das áreas ao norte em vista do incremento de transporte fluvial, ferroviário e rodoviário que dali era estratégico para receber insumos e levar a produção. Ao seguir os itinerários do Estaleiro Só, no capítulo anterior, vimos, o quanto a sua transferência para orla norte estava atrelado a este aspecto e ao processo de remodelação do centro e do Porto nos planos urbanos à época. É precisamente a construção do Cais Navegantes, remodelando os atracadouros da orla norte, que determina a sua transferência para a orla sul.

No entanto, ainda que os “núcleos industriais” de Porto Alegre tenham se estruturado majoritariamente no norte da cidade próximo dos acessos aos núcleos urbanos do que, depois, viria a ser a região metropolitana, formando “loteamentos” implantados próximos às indústrias (Miranda, 2013), existiram espaços fabris que se instalaram nos bairros ribeirinhos da orla sul ou adjacentes a estes. As “fábricas” evocadas nas falas dos moradores estavam localizadas entre os limites dos bairros Cristal, Camaquã e Cavalhada<sup>183</sup>.

Existem alguns motivos que podem ser levantados para esta escolha da iniciativa privada e governamental pelo sul em detrimento do norte no mapa urbano da cidade para o caso desses espaços fabris. O primeiro deles é que do ponto de vista da inserção dessa região pelos projetos urbanos no mapa da capital, nesse período, já tinham sido realizadas as ligações entre a zona sul e o centro, implantando avenidas de acesso aos bairros às margens sul do Guaíba através do Cristal. Por outro lado, também já tinha sido implantada outra diretriz que fazia a ligação da zona sul com leste

---

<sup>182</sup> Exemplo é a Charrua que hoje está incorporada à Vonpar, representante da Coca-Cola. O grupo Avipal S.A. (abreviatura de Aviação Porto-Alegrense) é uma “agroindústria” de capital aberto desde a década de 90 e 78% do capital é de um empresário chinês. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/0826/noticias/na-guerra-do-frango-e-do-leite-m0051624>>. Acesso em: 10 de setembro de 2013. A área da Avipal, entre a Cavalhada e a Vila Nova, foi doada pela empresa para o Estado do Rio Grande do Sul.

<sup>183</sup> A mais distanciada desse circuito era a fábrica da Grapette, entre a Cavalhada e a Vila Nova.

e sudoeste através da Cavalhada.<sup>184</sup> Outro aspecto é que onde antes “tudo era mato” e depois chegaram os “prédios”, presente na fala de Tereza, existiam terrenos passíveis de serem ocupados pelos amplos e extensos pavilhões fabris, a exemplo da Termolar.

A “Estrada da Cavalhada”<sup>185</sup> no período de instalação das fábricas foi asfaltada e ligava àquela região às zonas leste e centro por outras vias e trajetos distanciados dos percursos pela orla aterrada e saneada. Afinal, como vimos, “nessa bucólica zona sul” (Sanhudo, 1975:179), partindo do ribeirão Cristal e exterior aos seus limites, entre a via que seguia o traçado dos bairros balneários e as margens sul, os planos urbanos idealizaram uma “zona residencial” caracterizada como “loteamentos tipo cidade-jardim, destinados à moradia e veraneio” (Abreu Filho, 2006:86).<sup>186</sup>

Entre a “zona sul” idealizada pelos planos urbanos numa estreita relação balneária com o rio “praticado” e interstícios da região Cristal, estavam localizadas “as fábricas”. Para o caso daquelas fábricas que nas décadas seguintes se transferiram para a região metropolitana e zona norte da cidade, como da fábrica de reatores que Tereza trabalhou ou da Avipal, por exemplo, não é difícil de entender em vista do contexto urbano portoalegrense e da atual configuração industrial e operária dessas regiões.<sup>187</sup> O processo de desaparecimento dos espaços fabris na região Cristal se deu entre os anos 80 e 90, atrelado a um contexto mais amplo de “desindustrialização” e de criação de novos espaços para as atividades terciárias na capital.<sup>188</sup>

---

<sup>184</sup> Ainda que muito do que se previu nos planos urbanos da primeira metade de século XX (em especial Plano Maciel) só tenha sido efetivado anos mais tarde, como vimos, desde a planta de 1937 este traçado de “expansão urbana” estava colocado. Ao sul do Morro Santa Tereza, a ligação seguiu o eixo da beira do Guaíba e a implantação da nova avenida de acesso aos (depois instituídos como) bairros Cristal, Tristeza, Vilas Assunção e Conceição, Ipanema, chegando até o Espírito Santo e Guarujá. Outra diretriz iniciava a ligação da zona sul, na Tristeza, com novos bairros a sudoeste (Glória e Teresópolis), através de loteamentos de chácaras rurais em Camaquã e Cavalhada (Abreu Filho, 2006:86)

<sup>185</sup> A única via de acesso era então a “Estrada da Cavalhada”, que hoje corresponde às avenidas Carlos Barbosa, Teresópolis, Nonoai e Cavalhada. A partir da década de 1950, houve o asfaltamento da estrada, que se dividiu nestes trechos.

<sup>186</sup> Sobre o modelo da cidade-jardim no planejamento urbano modernista no Brasil ver as críticas de Caldeira (2000:308-14) sobre suas influências no novo padrão de segregação espacial e social no contexto urbano de São Paulo dos “enclaves fortificados”.

<sup>187</sup> Em meios aos projetos que visavam do ponto de vista urbanístico “planejar” as ligações da cidade e a “região” (hoje, Região Metropolitana de Porto Alegre), a separação das “funções” de habitação e indústria e a “previsão de equipamentos urbanos” para atendimento da população operária, no contexto riograndense, foram elaborados planos e projetos para a chamada “Várzea do Gravataí”, na região de confluência entre os Rios Gravataí e Guaíba. Foram estudos urbanísticos encomendados pela iniciativa privada (sociedade de terras ligada à indústria) e governo do Estado. Os principais projetos datam de meados da década de 30 e final de 40. Mas, foi na década de 60, no contexto das suas políticas de industrialização, que o governo propôs o plano de “expansão urbana industrial” para a cidade (“Cidade Industrial de Porto Alegre”) que elegia a “Várzea do Gravataí” para instalação de uma “cidade industrial” em vista da proximidade com outras áreas industriais da cidade na zona norte, dentre outros aspectos (Miranda, 2013). Ainda que o projeto da “cidade industrial” não tenha se realizado nos seus termos específicos, a iniciativa expressa o contexto que fez dessa região e da orla norte do Lago Guaíba um “núcleo industrial” da cidade com a implantação de “loteamentos” para moradia da classe operária em determinados bairros.

<sup>188</sup> Segundo uma publicação da Fundação de Economia e Estatística (FEE) do Estado, sobre o tema da “desindustrialização”, publicada em 1988, o tema “tem estado em pauta, da mesma forma, na maior parte dos planos e

O fato é que esses espaços fabris quando lá chegaram e depois permaneceram não somente empregaram os moradores que já moravam na região Cristal, como atraiu trabalhadores na busca do almejado “emprego” no ramo fabril e industrial. Para as classes populares de baixa renda a fábrica é a referência central e o critério a se privilegiar na procura de um emprego (Durham, 2004:394), como vimos no caso do Estaleiro Só, pois mesmo para aqueles que não têm ou possuem pouca escolarização, além do salário, oferece garantias e vantagens.

Com o desaparecimento desses espaços de trabalho fabril, na região Cristal, além do impacto mais significativo gerado pelo Estaleiro em termos da quantidade de mão de obra que mobilizava e da solidez dos laços estabelecidos pelos operários, os moradores que se vinculavam àqueles espaços foram buscar “emprego” fora dali como Tereza. Outros moradores que conheci ocuparam espaços de trabalho doméstico dentro da região (como zelador de prédio, jardineiro, empregadas domésticas, cozinheiras e costureiras) que com o incremento de prédios e casas de camadas médias ao longo do tempo se tornou ocupação presente.

Tereza, depois que saiu da fábrica, trabalhou anos como caixa de uma ferragem no Bom Fim, voltou à região para trabalhar numa farmácia na Cavallhada, e depois se inseriu novamente na rede da comunidade judaica moradora e proprietária de pequenos comércios locais daquele bairro. Ela trabalhou em farmácia, lojas, cuidou de uma senhora “de idade” e de tantos anos repetindo seus itinerários entre o Cristal e o Bom Fim dizia que tinha o bairro como “uma casa” também.

Mas, se as experiências de trabalho e deslocamento pelos territórios da cidade são experiências individuais, as demais dimensões da vida social desses moradores são experienciadas coletivamente, seja na esfera do consumo urbano, da sociabilidade lúdica, religiosa ou da moradia. Ações e interações cotidianas vividas em meio às redes de parentesco, compadrio e vizinhança, cuja mais evidente expressão disso, como presente nas narrativas anteriores, são as estratégias de mobilidade espacial entre diferentes territórios da região Cristal empregadas nas formas de moradia.

---

políticas propostas pela Prefeitura. Esse fato ficou bastante evidente nos debates em torno das modificações da Lei do Plano Diretor, bem como nas discussões ocorridas em 1987 durante o Seminário para Definição da Política Industrial de Porto Alegre, no qual foi decidido que seriam tomadas medidas para evitar a saída de indústrias da Capital”. O artigo cita os dados percentuais que mostravam que, enquanto a Capital perdia em participação no setor industrial, a região metropolitana ganhava: “Ao mesmo tempo em que a participação de Porto Alegre no valor da produção da indústria gaúcha diminuía de 21,45% em 1970 para 17,49% em 1975 e para 14,72% em 1980, a parcela correspondente ao restante da Região Metropolitana subia de 27,38% para 31,49% na primeira metade da década, chegando a 31,25% ao seu final”. E refere que diante disso “toma-se fácil compreender a ansiedade da administração do Município com a constante queda da parcela correspondente à Capital na produção da indústria do Estado e com a frequente evasão de estabelecimentos fabris que, abandonando Porto Alegre, se realocizam em outros municípios da própria Região Metropolitana ou no Interior” (Fialho; Bandeira; 1988).

Para o caso de Tereza, os seus deslocamentos espaciais na região acompanham as continuidades e rupturas de um projeto de ascensão social segundo sua trajetória familiar.

Era mais pra lá, lá na São Sebastião do Caí, ali perto da Tamandaré. Ai vim pra ali, depois eu conheci meu marido e a gente foi morar na casa da sogra que ficava ali na Tamandaré, tudo pertinho.... Antes disso eu morei, meu cunhado era da Brigada e ele morava numa casa que era da Brigada, ele era zelador, chamava Clube Farrapos. Onde tem o Tumelero hoje em dia, ali era um tipo de um sítio da Brigada, tinha um galpão ali, e faziam bailes. [...] Depois eles fecharam aquilo ali. E meu cunhado era da Brigada e deram pra ele morar ali pra cuidar né. E eu tava morando junto, ai depois sim a gente foi morar na Barcelos, depois da Barcelos foi que eu conheci meu marido e fomos morar na Tamandaré e depois minha sogra comprou uma casa do outro lado da rua e também continuamos morando na Tamandaré. E ficou todo mundo perto.

Depois de seus itinerários entre os limites dos bairros Cristal e Tristeza, quando se separou do seu primeiro marido, Tereza foi morar na Vila Jardim, bairro da zona norte da cidade, onde alugava uma casa. Logo decide voltar à região Cristal e, incentivada pelo seu irmão, compra uma “casinha” na “vila” Nossa Senhora das Graças para poder “sair do aluguel”. A separação, o “precisar” trabalhar para “criar o filho” rompe com um projeto familiar de ascensão social e a sua fixação nesse território da região era inscrita ao tempo que “passou trabalho”.

A “vila”, ainda hoje, é conhecida entre os moradores por “Resbalo” em vista da proximidade de casas das margens do Arroio Cavahada no trecho não canalizado. Para alguns territórios das “vilas” da região Cristal a almejada “melhoria” das condições de vida decorrente da urbanização que, ao longo do tempo, permite o acesso por parte da população aos serviços públicos urbanos (asfaltamento e iluminação das ruas, abastecimento de água e tratamento de esgoto) demorou a “chegar”.

Para outros territórios das “vilas” a infraestrutura urbana, inclusive legalização de alguns terrenos, está num grau mais consolidado, resultante não exclusivamente, mas em grande medida, das formas de organização comunitária que propiciaram ações conjuntas entre as redes de vizinhança somada a um novo tipo de ação dos governos municipais no contexto de redemocratização. A exemplo do bairro Cristal, há escolas públicas, postos de saúde, centro de atendimento de “assistência social”, entre outros serviços públicos básicos referidos nas falas dos moradores para operar com a representação de “centralidade” da região na zona sul ou com as próprias representações sobre a sua inserção no contexto urbano da cidade.

Essa forma fragmentada de graus diferenciados de consolidação de urbanização dos territórios que conformam a região Cristal e sua relação com as estratégias de deslocamento empregadas pelos moradores é expressa nos itinerários de Tereza. Nos idos do final dos nos 80,

através de um sistema de “mutirão”, forma de organização e ação conjunta corrente entre moradores e suas “estratégias de sobrevivência”<sup>189</sup>, foi viabilizado o sistema de abastecimento público de água na “vila” que Tereza morava. Prática comum nessa forma de organização, o “mutirão da água” descrito por ela mobilizou sua rede de vizinhança e de parentesco em razão de um parente que conhecia uma técnica do departamento municipal que pode dar um “empurrãozinho”, além de “políticos”, vereadores em busca de eleitores e votos. As reuniões eram realizadas à noite na sua casa, pois ela trabalhava durante o dia. E como contou, mediante a mobilização de mão de obra dos próprios moradores “a patrula fez todo valão e ai se instalou a água na vila”.

Eu já tava sozinha, já tinha me separado e nós morávamos numa vila aqui no fim da Tamandaré e não tinha água. Então, a água vinha de madrugada. Porque montaram a vila com caninho de vinte milímetros, que essa vila entra aqui pela Icarai e sai lá na Tamandaré, é a vila Nossa Senhora das Graças que antes chamavam de Cai Cai, mas a Cai Cai depois era lá na outra ponta. E essa aqui é a Vila Nossa Senhora das Graças e então eu fui morar ali e não tinha água. Tinha água assim ó, tarde da noite vinha a água quando o pessoal já estava dormindo subia a água nos canos. Mas, eu tinha uma torneira baixinha assim pra poder tirar água. Durante o dia não tinha. Então eu esperava de madrugada pra que subisse a água para tomar banho. Durante o dia não tinha, tinha que tomar banho de bacia. Porque a gente juntava água de noite pra no outro dia ter. Ai o que que eu fiz? Meu irmão me fez comprar essa casinha na Vila pra eu não pagar aluguel porque eu pagava aluguel. Ai meu irmão me fez comprar essa casinha e ai que eu fiz, fiz um banheiro porque não tinha, e fiz um reservatório em cima. Para poder juntar água. Mas, não subia nunca a água. Então, eu pagava um menino, filho de uma vizinha e ai eu botava a escada, o menino subia lá em cima e eu alcançava de balde, ele ia enchendo, ai no outro dia tinha água, até pra dar pros vizinhos. Então, todo esse trabalho a gente passou.

Entretanto, ainda com as “melhorias” das condições de vida decorrente da urbanização, existiam (e ainda existem) diferenças entre esse território onde ela morou e aqueles concernentes a outras “vilas” próximas, como a Divisa, por exemplo. Tereza, adotando estratégias de mudança espacial na região em busca da realização de seu projeto familiar de ascensão se muda novamente para outra porção do bairro. Ela vende sua casa na “vila” Nossa Senhora das Graças, que hoje em dia é habitada pela sua cunhada e um sobrinho. O seu segundo marido era empreiteiro e trabalhava na construção civil de residências no bairro Tristeza. Ela se muda para o terreno onde morava no bairro Cristal quando nos conhecemos. O terreno era dividido com seu filho que também sempre morou na região e trabalhou fora dela. Estratégias e táticas (De Certeau, 2008) recorrentes entre as famílias para fazer “durar” os seus laços de pertencimento em meio às continuidades e descontinuidades do processo de enraizamento àquela região.

---

<sup>189</sup> Sobre os “mutirões”, na medida em que a melhoria das condições de vida do bairro, “comunidade”, “vila”, beneficia a todos, mas não pode ser obtida individualmente, a população se torna receptiva as ações conjuntas em prol da sua melhoria. Ações como estas se convencionou chamar de “estratégias de sobrevivência” (Durham, 2004:379) com base em pesquisas anteriores, em particular realizadas ao longo dos anos 80, já mencionadas em nota anteriormente, sobre o modo de vida das classes trabalhadoras e da população pobre que habitam as grandes cidades brasileiras.

A geração dos filhos de “antigos” moradores como Tereza, se por um lado, hoje, em outro ciclo de vida da família, vivem em áreas com melhor infraestrutura e oferta de serviços públicos, por outro, a gradativa incorporação desses espaços da região à esfera normativa de “regularização” pelo Estado e às suas formas de intervenção (decorrente do próprio processo de urbanização) tornou algumas áreas caras ou interditas. Aquelas situadas às “beiradas” do rio e arroios da região Cristal sobre as quais as lógicas normativas das medidas higienistas do Estado são revistas pelas políticas urbanas e ambientais contemporâneas carregam aspectos singulares, aspecto que será retomado.

A narrativa de Tereza revelava que as situações cotidianas enfrentadas pela relação com a água na região Cristal não era somente pela falta de serviço de abastecimento ou esgoto e que mesmo no excesso para o caso das enchentes eram lembranças afetivas das águas do rio que ela evocava.

[...] eu me lembro que o ônibus passava ali, então eu vinha pelo Padre Reus e eu olhava aquele rio assim e me dava uma vontade de descer e entrar naquela água, que desejo que eu tinha de entrar na água, acho que é por isso que meu filho gosta tanto de mar, ele adora água. Aí uma vez deu uma enchente, pois quando chovia muito enchia a Tamandaré, enchia até a Termolar lá. Não tinha esgoto, não tinha nada, era um ‘valeta’, e a minha cunhada tava com a guria doente, eu peguei meu cunhado mais novo, era guri novo, e disse: “Dari vamos lá na Ivane”, botei o sapato velho e aí eu fui para água bem faceira. Porque não era sempre que enchia, mas aquela vez encheu... Foi em 60 e? Acho que foi em 65, aí encheu toda Tamandaré.... Porque agora quando chove, por exemplo, enche a Claudino aqui, ali onde tem a Tumelero, ali enchia, mas parece que não enche porque andaram canalizando o ano passado, retrasado, andaram fazendo nova canalização, ali era horrível também quando enchia, ali tem aquele valo também que atravessa li...

Os espaços de lazer do ribeirão Cristal e a relação com o rio “praticado” nas memórias em comum dos moradores, para alguns, passavam pela relação balneária. Para Tereza, as lembranças evocadas do rio eram dinamizadas por personagens e temporalidades sobrepostas em sua trajetória vivida. Operando com as noções de “limpo” e “sujo” para falar das práticas junto ao rio (hoje rio “poluído”), Tereza lembrava o tempo da Lapa.

Uma vontade de entrar ali, se eu pudesse entrar nesse rio. Mas, a gente nunca ia na praia porque não tinha a poluição que tem hoje. Não se tinha a poluição que tem hoje. Tanto é que quando eu vim logo pra cá que a minha irmã morava aí nesse Farrapos, que chamavam Farrapos, nós íamos na Lapa. Nós tomamos banho na Lapa. Ali na Lapa, o final ali era Lapa...

Pesquisadora: O final aonde?

Quando atravessa a Tamandaré, do lado de cá do Tumelero que agora tem a farmácia Veterinária tinha li, tinha umas moradias antigas, tinha gente que morava que inclusive o meu, esse que faleceu que morava aqui, morava num casarão, sabe aqueles casarões antigos? Cheio de janela, de porta, morava um monte de famílias ali. E ali tinha a beira do rio, e a gente ia tomar banho ali na beira do rio, era limpa a água, e o pessoal tomava banho ali. E eu me lembro que a gente passava por esta casa e eu pensava quanta criança tem, e era ele que morava ali com todas as famílias, eles são de Santiago, então vinha os parentes e

todos moravam naquela casa. Era mais de vinte pessoas morando e a gente não conhecia a gente via que era aquela gurizada que eram todas as crianças né? Ele mesmo tinha seis filhos, mais a irmã dele que tinha não sei quantas, eu sei que era muita gente... E fora outros moradores que moravam também ali naquelas casas, e a gente tomava banho ali. A gente tomava banho ali. Ali se chamava Lapa. Vamos tomar banho na Lapa? A gente pegava a cadeirinha e levava, ia lá para beira do rio tomar banho, era limpo, não tinha poluição.

As narrativas enunciadas nas vozes das mulheres que, como Tereza, nos guiam pelos múltiplos significados entre as não menos múltiplas territorialidades da região Cristal, expressam uma condição social no contexto urbano da cidade que supera a mera localização espacial. Por certo essas situações cotidianas enfrentadas pela “falta” ou “carência” elaboram valores e representações na qual a experiência coletiva e modos de vida comum desses moradores estabelecem laços de pertença e inscrevem sentidos comuns aos espaços que habitam. As diferenciações e sutilezas desses arranjos na dinâmica ordinária da vida dos moradores permite pensar em outras possibilidades de ruptura com as lógicas de normatização da cidade associadas às moralidades expressas em categorias como “precariedade” e “irregularidade”.

Para o caso de Tereza, é justamente pautada nos laços da sua extensa rede de parentesco e vizinhança tecidos em meios às mudanças espaciais e de trajetória familiar que ela estabelecia o sentido de pertença ao lugar onde morava e elaborava as representações sobre estes espaços. Ao refletir criticamente sobre a “evolução” da região e as possibilidades de utilizar recursos urbanos que antes somente tinha acesso no centro da cidade, ela dizia que tinha “crescido muito”, mas que era um “lugar bom, tranquilo”.

Se essa “evolução” trouxe os males da violência no meio urbano, como ela própria tencionava, dizia ainda assim se sentir “segura”, “o lado que eu vou eu tenho aonde ir e onde me defender”. Para Tereza essa “segurança” era representada por vínculo. Vínculos estabelecidos e acumulados em tempos descontínuos e espaços diferenciados construídos em meio aos seus itinerários na cidade e na região que faziam ela se sentir “em casa” em tantos lugares.

## **A Bororó**

A primeira vez que estive na Bororó foi para ir ao Hospital da Brigada Militar<sup>190</sup>, que se localiza próximo à Rua que leva o mesmo nome, no limite entre os bairros Cristal e Vila Assunção. A minha tentativa, que restou frustrada, era saber se o Hospital ou alguma instância estadual possuía acervo fotográfico oficial dado à relação histórica da instituição no bairro Cristal. Isso

---

<sup>190</sup> “Brigada Militar” corresponde à Polícia Militar no Estado do Rio Grande do Sul.

porque, como vimos nos capítulos anteriores, o arrabalde ribeirinho ainda no século XIX tinha recebido uma hospedaria para imigrantes que logo fora transformada num Batalhão de Infantaria da Brigada Militar que, nos primeiros anos do século seguinte, resultou na construção de uma Enfermaria da corporação, atualmente o Hospital Militar.

Ainda hoje, quem percorre a Avenida Diário de Notícias vê em destaque, ao alto, a instituição de saúde pela sua posição no morro próxima às margens do Lago Guaíba, marcando o extremo limite do bairro Cristal com o restante da zona sul da cidade. Lá eu percorri a Rua do Hospital para descobrir o cenário que circundava aquele território da região, no encontro dos limites dos bairros Tristeza, Cristal e Vila Assunção às margens sul do Lago Guaíba. A Vila Assunção de “vila” só tem o nome atribuído ao bairro que realizou o projeto idealizado pelo discurso investidor do século passado de ser ali o “balneário da elite” portoalegrense. O bairro hoje é marcado pela presença de amplas casas de alto padrão que cercadas por muros e vigiadas por seguranças são a versão mais evidente e excludente da categoria de empreendimentos urbanos que Caldeira chama de “enclaves fortificados” (2000:258) onde camadas médias e altas habitam.

Entretanto, justo na Rua Bororó existia uma fronteira rígida entre estas formas de habitação e casas simples de alvenaria que se organizavam entre a declividade da rua no contorno do morro. Entre essas casas, uma escadaria estreita que dava acesso à orla do rio. Mas, se a Rua demarcava limites, a paisagem do rio Guaíba não, pois dali era possível visualizar a amplitude do rio ao norte, contornando o centro da cidade cujo ponto de referência era a torre da Usina do Gasômetro, e ao sul, a vastidão da água.

Depois da experiência deste percurso e de conversas informais com moradores que diziam que ali tinha a antiga “comunidade da Bororó”, conversando com Tania, no Clube de Mães, quem eu já conhecia da rede da pesquisa, soube que ela era moradora da Rua Bororó. Disposta em me receber na sua casa, logo me disse que seria interessante que eu conversasse também com sua mãe, pois ela poderia falar das memórias em comum da família naquele território da região Cristal. Em novembro de 2011, numa situação de entrevista, estive na casa de Dona Magda. Uma tarde que se desdobrou num diálogo entre mãe e filha juntas com a chegada de Tania em um momento posterior.

Trago os depoimentos de Tania e Magda por entender que as suas histórias familiares e narrativas pessoais são importantes não somente para interpretações de ações referidas a certo contexto sócio-histórico, sobretudo, político de conformação e transformação de diferentes territorialidades da região Cristal, mas por tais ações permitirem pensar outras possibilidades para o desafio desses grupos de fazerem durar seus modos de vida nestes espaços da cidade.

A ordenação na memória das sobreposições temporais contextualizadas por Dona Magda narra os itinerários da família na cidade.

Eu vim em 1964, que eu vim para Porto Alegre. E aí nós moramos lá na... Como é o nome... Ai, não é Rodolfo Gomes, é mais para cá. Como é o nome daquela rua? É Praia de Belas, né, ali. É, ali perto da Padre Cacique, ali em cima. Tem a Rodolfo Gomes e a outra, não me lembro o nome da outra rua. Ai, como eu me esqueço. Então, a gente alugou uma casa ali. Aí depois, até a gente comprar uma outra casa para nós. Aí a gente comprou, nós compramos uma casa aqui embaixo perto do Estaleiro. Até veio o meu sogro e disse “Meu Deus! Vocês estão morando numa vila, minha Nossa Senhora!”, sabe como é que é, né? Aí tá. Aí a gente conseguiu aqui. Nós conseguimos aqui, mas esta casa aqui era lá assim, mais ou menos. Não, minto. Ela ficava por aqui, a rua é que não tinha nada disso aqui. A casa nossa ficava ali, olha, porque não tinha rua. Aqui, dessa cerca para lá ficava a rua. A casa que a gente comprou, que era o terreno da Brigada. E meu marido era da Brigada. Veio já incorporando na Brigada. Ele saiu do Exército e veio para a Brigada. É, fomos lá. Mas ficamos bem pouquinho tempo lá, até ficar assim para se acertar e aí a gente comprou aqui. Essa casa aqui, que era terreno da Brigada, ele como militar podia ficar aqui, aquela coisa toda, né. Aí a casa era muito velha, aí... Mas mais a gente queria era o lugar, né. Não era nem tanto pela casa, porque casa a gente faz. Era o lugar, um lugar mais quieto, um lugar bom que era, aqui sempre foi e continua, né. Aí a gente fez... Nós fizemos a casa mais para cá. E aí depois que fizemos essa aqui. (riso) Aqui é a terceira já. A primeira, a segunda e a terceira. Eu tenho as fotos da outra casa aqui. Não da primeira, depois da outra casa. Isso aqui não tinha nada, era tudo mato. Era assim árvores, assim feio, aqui não tinha estrada, não tinha nada, parecia um carreirinho, uma... Bah! Era um sufoco para a gente descer isso aqui. E a gente foi limpando, foi arrumando. Tu nem imagina. A vida toda parecia tatu cavoucando para arrumar isso aqui. (riso) Vem aqui ver as fotos. Esse aqui é aqui na frente. Olha como era antes.

O tempo que “cavoucavam como tatu” era reordenado por Dona Magda através de um conjunto de algumas fotografias dispersas através das quais ela partilhava o vivido e o sensível. As imagens fotográficas do seu acervo particular da casa e da Bororó rompiam a quase ausência de fotografias narrando os percursos das memórias dos habitantes que chegaram à região quando antes “tudo era mato”. Imagens que revelavam a dimensão familiar e práticas cotidianas que escapam a visualidade panorâmica recorrente nos acervos oficiais de uma historiografia urbana.

Para Dona Magda, a imagem mais evidente das mudanças do seu lugar de morada era a única fotografia antiga, em preto e branco, da casa feita e refeita tantas vezes quanto seus deslocamentos no espaço, adaptando-a às transformações da Rua. Dona Magda era viúva, tinha setenta anos aproximadamente e o filho mais novo morava com ela na casa onde nos conhecemos. Tania tinha cinquenta anos, morava com seu marido e duas filhas na casa logo em frente a da sua mãe. Cercada por primos e sobrinhos, herdeiros dos falecidos cunhados e irmão de Dona Magda, elas diziam que quem morava mais “longe” era sua irmã, na Rua Tamandaré, não muito distante dali.

Quando a família chegou à Bororó, o cunhado e o irmão de Dona Magda já moravam lá e “arrumaram” para eles se mudarem da casa da “vila” no entorno do Estaleiro Só. O irmão de Dona

Magda era cozinheiro do Hospital da Brigada. Os moradores trabalhavam na instituição que por ter caráter militar acabava sendo um espaço de trabalho quase estritamente masculino. Aquele território passou a ser ocupado pelos militares que trabalhavam na Brigada que foram construindo o acesso pelo morro, viabilizando as construções na área (não muito extensa e em declive acentuado) do entorno do Hospital. A água e a luz eram cedidas pela instituição de saúde que descontava em folha dos funcionários o custo pelo serviço.

O transporte público demorou a “chegar”, elas recordavam o tempo que trabalhavam no comércio do centro da cidade e tinham que percorrer a pé a distância até a “faixa”, principal Avenida de acesso à Tristeza, para se deslocar. A proximidade com a Vila Assunção onde todos circulavam de automóvel e o número reduzido de moradores da Bororó em relação às demais territorialidades da região Cristal dificultavam o acesso ao serviço. Dona Magda pontuava ainda que “milico” não pagava passagem e que as concessionárias não queriam estender a linha que acabou se efetivando mediante uma demanda do hospital.

Os episódios breves da família eram rememorados nos espaços sociais inscritos nas memórias em comum, a “praia” e banhos de rio no “Guaívão”, o espaço da Rua Bororó, onde antes era “mato”, hoje enclaves da Assunção, era a “praça de festas”, lugar privilegiado de sociabilidade lúdica da “comunidade”. A partir dos espaços onde antes era “mato”, elas remontavam no tempo processos de ocupação e remoção anteriores de “vilas” do entorno, como da “vila” Mapa. Mãe e filha pontuavam que atualmente tinham muitos “civis” entre a rede de vizinhança, mas que antes eram somente “militares”.

Depois de alguns anos morando na Rua Bororó, Dona Magda conta que os serviços básicos cedidos pelo hospital passaram a ser repetidamente “cortados” no intuito de forçar a saída dos moradores diante do conflito que se instaurou quando o Estado do Rio Grande do Sul passou a requerer a área que formalmente era pública. Ela contava que, diante da pressão muitos vizinhos, foram embora para o bairro Partenon, na zona leste, mas que sua família e outros moradores ficaram e se mobilizaram coletivamente para “batalhar” pela permanência do grupo. A ação política organizada dos moradores passou por ações conjuntas para “levantar a Associação Comunitária”,<sup>191</sup> da Bororó da qual participaram ativamente Dona Magda, Tania e sua irmã. Ambas atribuem à participação ativa delas e de outros moradores, enquanto representantes da entidade local, nas

---

<sup>191</sup> Forma específica de engajamento de uma cidadania democrática para reivindicação de serviços públicos e infraestrutura urbana que tomou força nas cidades brasileiras no contexto de urbanização, cujo padrão de desigualdade social e espacial operava com a dinâmica de “ocupar primeiro e cuidar da infraestrutura depois” (Caldeira, 1984, 2000). Ver também Zaluar (2000:180-184), Durham (1986).

demandas junto ao Orçamento Participativo ser aspecto determinante para terem obtido a regularização do ponto de vista legal à posse da terra.<sup>192</sup>

A Bororó - situada no contexto urbano da região Cristal e da cidade - levanta questões importantes sobre as lógicas locais que permeiam os arranjos sociais sobre a informalidade da ocupação de diferentes territórios que a conformam. Nesse sentido, a fala de Dona Magda relacionava o enraizamento individual e coletivo naquele território e seus sentimentos de pertencimento à identidade de militar.

Surgiu a oportunidade de comprar isso aqui. O terreno, praticamente, porque era da Brigada. Então, a gente comprou a casa para poder conseguir o terreno. Aí quer dizer, que o terreno não era da gente. Aí meu marido correu para descobrir de quem era, o que podia conseguir para comprar esse terreno. Aí não. Aí descobriram que isso aqui era de uns herdeiros. Aí depois não era mais dos herdeiros, era do Estado. Então, diz que os terrenos eram do Estado mesmo. [...] E eu dizia sempre “Eu só saio daqui quando sair o último, o penúltimo, aí eu sou o último, sou obrigada a sair”. (risos) Mas eu não saio. “Eu sou milico, ele é dos milicos então, eu vou ficar aqui”, ele (*seu marido*) dizia assim. E no fim... Não saímos mesmo. Ficamos aqui.

O Estado, representado na figura da corporação militar, pautado no mesmo princípio identitário, não somente permitia a ocupação como viabilizava as condições de existência das famílias naquele território. Até passar a considerá-lo “irregular”. O caso da Bororó é exemplar do caráter disjuntivo dos padrões de segregação espacial da cidade que produz aquilo que Caldeira denomina de “ambivalência legal” (2000:216)<sup>193</sup>, cujas fronteiras do legal ou ilegal são mal definidas, o Poder Público tem autoridade de fato para dar a palavra final em disputas territoriais e determinar a legalidade caso a caso.

Em Porto Alegre, a alta incidência de “loteamentos irregulares” fora da abrangência de um território tido como central da cidade fez com que o Poder Público, em meados dos anos 50, revisse seus regramentos para estabelecer formas de avaliação e controle sobre os processos de loteamentos

---

<sup>192</sup> A legalização se deu através do instrumento jurídico de “concessão de uso”, que permite o uso de terrenos públicos “por tempo indeterminado”. Com o advento do Estatuto da Cidade (mencionado no Capítulo 3), esta forma de concessão de uso foi prevista de modo específico “para fins de moradia” no contexto jurídico-institucional da “nova cidadania urbana”. Para o caso da Bororó, a concessão se deu no final dos anos 80, portanto, anterior a essas mudanças normativas no cenário nacional, efetivando-se com base na legislação civil.

<sup>193</sup> Ao propor uma genealogia das formas diferenciadas de expressão de padrões de segregação social no espaço urbano da cidade de São Paulo, a autora (Caldeira, 2000:213-218) remonta, do ponto de vista sócio-histórico, o padrão de concentração da cidade no início da industrialização, cuja legislação municipal urbana era feita e cumprida nos limites de um território central (perímetro urbano) enquanto as regiões suburbanas ou rurais eram relativamente não regradadas ou com normas cumpridas com menor rigor. Nesse cenário, as fronteiras entre o legal e o ilegal sobre o território urbano se tornam mais fluídas e o Poder Executivo decide caso a caso. O exemplo seria a instalação de infraestrutura urbana pela cidade depender do status legal de rua quando muitas novas ruas nas áreas fora do perímetro urbano não eram legalizadas perante o poder público. Ver Holston (2013) sobre a perspectiva de que esse mecanismo é constitutivo da ocupação de terra brasileira e da legislação, do ponto de vista histórico, desde o início da colonização.

e fiscalização das normativas municipais sobre o parcelamento do solo (Almeida, 2004). Dito de outra forma, regras existiam, desde o início do século passado, mas os lotes eram negociados sem que os investidores imobiliários arcassem com os custos da urbanização. Mesmo os núcleos ocupados por populações de camadas médias e altas como os loteamentos balneários da zona sul ou Petrópolis, na região leste, receberam pavimentação e abastecimento de água por meio de reivindicação dos moradores e ação do poder municipal (Almeida, 2004:134). A questão é que para áreas ocupadas informalmente por classes populares o serviço público não “chegava”.

A expressão mais evidente deste aspecto nessa região da cidade é que em meio às referências espaços-temporais de Dona Magda do “mato” eram claros os limites físicos que ela demarcava entre a Bororó e a Vila Assunção que já estava urbanizada, ainda que parcialmente ocupada. O projeto urbanístico para aquele loteamento balneário já estava previsto desde meados do século passado<sup>194</sup> e se realizou em termos de distinção de classe e de relação balneária, pois ainda hoje os principais clubes náuticos da zona sul se localizam às suas margens. Dona Magda vendia pão para donas de casas naquele bairro no tempo que eram poucas residências e que tinha medo de fazer o percurso porque era só “mato, mato, mato”, “não tinha nada de casa, só mato, mas tinha o calçamento”.

No contexto urbano portoalegrense, vimos, ao longo dos capítulos anteriores, o que significou do ponto de vista da conformação do espaço urbano às margens sul do Lago Guaíba as políticas urbanas de aterramento e saneamento inscritos no projeto de civilidade e modernidade da cidade. Do ponto de vista sócio-histórico, vimos, igualmente, o papel neste projeto do Plano de Melhoramentos do início do século passado nas suas lógicas higienistas e seus desdobramentos ao longo de décadas quando as grandes intervenções urbanas idealizadas foram sendo concretizadas.

O contexto de ocupação da Bororó se dá neste cenário, numa região da cidade que era “mato” e “banhado”, tão recorrente na fala dos moradores. As narrativas, igualmente, revelam que, entre similaridades e diferenciações, os processos de ocupação desses espaços, enquanto uma porção específica no mapa social e urbano da cidade, estiveram (e ainda estão) submetidos a diferentes graus de segregação e, inversamente, de incorporação à cidade. A questão da “irregularidade” da Bororó é exemplar nesse sentido.

---

<sup>194</sup> Em 1937, foi elaborado o projeto de loteamento da última área balneária próxima da Tristeza, a “Chácara Assumpção”, antigo destino da Ferrovia do Riacho, como vimos no Capítulo 4. Denominada de “Villa Assumpção” era tida como um diferencial em termos de projeto urbanístico proposto dentre os loteamentos da zona sul (o projeto idealizou parte da margem do Guaíba urbanizada para privilegiar a praia, com escadarias de acesso e muros de arrimo, não tinham lotes com praia particular, pois todo litoral foi margeado por uma avenida). (Huyer, 2010:141).

Tanto naquela territorialidade, quanto em outras da região Cristal, vimos que a urbanização foi viabilizada pelos moradores com pouco ou nenhum controle e apoio das autoridades governamentais. Para o caso da Bororó o apoio se deu de forma enviesada, mas propiciou a conformação, física e simbólica, de uma “comunidade” até as autoridades operarem com a concepção de “irregularidade”. O desfecho da permanência e da atribuição de status de “regularidade” àquele território quebra os padrões do contexto sócio-histórico na região de ações contínuas de “remoção” de “vilas irregulares”.<sup>195</sup>

Mas, ainda que a obtenção deste status possa ser inserida num contexto mais amplo de mudanças do cenário político de redemocratização e da forma pela qual os moradores se constituem como sujeitos políticos nas ações conjuntas em prol da “comunidade”, o contexto específico da Bororó foi determinante. De um lado, as relações de poder em jogo na mediação política do conflito da figura da própria corporação militar enquanto representante do poder estatal. De outro, a ênfase à abordagem físico-ecológica da questão urbana (Wirth, 2009) compreendida a partir de características como densidade e tamanho dos grupos habitacionais. A localização geográfica da “comunidade” naquela porção territorial do morro impunha limites físicos à expansão de novas moradias. Não por acaso, a entidade hospitalar tratou de construir um alto e extenso muro ao longo da Rua no limite do seu terreno.

O espaço urbano organizado e planejado, urbanística e ambientalmente, na canalização de arroios, aterramento da orla, abertura de avenidas, hoje é revisto pelas políticas urbanas e ambientais contemporâneas, que reinscrevem a região Cristal ao circuito da orla e da cidade planejada e higienizada, aspecto que será ainda retomado. Nesse contexto, as lógicas normativas tomam outros rumos e a informalidade das ocupações do espaço urbano passa a ser o que o

---

<sup>195</sup> Um dado imediato que pode ser aqui mencionado para pontuar quais seriam, hoje, os critérios ou padrões vigentes empregados pelo Estado brasileiro para classificar do ponto de vista técnico-científico uma ocupação urbana como “irregular” é a classificação usada pelo IBGE no Censo de 2010 (dado estatístico oficial mais recente). O órgão estatístico define como “aglomerados subnormais”. São consideradas nesta classificação as habitações tidas como “irregulares” em termos de ocupação do solo e que possuem “urbanização” fora dos “padrões vigentes”. Deste modo são classificadas aquelas “em localidades com vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos ou precariedade na oferta de serviços públicos essenciais (abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica)” (IBGE, 2010). Para que esses agrupamentos sejam considerados, formalmente, como “aglomerados subnormal”, pelo IBGE, é necessário que as moradias formem um conjunto de, no mínimo, 51 unidades habitacionais “carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa”. Fonte: Manual de Delimitação dos Setores do Censo 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010agsub.asp?o=6&i=P>>. (IBGE, 2010). Considerando que os setores censitários são recortados por bairros, de modo ilustrativo da região em estudo, são três “aglomerados subnormais” localizados no bairro Cristal: Cristal, Nossa Senhora das Graças e Hipódromo. O Bairro Cristal possui uma população residente de 19.225, sendo 2.458 no “aglomerado” Cristal, 1.591 no Nossa Senhora das Graças e 860 no Hipódromo, totalizando uma população residente de 4.909 ao total (IBGE, 2010).

planejamento urbano e ambiental quer evitar. Todavia, as formas no tempo de inscrição deste espaço no projeto de modernidade de Porto Alegre e a ilegalidade da ocupação de diferentes territorialidades que o conformam nos mostram que são faces de um mesmo processo de normatização da cidade cujo ideal moderno civilizacional, hoje, se reatualiza pelo viés ambiental e democrático.

A questão da informalidade da ocupação de diferentes territorialidades que conformam a região Cristal toca em dilemas éticos vividos pelos habitantes no cotidiano da cidade como vimos. A parte seguinte, encerrando este capítulo, aborda esta questão a partir das relações locais numa outra esfera de negociação desses dilemas.

### **5.3 Conflitos e éticas de uso comum do espaço**

Ao longo deste capítulo, vimos as formas de constituição e transformação do espaço urbano em questão enquanto espaço vivido da cidade de Porto Alegre. As narrativas revelam as múltiplas formas como vão sendo construídos no tempo os pertencimentos e enraizamentos, tanto quanto as mobilidades e suas motivações, os dinamismos urbanos dos habitantes nas suas não menos múltiplas territorialidades, da região Cristal e da orla sul do Lago Guaíba.

A dimensão política dos aspectos espaços-temporais dos conflitos sobre as territorialidades da orla sul do Lago Guaíba, particularmente do Pontal do Estaleiro, foi analisada na terceira parte deste trabalho, a partir da experiência do Movimento em Defesa da Orla junto às políticas urbanas no contexto portoalegrense. Questionamo-nos em que medida as múltiplas lógicas de normatização da cidade engendradas numa ação política organizada que, ao mesmo tempo, era uma crítica e uma adesão à “nova cidadania urbana”, comportaria a heterogeneidade.

Retomo esta perspectiva analisada anteriormente, agora sob outro enfoque, qual seja, o modo como essa dimensão dos conflitos territoriais na esfera das políticas urbanas de Porto Alegre reverbera nas ações e interações dos sujeitos que possuem uma vinculação territorial com essas disputas, os habitantes da região Cristal. Seguindo a perspectiva teórica adotada ao longo do trabalho, o conflito é parte integrante da vida social (Simmel, 2003) e um fator que concorre à formação de associações e dissociações no seio de uma coletividade. Nessa ordem de análise, vimos que a dimensão política dos conflitos é uma das escalas sociais através das quais uma “comunidade de comunicação” (Oliveira; Oliveira, 1996) reordena os múltiplos significados sobre os usos do espaço urbano.

Sob esta perspectiva, retornando a abordagem inicial das redes de relações locais, foi dito que as ações e interações sobre as formas de ocupação dos espaços da região Cristal se processam em cenários políticos, numa dinâmica de interação com o quadro das instituições e instâncias políticas governamentais, e da política enquanto rede (ou redes) de diferentes atores sociais interconectados e em contexto. É justamente esta dinâmica das redes locais na esfera das políticas urbanas “participativas” que enfocarei. Trata-se, aqui, de pensar quais são os valores em jogo nos confrontos e encontros éticos relativos aos conflitos territoriais na região Cristal a partir da experiência junto às redes de relações locais em determinados espaços políticos.

O ponto de partida para essas reflexões que encerram o presente capítulo é a descrição etnográfica de situações experienciadas em campo e seus desdobramentos a partir da qual são tecidas considerações.

### **A “bússola do desenvolvimento”**

Em setembro de 2011, na sede do Clube de Mães, representantes da entidade reuniram-se com outros moradores em razão de mais uma reunião sobre o V Congresso da Cidade<sup>196</sup>, um evento organizado pela Prefeitura que ocorreria em novembro daquele ano. A convocatória oficial, divulgada no *site* da Prefeitura e por material gráfico distribuído às entidades locais, referia ser um evento “Mundial do Desenvolvimento Sustentável e da Inclusão Social” junto com o *slogan* “Planejando e construindo a Porto Alegre do futuro”. O “seminário final” encerraria um conjunto de atividades realizadas ao longo do ano com entidades locais de cada bairro da cidade.

Aquela reunião ocorreu em vista de uma destas atividades previstas, ocasião em que estiveram presentes Madalena, Graça, representando o Clube de Mães, Lauro, Edite, representando a “Região de Planejamento”<sup>197</sup> do região Cristal, um professor de escola pública, e outras três moradoras que chegaram depois. As pessoas ali presentes (e uma maioria ausente) tinham sido indicadas pela própria Prefeitura, através de articulação com escolas e entidades de saúde pública da região, para figurarem entre as “lideranças e atores locais”. O objetivo era o preenchimento por cada um deles de um questionário que se intitulava uma entrevista “perceptiva”, contendo uma série

---

<sup>196</sup> As duas primeiras edições do “Congresso da Cidade”, em Porto Alegre, ocorreram em meados dos anos 90. As seguintes ocorreram no contexto de implantação da estrutura institucional criada pelo Estatuto da Cidade, mencionado no Capítulo 3. A atual política urbana do governo federal prevê que os eventos ocorram no mesmo “formato” nas três esferas do Poder Público, nacional, estadual e municipal. Ver em: <<http://www.cidades.gov.br/5conferencia/>>.

<sup>197</sup> De forma análoga à participação de integrantes do Movimento em Defesa da Orla que tinham representação neste fórum político “participativo” da política urbana local, representando as regiões onde moravam, ambos (junto com outros dois moradores) tinham sido eleitos para representar a região Cristal. Sobre a relação das Regiões de Planejamento (RP) com CMDUA ver Capítulo 3.

de questionamentos, solicitando que fosse atribuída uma nota de 1 a 10, “insatisfeito a muito satisfeito”.

Na pretensão de ser um instrumento para determinar direcionamentos às políticas públicas urbanas para a cidade, o nome atribuído à metodologia da Prefeitura era bem sugestivo: “bússola do desenvolvimento”<sup>198</sup>. Os aspectos a serem avaliados eram organizados a partir de uma estruturação de problemas sobre temas os mais amplos e diversos possíveis (habitação, meio ambiente, segurança pública, trabalho etc). Temas e abordagens exemplares para pensarmos as tais condições materiais de existência na cidade idealmente acessíveis a todos, as quais vimos no terceiro capítulo. O primeiro tencionamento entre o grupo de moradores foi pela dificuldade em preencher o questionário. Lauro refletia criticamente que a região era muito heterogênea se perguntando como ele poderia avaliar as “fachadas das habitações” da mesma forma para a totalidade daquele recorte territorial. Madalena pontuou que se as “lideranças” tivessem presentes “responderiam pela vida deles, aqui estamos respondendo pelas nossas, mas eles não vieram”. A imposição das problemáticas pelo questionário aos moradores “entrevistados” mostrava a distância social e cultural entre o universo daqueles que o elaboraram e quem o responderia. Seja por relevância ou significação, o questionário foi criticado pelo grupo diante da dificuldade em preenchê-lo.

Em vista das ausências naquela reunião, o grupo presente acordou a distribuição dos vinte e dois questionários a cada uma das lideranças “indicadas” pela Prefeitura, além da mobilização de pessoas que eles entendiam que exerciam este papel representativo, de fato, na “comunidade”. O acordo era reflexo não somente de um compromisso ético entre o grupo, mas de cada um perante a entidade local que representavam, pois fazia parte das lógicas dessas “políticas públicas” reservar “atividades” às entidades apoiadas pelo governo municipal, inclusive com recursos financeiros para sua manutenção. As instâncias “participativas” escolhidas pela Prefeitura para serem articuladas às ações do Congresso da Cidade eram as regiões do Orçamento Participativo e dos Fóruns Regionais de Planejamento que correspondiam ao mesmo recorte territorial por “regiões” da cidade.

Nessa intrincada trama de políticas, instituições e atores sociais envolvidos ainda que eu já estivesse mais familiarizada pela experiência etnográfica com o Movimento em Defesa da Orla

---

<sup>198</sup> Segundo informação oficial da PMPA, a “Bússola do Desenvolvimento Local” é: “uma metodologia de planejamento territorial que representa quatro dimensões do desenvolvimento local quanto aos aspectos humano, cidadão, urbano-ambiental e econômico. A Bússola apresenta graficamente a combinação de vários indicadores da cidade, permitindo monitorar o desenvolvimento local, identificar desafios e o controle social das ações no território em cada uma das quatro dimensões. A Bússola do Desenvolvimento foi elaborada pela Secretaria de Coordenação Política e Governança Local (SMGL), em parceria com a Unesco, e está na fase de finalização da sua construção”. Disponível em: <<http://vcongressodacidade.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 16 de janeiro de 2012. O intuito, segundo o governo local, era que “lideranças e atores sociais locais” pudessem “projetar seus olhares para o ano de 2022, quando Porto Alegre completará 250 anos”.

cujas instâncias se repetiam em grande medida queria entender o que estava em jogo nos discursos e práticas da política urbana de Porto Alegre e, sobretudo, como reverberavam nas ações e interações dos sujeitos nas esferas políticas locais daquela região. O Clube de Mães era um destes espaços, junto com associações de moradores e o OP.

O V Congresso era exemplar para avaliar o modo como as pedagogias dessas políticas públicas urbanas locais estavam inseridas no panorama político-institucional orientado por um ideal de cidade democrática, discursiva e institucionalmente, construído junto aos debates internacionais sobre o “futuro das cidades” que vimos no Capítulo 3. A “bússola de desenvolvimento” era uma metodologia elaborada por uma equipe de técnicos vinculada ao “Observa Poa”<sup>199</sup> um projeto que envolvia uma parceria institucional entre a Prefeitura, a UFRGS e a FEE através de uma rede de cooperação internacional para disseminação de “experiências locais” sobre problemas urbanos.

A escolha da Prefeitura pelas instâncias “participativas” locais do OP e da RP, em etapas distintas das discussões dos “problemas locais” a serem levados para o Congresso da Cidade, tinha reflexos na região Cristal. O OP historicamente era um espaço político ao qual moradores atribuíam importância no passado pelas suas adesões às formas de organização conjunta por “melhoria” de serviços públicos básicos na região Cristal, cujas demandas eram levadas à discussão nessa esfera. Ainda hoje, mesmo quando questionavam criticamente a sua eficácia, seja no discurso político engajado de moradores que se constituíam como sujeitos políticos em esferas mais amplas, seja na fala cotidiana de um morador sobre o calçamento da sua rua, era ainda atribuído àquela instância um espaço de engajamento político de segmentos “populares” da região Cristal.

Diferentemente da RP formalmente criada junto à estrutura do CMDUA<sup>200</sup> para discussões sobre os empreendimentos urbanos que gerassem “impactos” nas regiões da cidade segundo o recorte territorial dessa instância vinculada ao planejamento urbano e ambiental. A questão orçamentária de investimento público nos territórios das “vilas” ou fora deles quando transvestido em problemas cotidianos locais mobilizavam as discussões entre moradores, nos espaços do Clube, da Praça e mesmo do OP, nos seus arranjos políticos próprios. Já a “questão urbana” transvestida no discurso associado a valores éticos de uma cidade ideal como no caso da “bússola”, distante dos dilemas cotidiano dos moradores, dificilmente “mobilizaria” mais do que aquelas pessoas

---

<sup>199</sup> O “Projeto do Observatório da Cidade de Porto Alegre” está inserido no programa Urb-AL, aberto à participação das autarquias locais da União Europeia e da América Latina. O programa está organizado em torno de redes de cooperação, “constituídas segundo uma base temática, com vistas a resolver problemas concretos de desenvolvimento urbano local”. Disponível em: <[http://www.observapoa.com.br/default.php?p\\_secao=3](http://www.observapoa.com.br/default.php?p_secao=3)>. Acesso em: 19 de agosto de 2011

<sup>200</sup> No contexto do Plano Diretor de 1999, depois revisto em 2009.

“indicadas” pela Prefeitura. Talvez, aí residam as motivações das ausências no dia do preenchimento do formulário.

Dias depois daquela reunião, acompanhei as eleições dos representantes locais para a RP do Cristal<sup>201</sup>. O procedimento formal para eleição dos moradores que representariam suas entidades locais nessa esfera “participativa” da política urbana era simultâneo em todas as regiões da cidade durante dois dias seguidos em horários determinados. A sede do Clube de Mães e um Centro da Glória foram eleitos os locais para votação da RP Cristal, contando com a presença de funcionários da Prefeitura para orientar os procedimentos. O *folder* distribuído naquele dia, convocando às eleições dos “Fóruns Regionais de Planejamento” referia ser aquele espaço o lugar onde a “população opinava sobre planejamento urbano, debatendo projetos e as mudanças urbanas e ambientais onde serão instalados”. Do ponto de vista formal, eram justamente os projetos de “qualificação” urbana para a orla e para a cidade que passariam por esta instância “participativa”.

Naquele dia, acompanhei as negociações para a formação da chapa liderada por Lauro que, às vésperas, tinha perdido a participação de uma “liderança” comunitária. Na medida em que os moradores escolheriam seus representantes, as táticas empregadas por ele foi escolher membros que representassem diferentes comunidades de interesses da região, das “vilas” e dos segmentos de camadas médias. Lauro como morador “antigo” do bairro Cristal tinha uma trajetória militante nas ações políticas conjuntas e nas entidades locais, através do Clube de Mães e do OP. Diferentemente do outro membro que ele acabou convidando para suprir a vacância da “liderança”, que declinou a vaga na sua chapa. Diante da urgência daquela ausência, no dia que iniciaria a votação, precisando definir mais um nome, caso contrário a chapa não concorreria, ele articulou com outro morador que conhecia das suas redes de relações de vizinhança. Era um morador do bairro que há três anos tinha se mudado da Assunção para o Cristal e não tinha inserção na vida política da “comunidade”. Ao fim, a chapa acabou composta por Lauro, Ricardo quem eu já conhecia pela sua vinculação com o “GT da Praça”, Edite que acabou inserida pelos laços com Madalena, e o morador “outsider”.

A chapa acabou sendo eleita e as atividades do Congresso da Cidade mobilizaram o grupo e outros moradores da rede do Clube de Mães ao longo daqueles meses subsequentes de 2011. Para alguns membros, como Lauro, participar desta instância era gozar de certo prestígio social, pois permitia circular em redes políticas mais amplas da cidade. A própria cerimônia de posse dos

---

<sup>201</sup> Segundo o recorte territorial da PMPA, a RP 5 correspondia a região Glória/Cruzeiro e Cristal, abrangendo bairros da zona sul e leste (Belém Velho, Cascata, Cristal, Glória, Medianeira, Santa Tereza) que em termos territoriais estava dissociada da “zona sul” a que o Cristal integrava em termos físicos e identitários. Desses formalmente vinculados, na escala das relações cotidianas das entidades locais, o Cristal se articulava ao Morro Santa Tereza e a uma determinada porção territorial da Cruzeiro em vista da “fronteira” física.

“delegados” e “conselheiros”, realizada em janeiro de 2012, na Câmara de Vereadores, era exemplar nesse sentido. Em ocasiões como esta, a intrincada rede de diferentes instituições e atores sociais enfocados desde a esfera política desses conflitos territoriais urbanos se mostrava ainda mais presente. A cidade como “rede de redes” (Hannerz, 1983) era revelada pelas próprias redes de pesquisa orientadas por temas comuns. Ali encontrei não somente Lauro, Ricardo e Edite que logo seriam empossados, como Sylvio e outros integrantes do Movimento em Defesa da Orla, que tinham sido eleitos “delegados” ou “conselheiros” pelas “regiões” onde moravam em vista das entidades que se vinculavam pelo movimento social.

Se nos ativermos à experiência da “chapa” descrita antes e a consequente configuração da representação da RP do Cristal, fica evidente que os sujeitos que a compõe são pertencentes a grupos que comportam origens, projetos, pertencimentos sociais, atividades e estratégias diferenciadas. Em vista disso, se nos ativermos às interações entre eles e suas redes de relações mais amplas nas esferas políticas locais, podemos dizer que estamos lidando com o fenômeno da negociação da realidade em diferentes planos. Diferentemente dos sujeitos e grupos do movimento social da orla em suas interações orientadas por uma ética do ambiente junto às esferas políticas, para o caso dos representantes das entidades locais do Cristal, nessas esferas “participativas”, ainda que possuam vínculos territoriais com os conflitos em questão, as motivações e interesses no lugar onde moram são diferenciados e repercutem de modo igualmente diferenciado nessas instâncias.

Os conflitos presentes no espaço urbano no arranjo dessas diferenças, se vistos desde as interações dos sujeitos e grupos (e suas redes de relações) nas entidades locais com tais esferas, permite perceber nessa dinâmica novas formas sociais de inserção desses sujeitos na cidade. Vimos no terceiro capítulo que as promessas liberais da cidade aberta e democrática e o caráter disjuntivo da reafirmação desses valores têm sido articulados pelos movimentos sociais, nas políticas urbanas contemporâneas, de diferentes formas.

O que quero pontuar aqui a partir da experiência dos grupos junto à questão da Praça e na mediação do Congresso da Cidade, na RP ou no OP, marcando os pontos de associações e dissociações nessa trama das redes locais, é que o quadro de organização política em torno das “comunidades” locais na região Cristal muda e se reatualiza no contexto das políticas públicas urbanas contemporâneas. As experiências de cidadania e vida na cidade e as formas de reivindicações por incorporação mudaram no contexto de redemocratização das cidades brasileiras, como vimos antes.

Hoje o projeto coletivo de inserção na cidade das diferentes territorialidades da região Cristal é revisto em suas formas. Um projeto coletivo não é vivido de modo totalmente homogêneo pelos indivíduos que o compartilham, pois sabemos existem diferenças de interpretação dessa realidade negociada devido a particularidades de status, trajetória, entre outros aspectos (Velho, 2003). A questão é pensarmos em que medida este projeto coletivo está sendo compartilhado ou mesmo negociado no arranjo dessas diferenças nos conflitos presentes no espaço urbano da região Cristal.

Experiências conflitivas anteriores já colocaram os grupos e redes locais no plano das negociações éticas no arranjo dessas diferenças. As conversas com os moradores inseridos nas redes locais das entidades retomavam, em ocasiões distintas, o “racha” no Clube de Mães, quando alguns anos antes, o conflito do Pontal do Estaleiro tinha alcançado uma projeção na esfera pública e os debates passaram a ser constantes nestas e outras esferas “participativas” da política urbana local. Ao se colocarem publicamente enquanto representantes da entidade, a oposição entre aquelas lideranças, à época, favoráveis ao projeto e contrárias a ele, acarretaram o afastamento voluntário de associadas que participaram dos trabalhos da “oficina” que resultou na publicação sobre as “memórias do Cristal”. As falas, ao mesmo tempo em que referiam dissociações, por outro lado, traziam os rearranjos sociais do conflito como forma de socialização na região, pois a partir dessa situação integrantes da rede do Clube foram para a associação de moradores da Bororó que acabou fortalecida com a criação de uma biblioteca comunitária. O que aparece imediatamente como uma “dissociação” no grupo, no fluxo contínuo do vivido no qual as formas de interação se diversificam, novas formas são criadas (Simmel, 2003).

Os boatos sobre a venda da área do Jockey *Club* para a Multiplan (proprietária do *shopping*) eram correntes entre os moradores, mas não fora dada visibilidade pública ao projeto tampouco projeção midiática. Em sendo um “projeto urbano” com impacto na “região de planejamento” do Cristal, logo aquela instância “participativa” seria demandada a “participar” das discussões técnicas sobre o projeto na esfera do CMDUA ou, a depender dos seus desdobramentos, nos “rituais ambientais” (Lopes *et al.*, 2000:182) como são a audiências públicas para licenciamento desse tipo de empreendimento.

A despeito da análise da dinâmica dessas formas de participação, em meio ao jogo político de uma cidadania militante ou uma cidadania burocratizada na avaliação de documentos prescritivos (como no CMDUA, por exemplo), o importante é questionarmos como os conflitos no espaço urbano são negociados e de que forma os moradores nas suas diferenciações compartilham

um projeto coletivo de coexistência naquela região da cidade. De toda forma, em meio às associações e dissociações nos conflitos em vista dos projetos vindouros para aquela região, resta claro que a retórica do “futuro da cidade” das políticas urbanas locais não é retórica vazia.

### **O “Comitê de moradores do Cristal”**

A situação etnográfica que agora descrevo é o dia que antecede uma reunião, a sua realização e seus desdobramentos, coordenada por um grupo de moradores do bairro Cristal que articulava uma ação política organizada contrária aos “reassentamentos” das “comunidades das vilas” pela Prefeitura de Porto Alegre. Dias antes da reunião marcada para uma tarde de sábado de setembro de 2011, enquanto conversava com Madalena, na Biblioteca Comunitária, ela disse que o Cristal estava “em ebulição”, pois “primeiro foi o PISA, depois o Pontal e agora a Tronco”.

Eram justamente os conflitos relacionados ao projeto da “Avenida Tronco” que estavam em jogo na reunião que eu observaria. Para a execução da obra<sup>202</sup> a Prefeitura estava prevendo “remover” 1.800 famílias ao longo da extensão do traçado viário previsto pelo projeto o qual, como vimos, abrangia diferentes regiões da cidade. Parte do projeto abarcava as “comunidades” das “vilas” Divisa e Cristal, ambas localizadas no bairro Cristal. Em razão dessas “remoções” forçadas, lideranças das “comunidades” afetadas pela obra, articuladas às organizações e movimentos políticos mais amplos que atuavam na reivindicação pelo “direito à moradia” em Porto Alegre, indicaram uma lista de terrenos localizados na região Cristal que poderiam ser utilizados pela Prefeitura para a construção das novas moradias. A indicação das áreas e a respectiva formalização pela Prefeitura do aceite de alguns dos terrenos indicados para desapropriação, ainda que não garantisse a efetiva medida legal sobre os mesmos e a construção das moradias, foi considerada uma vitória pelos representantes destas entidades envolvidas no processo.<sup>203</sup>

---

<sup>202</sup> Segundo informações da PMPA, dentre as obras de mobilidade urbana da cidade de Porto Alegre, como vimos no Capítulo 2, esta corresponderia a uma rota alternativa na ligação da zona sul com a área central e norte. A PMPA refere que a obra soma o investimento de R\$ 156 milhões. O projeto viário previa a duplicação de 5,3 quilômetros de via, a partir da rótula que será construída na Avenida Icaraí (bairro Cristal) até a nova rótula no cruzamento com as avenidas Gastão Mazon e Carlos Barbosa, e outra parte formada a partir de bifurcação: uma via até a Terceira Perimetral (altura da av. Teresópolis) e outra até a “rótula do Papa” (bairro Medianeira). O investimento inclui a implantação de ciclovia em todo o trecho, corredor de ônibus e tratamento paisagístico. Disponível em: <[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/proweb3\\_geral/impressao.php](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/proweb3_geral/impressao.php)>. Acesso em: 21 de novembro de 2012. A obra estava em execução no decorrer da pesquisa, foi paralisada e não cumpriu com o cronograma previsto, inviabilizando sua integração às obras de “mobilidade urbana” para a Copa de 2014.

<sup>203</sup> Em fevereiro de 2011, a PMPA publicou no Diário Oficial áreas de “interesse social” para o “reassentamento” dos moradores. Destas, 6 estavam localizadas na região Cristal. Esse número de áreas na região Cristal a serem desapropriadas pela Prefeitura foi ampliado ao longo do ano de 2011. Em setembro, totalizavam 13. A PMPA declarou de “utilidade pública” os imóveis particulares “para fins de desapropriação, a ser efetivada pelo Município de Porto Alegre, por serem necessários para o reassentamento da população atingida por projeto viário de implementação Divisa/

Em vista da possibilidade desses “reassentamentos” se concretizarem um grupo de moradores do bairro Cristal se organizou no que denominaram de “Comitê Permanente de Moradores do Cristal”. Naquela ocasião em que conversávamos, Madalena me referiu a existência deste “Comitê” formado por pessoas de uma “classe artística”, “uma classe média mais ou menos” que estariam muito preocupadas com as desapropriações e “desvalorização” de seu “patrimônio”. Foram justamente os preparativos para a reunião que ocorreria dias depois que levou alguns dos membros deste “Comitê” à Biblioteca Comunitária na ocasião em que Madalena e eu conversávamos. Foi quando conheci Christy a quem Madalena me apresentou como pesquisadora e a identifiquei como sendo do “pessoal da classe artística que mora no bairro”. Logo após chegou Sandra, outra moradora, e elas conversam entre si sobre a reunião que aconteceria no sábado seguinte. Elas tinham em mãos convites impressos cujo teor começava com “Prezado Vizinho Leia com atenção”, convocando os “vizinhos” a se registrar no “abaixo assinado” e participar dos encontros aos sábados à tarde. O abaixo assinado estava disponível no Clube de Mães e na ASSAC.

Neste convite, as demarcações físicas e simbólicas de pertencimento às redes de vizinhança eram colocadas por exclusão de uma “maioria da população” em relação a uma minoria no texto assim subentendida: “serão mais de 250 famílias a serem reassentadas no coração do bairro. A erradicação de sub-habitações e a consequente dignidade de morar é anseio de toda comunidade desde que os direitos de 2/3 da população (maioria) que aqui reside sejam respeitados. Não permitiremos que a solução ora atacada acarrete profunda desvalorização patrimonial para a maioria”.

Naquela ocasião, Madalena comenta a situação do *Jockey Club* e a demanda dos moradores das “vilas” da área atrás da pista para novas moradias, dizendo que o terreno estava sendo negociado para venda, auferindo às disputas o fato de que “todos querem o rio”. Naquele momento, estava eu, Madalena, seu marido Lauro a quem fui apresentada naquela circunstância e que participava da organização da reunião, além de Edite e Graça do Clube de Mães. O intuito dos representantes do “Comitê” estarem ali era a mobilização para distribuição dos convites, definindo previamente quais ruas do bairro cada um deles ficaria responsável por levar às caixas de correio e portaria dos prédios.

---

Tronco/ Teresópolis”. Fonte: Órgão de divulgação do Município – Ano XV – Edição 3948 – Terça-feira, 08 de Fevereiro de 2011. Anterior à articulação das lideranças e do Comitê, o Diário Oficial do município publicou notícia sobre o “cadastro de reserva” de áreas que seriam destinadas à iniciativa de reassentamento e habitação popular no âmbito do Programa Socioambiental (Pisa) e Projeto Divisa/Tronco/Teresópolis (Avenida Tronco). Esse cadastro buscava terrenos que se estendiam a outras regiões da cidade, como Medianeira e Partenon.

Aquela situação e os diálogos iniciais mostravam que os moradores do bairro Cristal que haviam formado o “Comitê” possuíam suas principais redes de relações sociais fora dos limites físicos da região e, sobretudo, fora do Clube de Mães. Aspecto não evidente em relação aos moradores de camadas médias do bairro e da região Cristal que em certos eventos específicos ou ações individuais se articulavam à rede social da entidade local. Os laços que os uniam eram de vizinhança e o Clube de Mães era somente o espaço físico eleito pelo grupo para organização de suas ações enquanto “Comitê”. A presença de Lauro, marido de Madalena, entre as lideranças do “Comitê”, e o papel dirigente que ela exercia na entidade local foram fatores determinantes para um acordo tácito entre o grupo e integrantes do Clube. A demanda política da ação organizada pelo grupo de moradores não era uma demanda do Clube de Mães enquanto entidade que cedia o espaço da sua sede para as reuniões semanais que vinham ocorrendo.

A posição ambivalente de uma “entidade comunitária” que cedia espaço para discussões de ações expressamente contrárias aos “interesses comunitários” fora verbalizada por Graça, que se colocava para mim no papel de representante institucional da entidade. Assim como foi colocado pela própria Madalena que, além de figurar na diretoria do Clube de Mães, ao contrário de Graça, era também moradora do bairro Cristal. O tom de constrangimento que ambas imputavam àquela situação ficava ainda mais claro não somente pelo teor do convite, mas, sobretudo, pelos diálogos com outros moradores e mediante a escuta das falas na reunião que eu observaria dias depois.

No dia que fui à sede do Clube de Mães para observar a reunião do “Comitê Permanente de Moradores do Cristal” que iniciaria às 15 horas, antes fui até a sala do “grupo da FASC” e encontrei com Olinda, Tereza, Edite, Maria Sueli, Ediloá, dentre outras. Estavam todas reunidas para organizar as roupas recebidas mediante doação que seriam vendidas a preços módicos num “bazar beneficente” no dia seguinte. Eu já tinha sido informada por elas do bazar e garantido minha presença naquele domingo, dia seguinte à reunião, como de fato ocorreria. O intuito da ação que organizavam era arrecadar “fundos” para as atividades do grupo como os lanches semanais, as festas etc. Ao falarmos sobre a reunião do “Comitê”, elas comentaram que o “grupo da classe média” estava se reunindo por lá em razão da “Tronco”.

Logo que chego ao Clube de Mães, Graça estava lá e me apresentou como pesquisadora aos dois homens que já estavam presentes. Um deles era Carlos, morador do bairro Cristal e advogado de formação que Lauro tinha me apresentado rapidamente dias antes. Embora os convites tivessem sido distribuídos previamente, naquele dia, estiveram presentes entorno de uma dezena de pessoas,

contando com os membros do “Comitê”, liderado pelas moradoras que estavam na ocasião referida na Biblioteca, juntamente com Lauro, Carlos e Nicéia.

A reunião foi conduzida por Lauro e Carlos e contou com o relato de duas moradoras. Madalena sentou fora do espaço reservado às cadeiras dispostas em fileiras para o grupo presente, demarcando a sua não participação direta nas discussões. Graça demarcava sua presença enquanto Presidente do Clube de Mães. Lauro respondeu ao questionamento sobre a “situação do Jockey”, referindo as dívidas fiscais e trabalhistas do hipódromo e que a diretoria estava negociando com a Multiplan (mesma proprietária do *Shopping*) parte da sua área para construção de “torres” de edifício.

O assunto que mobilizou o grupo naquela reunião foram os *outdoors* que eles estavam providenciando para dar visibilidade pública as suas ações. Os custos para viabilizá-los foram divididos entre os membros do “Comitê” e um dos presentes trouxe a proposta gráfica em vermelho e preto, constando a frase que seria exposta: “Desapropriação sem diálogo é autoritarismo”, indicando o endereço eletrônico do *Blog*<sup>204</sup> que havia sido criado por uma integrante do grupo para dar publicidade as suas ações. A discussão seguiu sobre custos, local e tempo de exposição dos *outdoors* que ficariam expostos durante quinze dias em locais de ampla visibilidade no bairro Cristal: Avenida Icarai e Chuí, principais vias de acesso.

Carlos questionou sobre o modo como estavam propondo a frase no *outdoor*, pois expressaria a ideia de que as desapropriações dos terrenos pela Prefeitura seria um descontentamento somente dos proprietários e não de um coletivo que o grupo entendia representar. A oposição de classe era permanente foco de tensão entre o grupo e articulava a oposição de categorias “classe média” e “moradores das vilas” tanto para os integrantes autoidentificar o grupo a que pertencia (“Comitê”) tanto quanto para ele ser identificado pelos demais moradores, fossem eles residentes ou não das “vilas”. A discussão sobre o teor da frase que estamparia o *outdoor* seguiu entre o grupo presente, pois alguns integrantes questionavam a legitimidade do “Comitê” em se autoidentificar “comunidade do Cristal” sem incluir os “moradores das vilas”. Em meio ao debate, o grupo acordou em mudar a frase, visando expressar a ideia de que não eram contra as desapropriações, mas sim que estas ocorressem “no coração do bairro”. O grupo acabou acordando em usar esta expressão na frase dos *outdoors*.

---

<sup>204</sup> <amigosdocristal.spaceblog.com.br>.

Nicéia, uma das integrantes do “Comitê”, criticava a ausência dos proprietários dos terrenos a ser objeto das desapropriações pela Prefeitura, dizendo que deveriam participar, “o interesse é mais deles do que nosso”. Referiu que dos dezoito terrenos indicados apenas dois proprietários participavam das ações do grupo e que vários deles era de uma imobiliária no bairro Ipanema. Lauro referiu o “mapa de áreas alternativas” que foi levado pelo “Comitê” à Prefeitura para estudo em detrimento às áreas indicadas anteriormente para desapropriação.

A reunião seguiu indicando as ações empenhadas pelo grupo as quais envolviam acionar diferentes mediadores dos poderes públicos, como promotor de justiça, representante da Prefeitura, além de se posicionar frente aos demais moradores do Cristal com quem tinham relação direta de vizinhança. O grupo era formado por advogados, funcionário público aposentado, artista plástica, professores universitários, arquiteto, dentre outros. Em vista da sua ocupação, o prestígio social nas suas redes de relações fora do bairro era acionado para que os integrantes circulassem nesses espaços sociais e institucionais onde ações eram empenhadas.

No desenvolvimento do trabalho de campo, dei continuidade aos diálogos com integrantes do “Comitê de Moradores” apenas nas ocasiões em que nos encontrávamos em razão de outras atividades e eventos que eu participava no Clube de Mães. Na medida em que a maioria não possuía vínculos com a entidade esses encontros esporádicos cessaram algum tempo depois daquela reunião. Segui podendo dialogar com Lauro, presença frequente nas atividades do Clube de Mães em razão do seu papel como “representante” da região Cristal nas instâncias políticas “participativas” vinculadas à Prefeitura. As evidentes antinomias dos discursos e das práticas no caso da relação estabelecida entre o Clube de Mães e o “Comitê”, cedendo seu espaço físico, contribuíram para um afastamento da entidade do envolvimento mais direto com as demandas daquele grupo.

A ação política organizada do “Comitê Permanente de moradores do Cristal” ou do “grupo da classe média” com eram conhecidos e nominados entre os moradores teve um caráter efêmero sobre as ações que tiveram visibilidade pública no bairro e fora dele<sup>205</sup>. O *Blog* teve sua última postagem dois meses após a reunião que observei em setembro de 2011 e cessou a divulgação da ocorrência de novos encontros. As conversas informais com moradores não falavam de uma desarticulação do grupo propriamente, mas sobre fatos que se sucederam na dinâmica do conflito da “Tronco” que deram novos rumos à questão das moradias e outro sentido à interferência do “grupo da classe média”. Àquela oposição segregadora passou a ser considerada mais em termos de uma

---

<sup>205</sup> Como no Jornal do Comércio. *Moradores do Cristal rejeitam assentamentos*. 04 de novembro de 2011.

crítica ao posicionamento ético e moral do grupo perante o conflito do que pelos efeitos diretos ou indiretos da sua interferência nele.

As falas dos moradores com quem conversei e as ações públicas relativas ao conflito da “Tronco” sobre os “reassentamentos” das famílias afetadas pela obra viária indicavam novos desdobramentos daquela situação conflitiva. A partir desses diálogos soube que alguns proprietários dos terrenos objeto de desapropriação iriam questionar de forma individual por meio de ação judicial o decreto de “utilidade pública” da Prefeitura de Porto Alegre. Numa outra esfera do conflito, a “situação do Jockey” e as tratativas negociais sobre a venda de parte da sua extensa área tomaram nova forma quando um projeto de lei estadual que permitia ao hipódromo dar outra função a área (então destinada ao turfe) foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado, sem qualquer visibilidade pública ou projeção midiática sobre a aprovação da lei. Com o advento da norma, estava aberta a possibilidade de venda da área das cocheiras do Jockey para Multiplan até então boato corrente entre os moradores.

Paralelamente a tais medidas, as forças políticas em jogo nas ações contrárias ao “plano habitacional” do projeto viário da “Avenida Tronco” apresentado pela Prefeitura toma novo vulto com a projeção pública (e midiática) de que a obra passaria a integrar o rol de “obras prioritária” da Copa de 2014. Nesse contexto, a questão habitacional e as “remoções” que afetavam diferentes regiões de Porto Alegre em vista desta e outras “obras prioritárias” foram encampadas pelo movimento nacional do Comitê Popular da Copa<sup>206</sup>, articulando uma intrincada de rede de entidades vinculadas aos movimentos sociais de “luta pela moradia”, repercutindo numa projeção pública e midiática sobre as “remoções”. Para o caso do contexto da “Tronco” e seus reflexos na Divisa e Cristal, em vista das remoções de toda extensão daquela obra (e outras na capital) terem se tornado assunto de interesse crescente nas esferas dominantes de decisão do poder econômico e político e, ainda, com a paralisação física da obra<sup>207</sup>, a “encruzilhada do tempo” para os moradores seguiu constante. Nessa esfera do conflito sobre a questão das “remoções” da Divisa e Cristal, acompanhei alguns eventos públicos atrelados a este movimento social o qual acabou sendo dinamizado também pela política do governo federal atual para a questão habitacional<sup>208</sup>.

---

<sup>206</sup> Os Comitês Populares da Copa criaram uma rede nacional, entre as cidades sedes, e os Blogs e redes sociais tornaram-se um campo privilegiado de circularidade de informações e divulgação das suas ações. Em Porto Alegre, ver <<http://comitepopularcopapoa2014.blogspot.com.br/>>.

<sup>207</sup> A obra foi paralisada 2012.

<sup>208</sup> Em 2009, o Governo Federal lança o programa de financiamento habitacional denominado “Minha Casa, Minha Vida”, tendo como meta a construção de um milhão de moradias no país (Lei 11.977/2009). Em maio de 2011, o Governo Federal lança a sua segunda etapa, cuja meta passa a ser contratar em um período de 4 anos 2 milhões de unidades habitacionais (Lei 12.424/2011). Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/>>. O programa habitacional

As falas dos integrantes do “grupo da classe média” articulados contrariamente às desapropriações dos terrenos eram a faceta mais evidente daquilo que na ordem das representações e das práticas marcam a estigmatização das “vilas” enquanto “regiões morais” naquele espaço da cidade. Para compreender estes aspectos como representativo de segmentos das populações que habitam a região Cristal, camadas médias urbanas, no plano analítico é preciso pensar esses indivíduos e grupos sociais nas suas diferenciações, considerando a grande variedade de trajetórias e projetos que compõe esse universo. É importante saber onde e quando as pessoas estão compartilhando um sistema de significados e identificar também as quebras, descontinuidades, curtos-circuitos comunicacionais (Velho, 2004).

Nesse sentido, o que pontua é que as camadas médias moradoras do bairro Cristal, para o caso do “Comitê”, as que aderiram ou mesmo as que não aderiram àquela ação política organizada, podiam não compartilhar dos mesmos interesses na região onde moravam, tampouco interagir através das mesmas representações associadas às moralidades. Ainda assim, as ações do grupo, operando com representações e práticas de distinção de classes sociais por acusações morais, nos permite tecer algumas considerações relevantes sobre as formas de segregação espacial e social que marcam a região Cristal.

A situação descrita comporta a referência a uma forma urbana que vem se configurando nas últimas décadas de certo padrão de segregação social e espacial relativo ao processo paradoxal de melhoria e empobrecimento de “vilas” da região e deslocamentos de pessoas de camadas médias a partir dos anos 80, intensificando-se nos anos 90. Se vista em suas singularidades e matizes próprias, a dinâmica observada por Caldeira (2000), cujas desigualdades sociais são agora produzidas e inscritas no espaço urbano de modos diferentes, ajuda a pensar esse aspecto.

A autora observa na cidade de São Paulo uma combinação de processos que contribuíram para alterar os padrões de segregação espacial da cidade hoje fragmentada, alguns deles semelhantes ao que afetaram outras cidades brasileiras nesse contexto sócio-histórico (Caldeira, 2000). Os bairros centrais formados na lógica da cidade concentrada, tradicionalmente ocupados por moradores de camadas médias, associada ao *boom* de apartamentos e do financiamento público para estes segmentos e o crescimento de novos bairros para os quais elas começaram a se mudar nos

---

passa a ser um dos principais programas do governo federal em termos de investimento e visibilidade pública. Na medida em que Porto Alegre passa a integrar o programa federal, através do governo local, as demandas do movimento são atreladas a esta política e seus investimentos na cidade. As esferas políticas e interesses em jogo que estavam para além da questão da “Tronco” resultaram numa ação política organizada do referido Comitê da Copa contrária às ações da Prefeitura, articulando o movimento de resistência denominado “chave por chave”, condicionando a saída dos moradores a definição das novas moradias.

anos 80 (Caldeira, 2000), são examinados a partir de dados demográficos, dinâmica do mercado imobiliário e da política urbana de zoneamento da cidade. Fatores que contribuíram para novos deslocamentos desses investimentos e deste segmento da população nos territórios da cidade.

A autora observa, no contexto paulistano, uma região metropolitana mais complexa e um descentramento e fragmentação da lógica de oposição binária de bairros “ricos” e “pobres” tanto no contexto urbano da cidade quanto metropolitano. O crescimento da pobreza causado pela crise econômica dos anos 80 e o fenômeno de melhoria de infraestrutura urbana e legalização nos bairros ou localidades tidas como “periféricas” fez com que junto com o empobrecimento da população, esses espaços se tornassem mais caros, alterando as formas de segregação na cidade e na região metropolitana.

Para o caso da região Cristal, no contexto urbano portoalegrense, ao mesmo tempo em que o deslocamento das camadas médias para estes territórios dialoga fortemente com essas dinâmicas do mercado imobiliário na cidade atrelado às políticas urbanas locais de zoneamento e verticalização<sup>209</sup>, há alguns aspectos particulares que destaco. No contexto macro, a expansão demográfica significativa entre os anos 60 e 70 na capital<sup>210</sup> altera o contexto urbano e metropolitano. A Região Metropolitana consolidou-se como eixo de “desenvolvimento urbano e industrial”, na direção ao norte, agregando-se novas áreas residenciais e industriais em municípios vizinhos (Abreu Filho, 2006:273). Mas, como vimos antes, na contramão dos planos urbanos da cidade ideal, espaços fabris se instalaram naquela região da cidade e desempenharam um papel essencial na sua conformação como vimos.

Sem pretender definir o campo de discussão mais amplo da relação trabalho-moradia nesta parte final do capítulo, quero aqui destacar que, em meios a estas discontinuidades espaços-temporais, o deslocamento de camadas médias para os bairros que conformam àquela região da cidade se aproximava dos contornos da cidade idealizada pelos sucessivos planos urbanos de Porto Alegre. Planos que lidaram com o rio e suas margens com aterros e propostas de bairros residenciais modelares. Os bairros balneários da zona sul como Assunção, Tristeza e Ipanema já cumpriam com esta promessa de modernidade ainda que num cenário repleto de fragmentações em vista das estratégias de deslocamentos dos moradores que vimos abarcarem a ocupação de territorialidades nesses bairros.

---

<sup>209</sup> Particularmente do Plano Diretor Urbano de 1979 e de 1999.

<sup>210</sup> Entre 1960 e 1970, a cidade teve expansão demográfica de quase 40%, passando de 635.000 habitantes para aproximadamente 885.000 (Abreu Filho, 2006:273). Num recorte histórico mais abrangente, em termos de comparação, entre o final dos anos 50 e 90, a população de Porto Alegre dobrou, passando de seiscentos mil para um milhão e trezentos mil habitantes, ocupando um território cinco vezes maior (Burmeister, N., 1998:6 *apud* Almeida, 2004: 190).

Outro aspecto diz respeito às condições de financiamento de moradia para as camadas médias e deslocamento dos investimentos imobiliários que acarretam a mudança desses segmentos para prédios de apartamentos no processo de expansão de bairros ao sul e ao norte da cidade. Os primeiros prédios altos construídos em conjunto no bairro Cristal, por exemplo, se deu em meados dos anos 80 (PMPA, 2003) diferenciados do padrão de habitação dos “conjuntos habitacionais” do BNH que vimos no capítulo 4. É claro que este deslocamento estava conjugado ao fenômeno de melhoria de infraestrutura e legalização de terra da região Cristal, pois onde antes “tudo era mato” os serviços públicos se já não eram ofertados de forma adequada eram incrementados pelos investidores imobiliários. As camadas médias chegam neste período não somente para morar neste padrão típico de habitação (prédios de apartamentos) como em amplas casas cujo estilo de vida nessa forma habitacional para estes segmentos se realizava graças aos lotes legalizados ainda disponíveis e pouco acessíveis em bairros centrais tradicionais.

Por outro lado, os mesmos aspectos macro sociológicos mencionados antes, de expansão demográfica e empobrecimento da população muda os padrões de habitação na região Cristal pela expansão de áreas de algumas “vilas” ou a criação de interstícios em outras. Mudanças operadas em vista de um processo mais recente de ocupação por uma população de baixíssima renda vindas da região metropolitana ou de periferias de outras cidades do Estado cujas condições de miséria e pobreza auferem fronteiras mais rígidas de segregação.

Tal quadro mais heterogêneo hoje, no qual diferentes grupos sociais estão mais próximos, deve ser analisado em vista de novos padrões de relação entre riqueza e pobreza em cidades brasileiras no âmbito de uma “cultura do medo” da violência urbana, provocando a fortificação da cidade observada por Caldeira (2000). Aspecto observável na configuração das moradias de todos os segmentos sociais que habitam a região Cristal que, nas suas diferenciações de instrumentos e tecnologias, buscaram proteger seus espaços de moradia e trabalho.

Tendo em vista este panorama, retomando a experiência do “grupo da classe média”, o que encontrei como característica comum aos seus integrantes é aspecto revelador para pensarmos em termos de visão de mundo e estilo de vida em camadas médias urbanas (Velho, 2004) nesses contextos. Trata-se da noção de ascensão social, acompanhada de um projeto, em alguns casos, explicitado e verbalizado, de “valorização” do bairro onde moravam. Membros de uma camada média ascendente, formada por profissionais liberais, funcionários públicos entre outras ocupações, com propriedades e rendas que os colocavam em diferentes níveis, mais elevados e mais baixos, muitos deles investiam na associação a um estio de vida calcado em valores como o consumo de

uma cultura urbana cosmopolita, em grande parte estranho aos segmentos “populares” habitantes da região.

Os recentes projetos de “qualificação” urbana para aquela região da cidade de Porto Alegre, especialmente para o bairro onde moravam, como o Pontal do Estaleiro, nas falas, mesmo quando criticados nas suas formas de execução ou concepção urbanística e arquitetônica, eram associados à símbolos e valores que viam nas edificações às margens do rio, nos novos locais de consumo urbano, um caminho de mobilidade social e a realização de um projeto de ascensão pela “valorização” – material e simbólica- do lugar onde moravam. Para o grupo cujas ações políticas pude observar, a realização de um projeto individual de ascensão e de sucesso material coadunado com a inserção da região onde moravam no circuito da orla e da cidade “modernizada”, o processo de “retirada” das “vilas” era causa e efeito de um mesmo projeto coletivo.

A descrição de uma comunidade da periferia urbana analisada por Elias e Scotson (2000), mostrando uma clara divisão, em seu interior, entre um grupo estabelecido desde longa data e um grupo mais novo de residentes, cujos moradores eram tratados pelo primeiro como *outsiders*, nas suas inversões, essa pequena comunidade de Winston Parva, onde se encontra como que em “miniatura, um tema universal” (2000:19), pode ser uma metáfora potente para pensarmos os conflitos de uso comum do espaço na cidade hoje. São lógicas de segregação social e espacial no espaço urbano que, no plano analítico, equivale a descrever situações que revela ser a própria cidade (a produção de seus limites, sua imagem, sua forma) que está em jogo (Pradelle, 2007).

## **CAPÍTULO 6**

### **PATRIMÔNIO AMBIENTAL DA ORLA**

O último capítulo desta Tese é dedicado à retomada de aspectos que temos visto ao longo dos capítulos anteriores relativos à dinâmica espaço-temporal de conformação e transformação da paisagem urbana da orla do Lago Guaíba, a partir do que denomino de “momentos de modernização”, os quais são interpretados em termos de um processo de “valorização do patrimônio ambiental da orla”. Para tal, partindo do contexto conflitivo do Pontal do Estaleiro, abordo o tema de paisagem, desde o plano da memória, e o relaciono às formas de integração da orla e da região Cristal ao projeto de modernidade da cidade.

### **6.1 Paisagens urbanas pelo viés da memória: o vir a ser da Lomba do Asseio**

Voltamos ao ponto de partida deste trabalho quando nos questionamos sobre qual seria o destino da Lomba do Asseio.

Neste movimento do contínuo vir a ser da Lomba do Asseio, agora reordeno o espaço em diferentes temporalidades, retomando as formas normativas associadas ao ideal moderno civilizacional dos planos e projetos urbanos do passado, nas suas reatualizações no presente, no processo de transformação da paisagem urbana da orla. É outra imagem da orla sul que se forma através de aspectos espaços-temporais que vimos ao longo dos capítulos anteriores e que são retomados a partir de determinados “momentos” de “modernização”, quais sejam: (momento 1) a canalização do Arroio Dilúvio, o aterro e saneamento da enseada da Praia de Belas, com abertura da Avenida Praia de Belas, ligando o centro da cidade, através da Avenida Borges de Medeiros, à zona sul; (momento 2) aterro da orla em direção à zona sul, construção da Avenida Beira-Rio, do Parque Marinha do Brasil, do *shopping* Praia de Belas e dos empreendimentos turísticos da Usina do Gasômetro; (momento 3) remoções das “vilas” do Cristal localizadas às margens do Guaíba e na extensão da orla, construção do hipermercado Big, as construções do Barra *Shopping* e do Museu Iberê Camargo, o Programa Socioambiental e, finalmente; (momento 4) projeto do Pontal do Estaleiro, projeto de “revitalização” do Cais do Porto, projeto de “urbanização” da orla (Parque Urbano), projeto Multiplan.

Do tempo das projeções e do tempo da materialização de uma nova ordem urbana, os dois primeiros “momentos” remontam as formas como as lógicas de normatização do espaço orientaram os sucessivos planos urbanísticos, lidando com o rio e sua margem com aterros. A remodelação do espaço urbano de Porto Alegre pela organização dos usos dos terrenos ganhos ao Guaíba, iniciada desde as reformas do Plano de Melhoramentos do início do século passado, é retomada ao longo

dos planos subsequentes.<sup>211</sup> A cidade que se modernizava, vimos, orientada por valores de uma civilização industrial e do trabalho pautada numa concepção progressista do tempo, insere a remodelação dos espaços aterrados, ao norte, neste universo do trabalho, dos serviços e da indústria. E os aterros da orla sul? Ao mesmo tempo em que cumpriam com o papel de ligação do centro à zona sul, mediante as obras viárias que se realizaram sobre ele, a artificialidade daqueles espaços foi objeto recorrente de idealização de uma paisagem “natural” a ser “preservada”.

Os dois primeiros “momentos” são significativos para pensarmos as contradições das lógicas normativas que orientaram essa cidade ideal dos planos urbanos para fixação de formas de ocupação da orla sul por usos residenciais e de lazer. Idealizada desde os planos que orientaram as ações do “momento 1”, materializando-se no “momento 2”, a proposta de ajardinamento e parques sobre o aterro da orla sul é “traída” pela chegada do espaço fabril e operário do Estaleiro Só. A proposta da formação de jardins e parques<sup>212</sup> partia da ideia da criação de espaços verdes contínuos, onde o saneamento da Praia de Belas, estendendo-se para a orla sul até o extremo sul da cidade, formaria uma “margem verde” ao longo do rio Guaíba, permitindo o acesso público, vedando a propriedade privada (Almeida, 2004:83). É claro que esta última diretriz nunca foi adotada, mas a continuidade de uma pretensa “área verde” foi viabilizada na maior parte dos bairros balneários da zona sul (hoje transformados em “calçadões”). A descontinuidade desse ajardinamento ao longo da Praia de Belas até o Cristal é atribuída às obras de construção dos diques de proteção contra as cheias (Almeida, 2004:83)<sup>213</sup>, adequação de soluções técnicas a cultura urbana local comprometida com a modernização da capital.<sup>214</sup>

Entre as questões que quero destacar aqui sobre essa relação utópica com as margens ao sul, ao menos do ponto de vista dos planos urbanos para a cidade, é que este “bucolismo” frustrado pelo tempo na reordenação do espaço aterrado da orla sul não o foi por completo. A emergência do desejo da orla (Corbin, 2005), vimos, representava um elemento legitimador não somente do discurso investidor dos loteamentos balneários como das práticas dos planos urbanos, estabelecendo bairros residenciais modelares, zelando por um ideal de modernidade e de civilidade ligado ao bucolismo da “natureza” da orla banhada pelo rio inerente àquela paisagem. Os balneários da

---

<sup>211</sup> O “Plano de Urbanização” que vimos antes, relativo às décadas de 39-43, retoma em grande medida as projeções do Plano de Melhoramentos de 1914. São diversos fragmentos de cidades ideais, seja nos sucessivos projetos para os aterros da enseada ao sul do Guaíba, seja para enseada da Praia de Belas (Abreu Filho, 2006: 134). Essas projeções foram se materializar, nos anos 50 e 60, com o saneamento da Praia de Belas e o aterro da Beira-Rio.

<sup>212</sup> Idealizados nos planos da década de 40, materializadas ao longo dos Planos Diretores de 59 e 79.

<sup>213</sup> O sistema de diques contra enchentes foi iniciado a partir dos anos 60 e se prolonga desde as várzeas do Rio Gravataí, ao norte da cidade, até o bairro Cristal, ao sul (Almeida, 2004:83).

<sup>214</sup> Fizemos menção no capítulo 2 à enchente de 1941 tida como a mais assoladora da capital gaúcha.

“elite” portoalegrense e suas modalidades de fruição inspiradas pelo “desejo da orla”, nos clubes náuticos, nas casas de “veraneio”, estavam referidas aos seus signos de reconhecimento, aos modos de distinção social, os quais podem ser atrelados a fruição nos espaços reservados do pavilhão social do Prado.

Os “momentos” aqui referidos, os quais destacam as obras de ligação entre o centro e a zona sul, mostram que ainda inserida – material e simbolicamente- no mapa urbano portoalegrense, a antiga “elite” dos balneários da zona sul marcava esse diferencial “bucólico” em meio à “intensificação da vida nervosa” (Simmel, 1979) do processo de urbanização da cidade. Esse aspecto hoje pode ser observado, nas suas resignificações e atualizações, nos estilos de vida de camadas médias moradoras dos bairros balneários da zona sul, calcados em práticas de lazer e consumo urbano em estreita ligação com o rio “praticado”; nos clubes náuticos privados, nos usos públicos do “calçadão” à beira do rio, na oferta crescente de imóveis residenciais que privilegiam as representações bucólicas dos bairros mais ao sul da cidade. Talvez, a forma que melhor retrate hoje a posição ambivalente dessa filiação ao tempo progressista dos novos projetos urbanos, de um lado, e o apreço ao bucolismo passivo da “natureza” do rio, de outro, seja a expressão cunhada pelos próprios moradores para se distinguir das demais regiões da cidade: “zona sul tudo de bom”. O nosso desprezioso visitante do início do capítulo anterior se estivesse atento ao adesivo colado na parte traseira dos carros de frequentadores dos espaços de consumo e lazer da orla do Cristal ou daqueles que estivessem ali só de passagem para as demais regiões da cidade, ele poderia ter se questionado o que significava essa auto representação coletiva.

A essa imagem da orla sul do Lago Guaíba nas suas resignificações hoje podemos sobrepor os sentidos revelados nas trajetórias narradas, mostrando as formas como as vidas cotidianas dos moradores da região Cristal são perpassadas pela sua reintegração ao circuito da orla e da cidade planejada e higienizada alinhada às éticas e estéticas de uma “zona sul tudo de bom”. Tenciono este aspecto a partir das memórias de Nelson<sup>215</sup> sobre suas experiências junto ao Pontal do Estaleiro de tantas formas pensado e vivido nos deslocamentos dos habitantes da região Cristal que vimos ao longo dos capítulos anteriores.

Talvez a paisagem sugerida pela “natureza” da orla do Lago Guaíba na sua relação com suas águas seja a lembrança afetiva mais presente nas narrativas de Nelson. Não ao acaso, as práticas de trabalho e as formas de sociabilidade lúdica da sua família estavam ligadas aos limites

---

<sup>215</sup> Situo Nelson na rede dos ex trabalhadores do Estaleiro Só no Capítulo 4.

físicos e simbólicos da fronteira natural das águas do rio às margens do ribeirão Cristal. Ao narrar tempos sobrepostos que iam ordenando sua trajetória vivida desde o primeiro ano de idade na antiga casa da família, em frente ao Pontal do Estaleiro, suas memórias evocavam temporalidades referentes à geração de seus pais e a sua, remontando tempos da infância e vida adulta levada ali.

A Avenida que margeia o rio quando chega ao Cristal tem sua continuidade com a larga Avenida Diário de Notícias rompida por uma rua. Era justo aquele lugar com uma curva acentuada, hoje amurada, que dava acesso à antiga casa de madeira de Nelson e, logo em frente, as casas de sua mãe e irmãos. Ele lembrava o tempo em que saía apressado da escola onde estudava no bairro Cristal para chegar precisamente cinco minutos antes do apito do Estaleiro Só soar anunciando o horário de almoço dos operários. Ainda “guri” ele trabalhava como garçom ajudando a senhora dona do armazém em frente a sua casa que viu na quantidade de operários e na fama ruim da comida do refeitório um filão de negócio. Tempos entrecortados por outros quando jovem, na década de 70, auge da produção naval, começou a trabalhar junto com seus irmãos e primos no Estaleiro como “apontador de solda”.

Tecendo suas experiências vividas Nelson compunha o tempo que sua relação com o espaço ribeirão do Cristal era pela terra, no universo de trabalho naval, e pela água do rio dada a trajetória de trabalho do pai e do tio como “mestre de barcas”, fazendo a travessia entre a zona sul, no bairro Assunção, e a cidade de Guaíba.

A minha mãe ainda tem, mora ainda ali até hoje. No nº 3096 do lado dos prédios. Aqui era só... daqui da esquina até a outra esquina eram só casas e dois terrenos baldios. Aí depois o pessoal começou a vender e começaram a construir. Aí construíram esse prédio grande aqui, que era um lugar de três casas que ele está ali, né. O outro, (*onde está*) o edifício Clarissa era do meu pai, porque o meu pai quando comprou, comprou dois terrenos, né. Então, a nossa casa, ela era... era mais ou menos quase no centro do terreno e o meu pai era mestre das barcas que faziam a travessia Porto Alegre- Guaíba. Está voltando hoje, está voltando hoje. Só que saía aqui de Assunção. Até ontem eu estava caminhando, eu fui dar uma espichadinha, porque eles querem fazer uma parada dessa barca aqui no shopping, né. [...] E eu... e eu... e eu fazia, né, eu ia com ele para lá, né, às vezes, de tarde ele ia, eu não trabalhava, de manhã, eu tinha folga e de tarde eu digo “Olha, vou”. Então, às vezes, de manhã mesmo, se eu estava de férias na escola, aí ele me levava, a gente ia a pé por aqui, ia lá e eu ficava lá em cima na barca e ele dirigia as barcas para baixo e para cima, para baixo e para cima, né. E quando tinha a Festa dos Navegantes então, eram as duas barcas que faziam esse trabalho, né. Então, ele dirigia, o meu tio... o meu tio pegava uma barca, saía daqui, deixava lá já para botar a santa em cima, depois ele saía daqui. Era Nina, parece que o nome da barca dele era Nina. Ele saía daqui, vamos supor, assim se o troço começava nove horas lá, ele saía daqui às oito, lotava a barca com aqueles conhecidos, aquele pessoal todo enchia a barca aqui e ele saía, chegava lá para poder... às vezes, ele pegava e encostava bem próximo assim uma da outra, que as duas barcas são grandes. [...] Depois ele dava uma voltinha lá e voltava para casa, voltava e daí largava todo mundo aí na Assunção. Aí eles... O apelido dele era gambá. Na época, ele nem bebia, mas o apelido era gambá. Aí ele... Então, eles usavam uma roupa daqui, tipo essas roupas de brigadiano, né, com boné e tal, né. Ainda mais ele que tinha um troço no braço, um troço, era chefão, era o mestre das

barcas. E o... e o leme do barco, o timão do barco não era esses pequeninhos, eram um troço desse tamanho assim, olha, aquele cheio de pauzinho, sabe, aqueles, né. E ele estava indo, saiu daqui e ele disse “Fulano tu vais... Tu vais guiando que eu vou só te coordenar”. E os outros, tinham mais mestres, mas o pessoal coordenava. Nós arrancamos daqui, estamos indo. Chega lá perto na... lá na... depois do Gasômetro ali, passando um pouquinho ali, passando o Gasômetro um pouquinho, o pessoal pediu “Encosta, encosta”, porque eles queriam tirar fotografia, aquelas coisas todas.

Nelson dizia que o “sonho” de seu pai era “quando estava dentro da barca, o dia que tivesse, ele estava dentro da barca”, fazendo as travessias ou pescando. A linha geracional anterior a sua, seu pai, sua mãe e seus tios, era formada por antigos moradores das ilhas do Lago Guaíba cuja prática “tradicional” de pescadores e barqueiros<sup>216</sup> é significativa daí a relação da família não somente com o trabalho de barqueiro, mas também com a procissão fluvial da romaria que ocorria na Festa de Nossa Senhora de Navegantes, padroeira da cidade, ou de Iemanjá para os adeptos de religiões afro-brasileiras.<sup>217</sup>

A construção da Ponte do Guaíba<sup>218</sup>, em meio às políticas nacional e estadual de ampliação da rede rodoviária, acabou fazendo o mesmo trajeto a “seco”, encerrando com a travessia fluvial das barcas da Assunção na zona sul da cidade. Como ele refletia, hoje essa forma “está voltando”, pois a antiga travessia fluvial entre Porto Alegre e a cidade vizinha foi retomada mediante políticas de transporte locais com a hidrovía do Catamarã, ligando o centro da cidade à região metropolitana pela água. A etapa seguinte do projeto de “mobilidade urbana” de Porto Alegre pelas águas do Lago Guaíba era ligar a zona sul ao centro da cidade e à região metropolitana, através do novo trajeto Cristal-Centro, partindo de uma estação fluvial em frente ao *shopping* denominada de “Pier do Cristal”.<sup>219</sup> O “resgate” do transporte fluvial pela orla sul, permitindo o percurso entre a “porta de

---

<sup>216</sup> Sobre a memória dessas populações moradoras das Ilhas, bairro Arquipélago, em Porto Alegre ver Devos (2007).

<sup>217</sup> Hoje o percurso se dá por terra. Sobre as questões envolvendo essa mudança na esfera política do contexto portoalegrense ver Devos (2007).

<sup>218</sup> A Ponte também chamada Ponte Getúlio Vargas foi inaugurada em 1958 e possui um vão móvel que eleva um trecho de pista para possibilitar a passagem de navios de grande porte. Como vimos no Capítulo 4, muitos dos significantes do projeto de modernidade da cidade de Porto Alegre eram publicizados na Revista do Globo, expressos nas grandes obras públicas e a construção da Ponte não poderia ficar de fora. Como em: LINEU, Martins. “Surgem na paisagem gaúcha os primeiros pilares daquela que deverá ser (em breve) A PONTE sobre o Guaíba”. Revista do Globo, 1956, pp. 26.

<sup>219</sup> Até o final da pesquisa de campo na região Cristal este trajeto não tinha ainda sido implementado, o Pier Cristal foi construído e as obras finalizadas em 2013, mas aguardava a liberação por diferentes órgãos públicos para iniciar seu funcionamento. A mídia local seguiu dando projeção a essa medida e a outros percursos em estudo no intuito de “resgatar” o transporte fluvial na cidade. Como em “Do Catamarã à bicicleta. Metroplan estuda criar bilhete único. Novas Rotas Hidroviárias”. Jornal Zero Hora 14 de setembro de 2012. Em publicação mais recente, a Metroplan, órgão estadual de planejamento metropolitano e regional, anuncia o estudo de novas linhas para o Catamarã. Conforme publicação no *site* oficial da entidade “depois de décadas dando as costas à massa de água que costeia a cidade, Porto Alegre poderá, finalmente, abraçar o Guaíba. Um grupo técnico com representantes de diversos setores públicos já estuda a possibilidade de criar mais 14 estações do catamarã para, aos poucos, incluir o transporte hidroviário na vida dos porto-alegrenses”. Disponível em:

entrada” da zona sul da cidade ao centro por uma travessia de barco que duraria apenas dez minutos era medida esperada pelos moradores da região, sobretudo, dos bairros residenciais balneários da zona sul.

Não é apenas o universo de representações e práticas sociais que são acionadas na narrativa de Nelson, suas memórias expressam práticas cotidianas que apresentam uma imagem da relação da orla sul, na região Cristal, com o rio no contexto urbano portoalegrense (entre travessias). Uma imagem que se reatualiza nas suas formas pelas apropriações específicas de um estilo de vida calcado em outras formas de relação com o rio “praticado”. Agora um píer estetizado pelo universo de consumo urbano e lazer do *shopping*, ponto de partida da ligação dos bairros da zona sul com o centro da cidade. Os bairros residenciais balneários ao sul possuem uma estreita ligação com o rio “praticado” pelo velejar em embarcações atracadas nos clubes náuticos espalhados pelas margens e frequentados pelos moradores de camadas médias e altas associados a esses espaços privados de lazer.

É outra imagem da relação da orla sul, na região Cristal, com o rio (pelo velejar). Diferentemente da orla norte, não existe marina pública nessa porção sul da orla da cidade e os passeios de barcos turísticos fazem um percurso fluvial pelas ilhas ao norte. Talvez, o “uso” do rio para transporte (entre travessias), nas suas reatualizações, atribua um novo sentido público ao percurso fluvial pela orla sul. A imagem da travessia rememorada por Nelson e os sentidos atribuídos a ela hoje pela ligação entre o Cristal e centro de Porto Alegre nos permite aqui retomar tensões que temos mostrado nos capítulos anteriores entre o vir a ser da Lomba do Asseio e a estética e estilos de vida de camadas médias urbanas que já vigora nos bairros balneários da zona sul.

Daí a intenção de voltar a Lomba do Asseio como ponto de partida nesta parte final do trabalho, pelos significantes que carrega em termos das formas como a região Cristal passa a integrar um mapa urbano construído nas discontinuidades do projeto de modernidade da cidade. Ao refletir sobre os itinerários urbanos nos deslocamentos de populações moradoras dessa região da cidade, narrados em seus relatos autobiográficos, outra imagem da orla pode ser pensada, em que os itinerários dessas populações retomam formas diversas de ocupação de aterros, dos morros, beiras de arroios, margens do rio.

---

[http://www.metroplan.rs.gov.br/conteudo/1763/?Grupo\\_t%C3%A9cnico\\_estuda\\_implanta%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_14\\_novas\\_esta%C3%A7%C3%B5es\\_do\\_catamar%C3%A3\\_no\\_Gua%C3%ADba](http://www.metroplan.rs.gov.br/conteudo/1763/?Grupo_t%C3%A9cnico_estuda_implanta%C3%A7%C3%A3o_de_14_novas_esta%C3%A7%C3%B5es_do_catamar%C3%A3_no_Gua%C3%ADba) Acesso em 1 de maio de 2014.

Entre as fronteiras físicas e simbólicas da “zona sul tudo de bom” e a enseada da Praia de Belas, a região Cristal é reinscrita no mapa social e urbano da orla e da cidade planejada urbanística e ambientalmente com a chegada dos empreendimentos de consumo e lazer edificadas nos últimos anos, pelas políticas de saneamento ambiental e os projetos urbanos vindouros. Esse devir imaginado (ou realizado) do ideal moderno que orienta as lógicas normativas da cidade no tempo da expansão urbana por aterros ou por técnicas de prevenção de enchentes na orla sul, associado aos “momentos” de “modernização”, no presente, é revisto pelo fluxo do processo histórico de “ambientalização” (Lopes, 2006) que vimos no capítulo 3.

A questão da ocupação do solo e as beiradas do rio e dos arroios, na região Cristal, na sua relação com a moradia remonta antigos processos de “higienização” da cidade que igualmente “removeram” populações que habitavam essas áreas. O espaço urbano planejado na canalização de arroios e abertura de avenidas, inscritos nos “momentos”, hoje é revisto pelas políticas urbanas e ambientais contemporâneas, nas suas disjunções. Os padrões estéticos e higiênicos que orientavam o projeto de modernidade de Porto Alegre “limpavam” os espaços da cidade, removendo construções que constituíam ameaça a sua salubridade cuja obra de retificação e canalização do Arroio Dilúvio é paradigmática. O saneamento da enseada da Praia de Belas (permitindo a construção da Beira-Rio) disponibilizou terrenos sobre a área aterrada na orla sul que na esfera ideal dos planos urbanos serviriam como alternativa às desocupações de áreas afetadas pela canalização do Arroio (Abreu Filho, 2006:140).<sup>220</sup> Entretanto, vimos que parcela significativa das populações “removidas” foi deslocada para a Restinga no extremo sul da cidade.

Nesse contexto do projeto de modernidade de Porto Alegre realizado por grandes obras viárias e de saneamento, junto ao Pontal do Estaleiro, às margens do Guaíba, vimos, se localizava o asseio público da cidade. O asseio antes das antigas obras viárias de ligação da Avenida Padre Cacique (seguindo o aterro da Beira-Rio) ao Cristal situava-se rente à ladeira de acesso ao bairro pela orla. As práticas do asseio público naquele lugar, lembradas pelo “mau cheiro” referido por José Antonio no “tempo do Estaleiro”<sup>221</sup>, era rememorada por Nelson pelo cotidiano da vida familiar inserido nessa lógica de saneamento.

Olha, esses dias eu estava comentando ainda, a nossa rua aqui, olha, era paralelepípedo, né. E depois a Padre Cacique toda ela, quer dizer, toda não, lá da ponta quando termina aqui a Pinheiro Borges, aqui onde hoje é a Pinheiro Borges, antigamente era a Lomba do Asseio

---

<sup>220</sup> As obras de saneamento e de canalização do Arroio Dilúvio iniciaram em 1940, seguida, na década de 70, pelas obras de desvio do trajeto do Arroio (Monteiro, 2006).

<sup>221</sup> Capítulo 4 (4.1).

onde tinha todo o fluxo dos carros, ônibus e tudo, subia e descia essa lombada aí, né. A Lombada do Asseio porque tinha na beirada do Estaleiro ali era o Asseio, né. E era o seguinte, naquela época, quando eu tinha aqui acho que uns dez, doze anos, não existia banho, banheiro com água, com descarga. O que tinha aqui na Padre Cacique, que era lá da ponta até aqui o lado do Estaleiro era aquelas patentes com aqueles... aqueles troços de madeira, aqueles... tipo um tonel de madeira, né. Entrava e largava numa... numa... tipo numa caixa, numa cisterna assim e aquilo ia e entrava junto com o cano. O cano já vinha de alguns... alguns, os mais abastados, tinham o esgoto cloacal, né. Mas muito... Por exemplo, essa vila não tinha cloacal, era direto no “cabungão”, aquele famoso “cabungão”. Aí aquilo largava no caminhão, o caminhão descarregava, lavava, passava um jato d’água e ia de novo, ia de novo...Largavam e trocavam... Depois assim, era uma coisa de outro mundo, né. Agora chuveiro elétrico, essas coisas tudo era... há 40 anos atrás, há 40 e poucos anos atrás. Então, aqui quando... A Padre Cacique de lá até aqui no final da Padre Cacique era tudo de chão batido, né. Aí o que aconteceu? Depois eles criaram... Tiraram, a primeira vez que tiraram a primeira vila, a que tinha do Asseio, o pessoal foi um pouco para a Restinga, um pouco para Viamão. Aí fizeram o calçamento na... na coisa. Aí fizeram atravessando aqui a... a Padre Cacique até ali do lado de cá do valo, do Arroio.. do Arroio Passo Fundo. Então, o ônibus fazia isso. Então, o ônibus não subia mais nem descia mais. O ônibus vinha por baixo e aqui ele só ia para o Centro, como hoje, como está hoje, né. Passando por aqui e vem por aqui. Aí depois a vila começou a crescer de novo.

A “vila” do Asseio surge e ressurgue de inúmeras formas e denominações nas falas dos moradores no modo como ela se desfaz e se refaz naquele espaço no tempo. Assim como na fala de Nelson que atribui a um desses processos de desterritorialização dos moradores da “vila” a realização da obra viária contornando o morro em frente ao Pontal do Estaleiro (antiga “lomba”). Provindo o processo de nova reconfiguração da ocupação no entorno do Pontal, às margens do Guaíba, ele atribui ao seu tio à “fundação” da “vila”. O seu tio trabalhava com pesca e estabeleceu uma relação sistemática de venda dos peixes para o Parque da Redenção, na área central da cidade, alimentando espécies que viviam no lago artificial. Com o advento de mais um processo de “remoção” da ocupação no entorno do Estaleiro, naquela ocasião os moradores foram “levados” para a Restinga, mais distante dali. Em vista do trabalho de pesca e entregas sistemáticas no Parque, o tio de Nelson acaba negociando a feitura da casa naquela área, às margens do rio, que construída depois é herdada pelo seu filho.

E aí o filho dele mais velho, ele faleceu e o filho dele mais velho ficou. Aí ele disse assim “Bah, mas como é que eu vou para a Restinga se eu tenho que pescar. Como é que eu vou entregar?” Aí os caras aqui do lado do Estaleiro, entre o... entre o valo ali, esse arroio que tem, o arroio e o coisa tinha um... um coisa de terra assim. Aí eles deixaram fazer uma casa aqui. Aí botaram ali, botaram uma placa ali, sei lá “Área de Pescador”, não sei o que, né, para ninguém construir mais ali, entendeu? Ninguém podia construir, era só ele, porque ele estava... [...] O Estaleiro tinha um muro aqui. Porque foi a Prefeitura que liberou essa área aqui para ele fazer uma casa. Aí ele fez a casa ali e veio com a... com a minha tia, né, falecida minha tia, a mulher, meu pai, ele e mais três, três irmãos e um primo irmão. E ele fica ali pescando, entendeu? Aquela cerca que eu te falei... Quando ele chegava ali, ele dava duas tarrafeadas ali e enchia um balaio. Então, tinha tanto peixe tanto, tanto peixe, tanta... Por causa da... da porcaria, que ele dava duas tarrafeadas assim e ele lotava

um balaião assim, olha e dizia “Olha, fiz a minha cota por hoje”. Já ia levar na Redenção. [...] Então, de vez em quando eu ia tarrafeiar com ele, né. Eu remava para ele, porque ele estava já com uma catarata no olho e não enxergava bem, com problema de coluna então, eu ia com ele “Ah, deixa que eu remo para ti”. Aí então, às vezes, a gente ia a pé por aqui e na beira do rio ali, dava duas tarrafeadas assim...Enchia. “Olha, vamos separar essa aqui” e pá, pá, pá. Aí ia e entregava lá. [...] Aí um primo casou, fez uma pecinha, quando viu lotou isso aqui. Lotou, lotou, lotou, lotou. Ficou cheio do lado de cá e daí seguiram, aí foi quando fizeram a tal de Vila Estaleiro Só, que hoje está lá na... no Campo Novo ali. Vira Vila Estaleiro Só e Campos do Cristal, que é entre... entre a Diário e o Prado. Que aí depois tiraram esse pessoal para fazer o shopping, tiraram esse pessoal e levaram lá, porque aí fizeram aquele condomínio na... Eduardo. Não, na Eduardo não, na... Ali quem vai para o Campo Novo ali. Então, aquele condomínio todo ali, todo, era o pessoal que morava aqui na parte de cima. Então, na parte de baixo da parte de cima, que era Vila Estaleiro Só do lado de cá e Campos do Cristal. Está todo mundo lá nesse condomínio ali na... todo esse pessoal, cada um ganhou um sobrado, todo mundo lá. Quer dizer, então... então, aí eles foram beneficiados graças a ele ir pescando, né. Ele morreu aqui. Ele estava antes... Ele nem viu essa... essa mudança toda, entendeu? Não chegou a isso. Ele estava... Só fizeram a avenida aqui, isso aí ele viu. Mas ele continuava pescando... Isso tudo de tirarem o pessoal todo aí para levar para lá, nem ele nem a minha tia, nenhum dos dois viram isso aí. Morreram, moravam ali e depois morreram, né. Meu pai também não viu.

A geração anterior a sua não chegou a ver as mudanças recentes na orla sul do Lago Guaíba, no entorno do Pontal do Estaleiro, onde a família morava. Mudanças narradas por Olinda quando foi para o Campo Novo e presentes em muitas das trajetórias que vimos. Neste contínuo vir a ser da Lomba do Asseio, se nos ativermos aos significantes do lugar de morada de Nelson, tantas vezes transformado pelos planos e projetos urbanos da cidade, poderíamos nos questionar: quais lógicas, afinal, orientavam as mudanças que se operaram sobre essas territorialidades de modo que onde antes se permitiu colocar uma placa “área de pescador”, paradoxalmente ao lado de um estaleiro, hoje é resignificado como “área de preservação permanente”?

Atualmente, no contexto contemporâneo do “processo de ambientalização” (Lopes, 2006) das práticas de saneamento, o PISA carrega os valores de uma ética do ambiente que atribui seu caráter “socioambiental”. As ameaças à salubridade do ambiente residem nas “áreas de risco” associadas às moradias à beira do Arroio Cavallhada, em obras para retificação e canalização. Onde antes era despejado o esgoto dos “cabungos” diretamente nas águas do rio, presente na narrativa de Nelson sobre a Lomba do Asseio, hoje é instalada a canalização subaquática do programa de saneamento, visando à despoluição e futura balneabilidade das suas águas.

As narrativas dos habitantes da região Cristal formavam um mapa imaginário dos diferentes territórios, entrecortados por arroios que deságuam no rio, onde as “vilas” se deslocavam de forma análoga às lógicas constantes nas estratégias de mobilidade espacial que eles próprios adotavam. Eram lugares que mudavam de nome, era “aqui”, depois “ali”, era o “tirar” e o “colocar”, onde a

referência espaço-temporal nas memórias em comum desses processos de “remoção” eram as “vilas” refundadas na orla do Lago Guaíba. Não por acaso, os processos recentes de “remoção” das “vilas” da região Cristal iniciaram suas ações públicas pela orla. São lógicas de normatização da cidade cuja crítica toma outros rumos, agora ambiental e democrática, agenciadoras das ideias de “sustentabilidade” das cidades.

Os discursos e as práticas mudam e onde antes se expandia os limites do espaço urbano mediante aterramento das margens do rio, do ponto de vista das normativas ambientais, essas margens passam a ser consideradas “áreas de preservação permanente”<sup>222</sup> dada à vulnerabilidade da fronteira “natural” com as águas. Claro que essas mudanças se operam em contextos conflitivos diferentes, onde antes se tinham conflitos urbanos por questões relativas ao trabalho, hoje são revestidos por valores e práticas que atribuem questões relativas à proteção do “meio ambiente”. O percurso seguido pelo Estaleiro Só na cidade cujos deslocamentos percorremos<sup>223</sup> é exemplar nesse sentido, pois graças à remodelação da orla norte ele é transferido para a orla sul. Lá a prática do trabalho naval é viabilizada por aterros que depois são revistos como espaços ambientalmente protegidos no contexto conflitivo do projeto do Pontal do Estaleiro. Isso sem falar nas contradições inerentes às próprias lógicas de normatização da cidade pautadas numa ética do ambiente as quais preveem justo onde se atribui caráter de “preservação” implantar projetos urbanos de “transformação”.

A essa imagem da orla sul idealizada nos planos urbanos da cidade sobrepomos outras tantas a partir dos múltiplos sentidos atribuídos pelos habitantes da região Cristal às mudanças na paisagem urbana. O fluxo contínuo de interações sociais no enquadre do tempo, vimos, revelou as múltiplas formas da paisagem e os sentidos atribuídos a ela, criados e recriados na adesão dos habitantes da região Cristal aos espaços de interação social. Apreender o processo de transformação da paisagem urbana da orla, ou das paisagens urbanas pelo viés da memória coletiva dos habitantes nos seus espaços cotidianos, é sobrepor pertencas territoriais diversas pelas experiências de viver essas paisagens nas suas diferenciações.

O conceito de paisagem é categoria de entendimento para a compreensão da passagem do tempo e das mudanças no espaço. O espaço é significado por formas de socialização, ou seja, se as interações sociais entre os sujeitos, seus deslocamentos, as relações de proximidade e distância entre eles, não se faz possível sem que o espaço lhe imprima forma, igualmente esses processos

---

<sup>222</sup> Sobre as “áreas de preservação permanente” no contexto político de Porto Alegre ver Capítulo 3 (3.2).

<sup>223</sup> Capítulo 4 (4.1).

estão atribuídos à força do tempo e não podem ser produzidos fora dele (Simmel, 2010:599). Atribuir forma às espacialidades é acentuar o *ethos* ligado ao espaço, o próprio sentido do “espírito do lugar” onde o tempo toma forma (Maffesoli, 1998:81); é o espaço vivido em comum onde circulam as emoções, os afetos e os símbolos, onde se inscreve a memória coletiva, o espaço, enfim, que permite a identificação (Maffesoli, 2007:229).

Nesse sentido, a noção de paisagem nos ajuda a pensar as mudanças no espaço urbano da orla na passagem do tempo exatamente por se aproximar da ideia de que esse fenômeno da ordem da cultura possui uma manifestação concreta que é a própria “forma” (Simmel, 1986) em “ação recíproca” no tempo. Dito de outro modo, a forma é antes de tudo um *a priori* que ordena as situações e as particularidades observáveis da vida social, colocando em relação motivações que não são nem exclusivamente racionais, nem exclusivamente sensíveis (Maffesoli, 1986:107).<sup>224</sup> Em vista das questões colocadas por este trabalho sobre o processo de transformação da paisagem urbana da orla na sua relação com os dilemas em jogo nos conflitos territoriais da região Cristal trata-se de pensar a paisagem formada pela experiência temporal no espaço ligada às motivações sensíveis dos sujeitos, ou seja, às formas sensíveis na interação social.

A noção de paisagem encerra inúmeros sentidos, conforme o campo teórico e a perspectiva estética ao qual está filiado quem a interpreta enquanto um fenômeno oriundo da experiência humana no mundo. A noção de paisagem tributária da racionalização da relação homem/natureza emerge no contexto ocidental moderno da representação pictórica renascentista (Roger, 1997; Hirsch, 1995) e opera com essa universalização de diferentes formas.<sup>225</sup> A cultura estética da paisagem ou a “invenção” da paisagem no ocidente moderno (Roger, 1997; 1994) supõe a racionalização dos elementos naturais mediados pelo olhar distanciado e em perspectiva. Essa cultura estética da paisagem na tradição ocidental moderna lida com a crítica a dupla armadilha de negação do sujeito (a paisagem não é pura realidade morfológica) e a negação do objeto (a paisagem não é pura representação simbólica) (Droz; Miéville-Ott, 2005).<sup>226</sup>

---

<sup>224</sup> Trata-se do jogo da relação entre formas normativas (objetivas) e formas sensíveis (subjetivas) do processo cultural visto sob o prisma dialógico do interacionismo social ou das “formas de ação recíproca” de Simmel. É a própria dinâmica da cultura na qual a cultura subjetiva modela e é modelada pela objetiva. Para Simmel (2010:44), em todo fenômeno social existente, o conteúdo e a forma social constituem uma realidade concreta unitária; uma forma social não pode adquirir existência isolada do conteúdo.

<sup>225</sup> Do ponto de vista antropológico essa universalização é questionada desde o dualismo entre natureza e cultura para o caso de sociedades não ocidentais em que não haja a exterioridade da natureza como condição de representação da “paisagem” (Lévi-Strauss, Descola, Glowczewski-Barker, *et al.* 1991)

<sup>226</sup> Segundo Hirsch (1995) a ênfase no estudo do espaço, divorciado tanto quanto possível de uma posição do sujeito, é motivo de preocupação central para a forma como o conceito de paisagem tem sido analisado na antropologia.

O tema da paisagem para a compreensão da passagem do tempo e das mudanças no espaço no contexto das sociedades modernas urbano-industriais importa pela forma como o conceito agrega o aspecto temporal ao espaço enquanto representação social. Dos elementos referidos aqui para problematizar as paisagens urbanas pelo viés da memória, a abordagem fenomenológica de Hirsch (1995) sob um olhar antropológico da paisagem se aproxima da ideia formada pela experiência temporal no espaço ligada as formas sensíveis da interação social. Para o autor a noção de paisagem se situa numa inspiração figurativa particular entre dois planos da vida social, na oscilação entre o mundo sensível da vida cotidiana e o mundo ideal. O autor sugere a ideia de paisagem como processo cultural (Hirsch, 1995) no qual a representação se opera nesses dois planos sempre em relação. Nesse processo de mútua implicação entre os dois planos da vida social não há uma paisagem absoluta, mas uma série de relações que na ordem da experiência dos sujeitos estarão postas em perspectiva a partir de contextos históricos e culturais específicos.

A apreensão de paisagens urbanas e sua transformação como processo cultural são configuradas nessa pluralidade de relações ou de reciprocidades entre formas objetivas e formas sensíveis, as já referidas formas de socialização nas quais os sujeitos interagem e dão forma e ritmo a vida social (Simmel, 1986). A ritmicidade do “tempo vivido” e o do “tempo pensado” (Bachelard, 1988) da memória coletiva dos habitantes agencia a relação dialógica entre formas sensíveis e objetivas. Ao relacionarmos os arranjos das formas da vida social (itinerários urbanos expressos nas trajetórias sociais) desses grupos à paisagem revelamos pelo viés da memória o processo de mudança no espaço urbano da orla no fluxo do tempo e suas implicações aos conflitos territoriais no presente. Nesse dinamismo das formas para analisar as mudanças recentes na paisagem urbana da orla a referência espaço-temporal do Pontal do Estaleiro, no fluxo do contínuo vir a ser da Lomba do Asseio, é “cenário da memória” (Rocha; Eckert, 2013:204) dos habitantes da cidade na sua relação com a orla e o rio.

Assim, retomo o jogo das formas sociais nos jogos da memória (Rocha; Eckert, 2013), entendendo que a conformação das paisagens urbanas e sua transformação está associada às interações sociais entre os sujeitos, seus deslocamentos, suas motivações e enraizamentos no espaço urbano como projeto individual e coletivo dos habitantes da cidade. Na região Cristal, vimos o modo como o enraizamento dos seus habitantes está estreitamente associado aos deslocamentos entre as diferentes territorialidades que a conforma, não se tratando de um território ou de uma comunidade. O dinamismo das formas se processa na pluralidade de relações desses habitantes com a orla aterrada, as margens do rio, as beiradas dos arroios, o morro, a centralidade física e simbólica

do Prado, o Pontal do Estaleiro. O “território-paisagem”<sup>227</sup> dessa região da cidade, nas suas diferenciações, está associado aos pertencimentos territoriais dos seus habitantes conformados nas sociabilidades e dinâmicas cotidianas. Trata-se do espaço associado às lógicas de identificação ligada aos territórios de comunidades que habitam e fazem do espaço físico um espaço vivido onde se enraizam afetos e memórias, se compartilha sentidos comuns e onde o tempo toma forma (Maffesoli, 2007:223).

Do ponto de vista da ritmicidade (Bachelard, 1988) que compõe as memórias desses “territórios-paisagens” o que chama a atenção são as constantes estratégias de deslocamentos espaciais na região Cristal no enfrentamento do desafio por parte dos seus habitantes de fazer durar seus modos de vida nesses territórios. Os sentidos comuns revelados nas trajetórias narradas e reafirmados cotidianamente pelos grupos mostram o modo como suas escolhas de permanência e enraizamento na região Cristal contribuíram para a consolidação da urbanização desses territórios, conferindo forma aos bairros onde se situam, e determinando a sua inserção no mapa social e urbano da cidade: seja pelos aterramentos, pela luta por “melhorias” onde antes “tudo era mato” ou pelo compartilhamento dos terrenos para constante recriação dos lugares de morada.

Esses arranjos da vida coletiva dos indivíduos, grupos e redes são tradições do viver urbano, pois as constantes refundações desses “territórios-paisagens” na cidade cuja “vila” do Asseio é arquetípica para o caso da região Cristal, resultam em novos territórios e comunidades. São arranjos nos grandes centros urbanos de surgimento e desaparecimento de aglomerações, ruas, travessas, que nos remetem aos “gestos fundadores da vida urbana nos trópicos” nos confins da cidade (Rocha, 1994; 2013).<sup>228</sup> Os pertencimentos e enraizamentos dos moradores da região Cristal tanto quanto as suas mobilidades e suas motivações igualmente revelados pelos itinerários urbanos expressos nas trajetórias narradas, ao longo dos capítulos anteriores, nos mostram as formas como as paisagens urbanas da região se constituem e se dinamizam hoje, a partir do dueto trabalho-moradia cuja

---

<sup>227</sup> Associo o termo “território-paisagem” à articulação “Pays/Paysagem”. Roger (1997:18) refere que do ponto de vista histórico essa distinção lexical remonta à própria tradição ocidental moderna de construção de sentido de “paisagem” ou de “invenção” da paisagem moderna, pois na maior parte das línguas ocidentais a raiz do termo “paisagem” advém do radical comum “pays” (*land-landscape, pais-paysage, paese-paesaggio, pays-paysage*); “paisagem” é “território”, do “pays” a “paysage” é o próprio sentido moderno do termo associado à fruição estética do espaço pela representação pictórica renascentista que opera essa articulação.

<sup>228</sup> Ao tratar da poética da assimetria do nascimento da “civilização urbana” no sul do Brasil, Ana Luiza C. Rocha (1994) refere que atuando como sistemas descentrados, as cidades aprenderam desde a fundação com a peregrinação de pessoas na busca de melhores condições de vida para si e seus descendentes, a acomodar as forças que exerciam pressão de dentro para fora de seus limites, gerando paisagens urbanas marcadas pela harmonia tensional entre perímetro-fronteira-confim (Rocha; Eckert, 2013:197).

prática operária de construção naval no Estaleiro é paradigmática dessa relação com os espaços de trabalho.

Entretanto, ao interpretarmos, sob o plano da memória, a relação dialógica das formas objetivas e subjetivas da vida social do processo de transformação da paisagem urbana da orla articulado às ações que, no presente, reinscrevem a região Cristal ao circuito da cidade planejada, o que vemos é um apagamento da memória do mundo do trabalho. Apagamento que pode ser percebido nas formas das mudanças que se operaram mediante as edificações recentes e “remoções” das “vilas” situadas na orla, bem como nos projetos urbanos vindouros associados, estética e eticamente, ao consumo de uma cultura urbana cosmopolita. O vir a ser do projeto Pontal do Estaleiro, entre os conflitos e dilemas em jogo, mostram as contradições dos processos de universalização/fragmentação das atuais políticas urbanas locais para a orla e para a cidade. São políticas urbanas “ambientalizadas” que ao operarem com o processo dialógico entre duas ordens da cultura desconsideram o enquadramento de descontinuidades temporais ligadas aos espaços urbanos em “transformação” (ou “qualificação” no discurso técnico).

Dito de outra forma, a partir desta retomada do que vimos ao longo do trabalho sobre as lógicas de normatização da cidade associadas ao seu projeto de “modernização”, hoje relidas por uma crítica ambiental e democrática, percebemos as contradições e objeções das políticas orientadoras dos projetos urbanos vindouros em lidar com a diferença que constitui os territórios em jogo nos conflitos na região Cristal. A potência imagética das imagens em perspectiva que circularam sobre o Pontal do Estaleiro e os significantes que carrega deste projeto de modernidade, mencionadas no segundo capítulo, aliás, como dito, o único tipo de informação disponível na esfera pública sobre ele, é reveladora da filiação aos sistemas de representação – imagens e valores- que caracterizam o tempo linear do “mito do progresso” (Maffesoli, 1994).<sup>229</sup>

É claro que se nos ativermos à estetização das formas que engendram os “momentos”, antes citados, associados às lógicas de normatização da cidade, os primeiros tanto quanto os dois últimos deles (no qual o projeto do Pontal do Estaleiro se inclui) são formas enquadradas no tempo “progressista” de estruturas de longa duração do próprio processo de urbanização das cidades brasileiras. A consolidação da “civilização urbana nos trópicos”, segundo Rocha (2013 *apud* Rocha,

---

<sup>229</sup> Ao propor uma “sociogênese do progresso”, Maffesoli (1994: 136-209) refere que o “mito do progresso” é uma construção histórica na tradição moderna ocidental que se pode imputar o início na Renascença, mas que suas raízes mais profundas se exprimem a metade do século XVIII e tem seu apogeu nas diversas teorias sociais e realizações do século XIX. Para o autor, a noção de progresso se torna o componente essencial da própria ordem estabelecida pelo capitalismo industrial e, segundo refere, “Le progrès est une vaste matrice qui comprend en vrac la science, la technique, la production, la raison, le bonheur et l’égalité, et paradoxalement ce sont tous ces éléments que l’on retrouve dans ce que l’on a pu appeler ailleurs la société de contrôle et de domination” (1994:136).

1994) coloca em jogo as emoções coletivas confusionais, arcaicas dos instantes que fundaram o querer-viver coletivo das cidades brasileiras ao lado da visão linear e mecanicista do mito do progresso. A autora, ao analisar a configuração de uma estética urbana no Brasil e suas aplicações na formação da cidade de Porto Alegre, desde o ponto de vista da memória, assinala essa “exacerbação das fábulas progressistas” dos planos urbanos do início do século passado orientados por “operações sacrificiais do pluralismo arcaico próprio do código de emoções estéticas que engendra o teatro da vida urbana em Porto Alegre” (Rocha, 1994:167) no processo de instaurar o “futuro”.<sup>230</sup> Essa exacerbação de um tempo progressista associado aos projetos urbanos para a orla alude outro aspecto que devemos destacar sobre essa “civilização urbana nos trópicos” que é paisagem sugerida pela “natureza” das cidades brasileiras, particularmente aquelas situadas em áreas litorâneas e ao longo de rios e lagos (Rocha, Eckert, 2013:188), como o caso de Porto Alegre e o mito fundacional da cidade na relação com o rio/Lago Guaíba.

Diante dos conflitos territoriais implicados às políticas urbanas de Porto Alegre hoje e dos desafios e dilemas enfrentados pelos moradores em vista dos arranjos coletivos que os enraízam nesta região da cidade e dos vínculos de pertencimento estabelecidos, trata-se de avaliar esses projetos urbanos vindouros (e os já realizados) em termos de dimensão da “objetivação da forma”. Se a ideia de negociação da realidade que vimos antes implica o reconhecimento da diferença como elemento constitutivo, no jogo de interação social, onde o próprio conflito figura como forma de socialização, os discursos e as práticas dos planos e projetos urbanos precisam negociar com esta diferença.

Conduzo agora à parte final deste capítulo, voltando à narrativa de Nelson. Trago o modo como ele atribui sentido às mudanças na paisagem urbana dessa região da cidade pelo vir a ser da Lomba do Asseio, nas suas resignificações atuais do projeto do Pontal do Estaleiro. Entre a sua casa e o rio, a feição material e edificada da região Cristal se transformava, mas ele transcendia a concretude imediata da sua realidade espacial e imaginava para si um tempo passado e projetava um tempo futuro, atribuindo propriedades e sentidos a este devir pelo seu universo de trabalho naval.

Tu sabe que quando fizeram o primeiro projeto, não sei tu viu na televisão, deu na televisão e deu no jornal aí, que era o troço do futuro, né, o que eles iam fazer aí é um troço assim, olha, lindo, lindo. Tinha uma marina do lado de lá, tinha assim... Era uma coisa assim do outro mundo, como dizendo, era 2050, pelo projeto, pelo desenho que os

---

<sup>230</sup> Neste devir, a autora (Rocha, 1994) situa as ações idealizadas pelo Plano de Melhoramentos de 1914 (que, vimos, foi sendo gradativamente concretizado ao longo do século passado na cidade). Refere o enquadramento dos lugares urbanos da cidade de Porto Alegre na rítmica do tempo progressista (higienização da zona portuária, abertura e alargamento de ruas, os aterros iniciados neste período, etc).

caras fizeram ia ficar muito lindo. Claro, mantendo uma estrutura do Estaleiro, porque eles iam montar aquele troço lá no canto e ia ficar como... tipo uma oficina. Era... era... Lá no canto tinha uma... Era a área estrutural que a gente chamava, que era um... que era um prédio grande. Então, apesar de eles fazerem tudo assim, olha, um troço do futuro aqui para frente, mas iam manter ali como Estaleiro. Bah, isso aqui era o Estaleiro, aqui. Então, ia ter... A marina era ali, entendeu? Consegue enxergar? E aqui era uma estaleirinha assim, para renovar, reformar barco, né. Naquele canto lá. Depois aí deu toda aquela polêmica que não, que não, que não, aí liberaram para os caras virem de lá uma faixa fazendo a volta lá na... orla e saia aqui, emendando nessa aqui também, né, outro projeto. E aí queriam fazer prédios aí, não sei o que. E o pessoal “Bah, moradia aqui vai tirar a visão, a vista, não sei o que”, não deixaram fazer.

As representações de Nelson quanto ao seu pertencimento à paisagem urbana daquela região da cidade eram expressas naquilo que ele “conseguia enxergar” para o futuro do Pontal do Estaleiro na orla associadas ao tempo do trabalho naval e ao tempo progressista do próprio processo de urbanização.

## **6.2 Valorização do patrimônio ambiental da orla**

A fala de Nelson que encerra a parte anterior é significativa para pensarmos a dinâmica de transformação da paisagem urbana do Pontal do Estaleiro, enquanto referência espaço-temporal deste processo relativo à orla e à cidade de Porto Alegre, em vista da “valorização do patrimônio ambiental da orla” do Lago Guaíba. O “patrimônio ambiental” da orla é entendido aqui em termos de patrimônio etnológico da vida urbana da cidade, ou seja, enquanto objeto temporal (Eckert; Rocha, 2005); “território-paisagem” de projeção e de enraizamento de motivações simbólicas dos seus habitantes. Do ponto de vista da memória coletiva, atribuir o caráter de “patrimônio ambiental” à orla é tê-lo dentro da dinâmica cultural da pluralidade de relações entre formas normativas e sensíveis da vida social no seu enquadre no tempo. Nesse enquadre do tempo “como uma série de rupturas” (Bachelard, 1988), os jogos das memórias dos habitantes da cidade, na dinâmica das formas, ao lidar com ritmos diferenciados de ocupação e de apropriação desses territórios, condensam os sentidos atribuídos a eles.

Sob esta perspectiva, os “momentos” referidos seriam antes de mais nada formas sociais de “valorização” desse patrimônio. Os “momentos” de “modernização” dos territórios da orla sul e norte integram o próprio processo de ocupação, crescimento e transformação do espaço urbano de Porto Alegre. Processo este, vimos, orientado por diferentes lógicas de normatização ligadas ao ideal moderno civilizacional que, no contexto da cidade democrática contemporânea, se complexifica, se “ambientaliza”. Nos jogos das memórias ambientais, os desdobramentos do

processo de “valorização do patrimônio ambiental” da orla sobre os atuais conflitos territoriais na região Cristal ligados à moradia, operam com estas mudanças de valores e práticas. Tais mudanças estão expressas nos conflitos territoriais que foram analisados, pois onde se tinha conflitos de trabalho ligados ao processo de urbanização e industrialização da cidade, hoje se tem conflitos ambientais cujo Pontal do Estaleiro é paradigmático nesta região.

Para tratar dessa “valorização” através dos projetos urbanos vindouros e os já implantados na região Cristal, retomo a questão relativa à ideia de “patrimonialização” da orla enquanto instrumento técnico urbanístico das políticas locais contemporâneas. Nesta esfera de normatização da cidade, outro sentido é atribuído à “patrimonialização”, o qual retomo para tencionar como a orla do Lago Guaíba tem sido “valorizada”<sup>231</sup> pelas lógicas que orientam as políticas urbanas locais. Independentemente de aspectos técnicos e legais deste instrumento<sup>232</sup> o que está em jogo são, de fato, as representações sociais associadas às noções de “patrimônio cultural e natural” da orla como recurso discursivo para as ações públicas projetadas e idealizadas e para acionar poderosas práticas institucionais e políticas para viabilizá-las. A flexibilização do “regime urbanístico” incidente sobre a área do Pontal do Estaleiro, viabilizando o projeto construtivo na orla, mencionada na parte inicial deste trabalho, é exemplar sobre este aspecto. A atribuição de caráter de “projetos especiais” aos projetos urbanos implantados recentemente na região Cristal é igualmente exemplar dessas práticas, sobretudo se tidas como adaptação de soluções técnicas e urbanísticas das políticas locais para lidar com a ambivalência de ações de “transformação” em “áreas de preservação”. É inegável que onde essas ações incidem a especulação imobiliária ganha terreno<sup>233</sup> dada a indissociabilidade entre razão prática e motivações simbólicas ou da “estrutura simbólica na utilidade material” (Sahlins, 2003) dessas políticas.

Nesse processo de “fixação de significado” (Padiglione, 2012) pela “valorização” do “patrimônio cultural e natural” da orla do Lago Guaíba, as políticas urbanas locais operam com construções discursivas muito específicas para que determinadas concepções de tempo e cultura

---

<sup>231</sup> Retomo aqui a análise sobre as “Áreas Especiais de Interesse Ambiental” e “Áreas de Interesse Cultural” sobre as quais incidiriam políticas de preservação dos “patrimônios cultural e natural” presente no Capítulo 3 (3.2).

<sup>232</sup> Vimos, trata-se de instrumento de “planejamento urbano”, prática comum de espacialização sob as lógicas de “zoneamento” dos Planos Diretores nas cidades brasileiras.

<sup>233</sup> No contexto da projeção pública e midiática que tomou, no cenário nacional, a alta do valor dos imóveis, nas grandes cidades brasileiras, expressiva da problemática do crescimento impulsionado pela indústria da construção civil e as políticas governamentais atuais de incentivo ao setor, a mídia local dá ênfase a esse aspecto. Para o caso de Porto Alegre refere à dinâmica do mercado imobiliário, atribuindo à “falta de espaço” para novas construções nas zonas norte e leste da cidade a busca de “áreas para expansão” na zona sul da capital gaúcha. Como em “Vista para o Guaíba. Imóveis na Capital se valorizam na última década. O valor médio de um apartamento de dois dormitórios na zona sul chegou a se multiplicar por quatro.” *Jornal Zero Hora*, 24/11/2012.

sustentem a classificação de “bens” (materiais ou imateriais) como patrimônios culturais (Gonçalves, 2002). Modalidades discursivas pautadas, inclusive, na retórica da perda (Gonçalves, 2002), como vimos, em que a história seria um processo incontrolável de destruição desses patrimônios. Ao tencionar estas medidas pela dinâmica das formas sociais, no plano da memória coletiva, podemos dizer que as ações projetadas e idealizadas para estas “áreas” a serem “preservadas”, “cultural e ambientalmente”<sup>234</sup>, operam com a retórica da “perda” da relação dos habitantes com a orla e o rio, no curso do tempo histórico, e à plenitude do tempo progressista pela garantia de inscrição da cidade “sustentável” no “futuro” mediante os projetos urbanos de transformação da sua paisagem.

São aspectos que podem ser observados nas concepções de “resgate” de relação dos portoalegrenses com “seu” rio que vimos orientar as discursividades dos representantes do Poder Público local na “defesa” do projeto do Pontal do Estaleiro ou da pretensa “ausência de vitalidade” da orla a ser “qualificada” em sua extensão, constantemente reafirmada nos estudos urbanos sobre os projetos ali idealizados. Os estudos urbanos da Prefeitura que foram levantados na parte inicial do trabalho, os quais embasavam técnica e politicamente as políticas urbanas que viabilizariam o projeto do Pontal do Estaleiro, ligando suas intervenções ao PISA, em vista das promessas de despoluição do Lago Guaíba, reinventando ações públicas de saneamento projetadas nos anos oitenta na capital<sup>235</sup>, mostram essa feição valorativa da orla ligada às representações de paisagem “natural”.

O “desejo da orla” expresso na fruição estética do território do vazio (Corbin, 1989) realizado na sua “valorização” pelos projetos urbanos implantados na região Cristal revela discursos e práticas cuja tendência é identificar a paisagem urbana da orla à “natureza”. A questão valorativa da ética do ambiente expressa no “desejo da natureza” atrelada à noção de paisagem (Corbin, 2001), para o caso das intervenções urbanas na região Cristal, lidam com este aspecto através da experiência sensorial que os projetos privilegiam de contemplar a paisagem “natural” às margens do Lago Guaíba. Essa prática seria viabilizada nas formas plásticas do Mirante do Cristal (acoplada a uma estação de tratamento de esgoto do PISA) ou a proposta arquitetônica do Museu de arte cujas diminutas aberturas (para não concorrer com as obras expostas) permitem a visualização de toda amplitude do rio em frente. Isso sem falar no esplendor atribuído às propostas arquitetônicas das edificações às margens do Guaíba cujas imagens em perspectiva tão bem revelam.

---

<sup>234</sup> Retomando aspecto antes mencionado, segundo o Poder Público local, a extensão da orla do Lago Guaíba se enquadraria nesta classificação.

<sup>235</sup> Projeto Praia do Guaíba (Capítulo 2)

Ponderei na primeira parte deste capítulo que tais projetos urbanos na região Cristal teriam que ser avaliados em termos de dimensão da “objetivação da forma” diante dos conflitos territoriais e dos desafios e dilemas enfrentados pelos seus habitantes. Nesse sentido, o que as lógicas de normatização que orientam as políticas urbanas locais de “valorização” da orla evidenciam são as “imagens do excesso” (Rocha; Eckert, 2013:198) que carregam do tempo histórico (e o mito fundacional da cidade na relação com o rio) e do tempo progressista e linear (do mito do progresso), fixando sentidos de passado e futuro a essa orla idealizada.

Essa fixação de sentidos ou o excesso de idealização dos “territórios-paisagens” da orla pelas políticas urbanas locais hoje, aspecto mensurável pela própria escala das intervenções urbanas projetadas e realizadas na região Cristal, conforme vimos, pode conduzir aquilo que seria a própria “tragédia da cultura” para Simmel (2006). A tendência de automização das formas sociais no sentido de que a cultura objetiva se sobreponha e domine as formas subjetivas. Por outro lado, como pondera Simmel, os conflitos atrelados a estes “excessos” nos permitem observar que é justamente na dinâmica do conflito como forma de socialização em que se opera o fluxo incessante que opõe a multiplicação contínua de formas de socialização novas, construídas na interação social dos habitantes, que esta automização pode ser subvertida.

O desafio colocado constantemente pelos conflitos territoriais na região Cristal é compreender as relações entre essas exterioridades da vida social e os laços de reciprocidade na dimensão do sensível desses “territórios-paisagens”, nos quais se projetam e se enraízam as motivações simbólicas dos seus habitantes, espaço onde eles enraízam seus afetos e memórias. Sabemos que o processo de transformação da paisagem urbana da orla e da cidade enquanto fenômeno da ordem da cultura não se processa somente na ordem de uma razão sensível, mas tampouco nos determinismos de razões normativas das políticas urbanas contemporâneas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No curso da escrita para finalizar este trabalho, começaram a circular nas redes sociais<sup>236</sup> e *Blogs* informações fracionadas, se não desencontradas, sobre o “novo” projeto idealizado para a orla sul, na região Cristal, a ser edificado na área das antigas cocheiras do *Jockey Club*. Era o projeto ao qual fizemos menção no contexto conflitivo da pesquisa etnográfica, mas que ainda de forma incipiente adentrava o cenário da política local. As imagens divulgadas sobre ele projetavam o Arroio Cavalhada retificado e saneado, apagando os espaços vividos ali existentes, antevendo um conjunto de duas dezenas de torres de edifícios entrecortadas por lagos artificiais que, em escala diminuta, reproduziam a paisagem “natural” do Lago Guaíba logo em frente.

É inegável que a retórica do “futuro da cidade”, cujo trocadilho “cidade do futuro” caberia bem neste caso, não é vazia. São novos princípios, orientações e linguagens norteadas pelo ideário da cidade aberta e democrática de “todos”. Estas, por sua vez, são incorporadas pelas lógicas de normatização da cidade no contexto brasileiro, cujo ajuste “ambiental” da dinâmica de seu crescimento seria condição de garantia deste “futuro” idealizado. Percebe-se, assim, uma tendência global de reorientação dos sentidos do ideal de cidade aberta e democrática, na qual ganha força e influência as concepções progressistas de “desenvolvimento urbano” das cidades contemporâneas que revestem os projetos de “qualificação” do espaço planejado e higienizado.

Entretanto, o ideal de espaço urbano democrático “ambientalizado” ainda que carregue consigo dilemas comuns aos processos de transformação de espaços “às margens”, enquanto espaços ambientalmente “vulneráveis”, e, não por acaso, podem ser observados atualmente em outras grandes cidades brasileiras, quando situados em contextos específicos, diferentes apropriações dessa concepção de cidade idealmente concebida pelos princípios e normativas internacionais se operam e diferentes práticas de incorporação de “todos” são engendradas.

No âmbito das lógicas de normatização que orientam as políticas urbanas locais esse ideal de cidade democrática ajustada à ética do ambiente na projeção de “futuro” é apropriado como recurso discursivo para as ações públicas projetadas na orla do Lago Guaíba e para acionar práticas institucionais e políticas para viabilizá-las. A dinâmica do conflito do Pontal do Estaleiro mostra

---

<sup>236</sup> A exemplo de um vídeo institucional da empresa Multiplan (7'37'') sobre o empreendimento previsto ao lado do *Jockey Club*, no entorno do *shopping* construído por ela. Disponível na rede *YouTube* em <https://www.youtube.com/watch?v=yMl3s8kYjjQ> Acesso em 13 de janeiro de 2014.

como este ideal é usado para pressupor (e legitimar) o espaço da orla e da cidade aberta para ser experienciada por todos de uma mesma maneira e onde o consumo urbano que abriga é igualmente acessível a todos.

No plano dos resultados dessas ações na esfera do vivido, a escala de transformação da paisagem urbana da orla da cidade pelas projeções, tanto quanto pelas mudanças implantadas recentemente na região Cristal, coloca em jogo a possibilidade, de fato, destes espaços serem reapropriados pela experiência cotidiana dos seus habitantes. A velocidade e a intensidade com que as mudanças se operam nos faz questionar se os habitantes das cidades contemporâneas nas quais incidem estas formas de intervenção no espaço urbano conseguem assimilar e acomodar as forças externas. O jogo das formas sociais na interação vai continuamente desafiar-los a subverter as lógicas dessas forças.

O estudo dos conflitos, no plano da memória, nos permite mostrar como essas rupturas e descontinuidades espaços-temporais, no jogo das formas da vida social, propiciam que os habitantes construam sentidos a essa cidade ideal enquanto espaço relacional. É na dinâmica da interação social que reside a potência inventiva da imaginação criadora desses grupos, a construção de seus nichos de pertença, a subversão dessas lógicas deterministas de normatização da cidade. No entanto, o espaço relacional se constrói na diferença, seja nas múltiplas lógicas de normatização da cidade, seja na esfera das não menos múltiplas formas sensíveis do vivido urbano, sempre em relação.

É neste aspecto que reside o desafio das políticas urbanas contemporâneas ao lidar com processos de transformação do espaço através de projetos urbanos de “qualificação”, tais como os que vimos no trabalho, qual seja, pensar a cidade pela negociação com o Outro nas suas diferenciações. A cidade contemporânea cresceu e se complexificou, a crítica às formas de normatização do espaço urbano tomou novos rumos - ambiental e democrático. Mas, as políticas urbanas, apesar de modelarem e serem modeladas por tais lógicas normativas, operam com a cidade de “todos” às avessas.

Ainda que reconheçamos os avanços das ações políticas organizadas, ou mesmo a expansão dos espaços “participativos” criados pelas políticas contemporâneas, os quais são ocupados pelos sujeitos, muitas vezes subvertidos em suas intenções, dinamizando as formas de interação social entre eles, aspectos mostrados pelas formas de negociação ética de uso comum do espaço na região Cristal, ao fim e ao cabo o debate na esfera pública dos efeitos imediatos dos projetos em questão segue em termos de locais a serem destinados aos moradores. O Campo Novo não é somente mais um lugar para destinar os antigos e novos moradores da região Cristal, tampouco reverses inevitáveis

das transformações desses espaços. Mas, sim, a faceta mais evidente dos limites e objeções das políticas urbanas contemporâneas da cidade de “todos” em lidar e conviver com a diferença.

Os contextos sociais nos quais são vividas e experienciadas essas diferenças são múltiplos e a problemática das “remoções” é seguramente aquela que mais expressa este limite na medida em que “remove” a diferença. Contudo, não é a única, pois mesmo para os antigos ou novos habitantes que permanecem. Afinal, não podemos esquecer o quão múltiplas são as formas de enraizamento na região Cristal, pois a potência da lógica de unicidade dos projetos urbanos em questão os desafia a negociar, na escala do vivido, com a esfera das ações públicas que possuem repercussões no espaço urbano e, conseqüentemente, na vida cotidiana de cada um deles. É claro que a melhoria das condições de vida dessas populações mediante ações públicas de saneamento, como no caso da orla, são importantes, assim como das condições ambientais dos arroios e do rio. Os encadeamentos no tempo e no espaço dessas ações, na dimensão do vivido dos habitantes da cidade, é que devem ser avaliados.

As memórias ambientais em jogo na orla mostram a estreita ligação dos processos de transformação dos seus espaços, no presente, com o ideal moderno civilizacional do projeto de modernidade da cidade nas suas descontinuidades no tempo. São ritmos diferenciados de ocupação e de apropriação dos territórios que apesar de operarem com formas normativas diferenciadas reproduzem padrões de segregação social e espacial da cidade.

O estudo dos conflitos territoriais na região Cristal, mostrou o cotidiano dos seus habitantes como dimensão construída na interação social e ordenada em suas memórias, revelando os enraizamentos, assim como as mobilidades e suas motivações ligadas às territorialidades dessa região da cidade e à orla do Lago Guaíba. Dimensão da vida social que mostrou as formas como seus habitantes fazem durar seus modos de vida nesses territórios na medida em que são mudanças no tempo e no espaço que se operam na escala diminuta da vida ordinária. São laços coletivos que tornam possíveis a apreensão das formas espaços-temporais de ocupação e apropriação dos territórios da orla e da cidade e atribuem sentidos enquanto espaço relacional de todos.

A cidade é feita de contínuas mudanças das suas formas, não de estabilidade e permanência. A aceitação dessa dinâmica pela negociação com a presença do Outro nas suas diferenciações é a questão que desafia não somente as políticas urbanas contemporâneas, mas as múltiplas formas da “cidade normatizada” que os conflitos territoriais urbanos comportam.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU FILHO, S. B. de. *Porto Alegre como cidade ideal*. Planos e Projetos urbanos para Porto Alegre. 2006. 357p. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- ACSELRAD, H. Introdução. Sentidos de Sustentabilidade urbana. In: \_\_\_\_\_. (Org.) *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 37-69.
- ALMEIDA, M. S. de. *Transformações Urbanas*. Atos, Normas, Decretos, Leis na Administração da cidade. Porto Alegre 1937/1961. 2004. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação Estruturas Ambientais e Urbanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- ALVES, A. *A Construção do Porto de Porto Alegre 1895-1930*. Modernidade urbanística como suporte de um projeto de Estado. 2005. 181f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- ANDREATTA, V. (Org.). *Porto Maravilha e o Rio de Janeiro + 6 casos de sucesso de revitalização portuária*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.
- ANJOS, J. C. G. dos. *No território da linha cruzada: a cosmopolítica afro-brasileira*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/Fundação Palmares, 2006.
- APPADURAI, A. *Après Le colonialisme*. Les conséquences culturelles de la globalisation. Paris: Payot & Rivages, 2005.
- ARANTES, A. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas: Editora da Unicamp/Imprensa Oficial, 2000.
- ARANTES, R. B. Direito e Política: O Ministério Público e a defesa dos direitos coletivos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)*, v. 14 n. 39, p. 83-102, fevereiro, 1999.
- BACHELARD, G. *A dialética da duração*. São Paulo, Editora Ática. 2.ed, 1988.
- BARNES, J. A. Redes sociais e processo político. In: FELDMANBIANCO, B. *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Ed. Unesp, 2010. p. 171-204.
- BIDOU-ZACHARIASEN, C. Introdução. In: BIDOU-ZACHARIASEN, C.; HIERNAUX-NICOLAS, D.; RIVIÈRE D'ARC, H. (Orgs.) *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 21-57.
- BOSI, E. *Memória e Sociedade: Lembranças dos velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOSI, E. *O tempo vivo da memória: Ensaio de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

- BOTT, E. *Família e rede social*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.
- CALDEIRA, T. P. do R. *A política dos outros, o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CALDEIRA, T. P. do R. *Cidade de muros*. São Paulo: Ed. Edusp, 2000.
- CHALINE, C. *Ces Ports qui créent des villes*. Paris: Éditions L'Hamattan, 1994.
- CHOAY, F. Pensées sur la ville, arts de la ville. In: DUBY, G.; MAURICE, A. (Orgs.). *Histoire de la France urbaine*. Tome 4. La ville de l'âge industriel: le cycle haussmannien. Paris: Seuil, 1983. p. 156- 272.
- COMAROFF, J.; COMAROFF, J. Naturalizando a nação: estrangeiros, apocalipse e o Estado pós-colonial. *Horizontes Antropológicos*, v. 7, n. 15, p. 57-106, 2001.
- COMPANS, R. Cidades sustentáveis, cidades globais: antagonismo ou complementaridade? In: ACSELRAD, H. (Org.). *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 121-154.
- CORBIN, A. *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CORBIN, A. *L'homme dans le paysage*. Entretien avec Jean Lebrun. Paris: Les Editions Textuel, 2001.
- CORBIN, Alain. *Le ciel et la mer* Paris : Bayard, 2005.
- COURET, D.; OUALLET, A.; TAMRU, B. L'introuvable ville durable. In: MATHIEU, N. GUERMOND, Y. (Orgs.). *La ville durable, du politique au scientifique*. Paris: Editions Quæ, 2011. p. 47-56.
- CUTY, J. A. *A gente sempre pensou em termos de planejamento: a cultura da preservação nas políticas urbanas em Porto Alegre*. 2012. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- Da MATTA, R. Cidadania: A questão da cidadania num universo relacional. In: \_\_\_\_\_. *A casa e a rua*. Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DE CERTEAU, M. *A Invenção do Cotidiano*. Artes de fazer. Rio de Janeiro, Vozes, 2008.
- DEBERT, G. G. *A invenção da terceira idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas*. São Paulo: ANPOCS, 1996. Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/porta/publicacoes/rbcs\\_00\\_34/rbcs34\\_03](http://www.anpocs.org.br/porta/publicacoes/rbcs_00_34/rbcs34_03)>. Acesso em: 1 de setembro de 2011.

DESCOLA, P. La antropologia y la cuestión de la naturaleza. In: ULLOA, Astrid; PALACIO, Germán (Ed). *Repensando la naturaleza: encuentros y desencuentros disciplinares en torno a lo ambiental*. Universidad nacional de Colombia-Sede Leticia, Instituto amazónico de investigaciones Imani, Instituto colombiano de antropología e historia, 2002. p. 155- 171.

DESCOLA, P. *L'écologie des autres. L'anthropologie et la question de la nature*. Versaille: Éditions Quae, 2011.

DEVOS, R. *Uma Ilha Assombrada na Cidade* - estudo etnográfico sobre cotidiano e memória coletiva a partir das narrativas de antigos moradores da Ilha Grande dos Marinheiros, Porto Alegre. 2003. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

DEVOS, R. *A Questão Ambiental sob a ótica da antropologia dos grupos urbanos, nas ilhas do Parque Estadual Delta do Jacuí, Bairro Arquipélago, Porto Alegre, RS*. 2007, Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

DEVOS, R. A crise ambiental sob a perspectiva da memória e dos itinerários no mundo urbano contemporâneo. In: *Ambiente & Sociedade*, Campinas v. XII, n. 2 p. 293-306 jul.-dez. 2009.

DINIZ, D. Antropologia e os limites dos direitos humanos: o dilema moral de tashi. In: NOVAES, R. R.; LIMA, R. K. de L. (Orgs.). *Antropologia e Direitos Humanos*. Niterói: Ed. UFF, 2001. p. 17-46.

DOUGLAS, M. *La aceptabilidad del riesgo según las ciencias sociales*. Barcelona: Paidós, 1996.

DROZ, Y.; MIÉVILLE-OTT, V. Le paysage de l'anthropologue. In : \_\_\_\_\_. (Org.). *La polyphonie du paysage*. Lausanne: Presses polytechniques et universitaires romandes, 2005. p. 5- 20.

DUARTE, L. F. D. Desenvolvimento e Destruição. In: *Instituto Ciência Hoje*. Coluna Sentidos do Mundo. Disponível em: <cienciahoje.uol.com.br/colunas>. Acesso em: 26 de dezembro de 2011.

DUARTE, L. F. D. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

DUARTE, L. F. D. Horizontes do indivíduo e da ética no crepúsculo da família. In: RIBEIRO, I. (Org). *Família e sociedade brasileira: desafios nos processos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Fundação João XXIII, 1994. p. 23-41.

DUMONT, L. *O individualismo*. Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

DUMONT, L. *Homo aequalis: gênese e plenitude da ideologia econômica*. Bauru: EDUSC, 2000.

DURAND, G. *As estruturas antropológicas do imaginário*. São Paulo: Martins fontes, 2002.

DURHAM, E. *A caminho da cidade e a migração para São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1984.

DURHAM, E. A sociedade vista da periferia. In: ANPOCS, abril de 1986. Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_01/rbcs01\\_07.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_01/rbcs01_07.htm)>. Acesso em: maio de 2012.

DURHAM, E. *A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

ECKERT, C. Memória e Identidade. Ritmos e Ressonâncias da duração de uma comunidade de trabalho: mineiros de carvão (*La Grand-Combe, França*). *Cadernos de Antropologia*, Publicação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Porto Alegre: UFRGS, n. 11, 1993.

ECKERT, C. Questões em torno do uso de relatos e narrativas biográficas na experiência etnográfica. *Humanas. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, Porto Alegre: UFRGS, v. 16, n. 1, p. 21-44, 1996/1997.

ECKERT, C. A saudade em festa e a ética da lembrança. *Revista Estudos Feministas*, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais IFCS/UFRJ, v. 5, n. 1, p. 182- 192, 1997.

ECKERT, C. *Memória e trabalho: Etnografia da duração de uma comunidade de trabalho de mineiros de carvão (La Grand-Combe, França)*. Curitiba: Appris, 2012.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. da. Premissas para o estudo da memória coletiva no mundo urbano contemporâneo sob ótica dos itinerários de grupos urbanos e suas formas de sociabilidade. *Revista Iluminuras*. Antropologia Urbana: cidades e estilos de vida. Publicação Eletrônica do Banco de Imagens e Efeitos Visuais - NUPECS/LAS/PPGAS/IFCH e ILEA/UFRGS. v. 2, n. 4, 2001.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. da. Etnografia de rua: estudo de antropologia urbana. *Revista Iluminuras*. Etnografias de rua. Publicação Eletrônica do Banco de Imagens e Efeitos Visuais - NUPECS/LAS/PPGAS/IFCH e ILEA/UFRGS, v. 4, n. 7, 2003.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C; da. *O tempo e a cidade*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2005.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C; da. Memória e ritmos temporais: o pluralismo coerente da duração no interior das dinâmicas da cultura urbano-contemporânea. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 23, nº 43, janeiro-junho de 2009, p. 105-124.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. da. Narrar a cidade: experiências de etnografia da duração. In: POSSAMAI, R. (Org.). *Leituras da Cidade*. Porto Alegre: Evangraf, 2010. p. 85- 108

ELIAS, N. *A condição humana*. Lisboa: Difel, 1985.

ELIAS, N. *O processo civilizador*. Formação do Estado e Civilização. Vol. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, N. *O processo civilizador*. Uma história dos Costumes. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FEATHERSTONE, M. *Cultura global*. Petrópolis: Vozes, 1999.

FEIGELSON, K. Sous les toits de Paris. In : *Esprit*, p. 78-83, janeiro, 2012/1.

FERNANDES, E. Política urbana na Constituição Federal de 1988 e além: implementando a agenda da reforma urbana no Brasil. *Fórum de Direito Urbano e Ambiental*, Belo Horizonte, v. 7, n. 42, nov. 2008. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-iv-constituicao-de-1988-o-brasil-20-anos-depois.-estado-e-economia-em-vinte-anos-de-m>>. Acesso em: 6 de dezembro de 2010.

FERRY, L. *A Nova Ordem Ecológica: A árvore, o animal e o homem*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

FIALHO, J. A. A.; BANDEIRA, P. S. A “desindustrialização” de Porto Alegre: causas e perspectivas. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 3-28, 1988.

FONSECA, C. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. *Saúde e Sociedade*, v. 14, n. 2, p. 50-59, mai-ago 2005.

FRANCO, S. da C. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1988.

FRANCO, S. da C. *Porto Alegre ano a ano: cronologia histórica: 1732-1950*. Porto Alegre: Letra & Vida, 2012.

FRÚGOLI JR, H.; SKLAIR, J. O bairro da luz em São Paulo: questões antropológicas sobre o fenômeno da *gentrification*. *Cadernos de Antropologia Social*, n. 30, p.119-136, 2009.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GEERTZ, C. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 2009.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOFFMAN, E. *Les rites d'interaction*. Paris: Les Editions de Minuit, 2011.

GONÇALVES, J. R. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio. *A Utopia da Pequena África. Os espaços do patrimônio na Zona Portuária carioca*. Tese (Doutorado em Antropologia Cultural) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, UFRJ/IFCS/PPGSA, 2011.

- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vertice, 1990.
- HANNERZ, U. *Explorer la ville: éléments d'anthropologie urbaine*. Paris: Éditions de Minuit, 1983.
- HANNERZ, U. Cosmopolitanism. *Chapter 5. In: A companion to the anthropology of politics*. NUGENT, D.; VINCENT, J. (Ed.) Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2007. p. 69-85
- HEBERLE, F. *Descentralizando a cultura*. Uma etnografia dos funcionamentos e das práticas de um programa cultural na cidade de Porto Alegre. 2011. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS, Porto Alegre, 2011.
- HIRSCH, E. Introduction. Landscape: Between Place and Space. *In: \_\_\_\_\_; O'HANLON, M. The Anthropology of Landscape*. Perspectives on Place and Space. Oxford: Clarendon Press, 1995. pp. 1-30.
- HOLSTON, J. *Cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- HOLSTON, J. *Cidadania insurgente*. Formato: *ePub* São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- HUYER, A. *A Ferrovia do Riacho: um caminho para a urbanização da zona sul de Porto Alegre*. 2010. 242f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo 2010*. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 08 de agosto de 2011.
- JESUS, C. G.; GITAHY, L. Transformações na Indústria da Construção Naval Brasileira e seus Impactos no Mercado de Trabalho (1997-2007). *In: CONGRESSO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE CABO VERDE, 1º. Anais...* Cabo Verde, 2009. p. 3898-3916.
- JESUS, N. R. D. *Clubes sociais negros em Porto Alegre, RS: análise do processo de recrutamento para a direção das associações Satélite Prontidão e Floresta Aurora, trajetórias e a questão da identidade racial*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFRGS, Porto Alegre, 2005.
- JUNOT, M.; DE ANDIA, B. Le 17ème arrondissement. Itinéraires d'histoire et d'architecture. *Collection Paris em 80 quartiers*. Paris: Action Artistique Ville de Paris, 2000.
- KIEFER, F. A era Cristal. *In: ROZANO, M.; FONSECA, R. F. (Orgs.). Histórias de Porto Alegre: Jockey Club*. Porto Alegre: Nova Prova, 2005. p.73-89.
- LACARRIEU, Mónica Beatriz et al . Procesos de recualificación y relegación en la ciudad de Buenos Aires: Repensando la noción de ciudad-fragmento y la despolitización de lo urbano. *Argumentos (Méx.)*, México , v. 24, n. 66, agosto 2011. p. 15-35

LEITE, R. P. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.17, nº49, p. 115-134, 2002.

LÉVI-STRAUSS, C.; DESCOLA, P. *et al.* Les sociétés exotiques ont-elles des paysages ? *In : Études Rurales*. Vol. 121/124, janeiro/dezembro de 1991, p. 151-158

LEVY, A.; EMELIANOFF, C. Editorial. *Espaces et sociétés*, n. 147, p. 7-23, 2011.

LOMNITZ, L. A. “Redes informais de intercâmbio em sistemas formais” e “Sobrevivência em um bairro de periferia na Cidade do México”. *In: \_\_\_\_\_*. *Redes Sociais, Cultura e Poder*. Rio de Janeiro, E-Papers, 2000. p. 37-63 e 139-182.

LOMNITZ, L. A. *Redes sociales, cultura y poder*. Ensayos de antropología latinoamericana. México: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, 2001.

LOPES, J. S. L. *et. al.* Naturalização e Estranhamento: alguns aspectos de construção social de poluição ambiental em Itaguaí, Angra dos Reis e Volta Redonda, RJ. *Cadernos do IPPUR*, Rio de Janeiro, ano XIV, n. 1, p. 181-196, 2000.

LOPES, J. S. L. (Coord.); ANTONAZ, D.; PRADO, R.; SILVA, G. (Orgs.). *A ambientalização dos conflitos sociais*. Participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

LOPES, J. S. L. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre: PPGAS, v.12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006.

LOPES, J. S. L.; SILVA, L. A. M. Introdução: Estratégias de Trabalho, Formas de dominação e subordinação doméstica de trabalhadores urbanos. *In: LOPES, J. S.L. et. al.* (Orgs.). *A reprodução da subordinação*. Mudança social no nordeste. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MACHADO, A. S. A borda do Rio em Porto Alegre: arquiteturas imaginárias, suporte para a construção de um passado. *Arqtexto*, n. 5, p. 66-81, 2004.

MAFFESOLI, M. Le paradigme esthétique. *In : PATRICK, W.* (Org.). *Gerog Simmel : La sociologie et l'expérience du monde moderne*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1986. p. 103- 119

MAFFESOLI, M. Pouvoir des hauts lieux. *In: \_\_\_\_\_*. *Un Autre Partage*. Homme, Ville, Nature. Toulouse: Editions Erès, 1993. p. 79-89.

MAFFESOLI, M. *La violence totalitaire*. Essai d'anthropologie politique. Paris: Meridiens Klincksieck, 1994.

MAFFESOLI, Michel. *La Conquête du Présent*. Paris: Desclée de Brouwer, 1998.

MAFFESOLI, M. Le temps des tribus, Le déclin de l'individualisme dans les sociétés postmodernes. Paris: Table Ronde, 2000.

- MAFFESOLI, M. *Au creux des apparences. Pour une éthique de l'esthétique*. Paris: La Table Ronde, 2007.
- MAGNANI, J. G. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *RBCS*, v. 17, n. 49, p. 12-29, junho/2002.
- MAGNANI, J. G. *Festa no Pedaco*. Cultura Popular e lazer na cidade. São Paulo: Editora Hucitec/UNESP, 2003.
- MARSHALL, B. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARSHALL, T. H. *Citizenship and Social Class (1965)* In: MANZA, J.; SAUDER, M. (Eds.). *Inequality and Society*. New York: W. W. Norton and Co, 2009. p. 148- 154.
- MARTINS, J. de S. *A aparição do demônio na fábrica: origens sociais do Eu dividido no subúrbio operário*. São Paulo: Ed. 34, 2008.
- MENEGAT, R. (Coord.) *Atlas Ambiental de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- MIRANDA, A. E. *Planos e Projetos de expansão urbana industriais e operários (1935-1961)*. 2013. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Programa de Pós - Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- MITCHELL, C. *Social networks in urban situations*. Manchester: Univ. Press, 1969.
- MONTEIRO, C. A inscrição da modernidade no espaço urbano de Porto Alegre: 1924-1928. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, 1992.
- MONTEIRO, C. *Porto Alegre e suas escritas: história e memórias da cidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.
- MONTEIRO, C. Imagens da cidade de Porto Alegre nos anos 1950: A elaboração de um novo padrão de visualidade urbana nas fotorreportagens da Revista do Globo. In: \_\_\_\_\_. (Org.) *Fotografia, história e cultura visual: pesquisas recentes* [recurso eletrônico]. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. pp. 09-49.
- NAHRATH, S. Les écoquartiers: un laboratoire pour la ville durable?. *Espaces et sociétés*, n. 144-145, p. 189-192, 2011/1.
- NICOLAS A.; ZANETTI T. Patrimoine et projet urbain: produire et valoriser la localité à Saint-Étienne, Nantes et Clermont-Ferrand. *Espaces et sociétés*, n. 152-153, p. 181-195, 2013/1.
- OLIVEIRA, R. C. de; OLIVEIRA, Luís R. Cardoso de. *Ensaio antropológico sobre moral e ética*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

- OLIVEIRA, C. S. de. *Porto Alegre: a cidade e sua formação*. 2. ed. Porto Alegre: Metrópole, 1993.
- OLIVEN, R. Cultura e Modernidade no Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n. 2, p. 3-12, 2001.
- OLIVEN, R. *A parte e o todo*. A diversidade cultural no Brasil-nação. Petrópolis: Vozes, 2006.
- OLIVEN, R. *Urbanização e Mudança Social no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.
- PADIGLIONE, V. Efeito Marco - As Mediações do Patrimônio e a Competência Antropológica. *ILHA Revista de Antropologia*, v. 14, n. 1, p. 57-81, jan./jun. 2012.
- PARK, R. La ville. Propositions de recherche sur le comportement humain en milieu urbain. In: GRAFMEYER, Y. ; JOSEPH, I. (Trad.). *L'école de Chicago*. Naissance de l'écologie urbaine. 2009. p. 255-280.
- PEIRANO, Mariza. *A teoria vivida: e outros ensaios de antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- PINHEIRO, J.; RECHENBERG, F. (Orgs.). *Memórias de um lugar: fotonovelas. documentais*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre/Secretaria Municipal de Cultura, 2007.
- PINHEIRO, J.; RECHENBERG, F. *Guardar na Memória: Imagens do Cristal*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre/Secretaria Municipal de Cultura, 2008.
- PRADELLE, M. de la. La ciudad de los antropólogos. *Cultura Urbana*, Plataforma antropologia urbana, n. 4, p. 1-7, abril de 2007. Disponível em: <<http://cultura-urbana.cl/category/articulos/page/4/>>. Acesso em: 11 de novembro de 2013.
- PMPA. PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. *Memória dos bairros. Cristal*. Porto Alegre: Secretaria Municipal e Cultura/Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, 2003.
- RECHENBERG, F. *Imagens e trajetos revelados: estudo antropológico sobre fotografia, memória e a circulação das imagens junto a famílias negras em Porto Alegre*. 2012. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- RIMBERT, P.; RETIÈRE, G. *Samoa. Île de Nantes*. Phase 2. Catalogue de l'exposition du Hangar 32. Setembro, 2012. 43 p.
- ROCHA, A. L. C. da. *Le Santuaire de désordre: l'art de savoir vivre des tendres barbares sous les Tristes Tropiques*. Paris V: Sorbonne, 1994.
- ROCHA, A. L. C. da. Coleções etnográficas, método de convergência e etnografia da duração: um espaço de problemas. *Iluminuras: Série do Banco de Imagens e Efeitos Visuais*, v. 9, n. 21, Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, 2008.
- ROCHA, A. L. C.; ECKERT, C. *Etnografia da duração: antropologia das memórias coletivas em coleções etnográficas*. Porto Alegre: Marcavisual, 2013.

ROGER, A. *Court traité du paysage*. Paris: Éditions Gallimard, 1997.

ROGER, A. *Histoire d'une passion théorique ou Comment on devient un Raboliot du Paysage*. In : BERQUE, A. ; CONNAN, M. ; DONADIEU, P. et al *Cinq propositions pour une théorie du paysage*. Seyssel : Editions Champ Vallon, 1994. p. 108-123

ROZANO, M.; FONSECA, R. F. (Orgs.). *Histórias de Porto Alegre*: Jockey Club. Porto Alegre: Nova Prova, 2005.

SANHUDO, A. V. *Crônicas da Minha Cidade*. Volume 2. Porto Alegre: Ed. Movimento/Instituto Estadual do Livro, 1975.

SASSEN, S. The Global City. Chapter 11. In: NUGENT, D.; VINCENT, J. (Eds.). *A companion to the anthropology of politics*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2007. p. 168-178.

SAHLINS, M. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SAHLINS, M. *Metáforas históricas e realidades míticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

SANT'ANA, M. H. *Vila Cai-Cai: A lógica da Habitação reciclável*. Estudo antropológico da organização do espaço e do tempo em uma Vila em remoção em Porto Alegre-RS. 1997. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFRGS, Porto Alegre, 1997.

SCHUTZ, A. *Sobre fenomenologia e as relações sociais*. Petrópolis: Vozes, 2012.

SCHUTZ, A. *Le chercheur et le quotidien*. Phénoménologie des sciences sociales. Paris: Klincksieck, 2008.

SEIDL, E. (Org.) *Imagens Faladas: uma reportagem sobre a memória do Bairro Cristal*. Porto Alegre: Ed. do autor, 2010.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G. (Org). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979. p. 11- 25.

SIMMEL, G. Disgression sur le problem: comment la société est-elle possible?. In : PATRICK, W. (Org.). *Gerog Simmel: La sociologie et l'expérience du monde moderne*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1986. p. 21-45

SIMMEL, G. *Le conflit*. Paris: Éditions Circé, 2003.

SIMMEL, G. *Philosophie de la Modernité*. Paris: Payot, 2004.

SIMMEL, G. A ruína. In: SOUZA, J.; ÖELZE, B. (Orgs.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.

- SIMMEL, G. *La Tragédie de la culture et autres essais*. Paris: Editions Rivages, 2006.
- SIMMEL, G. *Sociologie: étude sur les formes de la socialisation*. Paris: PUF, 2010.
- SIMMEL, G. *Le Problème de la sociologie et autres textes*. Paris: Éditions du Sandre, 2012.
- SMITH, N. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global. In: BIDOU-ZACHARIANSEN, C.; HIERNAUX-NICOLAS, D.; RIVIÈRE D’ARC, H. (Orgs.). *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo, Annablume, 2006. p. 58- 87
- SOARES, A. P. M. *O risco ambiental na sociedade contemporânea: contribuições de uma abordagem cultural*. 2007. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.
- SOUZA, C. F. de; ALVES, A. Porto Alegre cem anos de aterros: uma estratégia de desenvolvimento morfológico. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO. *Anais*. v. 7, n. 2, p. 1-12, 2002. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/921/896>>. Acesso em: 23 de maio de 2012.
- SOUZA, C. F. de; WILKOSZYNSKI, A. do C. Tristeza: a imagem que formou sua imagem. In: SOUZA, C. F. de; PESAVENTO, S. J. (Orgs.). *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997. p. 181- 188.
- SUERTEGARAY, D.; NUNES, J.; MOURA, N. Implicações ambientais: uma avaliação do projeto “Praia do Guaíba”. *Boletim Gaúcho de Geografia*, 16: 45-59, out., 1988.
- TAYLOR, C. *The Politics of Recognition*. In: TAYLOR, Charles *et. al. Multiculturalism: examining the politics of recognition*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1994. p. 25 – 70.
- VELHO, O. G. (Org). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- VELHO, G. *Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- VELHO, G. *Individualismo e Cultura*. Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- VELHO, G. *Subjetividade e sociedade: uma experiência de geração*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2006.
- VELHO, G. (Org.). *Rio de Janeiro: cultura, política e conflito*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- VIANNA, A. de R. B. *Limites da minoridade: tutela, família e autoridade em julgamento*. 2002. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional/UFRJ, 2002.

ZALUAR, A. *A máquina e a revolta*. Organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 2000.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. (Orgs.). *A insustentável leveza da política ambiental*. Desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: Um Novo Campo de Investigação. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Orgs.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 11-34.

ZUKIN, S. Paisagens Urbanas Pós-Modernas: Mapeando Cultura e Poder. In: ARANTES, A. A. (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000. p 80-115.

WIRTH, L. Le phénomène urbain comme mode de vie. In: GRAFMeyer, Y.; JOSEPH, I. (Trad.). *L'école de Chicago*. Naissance de l'écologie urbaine. p. 255-280

WOLKMER, A. C. Introdução aos fundamentos de uma teoria geral dos “novos” direitos. In: \_\_\_\_.; LEITE, R. M. (Orgs.). *Os “novos” direitos no Brasil: naturezas e perspectivas*. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 1-30.

## **Acervos**

ÁLBUM COMEMORATIVO DO ESTALEIRO SÓ S.A [Sem indicação de ano de publicação]. Acervo pessoal Paulino Ortiz.

CARNEIRO, F.; FARIAS, T. Porto Alegre cresce para o céu e para o rio. *Revista do Globo*, Nº. 722, 1958, p. 38-39. Acervo BIEV/UFRGS.

GUERREIRO, L. Domingo (quente) no Guaíba. *Revista do Globo*, Nº. 684, 1957, p. 35-43. Acervo BIEV/UFRGS.

LINEU, M. Surgem na paisagem gaúcha os primeiros pilares daquela que deverá ser (em breve) A PONTE sôbre o Guaíba. *Revista do Globo*, 1956, p. 26. Acervo BIEV/UFRGS.

MAISON DES HOMMES ET DES TECHNIQUES (MHT). *Dossier Pédagogique*. Nantes: Maison des Hommes et des techniques, 2009. Acervo *Maison des Hommes et des techniques*, Nantes, França.

PINTO, E. Beira-Rio sonho de bilhão caiu no esquecimento. *Revista do Globo*. Nº 880, 1964, p. 6-9. Acervo BIEV/UFRGS.

PINTO, E. Guaíba, um abraço de poesia. *Revista do Globo*, Nº. 892, 1965, p. 34-36. Acervo BIEV/UFRGS.

SÓ NOTÍCIAS. Ano 2. Número 3, Porto Alegre, Novembro de 1976. Acervo pessoal Jane Lipp.

### **Matérias na Imprensa**

Jornal do Comércio. *Prefeito veta 60 metros de proteção para orla do Guaíba.* 30/07/2010.

Jornal do Comércio. *Moradores do Cristal rejeitam assentamentos.* 04/11/2011.

Jornal Correio do Povo. *Guaíba é Lago, garantem técnicos. Denominação popular de 'rio' perdura desde o século XIX, embora estudos afirmem o contrário.* 4/11/2002.

Jornal Correio do Povo. *Muro polêmico desde a construção. Para alguns, protege Porto Alegre das enchentes, mas, segundo outros, isola o Guaíba da população.* 28/03/2005.

Jornal Correio do Povo. *Defensores da orla fazem manifestação hoje na Câmara.* 17/09/2008.

Jornal Correio do Povo. *Aumentam as discussões sobre o Pontal do Estaleiro.* 18/09/2008.

Jornal Correio do Povo. *Aumentam os debates sobre o Pontal do Estaleiro.* 18/09/2008.

Jornal Correio do Povo. *Movimento em prol do desenvolvimento é favorável.* 18/09/2008.

Jornal Correio do Povo. *Ato pede parques na orla.* 6/10/2008.

Jornal Correio do Povo. *Ato Rejeita o Pontal do Estaleiro.* 16/10/2008.

Jornal Correio do Povo. *Ex-funcionários do Estaleiro se reúnem.* 18/10/2008.

Jornal Correio do Povo. *Estaleiro tem dívida trabalhista.* 3/11/2008.

Jornal Correio do Povo. *MP investiga projeto Pontal.* 11/11/2008.

Jornal Folha de São Paulo. *Setor Naval. A todo vapor.* 29/05/2011.

Jornal Folha de São Paulo. *Ociosidade traz risco de "naufrágio" para o setor naval.* 15/04/2012.

Jornal Zero Hora. *Chegou a hora de nos devolverem o Guaíba. O Projeto do Guaíba é revolucionário; uma luz no fim do muro.* 20/06/1987.

Jornal Zero Hora. *A luta pelo Estaleiro Só.* 18/09/2008.

Jornal Zero Hora. *Plenário veta adiamento da votação sobre Pontal do Estaleiro.* 12/11/2008.

Jornal Zero Hora. *Pontal do Estaleiro: manifestantes protestam dentro e fora do Plenário.* 12/11/2008.

Jornal Zero Hora. *MP decreta sigilo sobre caso Pontal do Estaleiro*. 18/11/2008. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/noticia/2008/11/mp-decreta-sigilo-sobre-caso-pontal-do-estaleiro-2298623.html>>. Acesso em 30 de setembro de 2012.

Jornal Zero Hora, *MP decreta sigilo sobre caso Pontal do Estaleiro*. 18/11/2008. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/noticia/2008/11/mp-decreta-sigilo-sobre-caso-pontal-do-estaleiro-2298623.html>>. Acesso em 30 de setembro de 2012.

Jornal Zero Hora. *Vista para o Guaíba*. 24/11/2012.

Jornal Zero Hora. *Pontal do Estaleiro: manifestantes protestam na Capital*. 23/11/2008.

Jornal Zero Hora. *Polêmica Urbana. Mais um impasse ara a orla do Guaíba*. 8/09/2010.

Jornal Zero Hora. *Rumo a 2014. Obras na orla começam ano que vem*. 17/09/2010.

Le Journal du Dimanche. *Ça décolle aux Batignolles*. 12/11/2006.

Le Moniteur Architecture. *Un Paris olympique de 6 milliards d'euros*. 1/07/2005.

Le Moniteur Architecture. *Paris-Batignolles. Une village olympique à construire en pleine ville*. 8/04/2005. p. 58-61.

Revista Desafios do Desenvolvimento. IPEA. 2012, Ano 9, n. 72

Revista Valor. *Retomada da indústria naval tem 269 projetos*. 21/06/2011.

Revue de presse. Le Journal du Dimanche. *Sauver les Halles des Batignolles?* 12/03/2006.

Revue de presse. Le Parisien. *Futur quartier des Batignolles: les riverains s'interrogent*. 16/04/2007.

## **Documentos oficiais**

BRASIL. *Agenda 21*. Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Coordenação de Biblioteca. Brasília, 1995.

DIÁRIO OFICIAL PORTO ALEGRE. *Órgão de divulgação do Município* – Ano XV – Edição 3948 – Terça-feira, 08 de Fevereiro de 2011.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Política Nacional de Desenvolvimento Urbano I*. 2004. Disponível em: <http://www.capacidades.gov.br> Acesso em 22 de junho de 2012.

PORTO ALEGRE. CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Processo Administrativo 02486/2008. Ofício nº. 1012/GP. *Razões do Veto*. Disponível em: <<http://projetos.camarapoa.rs.gov.br/projetos/94961>>. Acesso em: 22 de setembro de 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. *Jornal do OP na cidade*. Região Cristal. Maio de 2011. Edição nº. 1.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. *GT Orla. Diretrizes para a Orla do Guaíba*. Porto Alegre: Secretaria do Planejamento Municipal, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL SPM. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE SMAM. SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO SMIC / ESCRITÓRIO DE TURISMO. SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA – SMC. *Relatório Orla: Condições Atuais, Possibilidades e Instrumentos para a Qualificação Urbana e o Resgate da Orla de Porto Alegre*. Porto Alegre, maio de 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL SPM. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE SMAM. SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO SMIC / ESCRITÓRIO DE TURISMO. SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA – SMC. *Diretrizes de Desenho Urbano para a Orla Central*. Porto Alegre, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL SPM. 2011. Disponível em: [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p\\_secao=151](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=151) Acesso em: junho de 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL SPM. PDDUA. *Expediente*. Lei Complementar nº. 434 de 1 de dezembro de 1999, atualizada e compilada até a Lei Complementar 667/2001, incluindo a Lei Complementar 646/2010 (PDDUA). 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. PISA. *Projeto Integrado Socioambiental*. Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/pisa/>>. Acesso em: 23 de novembro de 2011.

ONU-HABITAT. Programa de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos. ONU-Habitat. *Estado de las ciudades de America Latina y el Caribe. Rumbo a una nueva transición urbana*. 2012

## Leis

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº. 12. 651 de 25 de maio de 2012*. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm) Acesso em: 13 de junho 2013.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº. 10.257, de 10 de julho de 2001*. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm)>. Acesso em: 26 de agosto de 2010.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº. 11.977 de 7 de julho de 2009*. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm)>. Acesso em: 26 de agosto de 2010.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº. 14.424 de 16 de junho de 2011*. Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112424.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112424.htm)> Acesso em: 13 de setembro de 2012.

PORTO ALEGRE. PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO /MUNICIPAL SPM. *Lei Complementar nº. 434 de 1 de dezembro de 1999*. Dispõe sobre Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA).

PORTO ALEGRE. PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. *Lei Complementar nº. 434 de 1 de dezembro de 1999*, atualizada e compilada até a Lei Complementar 667/2001, incluindo a Lei Complementar 646/2010 (PDDUA).

PORTO ALEGRE. PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. *Lei Complementar nº. 470 de 2 de janeiro de 2002*. Cria a Subunidade de Estruturação Urbana 03 da UEU 4036, referente à área do Estaleiro Só, define seu regime urbanístico e dá outras providências.

PORTO ALEGRE. CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. *Projeto de lei complementar do legislativo. PLCL 6/2008*. Classifica como empreendimento de impacto de segundo nível o projeto de revitalização urbana do trecho da orla do Guaíba localizado na ueu 4036, denominado pontal do estaleiro, e da outras providencias.

PORTO ALEGRE. PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. *Lei Complementar nº. 614 de 30 de abril de 2009*. Determina adequações e observância para os projetos e os empreendimentos a serem executados na Subunidade 3 da Unidade de Estruturação Urbana (UEU) 4036 e permite, nessa Subunidade, sob as condições que determina, edificações cujas atividades sejam classificadas no Código 7 do Grupamento de Atividades.

#### **Sites e links consultados:**

<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/pisa/>

<http://quilombodosopapo.blogspot.com.br/>

<http://projetoimagensfaladas.wordpress.com/>

<http://comitepopularcopapoa2014.blogspot.com.br/>

<http://agapan.blogspot.com.br/>

<http://goncalodecarvalho.blogspot.com.br/>

<http://leonelbraz.blogspot.com.br/>

[http://www2.camarapoa.rs.gov.br/default.php?reg=6675&p\\_secao=56&di=2008-06-19](http://www2.camarapoa.rs.gov.br/default.php?reg=6675&p_secao=56&di=2008-06-19)

<http://www.abaixoassinado.org/abaixoassinados/1571>

<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smc/>

<http://www.transparencia.gov.br/copa2014/porto-alegre/mobilidade-urbana/corredor-avenida-tronco/>

<http://www.paris.fr/>

<http://www.clichy-batignolles.fr/>

<http://www.planetworkshops.org/fr/index.html>

<http://www.mprs.mp.br/imprensa/noticias/id16266.htm>

<http://goncalodecarvalho.blogspot.com.br/>

<http://poavive.wordpress.com/>

<http://www.youtube.com/watch?v=6ES79OfSKsw>

[http://www.youtube.com/watch?v=COq\\_IJsJxEw](http://www.youtube.com/watch?v=COq_IJsJxEw)

<https://portoimagem.wordpress.com/>

<http://www.iberecamargo.org.br/site/a-fundacao/default.aspx>

[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal\\_pmpa\\_novo/default.php?p\\_noticia=158808&AVENIDA+TRONCO+DUPLICADA+SERA+ALTERNATIVA+PARA+A+ZONA+SUL](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/default.php?p_noticia=158808&AVENIDA+TRONCO+DUPLICADA+SERA+ALTERNATIVA+PARA+A+ZONA+SUL)

[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal\\_pmpa\\_novo/default.php?p\\_noticia=148352&ORLA+DO+GUAIBA+SERA+TRANSFORMADA+EM+PARQUE+DE+LAZER](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/default.php?p_noticia=148352&ORLA+DO+GUAIBA+SERA+TRANSFORMADA+EM+PARQUE+DE+LAZER)

<http://www2.portoalegre.rs.gov.br>

[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p\\_noticia=132860](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_noticia=132860)

[http://rgp1poa.files.wordpress.com/2010/10/movimento-em-defesa-da-orka-carta-aberta-a-cidadania-puc-14\\_10\\_10.pdf](http://rgp1poa.files.wordpress.com/2010/10/movimento-em-defesa-da-orka-carta-aberta-a-cidadania-puc-14_10_10.pdf)

[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p\\_secao=220](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=220)

<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-antiores/21599-guaiba-e-rio-ou-lago>

[http://www2.camarapoa.rs.gov.br/default.php?reg=6675&p\\_secao=56&di=2008-06-19](http://www2.camarapoa.rs.gov.br/default.php?reg=6675&p_secao=56&di=2008-06-19)

[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p\\_secao=127#](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=127#)

<http://www.abaixoassinado.org/abaixoassinados/1571>

<http://aguasdacompaixao.wordpress.com/2012/04/23/primeiro-hanamatsuri-festival-das-flores-da-cidade-de-porto-alegre/>

[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal\\_pmpa\\_novo/default.php?p\\_noticia=150529&ENTIDADE S+VAO+CRIAR+O+MUSEU+DAS+AGUAS+DE+PORTO+ALEGRE](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/default.php?p_noticia=150529&ENTIDADE S+VAO+CRIAR+O+MUSEU+DAS+AGUAS+DE+PORTO+ALEGRE)

<http://www.clichy-batignolles.fr/situation>

<http://www.planetworkshops.org/fr/index.html>

<http://www.planetworkshops.org/fr>

<http://www.iledenantes.com/fr/>

<http://www.iledenantes.com/fr/articles/100-une-ile-plusieurs-identites.html>

<http://www.cultura.gov.br/culturaviva/ponto-de-cultura/>

[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/observatorio/default.php?p\\_bairro=153&hist=1&p\\_sistema=S>](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/observatorio/default.php?p_bairro=153&hist=1&p_sistema=S>)

<http://www.cidades.gov.br>

<http://habitantesdoarroio.blogspot.com.br/>

[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/demhab/default.php?p\\_secao=100](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/demhab/default.php?p_secao=100)

[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/observatorio/default.php?p\\_bairro=114&hist=1&p\\_sistema=S](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/observatorio/default.php?p_bairro=114&hist=1&p_sistema=S)

<http://www.omorroenosso.com.br/>

<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/demhab/>

<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/0826/noticias/na-guerra-do-frango-e-do-leite-m0051624>

<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010agsub.asp?o=6&i=P>

<http://www.cidades.gov.br/5conferencia/>

<http://vcongressodacidade.blogspot.com.br/>

[http://www.observapoa.com.br/default.php?p\\_secao=3](http://www.observapoa.com.br/default.php?p_secao=3)

[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/proweb3\\_geral/impressao.php](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/proweb3_geral/impressao.php)

<http://www.amigosdocristal.spaceblog.com.br>

## APÊNDICE

### CRONOLOGIA DE FATOS HISTÓRICOS: DISPOSITIVOS E EQUIPAMENTOS URBANOS DE PORTO ALEGRE

- 1850 Fundação da latoaria e fundição Antonio Henriques da Fonseca e Cia. (Só & Cia., depois, Estaleiro Só & Cia).
- 1870 Transferência das instalações da Só & Cia. para o Caminho Novo (Rua Voluntários da Pátria).
- 1891 Instituída a Hospedaria para Imigrantes no arrabalde do Cristal.
- 1894 Início da construção da Estrada de Ferro do Riacho. A linha de trem teria início na Ponte do Riacho (Ponte de Pedra) e seguiria margeando o rio Guaíba até a Ponta do Dionísio (Vila Assunção). Abertura do Prado Independência.
- 1899 Implantação do alojamento do Terceiro Batalhão de Infantaria da Brigada Militar nas instalações da Hospedaria para Imigrantes no arrabalde do Cristal.
- 1900 Concluídas as obras de alteração do traçado da Estrada de Ferro do Riacho cujo percurso passou a ter sua última estação na Tristeza.
- 1905 Primeiro Loteamento dos balneários ao sul do rio Guaíba, o Loteamento da Praia Nova na Pedra Redonda.
- 1907 Construção da Enfermaria da Brigada Militar no arrabalde do Cristal.
- 1908 Inauguração da rede de bondes elétricos da Capital.

- 1912 Inaugurada a primeira etapa dos serviços de esgotos cloacais, com o funcionamento de instalações domiciliares no centro da cidade. Início das obras de aterramento do rio Guaíba para construção do Cais do Porto.
- 1913 Prolongamento da via férrea até a praia da Pedra Redonda.
- 1914 Elaboração do Plano Geral de Melhoramentos coordenado por João Moreira Maciel.
- 1916 Publicação da nova Planta da Cidade por João Moreira Maciel.
- 1921 O Porto de Porto Alegre foi inaugurado.
- 1925 Prolongou-se a Estrada de Ferro do Riacho da estação junto à Ponte de Pedra até o Cais do Porto.
- 1927 Início dos trabalhos de abertura da Avenida Borges de Medeiros.
- 1928 Começou a operar a usina termelétrica conhecida como “Usina do Gasômetro”. Atribuído nome oficial de Visconde de Mauá àquela que ficou conhecida como Avenida Mauá, via da área central, margeando o Porto e seus armazéns cuja implantação se deu na década de vinte.
- 1932 Concluída a construção da Avenida Onze de Setembro, na Tristeza (atual Avenida Wenceslau Escobar).
- 1934 Desativada a Estrada de Ferro do Riacho (encampada pela Viação Férrea).
- 1935 Concluída a Avenida Borges de Medeiros (completada a abertura entre a Rua dos Andradas e a Praça Montevideú).
- 1938 Aprovado o Loteamento Vila Assumpção (Vila Assunção).
- 1939-40 Elaboração do plano urbanístico conhecido como Plano Gladosh.

- 1940           Aprovado o projeto que previa a retificação e canalização do Riacho (Arroio Dilúvio) cuja execução durou mais de vinte anos. Obras de saneamento da Ilhota.
- 1941           Ocorre a maior enchente registrada na cidade de Porto Alegre. As águas do rio Guaíba inundaram o centro da cidade. Inaugurado, na Vila Assunção, o serviço de barcas para a travessia do Guaíba.
- 1943           Publicação do Plano de Urbanização coordenado por Edvaldo Pereira Paiva. Início do trabalho de prolongamento da Avenida Borges de Medeiros até a Praia de Belas.
- 1945           Lançada a pedra fundamental da nova sede do *Jockey Club* sobre a baía do Cristal.
- 1947-49        Construção do Cais Navegantes na orla norte do rio Guaíba.
- 1949           Início da execução do projeto de transferência do Estaleiro Só & Cia. para a Ponta do Melo (atual Pontal do Estaleiro, no Cristal).
- 1950           Início das obras de asfaltamento da “Estrada da Cavallhada” (atuais Avenidas Carlos Barbosa, Teresópolis, Nonoai).
- 1951-56        Construção do Cais Marcílio Dias na orla norte do rio Guaíba.
- 1956           Início das obras de aterro da orla do rio Guaíba desde a Ponta da Cadeia (Usina do Gasômetro) à Ponta do Melo (Cristal).
- 1958           Inauguração da ponte sobre o Guaíba, a Ponte Getúlio Vargas, conhecida como Ponte do Guaíba. Lei municipal definiu os nomes e os limites de bairros da cidade. Obras de aterro da Praia de Belas para abertura da Avenida Beira-Rio.
- 1959           Aprovação do Plano Diretor de Porto Alegre. Inauguração do *Jockey Club* (Hipódromo do Cristal) no bairro Cristal. Encerramento das atividades do Prado Independência

(“Padrinho”) no bairro Moinhos de Vento. Paralisação das obras de aterramento da orla do rio Guaíba e de construção da Avenida Beira-Rio.

1961 Oficializado o nome de Avenida Praia de Belas, construída sobre o aterro do rio Guaíba, desde a Avenida Borges de Medeiros até a Rua José de Alencar.

1969 Inaugurado o Estádio Beira-Rio do *Sport Club* Internacional.

1970 Construção do Muro da Mauá.

1971 Construção das comportas ao longo da Avenida Mauá como parte integrante de um complexo de proteção contra as cheias do rio Guaíba.

1972 Instalação do Parque Moinhos de Ventos, conhecido como Parcão (antigo “Padrinho”)

1974 Desativada a Usina do Gasômetro.

1978 Inauguração do Parque Marinha do Brasil sobre o aterro do Guaíba, no bairro Praia de Belas. Finalização das obras de aterramento da orla do Guaíba (entre a Usina do Gasômetro ao Pontal do Estaleiro).

1979 Instituído o Primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Porto Alegre.

1982 Implantação do Parque Harmonia sobre o aterro do Guaíba, no bairro Praia de Belas.

1987 Elaboração de um estudo de viabilidade urbanística para a área de aterro do Guaíba localizada entre a Ponta da Cadeia (Usina do Gasômetro) à Ponta do Melo (Estaleiro Só, Cristal) cujo projeto foi denominado “Praia do Guaíba”.

1991 A Usina do Gasômetro passa a abrigar um centro cultural e equipamentos turísticos e de lazer.

- 1992 Inauguração do *Shopping Center* Praia de Belas.
- 1997 Construção do Hipermercado *Big* no Cristal.
- 1999 Instituído o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre.
- 2006 Conclusão das obras da Terceira Perimetral.
- 2007 Início das obras de saneamento do Programa Integrado Socioambiental (PISA).
- 2008 Inaugurada a Fundação Iberê Camargo (Museu) e o Barra *Shopping* Sul no Cristal.
- 2010 Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre. Destruição das ruínas do Estaleiro Só. Início das obras de reforma do estádio do *Sport Club* Internacional. Início das obras de ampliação das Avenidas Beira-Rio e Padre Cacique.
- 2011 Conclusão das obras da estação de bombeamento de esgotos e do Mirante do Cristal, dentre as etapas do Programa Integrado Socioambiental (PISA).
- 2012 Início das obras de duplicação da Avenida Tronco.
- 2013 Finalização das obras de construção do Píer Cristal para acesso ao transporte fluvial pelo Lago Guaíba.